

A FALA DOS QUARTÉIS E AS OUTRAS VOZES

UMA ANÁLISE DO DISCURSO PRESIDENCIAL DA TERCEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

(1964-1984)

FREDA INDURSKY

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem como requisito parcial para
a obtenção do título de Doutor em
Ciências.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eni P. Oriandi

CAMPINAS

1992

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Freda Indursky

e aprovada pela Comissão Julgadora em

22 / 12 / 1992.

Prof. DR. ENI P. ORIANDI



Na primeira noite
Eles se aproximam
e colhem uma flor
de nosso jardim
e não dizemos nada

Na segunda noite,
já não mais se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão
e não dizemos nada.

Até que um dia
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada,
já não podemos dizer nada.

Maiakowski

À memória de meus pais

que perseguiram o direito de existir

A Andrei, Alexei e Giordanna

que exerçam o direito de dizer

A G R A D E C I M E N T O S

Meu especial agradecimento a Eni Orlandi, pelo constante apoio e pela confiança em mim depositada.

Também quero destacar de modo muito particular minha família campineira - Góia, Mariozinho, Sô e Pequeno - que sempre me cercou de atenção e carinho.

À minha família de origem, meu reconhecimento por ter-me substituído em minha ausência.

À Kitty, pela atenta e silenciosa disponibilidade, meu agradecimento.

À Ute, agradeço por ter lido por/para mim em seu idioma.

Ao Jone, por ter-me facilitado o acesso às publicações dos discursos presidenciais, fica o meu profundo agradecimento.

Agradeço ao professor Haquira Osakabe pela leitura crítica que fez da primeira versão da terceira parte desta tese, assim como sou grata à professora Charlotte Galves, pela leitura de um dos capítulos deste trabalho.

Minha gratidão à Zizi, pelas inúmeras horas de trabalho dedicadas à digitação deste trabalho.

Sou reconhecida ao meu departamento do Instituto de Letras da UFRGS, pelo afastamento concedido, à CAPES e à UNICAMP, pelas bolsas de estudo oferecidas - sem o que não seria possível a realização desta tese.

Por fim, a todos os amigos que, pelo apoio constante, estão cada um a seu modo, presentes em diferentes momentos dessa longa jornada de trabalho, o meu reconhecimento.

R E S U M O

Essa tese investiga o discurso presidencial da IIIa. República Brasileira (1964-1984).

A primeira parte estabelece o referencial teórico e os procedimentos metodológicos para a construção do corpus discursivo que será objeto das análises subsequentes.

A segunda parte examina o funcionamento desse discurso: a constituição do sujeito político (NÓS), a representação desse sujeito em suas diferentes configurações, bem como a construção do Outro e a representação de interlocutores e destinatários. No universo destas representações, fortemente marcadas pelo trabalho discursivo que conduz da determinação à indeterminação, simbólico e imaginário encontram-se estreitamente entrelaçados. Sua análise possibilitou o reexame da figura do porta-voz - sua representação, legitimidade, autoridade são reavaliadas. Permitiu igualmente a elaboração de três noções - não-pessoa, quarta-pessoa e terceira-pessoa discursivas - que sustentam o processo de interlocução específico do discurso em análise.

A terceira parte inicialmente analisa o trabalho discursivo de construção da determinação desse discurso, cujo efeito de sentido simula um espaço discursivo fechado. A seguir, observa a incorporação do discurso-outro, bem como o trabalho discursivo de indeterminação dessa apropriação que consiste em apagar as marcas da heterogeneidade, reforçando desse modo a homogeneidade imaginária desse discurso.

A conclusão detém-se no trabalho discursivo que entrelaça indeterminação e determinação.

R E S U M É

Cette thèse a comme but l'analyse du discours présidentiel de la III^e. République Brésilienne (1964-1984).

La première partie propose le référentiel théorique et établit les procédures méthodologiques pour la construction du corpus discursif qui sera l'objet des analyses subséquentes.

La deuxième partie examine le fonctionnement de ce discours: la constitution du sujet politique (NOUS), la représentation de ce sujet en ses différentes configurations, aussi bien que la construction de l'autre et la représentation d'interlocuteurs et destinataires. Dans l'univers de ces représentations, fort marquées par le travail discursif qui conduit de la détermination à l'indétermination, symbolique et imaginaire s'avèrent étroitement entrelacés. Son analyse a possibilité le reexamen de la figure du porte-parole - représentation, légitimité et autorité y sont reévaluées. Elle a également permis l'élaboration de trois notions - non-personne, quatrième personne et troisième personne discursives - qui soutiennent le processus d'interlocution spécifique du discours en analyse.

La troisième partie étudie d'abord le travail discursif de construction de la détermination de ce discours, dont l'effet de sens simule un espace discursif fermé. En suite, l'incorporation du discours - autre est mise en relief, aussi bien que le travail discursif d'indétermination de cette appropriation qui consiste à effacer les marques de l'hétérogénéité, soulignant l'effet d'homogénéité imaginaire de ce discours.

La conclusion détache le travail discursif qui met en oeuvre l'entrelacement de l'indétermination à la détermination.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

PREPARANDO A ANÁLISE

1-	<i>QUESTÕES PRÉVIAS</i>	2
1.1-	O TEMA	2
1.2.	O PROBLEMA	2
2-	<i>PRIMEIRAS POSIÇÕES</i>	4
2.1-	O MATERIALISMO HISTÓRICO	5
2.2-	A LINGÜÍSTICA	9
2.3-	A TEORIA DO DISCURSO	19
3-	<i>QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA</i>	21
4-	<i>DA TEORIA PARA A PRÁTICA</i>	40

SEGUNDA PARTE

O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO PRESIDENCIAL

1-	<i>CONSTRUÇÃO DO SUJEITO PRESIDENCIAL</i>	48
1.1-	O IMAGINÁRIO DO SUJEITO PRESIDENCIAL	48
1.2-	AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO	64
1.2.1-	O nós político e a não-pessoa discursiva	64
1.2.2-	A construção da quarta-pessoa discursiva	78
	A quarta-pessoa na psicanálise	79
	A quarta-pessoa discursiva	80
	Encerrando a quarta-pessoa discursiva	92
1.3-	A CONSTRUÇÃO DO LUGAR ENUNCIATIVO DO SUJEITO	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
2-	<i>A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OUTRO</i>	111
2.1-	A REPRESENTAÇÃO CONSENSUAL DO OUTRO	111
2.2-	A REPRESENTAÇÃO DO CONTRÁRIO	152
2.2.1-	A Representação lexical do CONTRÁRIO	152

2.2.2-	A representação gramatical do CONTRARIO	164
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
3-	A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DISCURSIVO	177
4-	A INTERLOCUÇÃO DISCURSIVA	208
4.1-	O PROCESSO DE INTERLOCUÇÃO DISCURSIVA	211
4.1.1-	A interlocução na enunciação	212
4.1.2-	A interlocução no discurso	214
4.1.3-	Algumas análises	222
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
	CONCLUSÕES PARCIAIS	235
 T E R C E I R A P A R T E 		
A CONSTRUÇÃO DA HOMOGENEIDADE IMAGINÁRIA E SUAS RUPTURAS		
1-	DA DETERMINAÇÃO À SOBREDETERMINAÇÃO	238
1.1-	DA DETERMINAÇÃO FILOSÓFICA À REFERÊNCIA	239
1.2-	DA DETERMINAÇÃO FILOSÓFICA À DETERMINAÇÃO GRAMATICAL	245
1.3-	DA DETERMINAÇÃO GRAMATICAL À DETERMINAÇÃO EM LINGÜÍSTICA	257
1.4-	DA DETERMINAÇÃO LINGÜÍSTICA À DETERMINAÇÃO DISCURSIVA	260
1.5-	A DETERMINAÇÃO DISCURSIVA: UMA PRÁTICA EM TRÊS NÍVEIS	263
1.5.1-	A determinação intradiscursiva	266
1.5.2-	A determinação intersequencial	268
1.5.3-	A determinação interdiscursiva	271
1.5.4-	Da determinação discursiva à sobredeterminação discursiva	277
1.6-	SOBREDETERMINAÇÃO: DA ORIGEM AO DESLOCAMENTO	282
	CONCLUSÕES PARCIAIS	284
2-	SOBRE A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO PRESIDENCIAL	285
2.1-	O DISCURSO RELATADO	287
2.1.1-	Discurso relatado marcado (DRM)	289
2.1.2-	Discurso relatado indireto formal (DRIF)	291
2.1.3-	Discurso relatado indireto informal (DRII)	294
	Considerações finais	302

2.2 - O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA NEGAÇÃO	306
2.2.1- A Negação Externa	311
2.2.2- A negação interna	326
2.2.3- A negação mista	334
Considerações finais	340
2.3 - INCISAS DISCURSIVAS	345
Considerações finais	350
CONCLUSÕES PARCIAIS	351
C O N C L U S Õ E S	
1- <i>DAS DEFINIÇÕES</i>	356
2- <i>O ENTRELACAMENTO DISCURSIVO DA DETERMINAÇÃO E DA INDETERMINAÇÃO</i>	358
2.1- DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO	358
2.2- A INDETERMINAÇÃO NO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DISCURSIVA	360
2.3- DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NA NEGAÇÃO DISCURSIVA	360
2.4- DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NAS INCISAS DISCURSIVAS	361
3- <i>EM BUSCA DE UMA SÍNTESE FINAL</i>	362
ÚLTIMAS PALAVRAS	363
B I B L I O G R A F I A	365

Mémoire et oubli sont indissociables
dans l'énonciation du politique.

Courtine

As Forças Armadas jamais desejaram o
poder, jamais lutaram pelo poder e
sempre se sacrificaram para que o
poder fosse realmente democrático...
Jamais o Exército saiu dos quartéis
para se apoderar do poder.

Costa e Silva

PRIMEIRA PARTE

PREPARANDO A ANÁLISE

1- QUESTÕES PRÉVIAS

1.1- O TEMA

O golpe de estado de 1964 representa uma ruptura com o pacto populista inaugurado por Vargas e mantido por Goulart. Dentre as várias conseqüências que se lhe seguiram, destaca-se, de imediato, a suspensão das formas constitucionais de representatividade, substituídas no exercício do poder pelas Forças Armadas que, pretextando salvar a Pátria da corrupção, da desordem, do desmando e do comunismo, elaboraram a doutrina da segurança e do desenvolvimento nacionais. Com tais propósitos, politizou-se a corporação militar que corporativamente perpetuou-se no poder por vinte anos, constituindo a IIIª República Brasileira.

Este período já foi objeto de inúmeros trabalhos de cunho sociológico, político, jornalístico, econômico e semiótico. Entretanto, acreditamos que ainda é possível produzir conhecimento teórico sobre o funcionamento discursivo desse período sem incorrer em redundância. Propomo-nos, pois, examinar o discurso presidencial da IIIª República Brasileira à luz da Análise do Discurso.

1.2. O PROBLEMA

Examinar o funcionamento do discurso presidencial da IIIª República Brasileira implica necessariamente analisar o funcionamento de um discurso autoritário. Tal investigação será conduzida por alguns questionamentos, que podem assim ser expressos: (1) existem regularidades que percorrem os discursos de todos os presidentes militares? Tais regularidades, caso existam, podem ser entendidas como responsáveis pela manutenção de um mesmo discurso ao longo do ciclo militar, daí resultando o discurso da IIIª República Brasileira? (2) existem diferenças entre os discursos dos presidentes militares? Tais diferenças, se por ventura existam, assinalariam transformações no discurso da ditadura? E, nesse caso, como interpretar tais modificações? Seriam elas indício da inexistência de

um discurso único? Apontariam para diferentes discursos no interior do mesmo regime militar? (3) Transformações podem coexistir com regularidades?

Em suma: tais questionamentos conduzem o trabalho analítico, em um primeiro momento, para o exame endógeno do corpus discursivo, à medida que o foco da comparação incide apenas sobre as alocações dos diferentes presidentes, tomando-as em sua relação interna.

Entretanto, tal reflexão reflete apenas parte da problemática envolvida nessa tese, pois interessa igualmente investigar se/como os discursos presidenciais da III^a República Brasileira relacionam-se com outros discursos. Ou seja: (1) o discurso presidencial da III^a República refere outros discursos? Em caso positivo, qual a natureza dessa relação? Seria de sustentação/articulação ou, ao contrário, de tensão/confronto? (2) Em caso negativo, o discurso oficial apaga a existência de outros discursos, encapsulando-se em si mesmo?

Tais questionamentos conduzem o trabalho analítico para o exame do corpus em sua natureza exógena, à medida que o foco da observação ainda incide sobre as alocações presidenciais da III^a República Brasileira, tomando-as, entretanto, em sua relação com a exterioridade.

O duplo ordenamento que embasa as análises dessa tese pode ser assim sumariado:

(1) O discurso presidencial da III^a República Brasileira é único, uniforme e homogêneo, daí resultando um espaço discursivo hermeticamente fechado sobre si mesmo?

(2) O discurso presidencial da III^a República Brasileira é heterogêneo, não constituindo um espaço discursivo impermeável a outros discursos do campo político?

Decidir sobre a coexistência ou exclusão de tais propriedades implica assumir uma posição teórica. É o que faremos nas duas seções que se seguem.

2- PRIMEIRAS POSIÇÕES

Não pretendemos examinar exaustivamente todas as acepções de discurso existentes. Estabeleceremos um recorte teórico que marcará nossa posição no concerto das diferentes perspectivas, determinando, por conseguinte, qual a acepção de discurso que adotamos.

A partir do momento em que a Linguística determinou que seu objeto de estudo encontra seu limite na frase, o discurso, por sua própria natureza e extensão, ficou dela excluído. Citando Osakabe, "a rejeição do discurso enquanto objeto de especulação da lingüística teve como justificativa seu caráter complexo por oposição ao caráter simples das entidades e das regras explicativas de unidades até o nível da frase", por conseguinte, "pela rejeição, essa entidade ganha pelo menos um traço característico: o de não confundir-se com a frase, por estar além dela" (OSAKABE, 1979, p. 9).

Essa exclusão determinou a necessidade de buscar um caminho próprio para considerar o discurso como objeto de estudo.

Em Orlandi lê-se que o objeto específico da Análise de Discurso (AD) é o discurso e não a língua e que sua unidade de análise é o texto e não o signo ou a frase, sendo texto aqui considerado "não em seu aspecto extensional, mas qualitativo, como unidade significativa da linguagem em uso, logo unidade de natureza pragmática" (ORLANDI, 1986, p. 107). A autora ainda assinala que essas diferentes acepções de objetos são complementares, pois "o deslocamento em relação à unidade de análise - passagem frase/texto - pode implicar em uma diferença metodológica em relação à consideração do objeto específico" (IDEM, p. 107).

No que concerne a este deslocamento, Osakabe afirma que "uma teoria lingüística desde que vise ao discurso (isto é, desde que coloque como objeto explicativo não a frase, mas o discurso) necessariamente terá outros fundamentos que aqueles propostos quer pelo estruturalismo, quer pela lingüística gerativo-transformacional" (OSAKABE, op. cit., p. 38).

Já para Orlandi, não se trata mais de uma teoria lingüística que se estenda ao discurso, mas de uma teoria do discurso, já que seu objeto é específico e diferente.

De fato, a AD pressupõe a lingüística, mas não se limita a ela, pois sua metodologia não é adequada para tratar do objeto discursivo. O deslocamento da unidade de análise determina a necessidade de criar um corpo teórico-analítico que vise considerar a materialidade discursiva como objeto próprio. Esse conjunto de proposições teórico-analíticas inscreve-se na articulação de três regiões do conhecimento científico, determinando-lhe seu quadro epistemológico geral, conforme proposta elaborada por Pêcheux e Fuchs (1975, p.8), a saber:

- 1- *materialismo histórico* (teoria das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se aí a teoria das ideologias);
- 2- *lingüística* - (teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação);
- 3- *teoria do discurso* - (teoria da determinação histórica dos processos semânticos).

E os autores acrescentam que estas três regiões estão articuladas/atravessadas por uma *teoria da subjetividade* de natureza psicanalítica.

Examinaremos, a seguir, cada uma destas regiões.

2.1- O MATERIALISMO HISTÓRICO

Essa primeira área de conhecimento foi inicialmente concebida por Marx e Engels, em 1845-1846, e formulada em sua obra "A ideologia alemã" (1984). À concepção idealista da História, os autores contrapõem uma história materialista construída a partir das relações de trabalho e de produção estabelecidas pelos homens, as quais determinam, por sua vez, relações sociais e políticas. Nessa concepção, a estrutura social e o Estado decorrem do processo de vida dos indivíduos, tomados "não como poderão parecer na sua própria representação, ou na de outros, mas como eles realmente são (MARX &

ENGELS, p.21). Assim, a História ~~deixa~~ de registrar "fatos ativos" com base no seu "processo real de vida" (Idem, p.22), deixando de lado "ações imaginárias de sujeitos imaginados" (Idem, p.24) para refletir sobre o processo real da "produção material de vida imediata" e sobre a "concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção" (Idem, p.47). A sociedade civil passa a ser a base da História e sua ação, como Estado, passa a ser representada "explicando, a partir dela, todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência" (Idem, p.48), tais como a religião, a filosofia, a moral, etc. Nessa concepção, as condições materiais de existência determinam a consciência e não o contrário. Como se percebe, a história materialista propõe-se explicar as formações de idéias a partir da praxis.

Essa concepção materialista da História permitiu a Althusser, em seus "Aparelhos Ideológicos do Estado" (AIE-1983), empreender uma teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, levando em conta as lutas de classe que aí se desenvolveram e que apontam para suas transformações.

Para Althusser, a "ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTHUSSER, op.cit., p.85), isto é, não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os homens representam na ideologia, mas sua "relação com as condições reais da existência" (Idem, p.87). É, portanto, essa relação imaginária com o mundo real, que é objeto de representação ideológica. Conseqüentemente, o autor propõe que a Ideologia estude o conjunto de práticas materiais necessárias à produção bem como à reprodução das condições econômicas, políticas e ideológicas.

Althusser reivindica uma existência material para a ideologia, e o faz com base no fato de que a ideologia não é o ato de pensamento de um indivíduo solitário, mas reflete uma relação social que tem por objeto representações que refletem as relações sociais reais, isto é,

as relações práticas que colocam os homens em relação entre si com a natureza. Tais relações são imaginárias porque tratam de relações sociais e não de idéias e porque representam as relações materiais que se estabelecem entre os homens, não constituindo as próprias relações. A partir daí, Althusser formula duas teses fundamentais, a saber: (Idem, p.93):

- 1o. não existe prática senão através de e sob uma ideologia;
- 2o. não existe ideologia senão através do sujeito e para o sujeito.

Através dessas duas teses, o autor encaminha-se para a concepção da interpelação do sujeito: "a ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos" (Idem, p.96). A categoria de sujeito preexiste ao indivíduo concreto e é ela que condiciona sua existência social: estar consciente de ser sujeito é o reconhecimento da posição do indivíduo nas relações sociais. Assim, "o indivíduo é interpelado como sujeito para que se submeta livremente às ordens do sujeito, aceitando livremente sua sujeição" (Idem, p.104).

Pêcheux, ao retomar criticamente a concepção de Ideologia para fundamentar a teoria do discurso, redimensiona certos propósitos anteriormente fixados. Assim, em "Vérités de la Palice" (1975), frisa que os AIE não são puros instrumentos da classe dominante, concebidos como máquinas ideológicas que se limitam unicamente a reproduzir as relações de produção existentes. Se, no seu interior, trava-se ininterruptamente a luta de classe, "esses AIE constituem simultânea e contraditoriamente o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção" (PÊCHEUX, op.cit., p.129). Nesse sentido, "o aspecto ideológico para a transformação das relações de produção reside na luta para impor, no interior do complexo dos AIE, novas relações de desigualdade-subordinação" (Idem, p.131). Dessa forma, a atividade discursiva, que é uma das manifestações da ideologia, exercida pelo sujeito interpelado ideologicamente e, por conseguinte, assujeitado, trava-se no interior

dos AIE e reflete inevitavelmente a luta de classes, trazendo intimamente ligada à sua produção as marcas de formação/reprodução/transformação das condições em que foi produzida.

Maldidier, Normand e Robin (1972, p.116-41) também refletem sobre o discurso a partir do materialismo histórico, considerando-o como prática discursiva. As autoras deslocam para o âmbito da AD essa noção, anteriormente formulada por Foucault: prática discursiva consiste em "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no espaço e no tempo, as quais definiram em uma época específica e em uma era social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições do exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 1969, p.147). Isso implica considerar o discurso no interior de um sistema de formações sociais. Por conseguinte, as autoras concebem o discurso como uma prática discursiva "resultante de um conjunto de determinações regradas em um dado momento por um conjunto complexo de relações com outras práticas, discursivas e não discursivas" (MALDIDIER et alii, op.cit. p.125-8).

Esse modo de pensar o discurso permite entendê-lo em suas relações extra-discursivas, ou seja, ideológicas.

A propósito da relação do discurso com a ideologia, Orlandi afirma que não se trata de partir da Ideologia para o sentido, mas de "procurar compreender os efeitos de sentido" que se produzem em um discurso (ORLANDI, 1990, p.36).

Acreditamos poder acrescentar que, no âmbito da AD, o discurso não reflete a Ideologia, como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva. Vale dizer que o efeito de sentido funciona como indicio da interioridade da ideologia. Ou seja: pensar a ideologia no âmbito da AD consiste em deslocar a relação imaginária com o mundo real, considerada por Althusser como o objeto da representação ideológica, para o interior dos processos de significação. Por conseguinte, a ideologia não promove "ocultação", nem "engano", afirma Orlandi, mas

produz o "desconhecimento de sentidos" através de "processos (históricos) discursivos cuja materialidade (lingüística) podemos observar ou discernir. Ou seja, podemos compreender a *ideologia como o fato de que os sentidos são fixados historicamente em uma direção determinada*" (ORLANDI, 1990, p.103). Tais sentidos, acrescenta a autora, resultam da "*produção de um certo imaginário*", ou seja, de "*uma interpretação que aparece como necessária e que destina sentidos fixos para as palavras num certo contexto sócio-histórico.*" (Idem, p. 244) (Os grifos são nossos). E a produção desse imaginário, que é social, resulta das "relações entre poder e sentidos" (Idem, 1990, p. 35).

A isto, gostaríamos de acrescentar que, por um lado, o discurso, enquanto prática discursiva, trabalha para que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único; por outro lado, a AD trabalha sobre a materialidade discursiva, procurando desconstruí-la para determinar os funcionamentos discursivos que promovem a instauração dessa ilusão, da mesma forma que procura analisar os processos de significação dos quais participa o efeito de sentido construído pelo discurso como único.

Em suma, nesta concepção de AD, é difícil distinguir os limites entre a língua e a prática discursiva ideologicamente constituída.

Essa concepção de discurso como prática discursiva, com todas as implicações teóricas que acabamos de examinar, especifica a primeira região de conhecimento no interior da qual AD encontra o seu lugar de inscrição.

2.2- A LINGÜÍSTICA

A segunda área de conhecimento constitutiva do campo epistemológico da AD refere-se à lingüística, entendida como o estudo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação.

O discurso manifesta-se materialmente através de textos que são expressos em língua natural. Analisando sua base lingüística, é possível verificar seu funcionamento lingüístico e discursivo. Pêcheux salienta que "*fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, desde que se tenha a clareza de que tal funcionamento não é integralmente lingüístico*", pois aí também encontram-se as condições de produção que envolvem os protagonistas e seus lugares de produção (PÊCHEUX, 1969, p. 16). E o autor acrescenta que é "impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas faz-se necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis" (Idem, p. 16).

Orlandi faz avançar essa reflexão ao afirmar que "o discurso pode ser visto como a instanciación do modo de se produzir linguagem que é social" (ORLANDI, 1983, p. 19). E mais adiante a autora acrescenta que o discurso não deve ser visto como veículo de "transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral" (Idem, p. 19). Vale dizer: interlocutores, situação, contexto histórico-social juntamente com a superfície lingüística participam do objeto do discurso e fazem parte de seu processo de significação.

Fica assim definida a relação do discurso com a lingüística: seu objeto relaciona-se com a linguagem, cujas fronteiras não coincidem com as da língua. Ou seja: as fronteiras entre língua e discurso não são evidentes, não determinam gramáticas específicas, nem possuem categorias lingüísticas excludentes. Decorre daí que "as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas - que são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos - sejam objeto de recobrimentos e de apagamentos parciais". (ORLANDI, 1983, p. 101). Desse modo, salienta a autora, as unidades que concorrem para a estruturação discursiva - os operadores ou articuladores - o fazem por seu modo de funcionamento: "um

operador pode ser operador de frase (lingüístico, portanto) ou de discurso, dependendo da maneira como seu funcionamento é analisado. "Não se trata de uma unidade de nível diferente, nem categoria diferente. Por isso se podem analisar unidades de qualquer nível ou qualquer tipo de categoria, sob a perspectiva do discurso" (Idem, p.107).

Exemplificaremos essa discussão com dados de nossos corpus: analisar o clítico SE e seu funcionamento dentro da frase, coloca o analista frente a um *dado lingüístico e seu funcionamento sintático*. Examinar o mesmo pronome e seu funcionamento no discurso, coloca o analista frente a um *dado lingüístico e seu funcionamento discursivo*. Ou seja: a materialidade lingüística é a mesma, o dado lingüístico é o mesmo, mas o ponto de vista do analista é diverso. No primeiro caso, encontramos um lingüista examinando o funcionamento sintático do operador de frase SE. O segundo caso mobiliza um analista de discurso que examina o funcionamento discursivo do operador discursivo SE. Não há como negar a sobreposição que se opera entre seus dados, da mesma forma que não é possível ignorar a diferença que se instaura entre os dois gestos analíticos, nem a diversidade dos resultados deles decorrente. Ou seja: ambos trabalham com a sintaxe. O primeiro pratica uma sintaxe de frase. O segundo, uma sintaxe de discurso. Os resultados serão, indubitavelmente, diversos.

Percebidas as sobreposições e as diferenças, é inegável o lugar que a lingüística ocupa no quadro epistemológico da AD. É nessa ordem de raciocínio que citamos Courtine:

"Se trabalharmos com a hipótese de uma estrutura do discurso, recuperável na co-ocorrência e na recorrência de alguns de seus elementos, esta estrutura deve ser gramaticalmente caracterizada. O discurso, como objeto, mantém uma relação determinada com a língua, e a própria possibilidade de uma análise do discurso situa-se em uma relação deste tipo. Todo procedimento de análise do discurso encontra na lingüística seu campo de validação..." (COURTINE, 1981, p. 10).

A AD busca, pois, detectar um conjunto de elementos estruturados para verificar o modo de organização do discurso em análise, pois pensa-se que "as construções sintáticas são portadoras de uma significação que é preciso salientar (PÊCHEUX & FUCHS, 1985, p.20).

Para proceder à análise da relação discurso-língua, Orlandi propõe que se identifiquem as marcas lingüísticas responsáveis pelas diferentes formas de funcionamento dos discursos. Tais marcas "podem derivar de qualquer nível de análise lingüística (fonológico, morfológico, sintático, semântico) ou de unidades de qualquer extensão (fonema, morfema, palavra, sintagma, frase, enunciado, partes de um texto, texto) (ORLANDI, 1983, p.235). E adverte que as marcas lingüísticas, na análise discursiva, "*não funcionam mecanicamente*", devendo-se "*tomá-las como pistas*" que "*não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é (...) indireta.* No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo "positivista", como na lingüística." (ORLANDI, 1988, p.54).

Como se vê, a AD instaura sua relação com a lingüística, sem subsumi-la integralmente, inscrevendo-se de modo crítico e com metodologia própria nesse campo de conhecimento.

Essa relação crítica é assim analisada por Pêcheux:

"O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece... atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: a da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações." (PÊCHEUX, 1990a, p.51)

Nesse ponto, faz-se necessário abrir um parêntese para refletir sobre a problemática do sentido que, como vimos na citação precedente, divide conceptualmente o modo de conceber o objeto da lingüística.

A questão do sentido é muito antiga e para examiná-la recorreremos a Frege cuja reflexão foi determinante para a teorização

elaborada por Pêcheux(1975). Dele examinaremos o artigo "sobre o sentido e a referência", publicado em 1892. Nele o autor afirma que

"a conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal" (FREGE, 1978, p. 63).

Ao mesmo tempo, o autor salienta que "freqüentemente as linguagens naturais não satisfazem essa exigência e deve-se ficar satisfeito se a palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto" (Idem, p. 63). (O grifo é nosso). Em função disso, o autor adverte que:

"a referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a este sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades internas e externas que realizei (...) Até num mesmo homem, nem sempre está associada ao mesmo sentido. A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido (...) A representação, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal" (Idem, p. 64-5) (Os grifos são nossos).

Para ilustrar tais problemas, selecionamos uma das expressões examinadas pelo autor: "a vontade do povo" (Idem, p. 76). Para Frege, esta expressão é ambígua por não possuir uma referência universalmente aceita, prestando-se, por conseguinte, ao abuso demagógico.

A reflexão de Frege caracteriza exemplarmente o modo como os estudiosos da linguagem posicionam-se face à problemática do sentido e da referência: a relação signo-sentido, que é estável e unívoca na língua, desestabiliza-se quando é tomada em sua situação de uso. Por essa razão, a lingüística ocupa-se dos sentidos estabilizados do léxico de uma língua, passíveis de serem dicionarizados, limitando-se ao estudo de seu sentido e sua referência, enquanto a AD interessa-se pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as "transformações de sentido", bem como os efeitos daí decorrentes.

Frege, ao excluir a representação de seu objeto de investigação, restringe-se ao estudo do sentido e de sua referência e elege como objeto de investigação o sentido literal, embora não o nomeie como tal.

Não pretendemos fazer uma ampla revisão da literatura que se ocupa desta questão. Faremos, pois, um salto no tempo e a retomaremos na perspectiva da **lingüística da enunciação**, examinando, para tanto, o modo como Culioli a trata. Diz o autor que todos somos tomados pela

"ilusão que as palavras designam um sentido, isto é, acreditamos que uma espécie de relação bijectiva interliga palavras e sentido, de tal modo que palavras indicam um sentido, são indicadores semânticos. Ou seja, as palavras seriam unidades lexicais que nos permitiriam remeter a um sentido ... Por certo, não é exatamente uma ilusão, à medida que podemos traduzir e discutir o léxico, que dele podemos apreender as variações; mas, apesar de tudo, é uma ilusão, pois esta relação não é uma relação de indicação" (CULIOLI, 1990, p. 83).

Como é possível perceber, Culioli retoma a reflexão de Frege, mostrando, entretanto, que a relação entre uma palavra e seu sentido não é natural, estável e unívoca. Ou seja, o mesmo movimento que retoma a questão anteriormente examinada por Frege afasta a ilusão semântica do sentido literal, ao recusar a qualificação de indicador semântico à palavra. Sua divergência aprofunda-se ao assumir que "não há cognição sem representação". Em seu entender "na atividade simbólica existe necessariamente uma atividade de representação". E tal atividade implica a "construção de representantes de uma realidade, seja ela imaginária ou não" (Idem, p. 85). Culioli recusa a "relação de etiquetagem entre palavras e conceitos", substituindo-a pelo que chama de "noção", ou seja, uma "representação estruturada" em que as noções organizam-se umas em relação às outras, de tal forma que "um termo não remete a um sentido, mas remete(...) a um *domínio nocional*, isto é, a um conjunto de virtualidades" (Idem, p. 86). Um domínio assim concebido possui um *centro organizador* que permite atrair para o seu interior o que com ele se identifica, bem como autoriza a excluir o que lhe é estranho. Permite, igualmente, avaliar

o que está na fronteira, no limiar do domínio nocional, representando uma zona de alterações/transformações (Idem, p. 89-90).

Esta concepção do sentido lingüístico de Culioli aproxima-se fortemente da concepção de sentido da AD. No entanto, faz-se necessário salientar que, em AD, o sentido, além de lingüístico, é social e, por conseguinte, o centro organizador do domínio nocional, além de semântico, também é ideológico, selecionando certos efeitos de sentido relacionados a um termo e excluindo outros, de modo que um mesmo termo pode ocorrer em domínios nocionais ideologicamente diferentes, produzindo efeitos de sentido divergentes, instaurando a "interincompreensão", que consiste em usar a mesma língua, partilhar o mesmo tema, mas não o mesmo sentido (MAINGUENEAU, 1987, p. 88).

No âmbito da AD, Orlandi retoma e discute a questão do sentido literal. Para a autora,

"não há um centro, que é literal, e suas margens, que não os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição. Todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. O que existe, então, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o literal" (ORLANDI, 1983, p. 132-3).

E a autora sublinha que a "institucionalização de um sentido dominante sedimentado lhe atribui o prestígio de legitimidade e este se fixa, então, como o centro: o sentido oficial (literal)" (ORLANDI, 1983, p. 150). Tal dominância, entretanto, não elimina os demais sentidos possíveis, que são função da interlocução: "dadas certas condições, em que um sentido se coloca como dominante (legítimo, "literal"), delimita-se, na e pela interlocução, aquilo que é implícito e o que é explícito. E como é a relação entre os dois que os delimita, podemos dizer que todo explícito determina implícitos e vice-versa". (ORLANDI, 1983, p. 158). Em nosso entender, é pelo viés desse embate entre o sentido explícito e os sentidos implícitos e/ou recalçados que ocorre a interiorização do ideológico no discursivo.

Orlandi retomou a questão do sentido em AD nos seguintes termos:

"A relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender sua historicidade, o que significa se colocar no

"A relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos" (ORLANDI, 1990, p. 35).

Encerramos neste ponto a discussão sobre a questão do sentido e sua relação com a constituição do objeto da lingüística e da AD. Da discussão precedente, percebe-se que sua concepção estabelece a fronteira e a intersecção desses dois campos de reflexão sobre a linguagem: a lingüística interessa-se pelos sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto sedimentado, enquanto a AD interessa-se pelo trabalho do sentido sobre os sentidos, que mostra a língua como processo.

O sentido não é o único ponto de divergência entre a lingüística de frase e a lingüística praticada pela AD. Desse modo, questões que remetem para o extralingüístico passam a constituir outra delimitação no interior dos estudos da linguagem.

Harris, em 1952, com seu "Discourse Analysis", incorporou ao seu aparato teórico as noções de "situação", "situação social", "extralingüístico", "relações entre cultura e língua", "relações entre comportamento e língua", "situação intersubjetiva de produção do enunciado". Dessa forma, a lingüística, que não comportava uma teoria do sujeito, nem preocupava-se com a situação em que o sujeito produzia seu enunciado, lançou mão de noções próprias à psicologia e à sociologia para preencher essa lacuna.

Concomitantemente, trabalhos de Benveniste (1966) refletem sobre questões de interlocução, subjetividade, intersubjetividade, tempo e lugar. Jakobson (1963), ao introduzir a noção de "shifters", procura refletir como elementos que apontam para o "aqui", o "agora" e o "eu" - marcas da instância discursiva - fazem a representação do extralingüístico no interior do lingüístico, surgindo assim a Teoria de Enunciação que se preocupa com o sujeito da enunciação colocado em uma situação de discurso.

discurso); (2) o interlocutor (para quem o discurso é produzido e como sua presença se materializa na enunciação; (3) a situação em que a enunciação é produzida (marcas espaço-temporais de produção do discurso); (4) o referente do discurso (sobre o que o discurso trata). Tais elementos permitem analisar o processo de enunciação e fazer a passagem dos fatos de língua para os fatos de discurso e essa passagem coloca a "AD no prolongamento da lingüística, através de uma lingüística do discurso com base na enunciação" (COURTINE, 1981, p. 15).

A Teoria da Enunciação, entretanto, ao preencher as lacunas da lingüística, no que tange ao sujeito, acabou propondo um sujeito muito forte, portador soberano e consciente de intenções e responsável por suas decisões e seu dizer.

Com a AD, a categoria de sujeito deixa de ser idealista, pois entende-se que esta categoria é interpelada ideologicamente, como vimos na seção anterior, e o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Essa visão "individualizada", contudo, não transforma esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois trata-se de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso.

Pode-se, pois, afirmar que, em AD, a concepção de sujeito do discurso é atravessada por duas teorias - Marxismo (leia-se ideologia) e Psicanálise (entenda-se inconsciente). Dessas duas concepções teóricas decorrem os limites para a onipotência do sujeito, provocando a sua descentração. Esse traço distingue-o do sujeito da enunciação.

Da mesma forma, situação de discurso também foi incorporada à AD enquanto condições de produção (CP). Esta noção está estreitamente vinculada, na teoria do discurso, ao descentramento do sujeito do discurso.

A primeira formulação discursiva de CP deve-se a Pêcheux (1969). Esse autor parte do esquema informacional da comunicação proposto por Jakobson (1963). As CP, entretanto, vão além do esquema informacional: para introduzir o ideológico (formações imaginárias), Pêcheux desloca também o informacional. Para ele, CP remetem a "lugares determinados na estrutura de uma formação social" (Pêcheux, 1969, p.18). As relações de força entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de "formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário atribuem a si e ao outro" (Idem, p.19), construindo desse modo o imaginário social. Assim sendo, as CP do discurso mostram a conjuntura em que um discurso é produzido, bem como suas contradições. Nessas condições, o sujeito produz seu discurso, não como fonte de conhecimento, mas como efeito dessa rede de relações imaginárias, constituindo-se tal discurso a representação desse imaginário social.

Courtine (1981, 1982) retoma a noção de CP e operacionaliza-a, propondo distingui-la para o nível do enunciado ;E; e para o nível da enunciação ;e;. Assim procedendo, procura estabelecer as CP do discurso.

Como pode-se perceber, Teoria da Enunciação e AD apresentam pontos em comum, no que tange à relação crítica que ambas mantêm com a Linguística, sem, entretanto, sobrepor-se uma a outra, pois suas concepções de **sujeito** e de **situação** não coincidem.

Pêcheux e Fuchs repensam a **enunciação** em uma perspectiva discursiva, tomando-a como **processos de enunciação**. Tais processos "consistem em uma série de determinações sucessivas através das quais o enunciado se constitui pouco a pouco e tem por característica colocar "o dito" e conseqüentemente rejeitar o "não-dito". Essa concepção discursiva da enunciação, consiste, pois, em "estabelecer fronteiras entre o que é selecionado e precisado pouco a pouco

fronteiras entre o que é selecionado e precisado pouco a pouco (constituindo o "universo" do discurso) e o que dele é rejeitado" (PECHEUX & FUCHS, 1975, p.20).

Pela análise desses dois primeiros campos de conhecimento, percebe-se que a AD estabelece identificações parciais com ambos. Do primeiro, assume que o sujeito é interpelado ideologicamente, de modo que sua prática discursiva mostra essa relação constitutiva com o imaginário que o afeta. Do segundo, assume que toda seqüência discursiva, por ser da ordem do simbólico, é lingüisticamente descritível. No entanto, a AD parte das marcas lingüísticas, que funcionam como pistas e não como dados, para descrever seu funcionamento discursivo e não seu funcionamento lingüístico.

2.3- A TEORIA DO DISCURSO

O terceiro campo de conhecimento remete para a Teoria do Discurso, entendida como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Para que tal teoria possa ser estabelecida, os dois campos anteriores precisam articular-se. De um lado, depende dos processos lingüísticos (lexicais, morfológicos e sintáticos) que determinam o dizer de um sujeito e, de outro, o dito, ao ser relacionado a um sujeito interpelado ideologicamente, sofre determinações históricas que definem o que pode e o que deve ser dito em uma conjuntura dada, por um falante específico. O que está em jogo não é o sentido cristalizado. Interessa, sobretudo, captar o processo semântico em sua dinâmica. Para tanto, o referido processo não pode estar desvinculado de elementos exteriores à língua. A análise da base lingüística de um discurso aponta para aspectos lingüísticos e enunciativos que caracterizam o funcionamento da língua em relação a ela mesma, pois, segundo P. Henry "o sistema lingüístico é dotado de uma autonomia relativa que o submete às leis internas que constituem o objeto da lingüística". Ao mesmo tempo, esse discurso aponta para

fora. Conseqüentemente, "a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferentes (HENRY, apud PÉCHEUX, 1975, p. 81).

De modo que, em AD, o objeto sobre o qual as análises lingüísticas são feitas não é um objeto lingüístico "strictu sensu". Trata-se bem mais de um "objeto sócio-histórico onde o lingüístico intervém, como pressuposto. A análise lingüística é uma fase absolutamente indispensável, mas insuficiente, pois ela opera sobre um campo que é exterior à própria lingüística" (PÉCHEUX & FUCHS, 1975, p. 30-1).

É nesse sentido que Orlandi (1983, p. 210) opõe *marcas lingüísticas* e *propriedades do discurso*. Enquanto as primeiras dizem respeito à organização interna do discurso, as segundas referem-se a sua totalidade e sua relação com a exterioridade. E a autora salienta que "as marcas não são suficientes para caracterizar um funcionamento discursivo. Para tal, é preciso remetê-las às propriedades" (ORLANDI, 1988, p. 25).

Percebe-se pois que o campo da lingüística e o da Teoria do Discurso estão profundamente imbricados e, nas palavras de Pécheux, nos diferentes níveis de análise lexical, sintática e enunciativa estão em interação com o da análise do discurso" (PÉCHEUX, 1990b, p. 292).

É por essa razão que se faz necessária uma Teoria do Discurso. É ela que irá produzir o corpo teórico necessário para que a AD possa se instaurar e operar sobre esse objeto heterogêneo que é o discurso. Isso implica, nas palavras de Pécheux, "a construção de meios de análise lingüística e discursiva e supõe uma reflexão sobre aquilo que opera na e sob a gramática, na margem discursiva da língua" (PÉCHEUX, 1981, p. 7).

É preciso, segundo Courtine, pensar o discurso em sua especificidade para abordar a relação que se estabelece entre o lingüístico e o ideológico. Assim procedendo, evitar-se-á "reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico

sobre as ideologias." (COURTINE, 1981, p.11) Ao considerar a materialidade discursiva como objeto próprio, está-se em condições de produzir proposições teóricas sobre o discurso.

Encerrando a reflexão

Desse modo, para constituir-se, a AD inscreve-se em um campo epistemológico interdisciplinar, o que faz com que sua relação com estes campos de conhecimento seja sempre crítica: do Marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o lingüístico; da Lingüística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção.

São essas as determinações epistêmicas da Teoria do Discurso na qual se inscreve a perspectiva de Análise do Discurso proposta por Pêcheux. E é nessa vertente teórica que se inscreve a presente tese.

3- Q U A D R O T E Ó R I C O D E R E F E R Ê N C I A

Não pretendemos fazer um histórico exaustivo de todos os trabalhos que teorizaram a Análise do Discurso. Aqui também serão recortados princípios, noções e conceitos, que irão compor o quadro teórico de referência para proceder à análise de nosso corpus.

Iniciaremos com a noção de formação discursiva (FD) em torno da qual se organizam as demais noções necessárias à composição de nosso referencial teórico.

Segundo Foucault, em "Arqueologia do Saber" (1969), uma FD se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. Uma FD é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, podendo ser individualizada através desse sistema.

Uma FD não é atemporal. Ela determina uma regularidade própria a processos temporais, estabelece articulação entre diferentes séries de acontecimentos discursivos, transformações, mutações e processos, constituindo um esquema de correspondência entre diferentes séries temporais. Assim, diz Foucault, "uma FD não é o texto ideal, contínuo e sem asperezas. É um espaço de dissensões múltiplas, um conjunto de oposições cujos níveis e papéis devem ser descritos" (FOUCAULT, op. cit., p. 192).

Ao definir discurso, Foucault afirma que este é constituído por um conjunto de enunciados que provém do mesmo sistema de FD (Idem, p. 146). É o princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que delimita uma FD, de tal forma que sua demarcação revela o nível do enunciado e a descrição dos enunciados indica a maneira pela qual se organiza o nível enunciativo, possibilitando a individuação de uma FD. Pode-se perceber que existe uma certa recursividade entre os conceitos de FD e de enunciado.

Segundo o autor, um enunciado pertence a uma FD, como uma frase pertence a um texto. A regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, enquanto a regularidade dos enunciados é definida pela formação discursiva que estabelece, para os enunciados, uma lei de coexistência.

Na elaboração da Teoria do Discurso, a noção de FD foi retomada por Pêcheux e Fuchs (1975) à luz do quadro epistêmico em que se inscreve a AD, tomando a seguinte configuração: a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, e "cada formação ideológica (FI) constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais, nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras" (PÊCHEUX & FUCHS, op. cit., p. 11). Esses elementos não são discursivos e são exteriores à FD, mas se "refletem" no seu interior. As FI comportam necessariamente uma ou várias FD interligadas que determinam "o que pode e o que deve ser dito" em uma manifestação

discursiva, em uma certa relação de lugares, no interior de um aparelho ideológico e inscrito em uma relação de classes. Conseqüentemente, o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de sua relação com determinada FD. Por outro lado, uma mesma seqüência discursiva inserida em diferentes FD produzirá sentidos diversos. Tal fato explica-se porque o sentido constitui-se a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada FD, a qual, por sua vez, está determinada pela FI de que provém. Esses são os traços que presidem aos processos discursivos e podem ser definidos como "relações de parafraseagem interiores à matriz de sentido de uma FD" (PÊCHEUX & FUCHS, op. cit., p. 14).

Processos discursivos assim concebidos não têm origem no sujeito, já que são determinados pela FD em que o falante se insere. No entanto, o sujeito falante tem a ilusão discursiva, não apenas de ser a fonte do sentido (ilusão-esquecimento no.1), mas também de ter domínio daquilo que diz, de ser o mestre absoluto do seu próprio processo de enunciação, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento no.2).

Essas duas ilusões do sujeito apontam para a questão da constituição ideológica e psíquica do sujeito do discurso. Ele é interpelado a tomar posição na FD em que se inscreve e que corresponde ao seu lugar na formação social, responsável pelo modo de produção da sociedade em que vive. Lembrando Althusser (1983, p.104), o indivíduo é interpelado em sujeito(livre) para livremente submeter-se. Isto significa que o sujeito aceita livremente sua submissão. Ou, na expressão de Cl.Haroche (1983, p.32), assujeitando-se, o sujeito exerce uma "vontade sem limites, uma submissão sem falhas".

No que tange a sua constituição psíquica, vale lembrar que "o sujeito é essencialmente representação, dependendo das formas de linguagem que ele enuncia e que de fato o enunciam" (CLÉMENT, apud AUTHIER, 1982a, p.137) (O grifo é nosso). Desse modo, sua

interpelação em sujeito relaciona-o com o imaginário, e sua estruturação como sujeito faz-se através de sua relação com o simbólico. E estas duas regiões tão diferentes em sua essência - sujeito social dotado de inconsciente - manifestam-se conjuntamente na constituição do sujeito do discurso: é interpelado, mas acredita-se livre; é dotado de inconsciente, mas percebe-se plenamente consciente. Assim constituído, o sujeito produz seu discurso afetado pelos dois esquecimentos examinados anteriormente.

Esses dois tipos de esquecimento acompanham o sujeito na produção de seu discurso e determinam a distinção entre base lingüística (ilusão-esquecimento no.1) e processo discursivo (ilusão-esquecimento no.2). O exame da base lingüística torna-se, pois, uma etapa indispensável, embora insuficiente, para identificar a FD que subjaz ao processo discursivo em análise. Para atingir a FD, é preciso relacionar esses dois níveis entre si.

Para analisar a superfície lingüística de um discurso, faz-se necessário examinar os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo em questão, de-superficializando esses mecanismos e buscando estabelecer suas famílias parafrásticas para estabelecer suas matrizes de sentido. Somente após essa etapa, é possível buscar a de-sintagmatização discursiva, com vistas a atingir o processo discursivo que lhe subjaz e, através dele, a FD que afeta o sujeito do discurso.

Uma FD assim concebida, na própria avaliação que Pêcheux dela faz em 1983, propõe "um corpus fechado, um espaço discursivo dominado por condições estáveis e homogêneas, e a análise discursiva limita-se a "construir sítios de identidades parafrásticas interseqüenciais" (GADET & HAK, 1990, p. 314).

Em 1975, Pêcheux retoma as noções de processo discursivo e de FD, reforçando sua natureza discursivo-ideológica e relacionando-as com a questão do sentido e do sujeito do discurso. Uma palavra, uma expressão ou mesmo uma proposição não têm sentido próprio, literal.

Seu sentido decorre das relações que tais elementos lingüísticos mantêm com outros elementos pertencentes a mesma FD. Em seu entender, um processo discursivo é "o sistema de relações de substituição, paráfrase, sinônimos, etc que funcionam entre elementos lingüísticos de uma FD" (Pêcheux, 1975, p.146), sendo ela o lugar da constituição do sentido. Assim sendo, toda FD dissimula, pela aparente transparência do sentido que aí se constitui, sua dependência em relação ao complexo dominante das FD que, por sua vez, são projeções do complexo das FI. O complexo dominante das FD constitui o interdiscurso, exterior específico de uma FD, que também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das FI.

O **preconstruído** - elemento constitutivo do interdiscurso - é o constructo teórico através do qual a FD, concebida como um domínio de saber fechado, relaciona-se com seu exterior. Repetindo Pêcheux, a FD "é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) e se repetem nela". Esse entrelaçamento da FD com seu exterior, continua Pêcheux, "obriga a descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambigüidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplicas estratégicas. No horizonte desta problemática, aparece a idéia de uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as seqüências situadas em suas fronteiras" (GADET & HAK, org., op.cit., p.314).

Essa fase introduz a alteridade no âmbito da identidade discursiva de uma FD. Para estudá-la, vários trabalhos foram encetados visando a "captar ao mesmo tempo o efeito do real histórico que, no discurso, funciona como causalidade heterogênea, e o efeito do real sintático que condiciona internamente a estrutura contraditória da seqüência intradiscursiva" (PÊCHEUX, 1981, p.7).

Dentre tais trabalhos, destacamos os estudos sobre o funcionamento discursivo das relativas, encetados por P. Henry (1975), do qual derivou a noção de *preconstruído*, e por Pêcheux e Fuchs (s. d.), onde a noção de *preconstruído* é reexaminada para verificar como ocorre seu encaixamento no intradiscurso, bem como os diferentes efeitos de sentido que daí advêm. Nesse trabalho, os autores desenvolvem a noção de *discurso transverso* que é definido como o implícito do discurso de referência que se mostra, segundo os autores, como "exterior ao discurso considerado e o *implícito que ele constitui é explícito alhures*" (PÊCHEUX & FUCHS, s. d., p. 39) (o grifo é nosso).

É desse período, e plenamente adaptado a essa revisão da noção de FD, o trabalho fundamental de Courtine (1981), que retoma a reflexão de Foucault (1969), Pêcheux & Fuchs (1975), Henry (1975), oferecendo uma releitura integradora desta noção. O autor entende que, ao invés de caracterizar isoladamente cada FD, deve-se salientar o contato existente entre diferentes FD provenientes da mesma FI, a qual, ao mesmo tempo, é una e dividida, apresentando uma contradição desigual. Para tanto, é preciso por em evidência as formas pelas quais elementos preconstruídos, produzidos no exterior da FD, são interiorizados, acolhidos, absorvidos, reconfigurados, denegados ou ignorados por uma FD dominada. O preconstruído é o "sempre-já-lá" da interpelação ideológica que fornece/impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade.

Desse modo, uma FD deve ser entendida como dois ou mais discursos em um sô, *estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo*. Pode-se dizer que *uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. Seu contorno é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores*. O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém.

Courtine retoma, igualmente, o conceito de *interdiscurso*, apontando-o como a instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber de uma FD, em função das posições ideológicas que ela representa em uma conjuntura determinada. Dito de outra forma: o *interdiscurso* é o lugar de formação do *preconstruído* e *funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de preconstruídos* que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD.

Courtine reafirma e esclarece Foucault ao apontar o enunciado *!E!* como elemento do saber próprio a uma FD, ao mesmo tempo que lhe atribui um outro estatuto. Para Courtine, o *enunciado consiste em um esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações*. O autor entende por *rede de formulações* o conjunto *estratificado (não-sintagmatizado) de formulações* que consiste nas formulações (reformulações) possíveis de *!E!*. Trata-se de uma *dimensão vertical e interdiscursiva, onde os objetos se formam como preconstruídos*. As diferentes *redes de formulações* que se estabelecem em uma FD são responsáveis pelo processo discursivo da FD em questão. Os enunciados articulam-se entre si, no interior dessa rede, estabelecendo a referência dos elementos do saber de uma FD.

Essa concepção de-sintagmatizada, ou seja, interdiscursiva, desnivelada é uma concepção essencialmente discursiva de enunciado, a qual diverge da concepção linguística desta categoria. Por essa razão a designamos de *enunciado discursivo !E!*.

Ao *!E!*, Courtine contrapõe o conceito de *enunciação !e!* que remete ao eixo horizontal, intradiscursivo. A *enunciação* consiste em *uma seqüência linguística que representa uma das possíveis reformulações de !E!*, a qual marca a presença de *!E!* no intradiscurso de uma seqüência, ou seja, ela representa a presença material, no intradiscurso, de um elemento de saber oriundo de uma FD. Dito de

outra forma: o *intradiscurso* é o lugar da formulação, da seqüencialização dos elementos de saber oriundos de uma FD. É no *intradiscurso* que o *desnívelamento interdiscursivo dos ;E;* é *linearizado e colocado em uma superfície única de ;e; articuladas.*

É, pois, da articulação de ;E; com ;e; que o discurso se constitui. Para melhor compreender o funcionamento dessas duas categorias no interior do discurso, pode-se dizer que elas têm natureza diversa. Enquanto o *enunciado discursivo remete para uma forma repetível*, que pode ensejar várias enunciações dispersas no tempo e no espaço, a *enunicação é um acontecimento singular, datado e situado*. Assim, pode-se dizer que, no discurso, é na articulação de ;E; com ;e; que se dá o encontro da repetição com a variação.

Se é na articulação de ;E; com ;e; que o discurso se constitui, é também nessa mesma intersecção que se instaura o sujeito do discurso. Trata-se aqui de uma concepção discursiva de sujeito e, para tratar dessa categoria, faz-se necessário retomar a sua primeira formulação, em "Arqueologia do Saber" (FOUCAULT, 1969).

É Foucault quem aponta, pela primeira vez, para a inutilidade de "reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais em primeira pessoa que estão presentes no interior da frase. Inicialmente porque o sujeito do enunciado não é interior ao sintagma lingüístico; em seguida, porque um enunciado que não comporta primeira pessoa ainda tem um sujeito; enfim, e sobretudo, porque todos os enunciados que têm forma gramatical fixa (quer seja em primeira ou em segunda pessoa) não têm um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado" (FOUCAULT, op. cit., p. 115).

Foucault questiona, a seguir, se o sujeito, exterior à frase, não seria simplesmente o indivíduo real que a articulou ou escreveu. Na sua concepção, "para que uma série de signos exista é preciso que um "autor" tenha produzido a referida frase". (Idem, p. 116). Mas esse "autor", continua Foucault, não é necessariamente idêntico ao sujeito do enunciado. Em seu entender "o sujeito enunciante faz existir fora

de si um objeto que pertence a um domínio já definido, cujas leis de possibilidades já foram articuladas e cujos caracteres são anteriores à enunciação (Idem, p. 119). Assim sendo, o sujeito do enunciado não estabelece identidade com o autor da formulação. De fato, o *sujeito do enunciado é um lugar determinado e vazio que pode efetivamente ser ocupado por indivíduos diferentes. Ou seja, há uma intercambiabilidade entre os sujeitos.* E Foucault acrescenta que "descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em *determinar qual é a posição que pode e deve ocupar o indivíduo para ser seu sujeito* (Idem, p. 120).

É neste ponto do raciocínio foucaultiano que Pêcheux retoma a reflexão sobre o sujeito. No entender de Pêcheux (1975), *o lugar do sujeito está apenas aparentemente vazio; de fato, está preenchido pelo sujeito do saber de uma FD específica.* Em toda formulação *'e'*, o sujeito enunciador reencontra o sujeito do saber através da relação que se estabelece entre ambos. *Essa relação entre o sujeito enunciador de 'e' e sujeito do saber da FD produz-se pela identificação que o primeiro estabelece com o segundo e que passa a ser designada por posição de sujeito.* O que equivale a dizer que diferentes sujeitos ao se relacionarem com o sujeito do saber de uma mesma FD, podem estabelecer diferentes *posições de sujeito*, de tal forma que se produzam diferentes "efeitos-sujeitos" no discurso de cada um. A descrição das diferentes posições de sujeito, geradas no interior de uma FD, e os efeitos-sujeitos que aí são produzidos permitem a descrição do *sujeito de saber da FD, sujeito esse que é designado por Pêcheux de forma-sujeito.* E o autor elucidava que "tomada de posição não deve ser compreendido como um ato original do sujeito do discurso, mas um *efeito-sujeito em relação à forma-sujeito*" (PÊCHEUX, 1975, p. 157). As diferentes posições de sujeito mostram pois as modalidades particulares de identificação de diferentes sujeitos do discurso com a forma-sujeito.

Courtine (1981, p.50-1), retoma igualmente a reflexão sobre o sujeito: o *sujeito do discurso* decorre da relação que se estabelece entre o *discurso*, a *língua* e a *ideologia*, sendo ao mesmo tempo, *sujeito ideológico* - porque estabelece relação com o sujeito do saber da FD, isto é, aquele que garante a produção do enunciado !E! - e *sujeito enunciador* - porque é ele que enuncia os elementos deste saber através de uma formulação específica !e!. Para Courtine, é no nível de constituição do !E! - elemento do saber do interdiscurso - que está situada a instância da *forma-sujeito*, *sujeito universal (SU)* ou *sujeito do saber da FD*. Dito de outra forma: o saber da FD decorre do conjunto de asserções que remetem ao *SU*, responsável pelo *enunciável exterior ao sujeito que enuncia*. Assim sendo, a horizontalização da dimensão vertical de constituição de !E! é contemporânea da apropriação que dele faz através de uma enunciação !e! um *sujeito enunciador* que ocupa um lugar determinado em uma FD. *Esse é o lugar do imaginário no discursivo*, ou seja, "é onde o *sujeito enunciador* é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável". (COURTINE, op. cit., p150).

Um sujeito assim concebido, argumenta Pêcheux, permite melhor compreender o funcionamento de reconfiguração da FD, pois ao identificar-se, como efeito-sujeito da forma-sujeito, ao saber de uma FD, no mesmo movimento incorpora o preconstruído proveniente do interdiscurso, de modo que um enunciado proveniente do exterior e anterior ao seu discurso aí aparece como um "já-dito", "que cada um conhece", ao qual o dito se articula por "co-referência" (PÊCHEUX, 1975, p.152-5). Desse modo, acrescenta Pêcheux, "o efeito da forma-sujeito é o de mascarar o objeto do esquecimento no.1 (ser a fonte/origem do discurso) pelo viés do esquecimento no.2 (ser aquele que seleciona, determina o que vai dizer). Assim, o espaço de reformulação-parafraseagem que caracteriza uma FD aparece como o lugar do *imaginário lingüístico* (Idem, p.162).

Tudo o que foi exposto até o presente momento permite dizer que a ordem do discursivo representa dois aspectos complementares: por um lado, "o discursivo representa, no interior do funcionamento da língua, efeitos da luta ideológica" e, por outro, "o discurso manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia" (COURTINE, 1982, p.257).

Para melhor esclarecer tal afirmação, retornamos à reflexão do autor sobre o enunciado (COURTINE, 1982, p.254-62). No nível do interdiscurso, existe um espaço de parafraseagem discursiva, no qual é possível que tanto valores semelhantes quanto valores antagônicos sejam associados ao mesmo enunciado discursivo. Essa formação antagônica de !E! advém do fato que tais valores opostos relacionam-se a FD antagônicas. Assim sendo, é preciso representar !E! na sua modalidade contraditória: $P \{X/Y\}$. Essa representação do enunciado sob forma dividida aponta para a *contradição que lhe é constitutiva*, onde X e Y representam posições referenciais dominadas por FD antagônicas localizadas no contexto de uma formulação P. Assim, !E! = $\{P \{X/Y\}$. Essa representação de !E!, denominada por Courtine de enunciado dividido, indica o limite entre o formulável (FDX) e o não formulável (FDY). Portanto, no interior de !E!, encontra-se o aspecto ideológico, o qual só é tangível através da materialidade lingüística de !e!. A divisão entre o formulável e o não formulável fixa os limites da "aceitabilidade discursiva, assegurando o fechamento de um domínio de saber". No que tange ao SU de uma FD, no caso do enunciado dividido, estabelece-se a relação entre dois sujeitos de saber antagônicos e a fórmula do !E! pode ser representada por $P\{SU1/SU2\}$, onde PX remete à posição de SU1 e PY refere a posição de SU2.

Entretanto, nos discursos autoritários, nem sempre o enunciado é representado dividido. Sua relação com a função referencial e conseqüentemente com o sentido e a verdade é diversa. Orlandi observa que nesse tipo de discurso, "a relação com a referência é exclusivamente determinada pelo locutor: a verdade é imposta"

(ORLANDI, 1983, p. 143). Ou seja, em tais discursos o enunciado exclui o embate de sentidos, pois "o processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta como a interpretação" (ORLANDI, 1990, p. 36). Frente a um discurso assim concebido, cabe ao analista a abordagem crítica de tal interpretação, para relativizá-la e reintroduzi-la novamente no confronto dos sentidos. Vale dizer, portanto, que mesmo quando o enunciado não se representa dividido, analisá-lo à luz da AD implica restabelecer analiticamente sua divisão. Nesse sentido, a perspectiva teórica do enunciado dividido é fundamental para o exame do discurso presidencial da III^a República Brasileira.

Esse aparato conceptual - formação discursiva, dotada de fronteiras desestabilizadas; interdiscurso, regulador das transformações da FD; preconstruído, formulação de um já-dito assertado em outro lugar; e enunciado dividido, instaurador do confronto de sentidos - determinou, por suas características, desdobramentos teóricos que desaguam na problemática da **heterogeneidade**.

Essa nova etapa da AD é fortemente marcada pelo trabalho de J. Authier. Para instaurar a heterogeneidade como campo de investigação, a autora aproxima-se da concepção do Outro, formulada pela psicanálise, ao afirmar que em "toda fala, sempre, sob nossas palavras, 'outras palavras' se dizem; (...) o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro" (AUTHIER, 1982, p. 140) (O grifo é nosso).

Em seus estudos, Authier distingue dois tipos de heterogeneidade: (1) a **heterogeneidade mostrada**, que indica a presença do Outro no discurso do locutor (discurso direto, discurso indireto, aspas, por exemplo); e (2) a **heterogeneidade constitutiva** que consiste em uma "modalidade implícita que esgota a possibilidade de captar lingüisticamente a presença diluída do Outro no um". A

heterogeneidade constitutiva conduz o sujeito do discurso a um "vertiginoso interdiscurso" (AUTHIER, 1984, p.108).

Vale lembrar que, para P.Henry, o "já-dito não é do domínio da sintaxe, tem raiz no inconsciente, não no sujeito" (HENRY, 1977, p.144). Essa afirmação é relativizada por Authier ao afirmar que "as formas linguísticas marcadas da heterogeneidade mostrada" indicam o "funcionamento da ilusão do sujeito", de tal forma que "o já-dito não mobiliza uma operação de recalque", como pretende P.Henry (AUTHIER, 1984, p.109-10).

Ainda no que tange à natureza da heterogeneidade, Pêcheux (1983) questiona se seria de fato "o discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou o discurso do sujeito se colocando em cena como um Outro" (GADET & HAK, org, op. cit., p.316).

Nessa discussão, parece-nos lícito apontar que a heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não, é da ordem da sintaxe, conforme salienta Authier, enquanto a heterogeneidade constitutiva, tal como descrita pela autora, relaciona-se com a ilusão-esquecimento no.1, que constrói para o sujeito do discurso a ilusão de ser a fonte de seu dizer, sendo pois da ordem do inconsciente, havendo nesse ponto convergência entre Authier e Henry.

Examinaremos, a seguir, o trabalho de Sériot que também investiga a heterogeneidade discursiva, procurando "*saber como um texto pode comportar, a título de componentes internos, elementos provenientes de um outro lugar, diferente dele mesmo*" (SÉRIOT, 1986, p.14). Para tanto, o autor retoma e teoriza, com base em Pêcheux (1975), P.Henry (1975) e Culioli (1970), a noção de **preconstruído**. Em seu entender, trata-se de "enunciados simples, provenientes de discursos anteriores ou apresentados como tal. Esses enunciados são importados como relações predicativas onde cada elemento já está munido de operações de asserção efetuadas ou supostamente efetuadas em um ato de enunciação precedente" (SÉRIOT, op. cit., p.24).

Desse modo, o preconstituído, por não ser assertado no discurso do sujeito, não é por ele assumido, aí encontrando-se como um objeto do mundo do qual ele se apropriou, um já-lá, pré-existente a seu próprio discurso. Essa apropriação, pelo viés do apagamento das condições de produção da asserção anterior, permite "apresentar formalmente como intradiscursivo (produzido *no e pelo* discurso) o que, de fato, *é produto de atos de asserção exteriores ao discurso*, mas não reconhecidos como tais e evidentes, na eternidade da evidência: a ilusão do intradiscurso" (Idem, p. 28).

Com base nesse funcionamento discursivo do preconstituído, Sériot interpreta seu efeito de sentido como um implícito, um não-dito "mostrado", cujos vestígios permitem reconstituir *com base em hipóteses discursivas o todo ou uma parte do que não é lembrado, mencionado: trata-se do implícito que pode ser descrito sintaticamente*" (Idem, p. 30) (O grifo é nosso).

Sériot põe em evidência diferentes tipos de preconstituído. O primeiro remete formalmente a um discurso anterior. A isto, acrescentamos tratar-se da modalidade descrita por Authier como heterogeneidade mostrada. Outros tipos de preconstituídos representam, entretanto, um não-dito que pode apenas indiciar seu discurso de referência por remeter à ordem do jamais-dito, do jamais-assumido, do indizível. Deste não-dito informulável encontram-se vestígios em discursos de refutação. Por fim, há preconstituídos cujos não-ditos não encontram correspondência em ocorrências efetivamente assertadas.

Tais funcionamentos e seus efeitos de sentido conduzem ao necessário "limite entre língua e discurso, que não pode ser teorizado pela lingüística: uma mesma seqüência sintática, uma mesma superfície textual pode remeter a duas espécies totalmente diferentes de extradiscursivo. E a separação/articulação entre ambos não é apenas um problema de natureza formal" (Idem, p. 31).

A isto, desejamos acrescentar que para investigar tal entrelaçamento, faz-se mister trabalhar na tensão entre o efeito de homogeneidade e a heterogeneidade fundante do discurso. E propomo-nos investigá-la pelo viés da simulação da "reconstituição linguística do enunciado original, subjacente a um [preconstruído]", remetendo "a um exterior ao texto, seja uma anterioridade transformacional ou uma alteridade derivacional" (Idem, p.14).

Uma reconstituição, entretanto, não pode ser atestada por ser o não-dito reconstituído da ordem da heterogeneidade não-marcada e, por conseguinte, o enunciado assim obtido escapa às operações lógicas internas, não podendo ser tomado como o enunciado "original", dele sendo apenas uma "projeção", um constructo teórico, portanto. Em função disso, não é possível realizar uma identificação positiva do discurso do Outro. Tal reconstituição representa, entretanto, um modo de acessar essa alteridade não-marcada do discurso, já que a interpretação de uma seqüência discursiva apóia-se na "existência de um *corpo sócio-histórico de vestígios discursivos constituintes do espaço de memória da seqüência*" (PÉCHEUX, 1990b, p.289) (O grifo é nosso).

Assim, através dos trabalhos anteriormente mencionados, inaugura-se, pelo viés da análise do discurso, uma nova prática de leitura que consiste em relacionar o que é dito na seqüência discursiva em análise com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar não-ditos no interior do que é dito. Um gesto de leitura com tais características é possível porque toda seqüência discursiva é "*lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis*, oferecendo lugar à interpretação" (PÉCHEUX, 1990a, p.53) (Ogrifo é nosso).

A partir dessa concepção de descrição linguística, entendemos encetar a investigação da heterogeneidade não-marcada do discurso. Dito de outra forma: dado que uma seqüência discursiva *também* pode ser examinada a partir de seus pontos de deriva, procuraremos, na

materialidade lingüística das seqüências discursivas em análise, os vestígios discursivos que nos possibilitem analisar tais seqüências em sua relação com o discurso do Outro. Ainda associando-nos a Pêcheux, a descrição de "uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negação e interrogação, *múltiplas formas* de discurso relatado ...) o discurso-outro como *espaço virtual* de leitura desse enunciado ou dessa seqüência" (PÊCHEUX, 1990a, p.54-5) (O grifo é nosso). E se tal presença virtual instaura-se na materialidade descritível da seqüência discursiva, ela só pode ser percebida como já-dito pelo confronto que dela se faz, pelo viés da reconstituição teórica, com a *memória discursiva*.

Nesse ponto, faz-se necessário introduzir a categoria analítica de *memória discursiva*. De imediato é preciso ressaltar que não se trata aqui da concepção psicologizante de memória individual, nem tampouco do inconsciente coletivo. Trata-se da noção de *memória social* inscrita no seio das práticas discursivas. Para refletir a memória enquanto estruturação da materialidade discursiva, lembraremos inicialmente a concepção que dela faz P. Achard (1983, p.238-9). Para formulá-la, o autor introduz as noções de *repetição e regularização*. Em seu entender, a *memória discursiva* decorre de uma relação dialética entre a repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido, de tal modo que a "regularização apóia-se necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido" (ACHARD, 1983, p.239). Vale dizer que é preciso proceder ao reconhecimento do mesmo e de sua repetição. Em uma perspectiva da AD, pensamos que, à medida que a repetição ocorre pelo viés da paráfrase discursiva, variações e transformações instauram-se no processo discursivo. É no interior da família parafrástica, construída por tais repetições, que é possível estabelecer a comparação entre o mesmo e suas repetições, daí decorrendo a regularização do sentido. É nesse nível que se processa a *atestação discursiva*. Achard sublinha que "na hipótese

discursiva, ao contrário do modelo chomskiano, a atestação constitui um ponto de partida, não o testemunho de possibilidade de uma frase, e a memória não restitui frases ouvidas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído através das operações de paráfrase" (Idem, p.240). O autor entende que a "memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação" (Idem, p.240), de tal forma que a enunciação não decorre do locutor, mas de operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

Courtine (1981, 1983) ocupou-se longamente da categoria de memória discursiva, deslocando-a definitivamente para o âmbito da AD, ao relacioná-la à rede de noções que compõem a Teoria do Discurso. Em seu entender, é a partir da categoria de !E! que é possível referir-se à *memória discursiva que decorre da "existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos"* (COURTINE, 1981, p.53). Assim, a repetição ou o apagamento de elementos do saber de uma FD, ou seja dos !E!, aponta para o que Courtine convencionou chamar de **memória discursiva**. Quando um !E! é atualizado através de uma !e!, dá-se a *atualização de um acontecimento*. Portanto, é da *relação do interdiscurso com o intradiscurso, através da articulação de !E! com !e!, que se dá o efeito de memória em um discurso particular*, pois uma "formulação-origem" é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica (Idem, p.53). A FD, contendo, no seu interior, redes de formulações, ao constituir seu saber próprio, constitui, no mesmo movimento, a *memória discursiva*. É isso que leva Courtine (1983, p. 13-4) a considerar a ordem do discurso, no campo do discurso político, como uma das modalidades de existência da memória histórica. Courtine, ao refletir sobre a "formulação-origem" e sua repetição, chega a considerações sobre o discurso citado remetendo-o à *categoria do repetível*. A repetição é aí entendida como retomada formal, de discurso para discurso, de seqüências discursivas inteiras. No entanto, algo de novo pode ocorrer, pois, ao mesmo tempo que a

repetição indica que o discurso citado aí se faz presente, todas as marcas sintáticas do discurso citado são apagadas. Assim, a *apropriação é um processo concomitante ao desaparecimento dos vestígios do desnivelamento discursivo.*

Ao lado do discurso citado, há outra modalidade de repetição. A esse segundo tipo, Courtine denomina de "*repetição vertical*": esse tipo de repetível retoma "*um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e se deslocando no enunciado. Uma repetição que está ao mesmo tempo presente/ausente. Ausente porque funciona sob o modo do desconhecimento e presente porque remete para uma memória lacunar. A repetição vertical se dá pela repetição de fragmentos que estão ligados a uma lacuna, cuja função é ser uma causa ausente. A descontinuidade provocada pela conjugação do fragmento e da lacuna gera uma memória lacunar*" (COURTINE, 1983, p.13-5). A isto, acrescentamos que é no âmbito da repetição vertical que se instaura a heterogeneidade não-marcada, que é da ordem do discursivo.

Essas duas formas diversas de construir o repetível representam *as duas modalidades possíveis de determinação do ato de enunciação pela exterioridade do enuciável.* O discurso apresenta-se como:

- a) um preenchimento capaz de produzir um efeito de consistência no interior do formulável;
- b) um vazio capaz de gerar um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do formulável.

No entender de Courtine, essas duas modalidades do interdiscurso indicam, ainda, que "*memória e esquecimento são indissociáveis na enunciação do político*" (COURTINE, 1983, p.15).

A isto desejamos acrescentar que, em nossa opinião, tal indissolubilidade não é privativa do político, mas nele torna-se imprescindível para sua abordagem analítica, pois é a partir da memória discursiva que é possível apreender os funcionamentos de encaixamento do preconstruído, do discurso transversal e a articulação de enunciados discursivos.

Desse modo, a memória discursiva permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna. Tal efeito de memória reatualiza a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, por conseguinte, homogêneo. Essa categoria analítica é fundamental para examinar a heterogeneidade não-marcada, própria da ordem do discursivo.

Encerrando a reflexão

A rede nocional que acabamos de desenhar permite examinar o discurso da IIIª República Brasileira sob o duplo questionamento que apontamos quando apresentamos a problemática que nos mobiliza e que desejamos retomar neste passo.

Na verdade, as questões iniciais que formulamos não pressupõem respostas excludentes. Ao contrário. Elas representam a hipótese que preside a presente tese, a saber: em nosso entender, os dois movimentos - de fechamento e de abertura do espaço discursivo em análise - fazem-se presentes no discurso presidencial da IIIª República Brasileira. Dito de outra forma: o funcionamento discursivo de nosso corpus encontra-se marcado por processos discursivos que trabalham no sentido de representá-lo como um espaço discursivo fechado e impermeável a outros discursos. No entanto, como tal homogeneidade é imaginária, também atuam em nosso corpus processos discursivos cujo funcionamento consiste em incorporar o discurso-outro, os quais respondem pela heterogeneidade fundante deste espaço discursivo.

Tais processos, aparentemente excludentes entre si, promovem o efeito de homogeneidade com o conseqüente ocultamento da heterogeneidade do discurso em análise. A explicitação destes processos constitui o objeto dos capítulos que compõem a segunda parte desta tese.

4- DA TEORIA PARA A PRÁTICA

As proposições teóricas precedentes conduzem ao estabelecimento de procedimentos metodológicos que possibilitem a operacionalização do referido aparelho conceptual, com vistas à execução da análise do corpus considerado.

Tal propósito conduz uma vez mais à teorização pois, em AD, não existe um modelo que se aplique automática e indiferenciadamente a todo e qualquer discurso. Vale dizer que a definição da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico implica mais uma vez a análise.

O duplo questionamento que representa o problema que pretendemos examinar determinará, pois, os procedimentos metodológicos adequados à abordagem analítica das alocuções presidenciais que constituem nosso corpus.

Impõe-se, inicialmente, uma reflexão que distinga o corpus empírico, constituído pela totalidade de alocuções presidenciais efetivamente realizadas durante a IIIª República Brasileira, e o corpus discursivo que será o objeto sobre o qual incidirão nossas análises.

A delimitação do corpus discursivo mobiliza uma postura teórica própria à AD. Conforme salienta Courtine (1981, p. 24), parte-se de um "universal discursivo", entendido por Dubois (1969) como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para estabelecer um campo discursivo de referência que se define como um tipo específico de discurso como, por exemplo, o discurso político, ou ainda o discurso político de um locutor específico, o qual se qualifica como um corpus empírico.

O campo discursivo de referência de nossa tese dá-se no enquadramento cronológico que vai de 1964 a 1984, período identificado como o da IIIª República Brasileira, do qual tomaremos as alocuções presidenciais como objeto de análise. Nosso campo discursivo de referência é pois constituído pelo discurso político

autoritário produzido pelos cinco presidentes militares desse período, a saber: Castello Branco (CB), Costa e Silva (CS), Médici (M), Geisel (G) e Figueiredo (F). Ou seja, nosso campo discursivo de referência possui cinco domínios discursivos.

O estabelecimento de um campo discursivo de referência não implica, entretanto, a automática delimitação do corpus discursivo. Ele representa o espaço discursivo (MAINGUENEAU, 1983), a partir do qual o corpus discursivo propriamente dito será construído, através de sucessivas "coletas" que definem, num verdadeiro gesto analítico, o que pertence a um determinado corpus discursivo e o que dele está excluído. Tal coleta conduz o analista de discurso a identificar no corpus empírico seqüências discursivas para integrar o corpus discursivo, na qualidade de objeto específico de análise. Tais seqüências discursivas, identificadas em função dos objetivos do analista, são definidas por Courtine como "seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase". E o autor acrescenta que "a natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis" (COURTINE, 1981, p. 25).

Assim, o primeiro movimento analítico de construção do corpus discursivo inicia na delimitação das seqüências discursivas, mas aí não se esgota. Tais seqüências precisam ser organizadas no interior do corpus, e o recorte discursivo funciona como elemento organizador.

A noção de recorte discursivo foi proposta por Orlandi (1983, p. 128-9; 1984, p. 13-7) para distinguir o gesto do lingüista, que segmenta a frase, do gesto do analista de discurso que, ao recortar uma seqüência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem-e-situação. É neste sentido que a autora propõe "o recorte como unidade discursiva" (ORLANDI, 1984, p. 14).

Assim, as seqüências discursivas, identificadas a partir de nossos objetivos, constituirão os recorte discursivos que, a título de unidades discursivas, comporão o corpus discursivo desta tese.

Cada recorte discursivo será composto por três seqüências discursivas extraídas de cada domínio discursivo de nosso corpus. Ou seja, se o fato em análise ocorre nos cinco domínios, o recorte será composto por 15 seqüências discursivas, ordenadas em função da sucessão histórica dos referidos presidentes, identificadas pelas siglas de seus nomes e numeradas continuamente, de recorte para recorte. A ausência em um recorte de seqüências discursivas próprias a um domínio discursivo específico significa a não-ocorrência do fato em exame no referido domínio. Nesse caso, o recorte discursivo compor-se-á com as seqüências discursivas representativas dos domínios discursivos em que o fato ocorre.

Cada seqüência discursiva será igualmente seguida, entre parênteses, pela sigla identificadora do presidente, seguida de um número que, na bibliografia, identificará o volume em que se encontra publicada a alocução de onde provém a seqüência discursiva em questão, seguida de uma breve contextualização, bem como da página em que a alocução está publicada.

Neste ponto, faz-se necessário observar, repetindo Orlandi, que "a análise de discurso não visa à exaustividade 'horizontal', isto é, em extensão, nem à completude, ou à exaustividade em relação ao objeto empírico, material" (ORLANDI et alii, 1989, p.32). Por esta razão, estipulamos arbitrariamente o número de seqüências discursivas por domínio discursivo, daí resultando um recorte discursivo composto por quinze seqüências discursivas. Não fomos movidos pelo desejo de completude, nem pela ilusão de exaustividade. Procuramos oferecer uma amostra representativa para cada questão que será objeto de análise. De modo que tais seqüências funcionam como seqüências discursivas de referência (COURTINE, 1981, p.54). Ou seja: sobre elas incidirão nossas análises cujos resultados serão considerados extensivos ao campo discursivo de referência.

Junto com Orlandi, acreditamos que

"a delimitação de um *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos. Desse modo, a questão da exaustividade deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática e não em relação ao material lingüístico empírico (textos) em si (ORLANDI et alii, op. cit., p. 32).

Recortes discursivos assim construídos contêm *seqüências discursivas de referência que se constituem em diferentes séries temporais representativas de nosso campo discursivo de referência*. Tais recortes discursivos permitem realizar uma "varredura" em nosso *corpus discursivo*, seja para buscar regularidades dispersas, tais como:

- a) identificação dos diferentes sujeitos de enunciação com a forma-sujeito da FD que afeta o discurso em análise;
- b) identificação dos diferentes sujeitos de enunciação com o lugar de enunciação do sujeito do discurso.

Seja para comparar as diferentes séries temporais e identificar variações no funcionamento do discurso em análise, como por exemplo:

- c) mudanças conjunturais;
- d) alternância do sujeito da enunciação (diferentes presidentes);
- e) diferentes formas de representação do sujeito do discurso;
- f) alternância dos alocutários enunciativos (diferentes grupos representativos do povo brasileiro: industriais, executivos, intelectuais, estudantes, políticos, militares...);
- g) reversibilidade dos destinatários discursivos;
- h) diferentes imagens assumidas pelo sujeito do discurso;
- i) divergências entre a posição de sujeito assumida pelo sujeito da enunciação com o sujeito de saber da FD que domina a referida enunciação para verificar os efeitos de sujeito aí produzidos, efeitos do tipo contradição / oposição / negação / denegação.

Questões desta natureza estarão em pauta na segunda parte - *O Funcionamento do discurso presidencial*.

Recortes discursivos assim construídos permitem igualmente:

a) estabelecer relações entre o intradiscurso e as famílias parafrásticas que se instauram através do processo de enunciação;

b) relacionar seqüências discursivas !e! do intradiscurso à rede de formulações constituída pelo conjunto estratificado de !E! do interdiscurso específico da FD que afeta o discurso em análise.

E, desta forma, examinar o processo de determinação discursiva, responsável pelo efeito de "fechamento" do discurso em análise, que estará em exame no primeiro capítulo da terceira parte desta tese e que leva por título **Da Determinação à Sobredeterminação**.

Por fim, através de recortes discursivos, constituídos por diferentes séries temporais, é possível:

a) relacionar o discurso presidencial com formulações afetadas por FD antagônicas;

b) analisar seqüências discursivas para verificar como enunciados discursivos procedentes do discurso-outro são apropriados pelo discurso em análise.

Tais fatos lidam com a natureza essencialmente heterogênea do discurso e para serem analisados, além dos recortes discursivos, mobilizam ainda outros procedimentos metodológicos: há que distinguir o discurso presidencial, que será designado por D1, do discurso não-presidencial, afetado por FD antagônica, e assinalado por D2. Já a FD que afeta o discurso presidencial será identificada FD1, enquanto a FD antagônica será marcada como FD2. Ao mesmo tempo, é preciso distinguir o discurso presidencial do discurso-outro, porém igualmente afetado por FD1. Trata-se, neste último caso, de D3, portador de posições de sujeito não coincidentes com as posições do sujeito do discurso em análise. Ou seja, D1 e D2, afetados por FD1 e FD2 respectivamente, representam posições de sujeito em confronto, enquanto D1 e D3, ambos afetados por FD1, representam diferentes subjetividades no interior de um mesmo domínio de saber.

Questões desta ordem estarão em pauta no segundo capítulo que compõe a terceira parte e intitula-se *Sobre a heterogeneidade do discurso presidencial*.

Os recortes discursivos estão integrados ao corpo do trabalho e constituem-se no eixo estruturador de seus capítulos e seções. Nosso corpus discursivo, por conseguinte, ao constituir-se dos diferentes recortes discursivos, está totalmente inserido à presente tese.

Para finalizar diremos sumariamente como o corpo desta tese formalmente composto. Constitui-se de três partes. Na primeira, que leva por nome *Preparando a análise*, encontram-se reunidas todas as questões preliminares à análise propriamente dita. A segunda parte, organizada em quatro capítulos, examinará o *Funcionamento do discurso presidencial*. A terceira parte, que leva por título *A construção da homogeneidade imaginária e suas rupturas*, compõe-se de dois capítulos que analisam os processos discursivos que estão na base de seu funcionamento.

Desejo, ao encerrar essa primeira parte, apropriar-me das palavras de Courtine para expressar minhas esperanças / intenções / pretensões de que essa tese enseje "um processo de demarcação do pensamento no interior do pensamento, o esforço - freqüentemente incerto, sempre difícil - de uma filiação que não seja uma pura e simples repetição" (COURTINE, 1981, p. 13).

S E G U N D A P A R T E

O F U N C I O N A M E N T O D O D I S C U R S O P R E S I D E N C I A L

PRIMEIRAS PALAVRAS

Toda vez que o sujeito de um discurso toma a palavra, ele mobiliza um *funcionamento discursivo* que é definido por Orlandi (1983, p. 53) como a "atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas". E a autora esclarece que "determinado" não remete nem ao número, nem a presença física, ou à situação objetiva dos interlocutores. ... Trata-se de formações imaginárias, de representação, ou seja, da posição dos sujeitos no discurso" (ORLANDI, 1983, p. 141)

Tal concepção do funcionamento discursivo nos conduz a refletir sobre a noção de *dialogismo*. Em discursos como o que ora examinamos, a interlocução se constrói através do funcionamento discursivo que exclui a alternância entre os sujeitos do discurso, nas posições de locutor e interlocutor, tal como descrita por Benveniste (1966). Osakabe (1979, p. 62-3) considera essa falta de alternância a partir de dois tipos de imagens diversas - a *imagem da dominação*, relativa ao locutor e a *imagem do dominado*, correspondente ao destinatário.

Em função da natureza "historicamente determinada" dos interlocutores do discurso, Orlandi (1989, p. 44) entende que "a concepção dialógica da linguagem supõe um percurso social, historicamente constituído, da significação em que está inscrita a relação entre os diferentes lugares (sociais) da interlocução com seus poderes desiguais". (ORLANDI, 1989, p. 44).

Essa concepção dialógica da linguagem referida por Orlandi, acrescida ao fato de que a reversibilidade EU/TU é pouco comum numa formação social como a nossa, determinou o exame, no presente capítulo, da noção de interlocução em uma perspectiva discursiva dado que esta instaura-se lá mesmo onde parece estar excluída, em função da não-reversibilidade, indicando tratar-se de um efeito de sentido produzido a partir da construção do discurso.

Para tanto, é preciso levar em conta as diferentes vozes que se agregam à voz do sujeito do discurso (DUCROT, 1980, p.35-8). No entanto, extremamente desiguais, nem sempre falam sendo, com frequência, faladas. Acrescente-se a isto a noção de monofonia (ORLANDI, 1989, p. 43) que permite examinar o apagamento de outras vozes para fazer soar apenas a voz autorizada.

Estas são questões que estarão em pauta nesta segunda parte, dedicada à análise multifacetada do funcionamento discursivo de nosso corpus. Compõem-na quatro capítulos. O primeiro estará voltado às questões que determinam o sujeito deste discurso. O segundo examinará a construção do outro neste espaço discursivo. O terceiro traçará o cenário discursivo em que tal discurso funciona, enquanto o quarto fará a análise do processo de interlocução discursiva que aí se trava.

1 - CONSTRUÇÃO DO SUJEITO PRESIDENCIAL

INICIANDO A REFLEXÃO

Este primeiro capítulo examinará minuciosamente o primeiro elemento do funcionamento discursivo em pauta, detalhando os fatos discursivos que determinam seu sujeito. Com este propósito, inicialmente serão analisadas suas formações imaginárias para, a seguir, verificar como este sujeito representa-se, quais as configurações que assume. Por fim, examinaremos a construção de seu lugar enunciativo.

1.1- O IMAGINÁRIO DO SUJEITO PRESIDENCIAL

Pêcheux (1969, p.18-9) afirma que o discurso produzido por um sujeito(A) sempre pressupõe um destinatário(B) que se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Tais lugares estão representados nos processos discursivos a partir de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Para examinar essas formações imaginárias, Fêcheux propõe quatro questões que lhes estariam subjacentes. Duas referentes às imagens de A e duas referentes às imagens de B. No âmbito dessa tese, nos limitaremos às formações imaginárias de A, ou seja, do sujeito de D1, pois trabalhamos apenas com os discursos presidenciais.

Transcrevemos, a seguir, as duas questões formuladas por Fêcheux para o exame das imagens de A.

IA(A) (Imagem do lugar de A para o sujeito situado em A) : "Quem sou eu para lhe falar assim?"

IA(B) (Imagem do lugar de B para o sujeito situado em A) : "Quem é ele para que eu lhe fale assim?"

Estas duas formações imaginárias presidem o funcionamento discursivo do corpus em análise. A primeira delas sustenta a construção discursiva dos diferentes lugares enunciativos que representam lugares institucionais a partir dos quais o sujeito de D1 realiza sua prática discursiva, enquanto a segunda, consequência da primeira, decorre da construção discursiva das diferentes representações do destinatário, presentes em D1. O exame de IA(A) permitiu identificar quatro diferentes imagens, a partir da auto-representação em primeira pessoa do singular. Examinaremos, a seguir, seqüências discursivas representativas destas diferentes imagens que designaremos por IA(A)1- (O presidente democrata), IA(A)2- (O presidente militar), IA(A)3- (O presidente autoritário) e IA(A)4- (O presidente injusticado). Tais imagens compõem as diferentes representações da figura do presidente dirigidas aos diferentes destinatários instituídos por tais discursos.

IA(A)1 - A imagem do presidente democrata

Esta imagem está presente nos cinco domínios discursivos em análise. Para seu exame, seqüências discursivas foram recortadas e reunidas no recorte que segue.

CB1 - *Espero (...) possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições*

- livres, uma Nação coesa (...)* (CB1 - 11.04.64 - Após ser eleito pelo Congresso, p.11)
- CB2 - *Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerai em vigília para que todos as observem com exatidão e com zelo. Meu Governo será o das leis (...)* (CB1 - 15.4.64 - Posse perante o Congresso Nacional, p.12)
- CB3 - (...) *Tenho a certeza de que a Revolução não tem receio de eleições e as deseja firmemente.* (CB2 - 13.02.65 - Brasília, IV Congresso Assembleias Legislativas Estaduais, p.5)
- CS1 - *Elegendo-me Presidente da República (...), acabais de conferir-me o mandato mais honroso a que um brasileiro pode aspirar (...)* (CS2-3.10.66 - Congresso Nacional, após eleição, p.167)
- CS2 - *Meus intuítos democráticos e minha preocupação com a ordem constitucional não podem ser postos em dúvida.* (CS2 - 3.10.66 - Congresso Nacional, após eleição, p.163)
- CS3 - *Não esquecerei que uma das formas de ser fiel ao povo é ser fiel aos seus representantes que, nessa qualidade e por esse elevado título, me elegeram Presidente da República.* (CS2 - 16.3.67 - Pal. Planalto - 1a. Reunião Ministerial, p.179)
- M1 - *O meu Governo ia iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo (...) com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram. E estou disposto a pô-las em prática (...)* (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à presidência, p.10-11)
- M2 - *Neste momento, eu sou a oferta e a aceitação. Não sou a promessa. Quero ser verdade e confiança, ser coragem, a humildade, a união. A oferta de meu compromisso ao povo perante ao Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático.* (M1 - 30.10.69 - Discurso de Posse, p.33)
- M3 - *Pretendendo deixar, ao término de meu período governamental, definitivamente instaurada a democracia em nosso País,* quero deixar bem claro que o alcance desse objetivo depende muito mais dos militantes da política partidária, que do próprio Presidente da República. (M1 - 20.11.69 - Convenção Arena, p.48)
- G1 - *Registro por oportuno, o reconhecimento geral, partido até mesmo de grupos antes dos mais contestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia da propaganda eleitoral.* (G1 - 31.12.74 - TV, p.187)
- G2 - *Congratulo-me (...) com o povo que macicamente acorreu às urnas, demonstrando sua fé nos valores democráticos(...)* (G1 - 30.12.74 - TV, p.188)
- G3 - *Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para levar avante esse legado superior de consciência cívica e de pragmatismo criado, para o bem de nossa Pátria e bem-estar de nosso povo.* (G1 - 15.3.74 - Pal. Planalto - Posse, p.29-30)
- F1 - (...) *Mas tenho também diante de mim um compromisso, que assumi antes mesmo de tomar posse na Presidência da República. E, mais que compromisso um juramento que fiz após assumir a Presidência da República: disse por mais de uma vez que iria transformar este país numa democracia.* (F2-4.10.79- MG- Itajubá-Improviso, p.175-6)

- F2 - (...) não *descansarei* até estar plenamente assegurado - sem sobressalto - *o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão*, inscritos na constituição. (F2 - 15.3.79 - Palácio do Planalto - Posse, p. 5)
- F3 - Soldado *recebi* essa indicação como uma missão a cumprir. *Candidato, dispo a farda para exercer as atividades essencialmente civis de postulante* à suprema magistratura e mais tarde - *confio* - as de Presidente da República. (F1 - 9.4.78 - Congresso Nacional - Indicação à Presidência pela ARENA, p. 9)

O exame deste recorte discursivo revela que no discurso presidencial da IIIa. República do Brasil, de um modo geral, é construída a imagem de um presidente democrata, que acredita no jogo democrático e em suas instituições, razão pela qual está investido de compromissos e deveres cívicos. Examinando a seqüência F3, percebe-se que à imagem do presidente democrata acrescenta-se, explicitamente, a figura do presidente civil.

Esta imagem representa o desejo de ir ao encontro do imaginário de boa parte da opinião pública para a qual o presidente deve ser um democrata. Esses procedimentos indicam a busca de autenticidade para o regime. Sendo o presidente um democrata, o poder é legítimo porque exercido com base nas instituições democráticas e emanado da vontade do povo. Vale dizer, portanto, que essa auto-representação consiste na construção de um simulacro a partir da imagem que o sujeito de Di supõe ser a imagem que a opinião pública constrói de presidente.

Neste ponto, faz-se necessário examinar a noção de *simulacro*. Para tanto, tomemos Deleuze (1974, p. 260-63), que analisa essa noção a partir de Platão. No *Folítico*, Platão distingue o *verdadeiro político* ou o *pretendente bem fundado dos simulacros e contrafacções de políticos*. Estes últimos são os *falsos pretendentes*. No *Sofista*, Platão caracteriza o *simulacro* como uma *dissimilitude que implica em um desvio essencial*, chegando à distinção entre *cópia* e *falsa cópia*, pondo em questão a noção de *cópia*: "O que assim simula a cópia, mas que de forma alguma o é, não seria um simulacro?" (PLATÃO, 1972, 236b). Vale dizer que o *pretendente* é aceitável "à medida em que se modela (interiormente e espiritualmente) sobre a *Idéia* ... sobre a essência

... É a identidade superior da Idéia que funda a boa pretensão das cópias e funda-a sobre a semelhança interna ... "(DELEUZE, 1974, p. 262). Já o *simulacro* é "uma cópia de cópia, um ícone infinitamente degradado, uma semelhança infinitamente afrouxada. ... A cópia é uma imagem dotada de semelhança, o simulacro, uma imagem sem semelhança" (DELEUZE, op. cit., p. 263)

E o autor salienta o "caráter demoníaco do simulacro" porque este "produz um efeito de semelhança", mas esta semelhança, à medida que é construída externamente com base em uma diferença, "interioriza uma dissimilitude" (DELEUZE, op. cit., p. 263)

Platão, no *Político*, examina as constituições com base nas noções de *cópia* e *simulacro*: as boas constituições são cópias, mas se tornam simulacros assim que violam ou usurpam a lei, esquivando-se ao Bem.

Nesse sentido, a questão formulada por Pêcheux - "*Quem sou eu para falar-lhe assim?*" - deve ser reformulada no político para "*Qual a imagem de presidente desejada pelos brasileiros democratas.*" - é a partir daí que o simulacro do presidente democrata se constrói. Ou seja: a imagem que ora analisamos é construída sobre a suposta imagem que os brasileiros possuem de um presidente democrata.

No recorte discursivo em exame, encontram-se indícios da construção desse simulacro. Em CB1, por exemplo, a modalização da construção verbal - *espero ... possa* entregar - é uma pista clara desse simulacro. Da mesma forma, CB3 traz duas pistas. Por um lado, a primeira parte dessa sequência está embasada no efeito de performatividade produzido pela expressão *tenho certeza* que contém o ato discursivo de *afiançar, assegurar, garantir* cujo efeito de sentido consiste em afastar a dúvida para contrapor-se, na segunda parte da sequência - *A Revolução não tem receio de eleições* - através da negação, a um enunciado que circulava no interdiscurso e que afirma o contrário. É a justaposição entre esse efeito de performatividade e sua negação que possibilita a desconstrução do simulacro.

Tanto em Castello Branco quanto em Costa e Silva, esta imagem do presidente democrata é extensiva ao regime: um regime é democrata na medida em que seu presidente o é. Esta sobreposição é desfeita a partir de Médici, cujo discurso manifesta a transformação que a FDI sofreu após a edição do AI-5. Observando M1 e M2, percebe-se este desdobramento, cujas pistas residem na *negação*¹ - o que antes era refutado, agora é admitido, mas na modalidade negativa, para dissimular essa transformação - e na *determinação discursiva*² - o advérbio *plenamente* satura o adjetivo *democrático*: o regime *não é plenamente* democrático (M1). A imagem presidencial, no entanto, é construída sobre o simulacro de presidente democrático: *quero-a um ato de reverdecimento democrático* (M2). Ou seja, o presidente democrata há de restaurar a democracia.

IA(A)2 - A imagem do presidente militar

Esta imagem está presente nos cinco domínios discursivos do corpus, conforme veremos através do recorte discursivo que segue.

- CB4 - Desejo apresentar à Nação, o meu pronunciamento sobre a prorrogação do atual mandato presidencial, decidido pelo Congresso Nacional a 22 do corrente (...) Pessoalmente e politicamente, preferia terminar o meu mandato a 31 de janeiro de 1966. Tenho diante de mim, não mais uma solução única (...) e sim a alternativa de não concordar, por um ato pessoal, ou de **cumprir a missão** que ora me é entregue. (...) Não quero **desertar** do destino da Revolução. **Decido** pelo **acatamento** à deliberação do Congresso Nacional. Faço-o dentro do procedimento de respeito ao Poder Legislativo (...) *Procurarei*, então, cumprir o mandato até 15 de março de 1967. (CB1 - 24.07.64-Voz do Brasil-Prorrogação do Mandato, p.219)
- CB5 - Manterei decidido o ânimo para **cumprir minha missão de comandante supremo das Forças Armadas**. Nem mesmo a paciência para preservar se esgotará. (CB2 - 11.1.65 - Palácio das Laranjeiras - Posse Min.Aeronáutica, p.260)
- CB6 - Posso afirmar que (...) *com o cargo que hoje* (...) **transfiro**, tudo *fiz* (...) para **cumprir a missão que me coube** (...) E o *fiz*, como é próprio de todas **as guardas**, com honra, com autoridade e com senso total das responsabilidades assumidas (...) **Finda a missão**, passo a Vossa Excelência (...) (CB4 - 15.3.67 - Transmissão da Faixa Presidencial, p.90)
- CS4 - Cabe-me o dever de exprimir ao Congresso Nacional o meu profundo reconhecimento. Mas a honra que ele me concede,

¹ Sobre o Funcionamento Discursivo da Negação, cf. Parte III, cap. II)

² No capítulo "Da determinação à sobredeterminação", Parte III, cap. I, a determinação discursiva é examinada. Embora o advérbio não esteja entre os determinantes discursivos lá analisados, trata-se de um determinante discursivo.

tenho-a, sobretudo, por uma convocação para servir ao Brasil. (CS2 - 3.10.66 - Congresso Nacional - Após Eleição, p.167)

- CS5 - Meus amigos. *Eu quero dizer-lhes o quanto de gratidão e o quanto de satisfação trouxe à alma e ao coração do velho soldado e, no momento, ao chefe das Forças Armadas Nacionais,* essa manifestação tão bem expressa na palavra tranqüila, serena (...) do Comandante do II Exército. (CS2 - 16.5.67 - Quartel do 40.RI - Guaitauna, SP - Homenagem da Oficialidade, p.226)
- CS6 - *Tudo o que fui e tudo o que sou, devo ao Exército (...)* desde o respeito quase sagrado pelas tradições brasileiras, até o cultivo daquelas qualidades que são o apanágio das Forças Armadas, como a camaradagem, a desambição e o patriotismo acendrado. (CS3 - 2.10.68 - Quartel General II Exército, SP, p.413)
- M4 - Recebo a indicação do meu nome para a Presidência da República consciente da *responsabilidade excepcional dessa missão que me foi imposta pelo consenso das Forças Armadas* e tornada irrecusável pelo confiante acolhimento da Nação. *Fiz tudo que estava ao meu alcance para que meu nome não fosse cogitado.* Não consegui, porém, demover meus pares (M1- 7.10.69 - Indicação à Presidência, p.9)
- M5 - Dado que *jamais aspirei a chegar à Presidência da República e que nela me vou investir no cumprimento dessa missão (...)* (M1 - 27.10.69 - TV - Formação do Ministério, p.23)
- M6 - *Trouxe-me a esta origem o terceiro impulso da Revolução de Marco, de que fui Soldado e o destino agora me faz Capitão.* Ninguém deve concluir que a minha assinatura no livro do partido queira dizer que, tão logo investido da Presidência, já me disponho a trocar a firmeza do Capitão pela habilidade do Chefe Político. *Desejo proclamar que esta filiação partidária é um ato de comando, que não transfiro, nem delego a ninguém as responsabilidades superiores de condução dos problemas nacionais.* (M1 - 20.11.69 - Convenção da Arena, p.46)
- G4 - Isto posto - devo declarar - *não o desejei, mas não me foi possível recusá-lo. O encargo de presidir a Nação é missão* que não se postula, mas cuja aceitação tampouco se pode egoisticamente opor uma negativa. *Tive que me render à imposição de um dever.* (G1 - 11.7.73 - Transmissão do Cargo de Pres. da Petrobrás, p.5)
- G5 - (...) Sejam minhas primeiras palavras, as de uma mensagem cordial, impregnada de verdade e franqueza, à Nação. *Declaro-me, desde logo, seu servidor número um (...)* *À missão recebida* dedicarei o máximo de minhas forças e toda a minha capacidade de julgamento e decisão, não permitindo que dela me desviem impulsos quaisquer, (...) de amizade ou do coração. (G1 - 15.01.74 - TV - Após eleição, p.21-2)
- G6 - *Agradeço, sobretudo, a oportunidade muito especial de rever* velhos camaradas e amigos, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nesta reunião plena de gratas recordações para quem, *foi e é, antes de tudo, um soldado.* (G2- 22.12.75 - Min. Exército - Almoço com Oficiais das Forças Armadas, p.299)
- F4 - (...) Vim aqui despido de minha farda, mas pensando em *tratar a gente da minha terra como eu tratava os meus soldados,* e sinto que não vai ser difícil ter aquele mesmo procedimento de carinho e amor que *tinha por meus subordinados nos quartéis* (...) Eu sinto que posso tê-los, junto como o povo da minha terra. Soldado que fui fardado, agora *posso tornar-me um*

- simples soldado da democracia (...)* (F1 - 21.08.78 - S. José do Rio Preto, SP, Concentração da ARENA, p.88)
- F5 - *Sou, antes de tudo, um soldado.* Circunstâncias excepcionais com as quais nunca sonhei, conduziram-me *sem apelação* a esta posição altamente honrosa (...). *Exerço o cargo em obediência a um chamamento.* (F3 - 17.12.80 - Brasília, Forças Armadas, p.391)
- F6 - No fundo mesmo, *eu continuo soldado.* Mas a força das circunstâncias, já que a política é agora meu mister, em virtude do cargo que ocupo, *desejo transplantar aquilo que aprendi nos quartéis*, para espalhar por todo o território nacional e me transformar, um pouco menos talvez, mas não com menos convicção e com menos força de vontade, naquele *soldado da democracia* que foi meu pai. (F2 - 06.12.79 - SP - Improviso frente a Maluf e deputados PDS/SP, p.251)

Esta segunda imagem mostra como os presidentes se vêem e desejam ser vistos: "soldados" convocados para cumprirem uma missão militar, a de salvar a Pátria ofendida e ameaçada. Esta imagem construída nos discursos presidenciais aponta para o assujeitamento do soldado face a decisões hierarquicamente superiores. As pistas para sua identificação decorrem, sobretudo, da natureza do léxico empregado que remete para o campo semântico militar. Assim ela desenha-se: *cumprir a missão, desertar, acatamento* (CB4); *convocação, servir* (CB4); *missão imposta* pelo consenso das Forças Armadas (M4); *render-se à imposição de um dever* (G4); *servidor* (G5); *obediência a um chamamento* (F5). A imagem de assujeitamento ao dever e acatamento de ordens acrescentam-se os papéis próprios à vida militar, tais como: *comandante supremo das Forças Armadas* (CB5); *velho soldado, chefe das Forças Armadas Nacionais* (CB5); *Soldado, Capitão* (M6). Finalmente, o mapeamento dessa imagem completa-se pelo transbordamento das ações militares para a vida civil e atividades presidenciais como, por exemplo, *transferir o cargo, guarda* (CB6); *ato de comando* (M6); *tratar a gente da minha terra como tratava os meus soldados, ... subordinados nos quartéis; soldado da democracia* (F4); *transplantar aquilo que aprendi nos quartéis por todo o território nacional ...* (F6).

Esta imagem busca representar a presidência como *missão que não se postula* (G4), mas à qual é preciso assujeitar-se. Ela vem eivada,

portanto, de despreendimento, sacrifício, modéstia, buscando contrapor-se ao fausto que a imagem presidencial brasileira costuma evocar, retirando daí sua autoridade e respeitabilidade. É sob essa imagem que se constrói a doutrina da salvação nacional e embasa-se a relação idealizada que o governante pretende manter com seus governados. Já que o primeiro está investido do direito de comandar conforme os moldes militares, cabe aos segundos o dever de obedecer, como o fazem os soldados subordinados, ficando assim estabelecido o direito de comando dos primeiros e o dever de submissão dos segundos, o que fundamenta a tomada do poder e o o monopólio do Governo por parte das castas militares.

IA(A)3 - O presidente autoritário

Essa imagem é resultado do confronto inevitável entre as duas imagens anteriores. Num primeiro momento, poder-se-ia pensar que a primeira é incompatível com a FD que afeta o sujeito deste discurso. No entanto, após tê-la submetido à análise, percebeu-se que, de fato, trata-se de um mero simulacro de presidente democrata, em consonância com a FD em que o sujeito de Di inscreve-se. Do aparente conflito entre a imagem do presidente democrata e a imagem do presidente militar, instaura-se uma terceira imagem que mostra essa tensão, como veremos no recorte discursivo que se segue.

- CB7 - (...) *devo (...) afirmar que o Governo não se submete a qualquer desvio de autoridade* (...) (CB2 - 28.05.65 - Pal. Gov. Piauí, p. 181)
- CB8 - *Obrigado a usar* dos poderes da legislação em vigor, que *me autoriza* a decretar o recesso do Congresso Nacional, cumpre-me dirigir-me à Nação (...) (CB3 - 20.10.66 - RJ - À Nação - Agencia Nacional, p. 279)
- CB9 - Honrado pelo convite com que *me distinguiu o Congresso Nacional*, para participar da solene sessão com que celebra o primeiro Aniversário da Revolução, *aqui estou* para falar à Nação Brasileira. Honra tanto maior quanto não é dos nossos hábitos usar o Presidente da República esta tribuna dos representantes do povo (...) Estamos numa época de renovação, na qual é natural que se inove. Tanto mais quanto o que é hoje singular bem poderá ser a norma de amanhã. Nem podemos esquecer que nesta casa, por decisão de sua maioria, constituiu-se o Governo Revolucionário (...) - (CB2 - 31.3.65 - Congresso Nacional, p. 7)

- CS7 - É certo (...) que esta insigne honra é concedida não a minha pessoa, senão à *posição temporária que ocupo*, na vida política nacional, por isso mesmo, *ela excede a quantas me poderiam* ser individualmente e pessoalmente atribuídas. (CS2 - 25.08.67 - Título honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p.249)
- CS8 - Mas enganam-se aqueles que pensam que podem provocar o regime. *Provocado, reagirei, pois não aceito desafios de irresponsáveis que querem levar o Brasil à desordem e ao caos.* (CS3 - 30.11.68 - Pal.Alvorada - Parlamentares ARENA - Encerramento Ano Legislativo, p.447)
- CS9 - *Aquí estou eu como Chefe-de-Estado*, terceira condição em que o *velho soldado* convertido à vida civil, o antigo estudante e o professor confundem-se no *cidadão incumbido de governar transitoriamente o País*, como se *soldado* ainda fosse, para melhor e mais severamente entregar-se ao *cumprimento do dever*; como se tivesse sido apenas civil, para melhor abarcar a *natureza do poder que exerce em nome da constituição*. (CS3 - 22.10.68 - Paraninfo - Colégio Técnico Universitário - Juiz de Fora, MG, p.435)
- M7 - Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo *advirto* que todo aquele que tentar contra a tranqüilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear violência, colherá fatalmente a violência. (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.16)
- M8 - Fiel ao compromisso assumido, *não me disponho*, no momento ou em futuro próximo, *a abrir mão de prerrogativas* que pela constituição me foram conferidas, porquanto as *considero* imprescindíveis à defesa da própria ordem constitucional. (M3 - 30.10.70 - RJ - Pal.Laranjeiras - TV - 1º Aniversário de Governo, p.175)
- M9 - As instituições democráticas não foram assaltadas pelos militares, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, na hora em que os próprios homens que ocupavam o Poder nacional iniciaram a destruição dos mais altos valores da nacionalidade. Essa é a *verdade revolucionária* que precisa ser compreendida, e de que *não aceito e nem aceitarei contestação*. (M2 - 21.2.70 - RJ - Vila Militar - Aniv.Tomada Monte Castello, p.28)
- G7 - Os instrumentos de que o Governo se acha armado para a manutenção da atmosfera de segurança e de ordem (...) *almejo vê-los* não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes *como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica*. (G1 - 19.3.74 - 1a.Reunião Ministerial, p.38)
- G8 - *Entendo* que das maiores qualidades de um governante é dizer "não" (...) (G1 - 15.01.74 - TV - Após decisão do Colégio Eleitoral, p.22)
- G9 - *Confio plenamente* em vossa esclarecida percepção (...) certo de que, do campo das Forças Armadas não partirão nem ambições, nem reações que venham a comprometer o sempre delicado processo de sucessão presidencial que a *mim - pela posição em que estou situado* e pela *responsabilidade que me foi conferida - caberá conduzir*, no seu justo e devido tempo. (G3 - 22.12.76 - Forças Armadas, p.358)
- F7 - *Da oposição espero fiscalização e crítica construtiva. Jamais a crítica sistemática e apriorística* (...) (F2 - 19.3.79 - Pal.Planalto - 1a.Reunião Ministerial, p.20)
- F8 - Porque cumpro o que prometo, não prometo milagres,,, Sou homem da ponderação e da prudência. Mas *não hesitarei em aplicar as leis existentes* diante de situações que ameacem a

tranquilidade da família brasileira ou possam conduzir à desordem social. (F2 - 1.5.79 - TV - p.45)

F9 - Cumpre ao Governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição indireta, no momento, é inoportuna, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro (...). Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado (...). **Manterei, pois, a eleição indireta para meu sucessor.** (F8-31.3.84-Pal. Planalto-TV-200, Aniv. Revolução, p.45-6)

A imagem do presidente autoritário mostra como o sujeito de Di percebe-se e deseja ser percebido por seus interlocutores. Esta imagem decorre do conflito entre a imagem do presidente democrata e a imagem do presidente militar, apresentando traços característicos de ambas. Esta fusão nem sempre é perceptível, embora o seja com frequência. Tomemos CS9, por exemplo. Nesta seqüência discursiva pode-se identificar vestígios das duas primeiras e marcas específicas da terceira. Assim *chefe-de-Estado* e *natureza do poder que exerce em nome da constituição* são inerentes a esta terceira imagem que se constitui pela fusão de *velho soldado* e *cumprimento do dever*, componentes da imagem do presidente militar, com *cidadão incumbido de governar transitoriamente o país* e *vida civil*, marcas oriundas da imagem do presidente democrata.

Para analisar esta fusão é preciso partir de uma característica comum às duas primeiras imagens - os *deveres* - que na primeira apresentam-se como *deveres cívicos* e na segunda, como *deveres militares*. Na fusão dessas duas imagens os *deveres* transformam-se em *poderes*: *poderes da legislação em vigor* (CB8); *poder que exerce em nome da constituição* (CS9); *prerrogativas conferidas pela constituição* (M8); *instrumentos de que o Governo se acha armado* (G7); *leis existentes* (F8).

É a partir dessa metamorfose que as demais características da terceira imagem tomam forma: trata-se de um presidente civil, marca oriunda da primeira imagem, dotado de autoridade, força e

despreendimento, características da segunda imagem. Tais marcas traduzem-se nos poderes de que este presidente está munido.

As pistas lingüísticas que permitem analisar a imagem do presidente autoritário decorrem do efeito de performatividade que impregna D1, tanto em atos discursivos declarativos como em operações de negação, como em: *devo afirmar* que o *Governo não se submete* a qualquer desvio de autoridade ... (CB7); *não me disponho* ... a abrir mão de prerrogativas (M8); *considero* as prerrogativas imprescindíveis (M8); *entendo* que ... (G8); *confio* plenamente em vossa esclarecida percepção (G9) ...; *Manterei*, pois, a eleição indireta para meu sucessor (F9). Essa performatividade assume o tom da advertência em *não aceito* desafios de irresponsáveis (CS8); Essa é a verdade revolucionária ... de que *não aceito e nem aceitarei* contestação (M9); ... *advirto* que não devemos ... ampliar prematuramente a distribuição de renda (M9). Algumas dessas advertências têm um cunho tão forte que podem ser tomadas como *ameaças*. É o que ocorre em *Provocado, reagirei* (CS8); ... *advirto* que todo aquele que tentar contra a tranqüilidade ... será inapelavelmente punido ... (M7); os instrumentos de que o Governo se acha armado ... *almejo vê-los* ... como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica (G7); ... *não hesitarei em aplicar as leis existentes* diante de situações que ameacem a tranqüilidade ... (F8). As ordens também estão representadas, embora de modo indireto: ... o processo de sucessão presidencial *que a mim* ... caberá conduzir (G9) — o que equivale a ordenar que não se envolvam com a questão. Da oposição espero fiscalização e crítica construtiva. *Jamais a crítica sistemática* (F7) ou, em outras palavras, *não ousem criticar-me*; se alguma confiança me é dada, ... *que se comece confiando nos homens em que confio* (M12) pedido este que equivale a uma ordem de delegação de poder.

É interessante observar um tipo particular de efeito de performatividade registrado em nosso corpus. Trata-se de seqüências discursivas que produzem um duplo efeito de sentido, dependendo da FD

que afeta o interlocutor a que se destinam. Isto ocorre em: *Não hesitarei em aplicar as leis existentes* (F8) que, por um lado, produz o efeito de sentido de promessa, destinando-se a tranquilizar todos aqueles que concordam com o governo, estando afetados por FD1 e, por outro, apresenta o efeito de uma ameaça àqueles que discordam e pensam resistir ao poder instituído, por estarem afetados por FD2, que é antagônica a FD1.

Desse modo, a imagem do presidente autoritário contrói-se em D1 sobre a força performativa que embasa a enunciação desse discurso, manifestando a monopolização do poder político. Através dessa imagem, é construída a relação imposta pelos governantes munidos de poderes e instrumentos excepcionais de auto-legitimação aos governados. Ou seja, o discurso presidencial, fortalecido por essa imagem, reveste-se da força necessária para absorver todo o poder do qual os governados ficam privados "temporariamente". E essa dinâmica de forças justifica-se porque tal poder é exercido em nome daqueles que dele são despojados para impedir a desagregação interna da Nação. Isto é feito em nome da primeira imagem - a do presidente democrata - justificando o monopólio do poder para o restabelecimento da democracia ameaçada pelo Governo anterior, que a pôs em risco, tornando-se, conseqüentemente, ilegítimo. É dever dos militares - segunda imagem - ir ao encontro dos anseios do povo para restabelecer a democracia. Com base nessa "missão" de salvamento, constrói-se a imagem do presidente autoritário, que se apóia na doutrina da segurança Nacional.

IA(A)4 - A imagem do presidente injustiçado

É quase inesperada a presença de uma imagem desse tipo, face às três imagens anteriores. No entanto, ela desempenha uma função muito importante, conforme veremos a seguir. Dela existe um único registro em Castello Branco, por ocasião de sua última reunião Ministerial, às vésperas da transmissão do poder, bem como um único registro em Costa

e Silva, após a edição do AI-5. Não se faz presente em Geisel, nem em Médici, sendo extremamente abundante em Figueiredo. Registraremos as ocorrências singulares referentes aos dois primeiros domínios discursivos, porque elas produzem um efeito de sentido diferente daquele produzido no discurso de Figueiredo.

- CB10 - *Não quis nem usei* o poder como instrumento de prepotência. *Não quis nem usei* o poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi. Usei, sim, para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir os privilégios (...) E se não me foi penoso fazê-lo, pois *Jamais é penoso cumprirmos o nosso dever*, a verdade é que nunca faltam os que insistem em preferir sacrificar a seguranças do futuro em troca de efêmeras vantagens do presente, bem como os que põem as ambições pessoais acima dos interesses da Pátria. *De uns e de outros desejo esquecer-me*. Pois a *única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo* que, na sua generosidade e no seu patriotismo, compreensivo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore a ser a grande Nação almejada por todos nós. (CB4 - 14. 3. 67 - Pal. Planalto - Ministério, p. 85)
- CS10 - Valeram-se (...) *todos os tipos de inimigos da democracia* (...) cujas vozes se harmonizaram no coro formado para apresentá-los, inversamente, como defensores da Liberdade e a *nós, que de fato a defendíamos, como tiranos e usurpadores do poder* (...) Derrubar a "Ditadura", que não existia, e "substituir o regime" eram palavras de ordem que circulavam celeremente, ganhando adeptos entre carreiristas, aventureiros, corruptos e subversivos de profissão que habilmente compensavam a falta de apoio popular pela estridência da propaganda e a ousadia da ação. (CS3 - 15. 3. 69 - Mensagem ao Povo - TV - 2o. Aniv. Governo, p. 496)
- F10 - Aqui *voltarei*, posteriormente, para, nos braços do povo, dar resposta àqueles que foram dizer que *eu não gosto do cheiro de minha gente* (...) (F1 - 2. 10. 78 - S. Luiz - Confraternização, p. 139)
- F11 - (...) *pretendo aqui voltar* como Presidente da República, *para mostrar àqueles que teimam em desacreditar no que eu digo* quem de nós é amigo do povo. *Hei de dizer* aos que *me acusam de ser militar* e afirmam que *vou implantar* neste país um regime militarista, *hei de dizer a eles que soldado também é povo*, que ninguém é capaz de suplantar o meu amor à Pátria. (F2 - 2. 10. 78 - Manaus - Concentração popular, p. 147)
- F12 - (...) *Eu continuo sendo o que sempre fui. Hei de beijar as criancinhas e abraçar as velhinhas* de minha Pátria. Para desgosto deles. E se querem dizer que eu faço por ser um presidente popular, que eu sou um presidente populista, que o digam quantas vezes quiserem, porque *eu vou continuar abraçando meu povo, porque eu gosto de abraçar o povo*. Mas *não me façam a injustiça* de dizer que alguma vez (...) eu disse alguma mentira (...) (F4 - 12. 03. 81 - MS - Improviso, p. 90)

Ao contrário das imagens anteriores, que representam o modo como o sujeito de D1 deseja ser visto pelos interlocutores, esta quarta

imagem reflete o modo como o sujeito de D1 sente-se, em função do efeito de sentido que seu discurso produziu e das reações discursivas que provocou. Ou seja, em certo sentido, poder-se-ia dizer que a quarta imagem é decorrente do efeito perlocucionário que o sujeito de D1 provocou em seus interlocutores afetados por FD2. Trata-se de uma imagem que reflete a mágoa, o sentimento de injustiça que invade D1. Pensamos ser lícito afirmar que esta imagem revela a dificuldade por parte do sujeito de D1 em administrar sua frustração face aos efeitos de sentido que seu discurso provocou. Esta dificuldade é diretamente proporcional à intensidade do poder que emana do presidente autoritário. Esta relação entre poder e frustração explica as ocorrências singulares dessa imagem em Castello Branco e Costa e Silva, da mesma forma que justifica sua ausência em Médici e Geisel, por um lado, e, por outro, sua proliferação em Figueiredo. Senão, vejamos. Em Castello Branco, a única ocorrência de IA(A)4 dá-se ao término de seu mandato. E esta ocorrência associa-se ao desejo de esquecer daqueles que não o compreenderam. O esquecimento funciona como um apagamento da memória. Vale dizer que o simulacro do presidente democrata não convenceu. E isto ocorre porque, de fato, as imagens do presidente militar e do presidente autoritário, excessivamente fortes, tiveram por efeito desmistificar o simulacro veiculado pela construção da imagem do presidente democrata e seu discurso de salvação.

Essa mesma imagem irrompe no meio do mandato de Costa e Silva e também desmistifica a falsa imagem por ele pretendida de presidente democrata, respeitador e guardião das instituições democráticas. Se, em Castello Branco, ela irrompe ao término de seu mandato, como uma espécie de desabafo, em Costa e Silva ela ocorre após a promulgação do AI-5. A imagem do incompreendido é projetada para justificar-se perante a Nação, a quem se dirige e deve explicações.

Após a vigência do AI-5, os poderes reforçam-se muito e, em decorrência disso, a imagem do presidente autoritário fica muito

acentuada, a ponto de neutralizar a imagem de presidente injustiçado. Após a suspensão dos poderes extraordinários, forma-se um vácuo de poder, o que dá margem à instauração da imagem do presidente injustiçado, em Figueiredo. Vale lembrar que, ao término do seu mandato, despede-se através da imprensa, de modo bastante semelhante ao de Castello Branco, pois deseja que o povo o esqueça. Isto permite avaliar a extensão da "mágoa", pois enquanto Castello desejava o benefício do esquecimento para si, Figueiredo quer ser apagado na memória dos outros, como se não tivesse passado pela presidência.

Considerações finais em torno do imaginário do sujeito presidencial

Para encerrar a análise das formações imaginárias do sujeito de D1, apresentaremos, a seguir, no quadro-síntese 1, a distribuição das imagens examinadas nos diferentes domínios discursivos.

FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

	I1	I2	I3	I4
CB	+	+	+	*
CS	+	+	+	*
M	+	+	+	-
G	+	+	+	-
F	+	+	+	+

QUADRO-SÍNTESE 1

Nesse quadro, (+) indica ocorrência da imagem, (-) assinala sua ausência e (*) aponta para as ocorrências únicas examinadas anteriormente.

Como é possível perceber, o sujeito do discurso presidencial apresenta-se fortemente ancorado em três imagens - o presidente democrata, o presidente militar e o presidente autoritário. Se a primeira imagem corresponde ao modo como deseja ser visto, a segunda mostra em que seu perfil democrático distingue-se da concepção vulgar de presidente democrata. Já a terceira - resultante da tensão entre as duas primeiras - corresponde ao que de fato é. Vale dizer que entre a idealidade e o real interpõe-se o poder.

Esse jogo de imagens sustenta o funcionamento discursivo do corpus em análise e está na base da representação discursiva de seu sujeito, cujos desdobramentos serão vistos ao longo deste capítulo.

1.2- AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO

Considerações iniciais

Nessa seção examinaremos as diferentes representações que o sujeito de D1 assume na enunciação do discurso em análise. A todas essas representações subjazem, evidentemente, as formações imaginárias examinadas na seção anterior.

O sujeito do discurso em análise representa-se enquanto *EU*, *NÓS*, *SE* e *PRESIDENTE*. Tais representações mostram o modo como este sujeito relaciona-se com a forma-sujeito da FD que o afeta. Não nos ocuparemos da primeira pessoa singular porque esta remete para o locutor e já serviu de base para identificar as diferentes formações imaginárias que povoam D1. Examinaremos, nessa seção, as demais formas de representação do sujeito, bem como suas diversas configurações no discurso em análise.

1.2.1- O nós político e a não-pessoa discursiva

Questões prévias

Inicialmente, faz-se necessário observar que **NÓS** representa, para efeitos de análise, toda a série que refere a primeira pessoa plural, a saber, *nós*, *nos*, *nosso*, bem como a desinência verbal de primeira pessoa plural.

Benveniste (1966) já mostrava que **NÓS** não é exatamente um plural, mas um *EU* ampliado, que possibilita ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer. De modo que **NÓS**, por sua própria natureza, "designa conjuntos lexicalmente não-nomeados" (GUESPIN, 1985, p. 46). Suas fronteiras, indefinidas e móveis, permitem que a indeterminação referencial instaure-se por seu intermédio. Segundo Geoffroy (1985, p. 6), "**Nós**" é a "primeira incarnação lingüística do

"mais de um", através da qual é possível examinar a passagem do "sujeito falante para o sujeito político". A isso Guespin (1985, p. 45-6), retomando a questão da interlocução, acrescenta que o funcionamento da relação eu/tu tem muito pouco a oferecer no que tange aos interlocutores sociais. Em seu lugar, surge Nós que se mostra muito produtivo, pois, por seu intermédio, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los lingüisticamente, daí decorrendo a ambigüidade de seu dizer. Dado que Nós designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, nós os entendemos como uma *não-pessoa discursiva*. Ou seja na *interlocução discursiva*, a *não-pessoa discursiva* corresponde ao referente lexicalmente não-especificado ao qual eu associa -se para constituir Nós.

Em nosso corpus, Nós tem uma amplitude referencial muito grande, o que determinou uma análise apurada do jogo enunciativo, com o propósito de estabelecer os critérios que possibilitem a identificação dos diferentes tipos de NÓS mobilizados no discurso presidencial. A seguir, apresentaremos a grade dos referentes discursivos de NÓS em D1.

NÓS EM D1

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO
NÓS1	Chefe do executivo
NÓS2	Sistema, Regime, Estado, Revolução.
NÓS3	Governo, gestão, administração conjunto de instâncias do Governo
NÓS4	A coletividade dos brasileiros
NÓS5	O presidente e um segmento da sociedade (Forças Armadas, Partido, revolucionários, imprensa ...)

GRADE REFERENCIAL I

O exame dessa grade referencial permite algumas considerações preliminares. Inicialmente, percebe-se que todos os níveis de NÓS pertencem à esfera pública. Constata-se igualmente que, com exceção de NÓS1, pertencente à esfera do espaço público individual, os demais

níveis referenciais de **NÓS** localizam-se na esfera do espaço público partilhado. O âmbito desse compartilhamento varia de nível para nível. Observa-se que **NÓS2** e **NÓS3** pertencem ao espaço público institucional, no qual o sujeito de D1 associa-se a diferentes segmentos sociais de quem se faz porta-voz. Dado que seus referentes remetem a segmentos da sociedade, **NÓS2** e **NÓS3** constituem um uso partitivo. Igualmente *partitivo*, **NÓS5** difere do segundo e terceiro níveis por construir um referente ao qual o sujeito de D1 associa-se sem constituir-se em seu porta-voz. Finalmente **NÓS4** escapa à esfera institucional. Nele, o sujeito de D1 associa-se a todos os brasileiros, instituindo o uso *coletivo*.

Essa grade referencial explicita as diferentes *não-pessoas discursivas* não-nomeadas no discurso em análise e é a partir dela que estabeleceremos os recortes discursivos para analisar essa representação do sujeito de D1.

NÓS1 - O chefe do executivo

Este primeiro nível, cujo referente discursivo é singular, remete para o papel institucional que é exercido pelo Presidente da República, conforme veremos no recorte discursivo que segue.

CB11 - *Caminharemos* para frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias. (CB1 - 15.4.64 - Congresso Nacional - Posse, p.15)

CB12 - Implantada a 100 m abaixo do solo, a obra que *inauguramos* é dessas das quais o povo (...) não se apercebe. (CB2 - 30.1.65 - Inauguração Unidade Geradora da Hidrelétrica de Paulo Afonso, p.131)

CB13 - A uma democracia formal *queremos* somar uma democracia que signifique a constante melhoria do povo (...) (CB2 - 17.11.65 - RJ - Conferência OEA - p.230)

CS11 - Se *estamos* hoje à testa do Governo como militar *somos* um presidente civil, porque *queremos* que a autoridade civil se reconstitua neste país. (CS2 - 16.5.67 - Quartel 4º.RI - Quitaúna, SP - Oficialidade e Comandante II Exército, p.225)

CS12 - *Estamos* com oito meses de Governo, depois de uma campanha, de uma peregrinação pelo País, não para pedir votos, nem para pedir que me elessem Presidente da República. Não prometi demais, nem acenei com esperanças vãs para que não houvesse, depois, ilusões perdidas. *Estamos* cumprindo aquilo que *prometemos*. (CS2 - 15.11.67 - Inauguração da Duplicação Via Dutra, p.272)

- CS13 - (...) *resolvemos* aplicar o remédio extremo [AI-5], para evitar que a Revolução perdesse seu ímpeto substancial, e, com ele, se extinguissem as possibilidades de revigoramento do regime democrático entre nós (...) *sacrificamos* transitoriamente o secundário, em benefício do que é fundamental e deve ser perene no Brasil: a paz pública, a tranqüilidade da família, a garantia das liberdades essenciais.
- M10 - Assim como não os *usaremos* [os instrumentos extraordinários] indiscriminadamente, também precipitados não *renunciaremos* ao seu emprego. (M2 - 10.3.70 - Aula Inaugural ESG, RJ, p. 62)
- M11 - Esse milagre que hoje e aqui, *proclamamos* a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de Março. (M3 - 5.10.70 - Guanabara, FEBEM, p.122-3)
- M12 - É preciso ficar claro que não *vamos* restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964. Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular(...) (M1 - 7.10.69 - Indicação à Presidência - TV - p. 11)
- G10 - Quanto ao setor político interno, *envidaremos* sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático (...) (G1-15.3.74-Pal.Planalto - Posse p. 38)
- G11 - O desenvolvimento que *almejamos* para o país é um desenvolvimento integral e humanista (...) (G2 - 1.3.75 - Congresso Nacional - Abertura Ano Legislativo, p.16)
- G12 - Aos organismos intermediários que, nos mais variados setores de atividade, compõem todo o rico complexo da sociedade brasileira, não só lhes *reconhecemos e garantiremos* o pleno exercício dentro das limitação estatuídas em Lei, mas *poderemos* até aceitar-lhes a colaboração desinteressada, leal e nunca impositiva (...) O que lhes não *poderemos* nem *deveremos* outorgar (...) será a intromissão, sempre indevida, em áreas de responsabilidade privativa do Governo (...) (G1 - 19.3.74 - 1a.Reunião Ministerial, p.39-40)
- F13 - Para atingir os objetivos de fazer do País uma democracia *vencemos* todos os obstáculos com firmeza e determinação. A abertura política não se fez sem riscos. *Queremos* que ela se faça sem recuos. (F8 - 16.04.84 - Pal.Planalto - Reunião Ministerial - Emenda Constitucional: eleições diretas à Presidência - p. 76)
- F14 - Hei de lhes dar democracia, hei de lhes bater com democracia na cabeça: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", que eles vão terminar por ser democratas como *nós*. (F6 - 12.11.82 - Campos, RJ, Improvisado - p. 702)
- F15 - No Brasil, não há mais legislação de exceção. Nem nos restam presos políticos (...) Por certo, ainda *temos* várias opções diante de *nós*. *Haveremos* de tomá-las no momento certo. E, tal como chegamos a este dia, não desfalecerei na perseguição incessante do aperfeiçoamento político possível e adequado a cada etapa da vida nacional: (F3 - 19.11.80 - Pal.Planalto - Emenda Constitucional no. 15, p. 347)

Como é possível perceber, *NÓS1* pertence à esfera pública do individual, possibilitando que o sujeito de D1 represente-se no papel social de chefe do Executivo. É do tipo plural de modéstia ou de majestade. Em nosso corpus acreditamos poder descartar o plural de

modéstia e identificá-lo ao plural de majestade, em função das imagens anteriormente examinadas, sobretudo a do presidente militar e a do presidente autoritário.

Deve-se observar, igualmente, que **NÓS1**, embora presente no discurso de todos os presidentes considerados, de uma maneira geral, é pouco empregado. Em seu lugar, é privilegiado o uso da primeira pessoa singular, que caracteriza de modo significativo a figura do locutor. Salientamos, igualmente, que **NÓS1** destaca-se no discurso de Costa e Silva, fazendo-se mais raro, nos discursos de Médici e Geisel, ao mesmo tempo que a imagem do presidente autoritário é a mais mobilizada. Tais observações encontram explicação no fato de que estes discursos mostram em sua materialidade discursiva a conjuntura histórica em que foram produzidos.

NÓS2 - Sistema, Regime, Estado, Revolução

Este segundo nível pertence ao espaço público institucional. O sujeito de **D1**, ao associar-se ao referente, o faz como seu porta-voz legítimo.

NÓS1 distingue-se de **NÓS2** em função da natureza de seus referentes: o primeiro fala investido no papel institucional do presidente, enquanto o segundo o faz em nome do regime, como seu porta-voz legitimamente autorizado; ou seja, o referente discursivo do segundo apresenta uma abrangência maior, como poderemos verificar, a seguir.

CB14 - Não teria sido muito difícil instaurar uma ditadura no Brasil, mas como mantê-la sem o apoio da Nação? Bem depressa *caminharíamos* para o regime policial destinado a encurralar o País num círculo de força e de opressão. (CB1 - 7.8.64 - Homenagem Gov. Bahia, p. 36)

CB15 - Não *tememos* o voto do povo. Este é que deve ter medo de se enganar, pois, sempre que isso ocorre, cabe-lhe pagar um tributo doloroso e irreparável. (CB2 - 14.4.65 - TV - 10. Aniversário Governo, . 27)

CB16 - (...) depois de árduos trabalhos e sofrimentos, seria inadmissível que *retrocédêssemos* graças à agitação provocada pela radicalização daqueles que, tomando posições extremas, desejam suprimir as instituições democráticas, admirável conquista do povo brasileiro. (CB2 - 11.11.65 - Assembléia Legislativa - RJ, p. 67)

- CS14 - *Estamos* saindo de um regime de exceção, adotado exclusivamente em defesa da Revolução Democrática de 31 de Março (...) (CS3 - 10.7.69 - Pal.Laranjeiras - Cl.Produutoras, Associações Comerciais, p.578)
- CS15 - *Marchamos* para o coroamento da obra revolucionária, dentro de um processo evolutivo, para restabelecimento dos métodos e sistemas prevalentes numa sã e real democracia (...) (CS3 - 3.10.68 - ARENA, SP, p.426)
- CS16 - Assim armados, *chegamos* com uma constituição nova ao 15 de março de 1967. A revolução realizava sua vocação, constitucionalizando-se (...) Mas os inimigos não desistiram e tornaram à carga, agora sob novas formas, impondo-*nos* a decisão de 23 de dezembro. (CS3 - 31.3.69- Aniv. da Revol., p.414)
- M13 - Não *puniremos* inocentes por culpados. Não *adotaremos* sua prática celerada de buscar reféns para aceitar a impotência e a impunidade. (M2 - 31.3.70 - TV - 6o.Aniv.Revolução - p.91)
- M14 - (...) não é possível recusar, em princípio, a partido regularmente inscrito a possibilidade de assumir o poder. A oposição, aliás, tem sido aberta, entre *nós*, essa possibilidade, como acaba de acontecer nas últimas eleições municipais. (M4 - 26.2.70 - Pal.Alvorada - Entrevista Coletiva, p.87)
- M15 - (...) é preciso ficar claro que não *vamos* restabelecer as instituições que *nos* levaram à crise de 1964. (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência -p.11)
- G13 - A *nossa* Revolução não poderia dar desmentido mais cabal que o representado pela afluência às urnas a todos os defratores, daqui e de além-mar, que exprobam e distorcem a imagem desta *nossa* árdua e autêntica tarefa de revitalização dos mais profundos anseios democráticos que *nos* inspiram e impulsionam. (G1 -30.12.74 -TV, p.188)
- G14 - Certo estou de que não *devemos* açodar-*nos*, reeditando experiências dantes frustradas (...) (G1 - 30.12.74 - TV - Saudação ao povo - p.193)
- G15 - (...) uma de *nossas* características é de que *nós consideramos* que o problema dos direitos humanos no Brasil deva ser zelado por brasileiros e não por estrangeiros (...) (G5 - 24.02.78 - Entrevista à TV Alemã - p.105)
- F16 - A democracia que a Revolução de 1964 prometeu e eu jurei restaurar é a democracia dos brasileiros e para os brasileiros. Não *vamos* copiar o modelo de ninguém, embora os haja bons pelo mundo (...) (F2 - 12.09.79 - RJ - 145o.Aniversário Associação Comercial - p.140)
- F17 - Abomino o entendimento de que a abertura é um fato novo, sem ligações com o processo revolucionário de 64. Existem até mesmo aqueles que (...) vêem na abertura a anti-revolução, como se *nos confessássemos*, em tardia mea-culpa por decisões impensadas do passado. Grande engano. *Fizemos* o que a Nação clamava, no tempo próprio e em condições extremas (...) De nada *nos* envergonhamos. (F7 - 7.12.83 - Brasília - Forças Armadas - p.206)
- F18 - (...) Quando *tomamos* parte na Revolução de 31 de março de 1964, *tínhamos* rumos bem definidos e rumos democráticos, e jamais *poderíamos* pensar que a violência *nos* levasse à atitude que nunca *defendemos*, que nunca *quisemos*. (F2 - 23.8.79 - Batatais, Improviso frente ao Prefeito, p.114)

NÓS2, ao servir de anteparo ao conjunto lexical não-nomeado sistema, Regime, Estado, Revolução constrói uma não-pessoa discursiva, em nome da qual o discurso é produzido. Não se deve, porém, inferir que, ao falar em nome de uma não-pessoa discursiva, o sujeito de D1 saia enfraquecido. Ao contrário. Sua força advém do fato de emprestar sua voz para a enunciação que atesta a ideologia de D1.

Deve-se ressaltar que em Castello Branco e em Costa e Silva essa figura enunciativa está embasada sobretudo na imagem do presidente democrata. Em CS16, percebe-se que **NÓS2** passa a apoiar-se fortemente também sobre as imagens do presidente militar e do presidente autoritário, mostrando, assim, através da materialidade discursiva, a transformação sofrida em FD1.

NÓS3 - Governo, Administração, Gestão, Instâncias

NÓS3, da mesma forma que **NÓS2**, mobiliza uma não-pessoa discursiva em nome da qual o sujeito de D1 fala. Trata-se da representação do conjunto lexical não nomeado - Governo, Administração, Gestão, diferentes instâncias que compõem o governo - pertencente ao espaço público institucional.

CB17 - *Prometemos* reformas e não agitação em torno de reformas. E em menos de oito meses, já *temos*, entre outras, a reforma habitacional, a agrária, a tributária, a bancária (...) (CB1 - 14.12.64 - RJ - Assembléia Legislativa - p.85)

CB18 - *Sabemos* do que mais *precisamos* e, também, do que *temos* condições técnicas e financeiras para realizar, pois somente assim *lograremos* dar ao País (...) aquilo de que necessita sem tornar a afundá-lo nos pântanos da inflação. (CB2 -14.4.65- TV - 1º. Aniv. Revolução - p.267)

CB19 - (...) Graças a isso, não *precisamos* mendigar empréstimos e sim negociar créditos em condições normais. (CB2 - 31.12.65, p.127)

CS17 - Tenho dito e repito, há um entendimento errado do termo Governo (...) dão sempre ao chefe do Executivo o título de Governo. Governo *somos* todos *nós*, com responsabilidades comuns, com responsabilidade iguais, (CS2 - 30.11.67 - Improvise - Pal. Planalto - Deputados, Senadores - Término Ano Legislativo - p.275)

CS18 - A Nação ainda reclama sacrifícios de seus filhos, na luta anti-inflacionária (...) O *nosso* objetivo firme é, porém, o de fazer com que o sacrifício se reparta proporcionalmente por todos os brasileiros e não se distribua apenas ou em maior

- parte, aos assalariados. (CS2 - 1.5.67 - Mensagem dirigida à Nação - TV - p.216)
- CS19 - (...) Tudo de acordo com o plano e como acabam de ouvir todos, o Presidente da República colheu agora o relato de cada um, porque só agora *tivemos* a oportunidade de um outro encontro (...) Cada Ministro disse ao Presidente o que fez (...) (CS3 - 13.8.68 - Pará-Encerramento do Governo Federal na Amazônia, p.399)
- M16 - Solidariedade também é juntar-se às paixões da alma popular. E, nas asas dessa paixão, meu Governo se empenhou para que *trouxêssemos* o México à platéia de todos os lares do Brasil. (M2 - 25.1.70 - 416o. Aniv. Fundação de São Paulo, p.21)
- M17 - Não me canso de dizer que o Brasil fala hoje a linguagem da verdade: paga-se o preço real de cada serviço e prova-se que cumprir o orçamento da República é questão primária de sobrevivência(...) Graças a esse amadurecimento, graças a essa nova consciência e, fundamentalmente, a essa participação, *logramos* os bons resultados de *nossa* recuperação econômica(...) (M3 - 1.5.70 - TV - p.38)
- M18 - *Nossos* propósitos de justiça social estão patentes aos olhos de todos. Não *prometemos* senão aquilo que *poderíamos* realizar e tudo quanto *prometemos* está sendo realizado. (M7 - 1.5.73 - Mensagem lida pelo Ministro Trabalho e Previdência Social - p.12)
- G16 - Mediante um diálogo elevado e franco (...) *esperamos* nunca venham a medrar desconfianças, ressentimentos e tensões insuportáveis, prejudiciais à própria dinâmica do desenvolvimento acelerado em que *estamos* empenhados. (G1 - 1.5.74 - Brasília - p.86)
- G17 - No Brasil de hoje (...) *chegamos* também à era do planejamento estatal, do qual não poderá prescindir (...) qualquer país que não deseje soçobrar na estagnação e na miséria(...) (G2 - 20.2.75 - Pal. Planalto - Saudação Governadores Eleitos, p.9)
- G18 - (...) *contamos* com a confiança e cooperação que o povo de nossa terra tem dado aos governos da Revolução de 64 e que certamente também não *nos* faltarão. (G1 - 19.3.74 - 1a. Reunião Ministerial - p.37)
- F19 - E se amanhã *nos* acusarem de não *termos* conseguido dar terra a todos aqueles que nela trabalham, eu poderei dizer, então, que a falha foi minha. Talvez porque não tenha tido capacidade para gerar recursos que contornassem aquelas dificuldades (...) (F3 - 22.7.80 Recife - Improviso - p.177)
- F20 - Entendo que *precisamos* simplificar e consolidar nossa legislação, reconhecidamente superabundante e casuística(...) (F1 - 29.6.78 - Brasília - Abertura Campanha ARENA - p.32-33)
- F21 - (...) todos *nós queremos* a melhoria das condições de vida da população. Todos *nós queremos* uma melhor distribuição de renda. Todos *nós reconhecemos* as dificuldades do assalariado(...) (F3 - 19.6.80 - Cuiabá - Improviso - Políticos Estaduais, p.147)

Enquanto N6S2 encarrega-se da enunciação que atesta a ideologia do sujeito de D1, N6S3 produz sua enunciação administrativa.

Comparando os três primeiros níveis, percebe-se que, tomados dois a dois, apresentam semelhanças e diferenças. N6S1 e N6S2

representam a voz do governo, o primeiro enquanto papel público individual e o segundo enquanto papel público institucional. NÓS2 e NÓS3, por sua vez, remetem para o espaço público institucional. O primeiro, responsável pela enunciação que atesta a ideologia desse espaço discursivo, enquanto o segundo responde por sua enunciação administrativa.

NÓS4 - A coletividade dos brasileiros

Este quarto nível referencial decorre da unificação do sujeito de D1 com seus interlocutores, construindo assim um referente discursivo que pretende ser suficientemente amplo para abrigar a "totalidade dos brasileiros" na qual o presidente está incluído. Trata-se do nível coletivo de NÓS que se localiza na esfera pública não institucionalizada, como veremos no recorte discursivo que segue.

- CB20 - A *nossa* grandeza é o nosso objetivo; a *nossa* independência, o nosso rumo. O *nosso* desenvolvimento e a *nossa* independência serão assegurados pelo trabalho e pelo sacrifício, não pelo despeito e pelo desperdício. (CB2 - 22.12.65 - RJ - Formandos ESG - p.123)
- CB21 - Em verdade, são raras as revoluções. A *nossa* história, tão marcada por agitações e rebeliões, muitas delas de extensa repercussão na vida do País, não contará mais de três ou quatro, após a Independência (...). (CB2 - 31.3.65 - Congresso Nacional - p.8)
- CB22 - Para efetivá-las (...) [as reformas], convocaremos todos os brasileiros, sem distinção, pois somente assim, cada qual contribuindo na medida das suas possibilidades e atribuições, e todos imbuídos de salutar espírito de colaboração, *podemos* constituir uma sociedade na qual ninguém seja preterido. (CB1-21.4.64-Ouro Preto, MG, p.21)
- CS20 - Como Presidente da República, em *nosso* sistema constitucional, cabe-me a liderança da vida política do País (...). (CS3 - 3.10.68 Arena, SP, p.424)
- CS21 - A História *nos* ensina que um povo não poderá viver em clima de segurança enquanto sufocado pelo subdesenvolvimento e inquieto por seu futuro. (CS2 - 5.4.67 - Pal. Itamaraty, p.195)
- CS22 - Só não toleraremos que floresça livremente entre *nós* (...) a atividade de grupos extremistas (...) (CS3 - 3.10.68 - ARENA, SP, p.424)
- M19 - (...) a fim de completamente aniquilá-lo e abrir caminho para a instituição, entre *nós*, de uma das chamadas democracias populares(...) (M5 - 1.2.70 - ARENA, p.51)
- M20 - É preciso ficar claro que *nós* não vamos restabelecer as instituições que *nos* levaram à crise de 1964. Jamais *voltaremos* àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula. (M1-7.10.69-TV-Indicação à Presidência, p.11)

- M21 - (...) Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não *podemos* considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade (...) (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.10-11)
- G19 - (...) ordem e estabilidade espero poder garantir-vos, a par da dedicação integral com que me devotarei à missão que, para suprema honra minha, ora me é atribuída, de conduzir este Brasil, tão caro a todos *nós* (...) (G1-15.1.74-TV- Após Eleição pelo Colégio Eleitoral, p.25)
- G20 - (...) a realidade dinâmica do Brasil de hoje deve ser (...) a fonte de inspiração genuína e única moldura autêntica para nossos esforços se é que *desejamos* conscientemente fazer desta nação um paradigma da democracia em que todos *nós cremos* e que de fato *almejamos*. (G1 - 30.12.74 - TV - Saudação ao Povo - p.191-2)
- G21 - (...) Ora, todos *nós* lutamos contra o custo de vida, todo tempo, principalmente o Governo, mais do que ninguém, porque tem a responsabilidade. (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improvise - Comissão Executiva Nacional e Presidentes Diretórios Regionais ARENA, p.230)
- F22 - Bem sei que ao fim do meu Governo não terei dado a todos os brasileiros o lar que cada família merece. O Brasil não tem condições para dar a quase vinte milhões de necessitados o lar que todos *nós* desejamos ter(...) (F3 - 4.9.80 - P. Alegre, RS, Improvise - p.231)
- F23 - É notório que *estamos* em época de transição. A palavra de ordem, nos dias de hoje (...) é mudança (...) (F8 - 16.04.84 - Pal. Planalto - TV - p.80)
- F24 - Agora, quando falo no entendimento, quando falo na conciliação, (...) não de dizer que estou fazendo demagogia. É que *nossa* democracia deve ser uma democracia sem adjetivos. (F2 - 18.9.79 - Brasília - Improvise - Maluf e bancada ARENA/SP- p.153)

NÓS4, em função de seu traço coletivo, permite ao sujeito de Di a socialização de seu dizer, que é repartido com a *não-pessoa discursiva* - a coletividade dos brasileiros.

Observando as seqüências discursivas recortadas, percebe-se que, em Castello Branco, **NÓS4** socializa a *grandeza*, o *desenvolvimento*, a *independência* (CB20); a *História*(CB21); a *futura sociedade* (CB22). Observe-se que **NÓS4**, assim construído, está embasado na imagem do presidente democrata, como convém a quem se dispõe compartilhar seus valores com os governados. É de salientar, na mesma direção de raciocínio, o fato de que, em Costa e Silva registraram-se unicamente três ocorrências de **NÓS4**. Ou seja, a materialidade discursiva em Costa e Silva evidencia, por contraste com o restante do corpus, que

não há espaço para que o sujeito de D1 associe-se de modo amplo à coletividade dos brasileiros em seu discurso. Observando as datas em que tais seqüências foram enunciadas, percebe-se que as três precedem a edição do AI-5, fato que vem corroborar a falta de condições de produção propícias à socialização do sujeito com a coletividade.

Em Médici, constata-se uma transformação na FD1, pois aí socializa-se, sob a égide da imagem do presidente autoritário, a restrição, a proibição e a negação (M19 - M20 - M21)

A partir de Geisel, os valores voltam a ser socializados sem restrições. Esse fato discursivo mostra a nova transformação por que passa a FD1.

Das seqüências recortadas, deter-nos-emos especificamente em F24. Salientamos que, nessa seqüência, *democracia* só pode ser socializada com todos os brasileiros se ela não estiver determinada discursivamente. A partir do momento em que o item lexical *democracia* é saturado, não pode mais ser socializado, porque tal saturação determina-lhe o sentido, fazendo-o participar de um processo discursivo específico que, pelo mesmo movimento, o exclui de outro(s) processo(s) discursivo(s). (A especificação desse processo discursivo será tratada no capítulo Da determinação à sobredeterminação, Parte III, cap. 1).

N555 - O presidente e um segmento da sociedade

No quinto nível referencial de **NÓS**, o sujeito de D1 também atua na esfera pública não-institucionalizada ao associar-se a diferentes não-pessoas discursivas, correspondentes a diversos segmentos da sociedade, sem, contudo, apresentar-se como seu porta-voz. Trata-se de um uso partitivo, como veremos a seguir.

CB23 - *Precisamos* produzir muito, inclusive alimento (...) (CB1 - 1. 5. 64 - p. 23)

CB24 - (...) não *podemos* omitir o que se *nos* deparou (...) com a solicitação da OEA no sentido de *enviarmos* tropas em missão de paz à República Dominicana (...) Já não *podemos* ser indiferentes à sorte de nossos vizinhos, nem cruzar os braços ante a violência das agressões externas por via interna. (CB2-28. 5. 65- Pal. Governo - Piauí, p. 179-80)

- CB25 - (...) Não *podemos* pretender uma democracia em que o voto popular *nos* seja invariavelmente favorável, pois o que *nos* cabe indagar é se tal preço é ou não inferior ao que pagaríamos por uma ditadura(...) (CB2 - 11.12.65 - Goiânia - Pal. Governador, p. 290)
- CS23 - Tomei a iniciativa deste encontro com os homens que manipulam as notícias e vivem nobremente delas, para *comemorarmos* juntos mais um aniversário da *noossa* Revolução (...) Digo "*noossa*" Revolução, neste instante, sobretudo, porque ela foi obra também da Imprensa, que nos ajudou (...) na tarefa preliminar de esclarecer a Opinião pública(...) (CS3 - RJ - Entrevista Coletiva- Jornalistas brasileiros e estrangeiros - 31/3 a 3/4 de 1969 - p. 518)
- CS24 - *Nós* não pretendíamos (...) empolgar o Poder, muito menos fazer-*nos* ditadores (...) (CS3 - 31.3.69- 5º Aniversário Revolução - Reunião com Governadores- p. 512)
- CS25 - A reunião de tantos companheiros - pois é nesta qualidade principal que me encontro aqui - traz-me à memória a *noossa* convenção de 25.5.66, quando defini, muitos meses antes de ser eleito, a linha política que me serviria para orientar a ação do nosso governo(...) (CS3 - 3.10.68 - ARENA, SP, p. 43)
- M22 - (...) alguns segmentos da opinião pública se deixaram seduzir pelo chamamento para aventuras políticas contrárias à *noossa* filosofia de vida. (M2 - 10.3.70 - RJ - Aula Inaugural ESG - p. 62)
- M23 - (...) meu Governo prossegue realizando estudos de base, para que, sem comprometer o esforço nacional e sem faltar à *noossa* vocação democrática, possa, em verdade, contribuir no sentido da mais justa distribuição da riqueza nacional. (M3 - 1.5.70 - TV - p. 39-40)
- M24 - Cumpre-*nos* a todos, especialmente à classe política, ter a consciência de que vivemos em um país que não poderia continuar copiando as experiências políticas alheias(...) (M5 - 31.3.71 - TV - 7º Aniversário Revolução - p. 81)
- G22 - (...) não existe ambiente mais apropriado para comemorar a *noossa* Revolução de 64 do que na área de um quartel de *noosso* Exército(...) (G3 - 31.3.76 - RJ - Vila Militar, Improviso, 12º Aniv. Revolução p. 47)
- G23 - (...) O objetivo imediato (...) é *ganharmos* as eleições (...) (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improviso - Visita Comissão Executiva Nacional e Pres. Diretórios Regionais ARENA - p. 223)
- G24 - *Guardemo-nos*, pois, do populismo demagógico, hipócrita e irresponsável, bem assim dos utopistas da "democracia plena" e de um liberalismo já ultrapassado (...) *guardemo-nos* também de todos os radicais, tanto da direita, como da esquerda(...) (G5 - 31.3.76 - Clube Aeronáutica - 14º Aniv. Revolução, p. 201)
- F25 - *Temos* uma história legítima a contar. A História da restauração das garantias individuais, cívicas e políticas. História da Anistia - que é perdão e esquecimento(...) (F3 - 30.11.80 - Brasília - Convenção Nacional PDS - p. 374)
- F26 - (...) *Teremos* de encontrar medidas que compatibilizem a liberdade do indivíduo com a segurança da sociedade(...) (F1 - 9.4.78 - Congresso Nacional - Indicação pela ARENA à Presidência - p. 7)
- F27 - (...) Fazer, com uma reforma agrária, uma solução conciliatória, do mesmo modo que estendi as minhas mãos aos adversários políticos para que, juntos, num movimento de união, *deixássemos* de pensar um pouco nos nossos interesses pessoais e de *noossos* grupos, e pensássemos um pouco antes,

neste nosso Brasil tão carente de união da nossa gente. (F3-25.7.80 - Recife - Improviso, p.177)

Em NÓS5, o sujeito de D1 representa-se associado a diferentes segmentos da sociedade, tais como as *classes produtoras*, em (CB23); a *imprensa* (CS20); os *revolucionários* (M22) (M24) (F26); *os militares* (G22) (F27); o *partido* (G23) (F25). Esta associação, entretanto, não faz do sujeito de D1 o porta-voz do grupo não-nomeado. Frequentemente, aliás, aparecem discordâncias reveladoras da contradição da FD que afeta o sujeito de D1 (Cf. a *negação interna*, Parte III, cap.II). É o que ocorre, em CB25 e G24, por exemplo. Parece lícito afirmar que, nesses casos, a associação serve, de fato, para encobrir a operação de exclusão que move o sujeito de D1 em relação à não-pessoa discursiva a quem aparenta associar-se. Dito em outras palavras: no quinto nível referencial, o sujeito de D1 associa-se a um grupo lexicalmente não-explicitado seja em uma real operação de inclusão - tal como ocorre em CS20, CS22, G22, - ou para dele excluir-se, conforme apontamos acima.

Analisaremos, a seguir, mais um efeito de sentido que NÓS5 possibilita, o qual se constitui em um verdadeiro "abuso" de autoridade discursiva. Explicitando melhor: ao associar-se a determinadas não-pessoas discursivas pelo viés de NÓS2 e NÓS3, o sujeito de D1 o faz como o porta-voz autorizado, enquanto, ao associar-se a outras não-pessoas discursivas, através de NÓS5, instaura uma associação arbitrária, não-autorizada. É o que ocorre em CS23, por exemplo. Nessa seqüência discursiva, Costa e Silva, ao dirigir-se à Imprensa, associa-se-lhe ao referir-se à Revolução como "*nossa* Revolução", instaurando aí uma associação arbitrária, não autorizada pelo conjunto da Imprensa Nacional. Tal associação talvez não atenda aos interesses desta não-pessoa discursiva, mobilizada coletivamente por NÓS5, resultando daí uma grande dissimetria na autoridade do EU que enuncia e a abrangência da não-pessoa discursiva arbitrariamente mobilizada em sua totalidade.

Encerrando a análise do NÓS político

Em suma, **NÓS** constrói um referencial discursivo muito difuso que permite a instauração não só da indeterminação como também da ambigüidade que decorre do fato de uma mesma forma poder apresentar referentes tão diversos. Essa ambigüidade pode chegar a um grau bastante elevado, quando, em uma mesma seqüência discursiva, ocorrem diferentes níveis de **NÓS**, conforme veremos a seguir, pela retomada de CS13 e M20.

CS13 - (...) *resolvemos*(1) aplicar o remédio extremo [AI-5], para evitar que a Revolução perdesse seu ímpeto substancial e, com ele, se extinguissem as possibilidades de revigoração do regime democrático entre *nós*(4) (...)

Observando as duas ocorrências de **NÓS** nessa seqüência, percebe-se que o referente da primeira é o próprio sujeito de D1, que fala com base em seu papel institucional de chefe do executivo, excluindo, por conseguinte, qualquer inclusão, sob a aparência da associação. Já a segunda ocorrência, de quarto nível referencial, possibilita a inclusão da coletividade de brasileiros que vêm a ele associar-se.

A coexistência, na mesma seqüência discursiva, de um **NÓS** inclusivo e um **NÓS** exclusivo cria um efeito de neutralização dos diferentes referentes discursivos que as não-pessoas discursivas mobilizam. Vejamos o que ocorre em M20.

M20 - É preciso ficar bem claro que não *vamos*(2) restabelecer as instituições que *nos*(4) levaram à crise de 1964. Jamais *voltaremos*(4) àquele sistema político(...)

No primeiro **NÓS** de M20, o sujeito de D1 associa-se à não-pessoa discursiva *Regime, Estado,...*, enquanto no segundo associa-se à coletividade de brasileiros. Ou seja, ambos são inclusivos, mas o primeiro realiza uma inclusão partitiva, enquanto o segundo, sendo um coletivo, inclui toda a coletividade de brasileiros. O mesmo ocorre em F15, G18, CB22 e CS22, por exemplo.

Essa aparente neutralização, que se faz sentir de modo muito intenso quando dois diferentes níveis referenciais de **NÓS** ocorrem na mesma seqüência, produz-se sobre o conjunto do corpus e do campo discursivo de referência, decorrendo daí o sujeito embaçado de uma enunciação indeterminada e ambígua. Vale dizer que todos os efeitos de sentido que descrevemos ao longo da presente seção ficam neutralizados pelo efeito de socialização que se destaca. Ressaltamos que **NÓS**, ao associar ao **EU** diferentes não-pessoas discursivas, produz um efeito muito especial que foi descrito por Jacques (1979, p. 356) como "um *valor performativo* porque realiza o que a palavra exprime: *afirmar uma palavra comum*".

Deslocando para a AD, preferimos tratá-lo como um efeito de sentido performativo. Este efeito, dominante no espaço discursivo em análise, inscreve no bojo dessa aparente "palavra comum" a socialização do arbítrio.

O embaçamento do sujeito do discurso em análise entretanto não é obra única e exclusiva do uso de **NÓS**. De fato, sua opacidade faz-se sentir ainda mais intensamente, quando o sujeito representa-se na quarta-pessoa discursiva, como veremos na próxima seção.

1.2.2- A construção da quarta-pessoa discursiva

Questões prévias

É preciso salientar que a *quarta-pessoa discursiva* distingue-se da *não-pessoa discursiva*. Inicialmente, diremos, apenas, que a *não-pessoa discursiva* remete para grupos lexicalmente não-nomeados que se associam ao sujeito do discurso, enquanto a *quarta-pessoa discursiva* produz a *impessoalização desse sujeito: ele abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo. Ou seja, não há inclusão do outro nessa forma de representação. Através dela, o sujeito representa-se como se fosse o outro.*

A quarta-pessoa na psicanálise

Assinalemos, de imediato, a origem psicanalítica da quarta-pessoa visando, num segundo momento, deslocá-la para o âmbito da análise do discurso.

Irigaray, em seu texto "Communications linguistiques et spéculaires", reflete sobre a construção psíquica do sujeito. Para tanto, examina a relação do sujeito com o outro através da linguagem, analisando como a própria possibilidade de comunicação funda-se sobre a interação que se estabelece entre os pais- pai e mãe, "tu1" e "tu2" - quando estes comunicam-se e desempenham papéis permutáveis. O sujeito frente a esta relação é um "eleO" - exterior a ela. Essa estrutura *tu1 - tu2 / eleO* é fundante para a constituição do sujeito, pois "eleO" é a condição de permuta entre *eu* e *tu*, espécie de forma vazia que corresponde à estrutura" (IRIGARAY, op. cit, p. 17). No entanto, conforme a própria autora salienta, "eleO" possui um estatuto totalmente diferente de "eu" e "tu" : "EleO não é nada nem ninguém, apenas possibilidade de identificação da operação de permuta entre "eu" e "tu". "EleO" é um branco, um vazio, uma exclusão, a negação que permite a uma estrutura existir enquanto tal" (Idem, p. 17). No momento em que o sujeito identifica-se com a nomeação que dele é feita no diálogo entre pai e mãe, "eleO" transforma-se em "ele1", ficando constituída sua matriz de comunicação, condição necessária para dizer EU. Vale dizer que a relação " ele1/eleO representa a inscrição possível do sujeito no mundo como objeto de trocas" (Idem, p. 19). Irigaray representa a passagem de "ele1" para "eu" através da seguinte relação:

$$\begin{array}{c} eu \\ \text{----} \\ ele1 \\ \text{-----} \\ eleO \\ \text{-----} \\ SE^3 \end{array}$$

3 SE representa o pronome "on" utilizado pela autora.

A partir dessa relação, a autora entende que "a constituição de "elei" permite a disjunção do *eu* em (eu) - sujeito da enunciação e "eu", sujeito do enunciado. O (eu) pode ausentar-se ou disfarçar-se em "tu" ou "ele", ou ainda figurar anonimamente como SE - processo de "reificação" que prova a impossível coincidência entre (eu) e "eu" " (Idem, p.20). Desse modo, SE aparece como o "refúgio da subjetividade, o mais próximo possível do "zero" que a funda ou do inconsciente que a subentende" (Idem, p.20).

Ou seja, a relação precedente indica uma dupla possibilidade para um sujeito assim constituído: por um lado, pode falar, pode dizer "eu"; por outro, o sujeito pode "ausentar-se", refugiando-se em sua subjetividade. Assim procedendo, não mais diz "eu", representado-se por um "ele" ou um "SE".

A quarta-pessoa discursiva

Até o presente momento, enfocamos a constituição da quarta-pessoa no âmbito psicanalítico. Procederemos agora seu deslocamento para o âmbito da análise do discurso. Para isso estabeleceremos inicialmente um paralelo entre a quarta-pessoa - "eleO" - e a forma-sujeito: da mesma forma que "eleO" é uma espécie de forma-vazia, necessária para a constituição psíquica do sujeito, a "*forma-sujeito*" a que se refere Pêcheux também é uma forma-vazia, necessária para a constituição histórica do sujeito. Através das diferentes posições de sujeito que podem ser assumidas pelo sujeito de um discurso, este relaciona-se com a forma-sujeito, constituindo-se em sujeito de seu discurso. Tal relacionamento manifesta-se na materialidade discursiva pelas diferentes formas de representação que se desenham em seu discurso.

É preciso salientar, entretanto, que a quarta-pessoa discursiva não pretende ser a representação discursiva da quarta-pessoa descrita por Irigaray. Postulamos aqui um paralelismo entre a quarta-pessoa da constituição psíquica do sujeito e a forma-sujeito da constituição

histórica do sujeito do discurso. Da mesma forma que o sujeito psíquico pode "refugiar-se", representando-se por "ele" ou "SE", o sujeito do discurso pode simular sua ausência da materialidade discursiva, representando-se por "ele" ou por "SE". No primeiro caso, a retirada é constitutiva do sujeito. No segundo, é constitutiva do discurso. Vale dizer: no primeiro caso, trata-se de um recuo para a subjetividade; no segundo, a substituição de *EU* ou *NÓS* por *ELE* ou *SE* simula o não-preenchimento da forma-sujeito, sendo esta mais uma das formas com que o sujeito do discurso relaciona-se com a forma-sujeito que o constitui em sujeito de seu discurso. É a esse efeito de sujeito que chamamos de *quarta-pessoa discursiva*.

Esta representação não deve ser confundida com a não-pessoa de Benveniste, nem com a não-pessoa discursiva examinada na seção anterior. No caso que ora examinamos, a *representação do sujeito do discurso em terceira pessoa equivale a quarta-pessoa discursiva, cuja especificidade reside na simulação de não- preenchimento da forma-sujeito, para dar lugar ao acontecimento discursivo. Assim procedendo, o sujeito simula seu apagamento ao mesmo tempo que sublinha o efeito de esvaziamento da forma-sujeito, que produz a ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito que o constrói no discurso.*

Este aparente apagamento do sujeito através da quarta-pessoa discursiva produz, como consequência, alguns efeitos de sentido: (1) a simulação da ausência do sujeito do discurso destrói a possível reversibilidade com o outro, pois, segundo Benveniste (1966) eu pressupõe tu e através dele se constitui, dando origem à intersubjetividade; (2) através da quarta-pessoa discursiva é construído o efeito de *palavra única, final e verdadeira* que aparentemente não provém de um EU e, por conseguinte, não pressupõe a interlocução, produzindo o que Fiorin designou por "efeito de

monologismo"⁴; (3) uma palavra única só pode ser produzida de um lugar igualmente único do qual o sujeito fala sozinho. Este lugar único assemelha-se muito ao lugar do Ser Supremo. Esses são os efeitos de sujeito mais salientes que a quarta-pessoa discursiva produz.

Como já afirmamos anteriormente, a quarta-pessoa discursiva se faz representar no corpus em análise através de duas modalidades diversas - pronominal e lexical - que passamos a examinar a seguir.

A modalidade pronominal da quarta-pessoa discursiva

Nesta seção, observaremos a representação do sujeito de D1 na quarta pessoa discursiva sob a modalidade pronominal. Saliente-se que essa forma de representação não é universal em nosso corpus, fazendo-se presente em Castello Branco, Geisel e Figueiredo, como veremos através do recorte que se segue.

- CB26 - Não se contesta aos moços (...) o direito de tomarem conhecimento dos problemas nacionais (...) (CB1 - 23.06.64 - Aniv. Ceará - Salário Educação, p.138)
- CB27 - E se dizemos que se não malbaratou qualquer parcela do dinheiro arrecadado pelos Cofres públicos é porque, em lugar de obras concebidas e iniciadas sem qualquer planejamento, o Brasil começa a ter um autêntico plano de Governo, cuidadosamente elaborado, discutido e aprovado (...) (CB2-14.04.65 - TV 10. Aniv.Revol., p.26)
- CB28 - Hoje o sacrifício que se pede é a véspera da prosperidade nacional. (CB2 - 11.11.65 - RJ - Asembléia Legisl., p.67)
- G25 - E tudo isso impõe-se seja feito para que se proporcione bem-estar ao homem brasileiro (...) (G2 - 1.3.75 - Mensagem ao Congr.Nac. - Abertura Ano Legislativo, p.46)
- G26 - (...) Se o Governo não tivesse o partido, só se poderia realizar uma grande e ampla obra num país em ditadura. (G2-22.10.75 - Pal.Plan. - Improvise - Visita Comissão Nacional ARENA - p.226)
- G27 - (...) É necessário, contudo, que se contenha todo excesso condenável, toda precipitação (...) (G5- 31.3.78 - Clube da Aeronáutica - 14o.Aniv.Revolução -p.201)
- F28 - O que hoje se restabelece com a promulgação desta Emenda é a forma, o rito, a instância. Sobretudo, restaura-se nossa melhor tradição republicana e federal. (F3- 19.11.80- Pal.Plan. - Emenda Constitucional no.15, p.346)
- F29 - Dessa forma se constata o apreço do povo pela continuidade administrativa. (F1- 30.08.78 - Belém - 2o.Congr.Político-ARENA / Pará, p.102)

⁴ Esta expressão foi empregada por Fiorin para caracterizar o discurso castelista no Grupo de Trabalho de Análise do Discurso, durante a Reunião Anual da Anpoll, realizada na PUC/SP, em 27 de julho de 1989.

F30 - Tentam pressionar o Governo no sentido de que se dê mais velocidade ao processo de abertura democrática, esquecidos de que o fundamental (...) para a condução segura do processo de democratização está sendo realizado(...) (F7-07.12.83-Brasília-Forças Armadas, p206)

Deve-se registrar, neste recorte, a presença do clítico SE nas construções transitivas que aí ocorrem. Tal fato determinou, em um primeiro momento, uma análise lingüística deste pronome.

Análise lingüística do SE

O tratamento lingüístico desta questão está sustentado em Nunes (1990) que, por sua vez, examina várias propostas de análise das construções passivas para propor a sua. Delas, destacaremos Chomsky (1981) e Jaeggli (1986).

Iniciaremos pela análise chomskiana, que pressupõe três aspectos, a saber:

- a) *SE* absorve caso acusativo;
- b) o SN posposto ao verbo recebe caso nominativo por ser um elo da cadeia (expl) (...) SN - E a concordância verbal corrobora tal hipótese;
- c) a posição sujeito é detematizada porque o clítico *SE* absorve o papel temático do argumento externo.

Com base nessa análise, examinaremos a seqüência (1a) abaixo em (1b), a seguir.

(1a) Impõe-se pronunciamento oficial esclarecedor para que não *se criem graves mal entendidos* (G1-29.8.74 - Pal. Alvorada - Dirigentes ARENA, p.119)

(1b) ... [SE]_{ac.} criem graves [mal entendidos]_{nom.}

Ou seja, o SN *mal entendidos* posposto ao verbo recebe caso nominativo, concordando com o verbo, enquanto a posição-sujeito, por não ter sido preenchida, é dematizada e o clítico SE recebe caso acusativo e o papel temático de argumento externo. Uma análise desse tipo aproxima-se, em sua essência, da análise proposta pela gramática tradicional.

Vejam os, a seguir, a proposta de Jaeggli a partir das construções passivas perifrásticas (2a) e (3a).

(2a) Durante longo tempo, ... o povo ... foi traído e roubado ... por aqueles que mais tinham o dever de defendê-lo. (CB1-05.05.64 - Homenagem Governador da Bahia, p.26)

(3a) A classe média brasileira tem sido submetida a um progressivo sistema de empobrecimento (CB1 - 06.06.64 - Homenagem classes Produtoras de Pernambuco- p.31)

Comparando (2a) e (3a), percebe-se que, em (2a), o constituinte agentivo realiza-se sintaticamente, o mesmo não ocorrendo em (3a). A análise de Jaeggli provê uma interpretação sintática para estas duas construções, conforme veremos, a seguir, em (2b) e (3b).

(2b) [O povo] foi [traí + do]_{po} e [rouba + do]_{po tpi} Por aqueles _{pe}

(3b) [a classe média brasileira] tem sido [submeti + da]_{pe tpi}

Observe-se, inicialmente, que *pi* corresponde ao papel temático do argumento interno; *tpi*, o vestígio do papel temático do argumento interno; *pe*, o papel temático do argumento externo e *po*, ausência de absorção de papel temático.

Conforme salientamos anteriormente, o constituinte agentivo está sintaticamente realizado em (2a), razão pela qual este absorve o papel temático de argumento externo, tal como foi assinalado em (2b). A análise de Jaeggli provê uma explicação para as construções em que tal constituinte não se realiza lexicamente, como ocorre em (3b). O autor distingue o constituinte agentivo do papel temático que lhe é reservado nestas construções. Assim, quando na construção passiva não ocorre a realização lexical do constituinte agentivo, o papel temático de argumento externo é absorvido pelo sufixo *DO*, tal como ocorre em (3b). Já em (2b) o sufixo *DO* não absorve esse papel temático porque o constituinte agentivo, realizado lexicamente, o absorve. Em suma: mesmo quando o constituinte agentivo não está realizado lexicalmente, o papel temático correspondente é preservado.

Nunes (1990) reinterpreta a proposta de Chomsky, incorporando para a análise do SE as restrições estabelecidas por Jaeggli para que

o sufixo DO possa absorver o papel temático de argumento externo. Assim, para Nunes, SE absorve o papel temático de argumento externo e caso acusativo só e somente só quando tal função não esteja lexicalmente realizada. Em contra-partida, quando a função de argumento externo está lexicalmente realizada, SE não pode receber caso acusativo, nem absorver o papel temático do argumento externo, mantendo-se inalterado o caráter temático da posição-sujeito, aí ocorrendo um *pro* de conteúdo referencial arbitrário que recebe caso nominativo e absorve o papel temático de argumento externo, sendo indeterminado por SE. Para melhor acompanhar a hipótese de Nunes, aplicá-la-emos a (1a) e (4a) que se analisarão como (1c) e (4b), respectivamente.

(1a) Se criem graves mal-entendidos.

Segundo a análise de Nunes, (1a) pode ser interpretada como segue:

(1c) (expl) [Se]_{pe}^{ac.} criem graves [mal-entendidos]_{pi}^{nom.}

Em (1c), por ter sido detematizada a posição-sujeito, SE absorve acusativo e o papel temático do argumento externo. A posição-sujeito, por sua vez, é preenchida pelo expletivo que participa da CADEIA (expl) ... SN, daí resultando a concordância verbal com o SN posposto ao verbo, o qual recebe caso nominativo e absorve o papel temático do argumento interno. Dito em outras palavras: SE, nestas condições, funciona de modo similar ao afixo DO nas construções passivas perifrásticas examinadas acima, exercendo a função de pronome apassivador.

Vejamos como Nunes analisa as construções pronominais em que concordância entre verbo e argumento interno não ocorre, tal como em (4a).

(4a) ... a reforma ... representa o ariete com que *se tem abatido as muralhas ... dos privilégios.*

A seguir (4a) será analisada em (4b), com base em Nunes.

(4b) pro_{pe} [se]^{nom} tem [abati + do]_{po} [as muralhas ... dos
privilégios]_{ac}.
pi

Como é possível observar, em (4b) não há concordância entre o verbo - se tem abatido - e o argumento interno - as muralhas. Isto evidencia que a posição-sujeito não foi detematizada, mantendo-se inalterado seu caráter temático, aí ocorrendo um pro de conteúdo referencial arbitrário que recebe o papel temático de argumento externo e caso nominativo. Nestas condições, SE não recebe caso acusativo, nem absorve o papel temático do argumento externo. E o SN posposto ao verbo continua absorvendo o papel temático de argumento interno, que lhe é próprio, mas nesse caso recebe caso acusativo, o que justifica a ausência de concordância com o verbo.

Comparando (1c) e (4b), percebe-se que em (1c), a posição-sujeito foi detematizada, sendo preenchida pelo expletivo, enquanto em (4b), isto não ocorrendo, tal posição é preenchida por pro.

Se tais diferenças são passíveis de observação em construções transitivas cujo verbo encontra-se no plural, já em construções transitivas em que verbo e argumento interno encontram-se no singular, tal averiguação torna-se mais difícil, possibilitando a Nunes (1990, p.129) afirmar que tais construções "podem ser a superficialização de estruturas com SE apassivador ou com se indeterminador". (o destaque é nosso)

É este último argumento que orientará a análise das seqüências que se seguem. Observe-se que todas contêm construções pronominais transitivas com verbo e argumento interno no singular. Com base no raciocínio de Nunes, estas construções estão sujeitas a uma dupla interpretação:

CB26a - pro_{pe} Se_{po} contesta o direito_{pi}
CB26b - (expl) Se_{pe} contesta o direito_{pi}

CB27a - pro_{pe} Se_{po} malbaratou qualquer parcela_{pi}
CB27b - (expl) Se_{pe} malbaratou qualquer parcela_{pi}

- CB28a - pro_{pe} Se_{po} pede [o sacrifício]_{pi}
 CB28b - (expl) Se_{pe} pede [o sacrifício]_{pi}
- G25a - pro_{pe} Se_{po} proporcione bem-estar_{pi}
 G25b - (expl) Se_{pe} proporcione bem-estar_{pi}
- G26a - pro_{pe} Se_{po} poderia realizar uma grande (...) obra_{pi}
 G26b - (expl) Se_{pe} poderia realizar uma grande (...) obra_{pi}
- G27a - pro_{pe} (...) Se_{po} contenha todo excesso (...) pi
 G27b - (expl) Se_{pe} contenha todo excesso_{pi}
- F28a - restaura pro_{pe} Se_{po} nossa melhor tradição (...) pi
 F28b - (expl) restaura Se_{pe} nossa melhor tradição (...) pi
- F29a - pro_{pe} Se_{po} constata o apreço (...) pi
 F29b - (expl) Se_{pe} constata o apreço (...) pi
- F30a - pro_{pe} Se_{po} dê mais velocidade_{pi}
 F30b - (expl) Se_{pe} dê mais velocidade_{pi}

Nas análises precedentes, apresentamos uma dupla interpretação para todas as construções transitivas pronominais. As primeiras, assinaladas por a, representam construções pronominais transitivas em que o clítico SE funciona como uma espécie de "operador gramatical" que, ao ser ligado por uma categoria vazia [-an, +pro], estabelece uma relação anafórico-pronominal de conteúdo referencial arbitrário, constituindo (...) o SE indeterminador" (NUNES, p.131). Neste caso, SE não absorve caso nominativo, nem papel temático do argumento externo, mantendo-se intacto o caráter temático da posição-sujeito, cujo conteúdo referencial é indeterminado por SE.

Já nas análises marcadas por b, o clítico SE, ao funcionar como expletivo, recebe caso nominativo e absorve papel temático do argumento externo, detematizando, em consequência, a posição-sujeito. Trata-se da função de pronome apassivador. Em tais construções, o expletivo da posição de sujeito foi reinterpretado, com base em um processo de reanálise, "como um pronome referencial nulo" (LANGACKER, 1977 apud. Nunes, 1990, p. 134).

A análise discursiva do SE

Enquanto, para a lingüística, o SE apresenta uma dupla possibilidade de interpretação, para o discurso o SE das construções transitivas pronominais apresenta um efeito de sentido único - o de indeterminador do agente.

Retornando às construções que receberam dupla interpretação lingüística na seção anterior, destacamos que seu funcionamento discursivo é o de indeterminador do agente. Devemos acrescentar que, nestas construções, o sujeito temático coincide com o sujeito do discurso de modo que a indeterminação do primeiro projeta-se sobre o segundo, mobilizando a quarta-pessoa discursiva. Desse modo, propomos para CB26, CB27, CB28, G25, G26, G27, F28, F29 e F30 as paráfrases discursivas, assinaladas por c.

CB26c- Não *confesto/contestamos* aos moços ... o direito de tomarem conhecimento dos problemas nacionais...

CB27c- E se digo/dizemos que não *malbaratei/malbaratamos* qualquer parcela do dinheiro arrecadado pelos cofres públicos ...

CB28c- Hoje o sacrifício que *peço/pedimos* é a véspera da prosperidade nacional.

G25c - E tudo isto impõe-se seja feito para que *proporcione*mos bem-estar ao homem brasileiro...

G26c - Se o Governo não tivesse o partido, só *poderíamos* realizar uma grande e ampla reforma num país em ditadura

G27c - ... É necessário, contudo, que *contenhamos* todo excesso condenável...

F28c - O que hoje *restabeleço/restabelecemos* com a promulgação desta Emenda é a forma, o rito, a instância. Sobretudo, *restauro/restauramos* nossa melhor tradição republicana e federal.

F29c - Dessa forma *constato/constatamos* o apreço do povo pela continuidade administrativa.

F30c - Tentam pressionar o Governo no sentido de que eu dê mais velocidade ao processo de abertura democrática...

As paráfrases discursivas precedentes mostram o efeito de sujeito que a quarta-pessoa discursiva instaura. Ao representar-se assim, o sujeito do discurso simula o não-preenchimento da forma-sujeito, o que promove o efeito de seu apagamento. Esta simulação

acarreta uma outra, que lhe é correlata: a aparente não-suposição do outro. Ou seja, a quarta-pessoa discursiva pronominal promove o efeito de apagamento da estrutura dialógica, de modo que os acontecimentos discursivos apresentam-se como fatos que independem de um ^{sujeito} discurso, sendo, pois, representativos de uma verdade absoluta.

Neste passo, relacionamos a este trabalho a reflexão desenvolvida por Orlandi em "O discurso da História para a Escola" (1983, p. 51-71). Lá a autora trata do SE e sua propriedade discursiva de indeterminação do agente. Nesta seção, trabalhamos com o mesmo fato lingüístico. No entanto, seu funcionamento discursivo não é totalmente idêntico.

No corpus analisado por Orlandi, o sujeito do discurso não coincide com o sujeito temático das construções examinadas, de modo que SE indetermina unicamente o sujeito temático, não mobilizando a quarta-pessoa discursiva. Em nosso trabalho, ocupamo-nos de construções transitivas pronominais cujo sujeito temático coincide com o sujeito do discurso, de modo que a indeterminação do sujeito temático projeta-se sobre o sujeito do discurso que fica igualmente indeterminado. Essa dupla articulação indeterminadora - do sujeito temático e do sujeito do discurso - instaura o que entendemos por *quarta-pessoa discursiva pronominal*.

A modalidade lexical da quarta-pessoa discursiva

A modalidade lexical da quarta-pessoa discursiva evidencia mais fortemente ainda o efeito de não-preenchimento da forma-sujeito. No esforço de distinguir a pessoa do papel institucional que exerce, o sujeito do discurso representa-se através de um item lexical, instaurando o efeito de não-preenchimento da forma-sujeito: o sujeito do discurso representa-se como *presidente*, produzindo a dissociação entre as duas figuras. Tal esvaziamento dá lugar a um outro fenômeno: se a quarta-pessoa pronominal produz os efeitos de indeterminação do sujeito do discurso e do apagamento da estrutura dialógica, a quarta-

pessoa discursiva lexical acrescenta-lhe mais um efeito: realiza uma espécie de movimento dêitico discursivo que consiste em apontar para essa forma que é construída como vazia. Este é o efeito que examinaremos a partir do recorte que segue.

- CB29 - (...) a insana imputação de que se deseja prejudicar uma Força para benefício de outra, a infeliz e desarrazoada insinuação de que o **Presidente** muda de doutrina por injunções políticas, tudo isso não esmorecerá o nosso esforço. (CB2 - 11.1.65 - Pal. Laranjeiras - Posse Min. Aeronáutica, p. 260)
- CB30 - O **Presidente** que assumiu o Governo em abril colocou em seu discurso de posse a bandeira de reforma como sendo uma legítima aspiração da Revolução. (CB1- 4.07.64 - Escola Aperfeiçoamento Oficiais, p. 61).
- CB31 - É injusta a apreciação de que o **Presidente** tomou uma atitude omissa e irresponsável para lavar as mãos, deixando o país entregue a rumos aleatórios. (CB2- 10.10.65 - Bagé - QG III Divisão Cavalaria, p. 272)
- CS26 - Podem bem os senhores avaliar o quanto de preocupação, o quanto de paciência e o quanto de firmeza foi exigido do **Presidente da República** e dos seus auxiliares. Tivemos, porém, a grata satisfação (...) de encontrar o novo Congresso - também porque ele foi fundamente renovado - a compreensão, o civismo que o levaram a compartilhar com o **Presidente da República**, com o Executivo, dessas preocupações ajudando a resolver e vencer os problemas. (CS2- 19.3.68 - Brasília - Entrevista Coletiva- 10. ano de Governo, p305)
- CS27 - (...) O **Presidente da República** ficou (...) munido de poderes excepcionais, para praticar todos os atos necessários (...) A edição do AI-5, depois de 24 horas intensas de consultas e meditações, não se afigurou ao **Presidente da República** como a melhor das soluções, mas, sim, como a única solução (...) (CS3 - 31.12.68 - Mensagem ao Povo - TV - p479-80)
- CS28 - Se o então Ministro da Guerra quisesse, os candidatos não teriam tomado posse, inclusive porque contava com o apoio, senão mesmo com a pressão, de homens que hoje pregam a democracia e se arrogam o direito de criticar o **Presidente da República** que naquele momento se opôs a eles, impondo a disciplina dentro do Exército (...) São os homens que hoje se dizem democratas e que hoje acusam o **Presidente** de ditador (...) (CS2 - 15.3.68 - p328)
- M25 - Pretendo deixar, ao término de meu período governamental, definitivamente instaurada a democracia em nossa País; quero deixar bem claro que o alcance desse objeto depende muito mais dos militantes da política partidária do que do próprio **Presidente da República**. (M1- 20.11.69 - Convenção ARENA, p. 48)
- M26 - Mais perfeita não poderia ter sido, até agora, a identidade de pensamento e de propósito entre o **Presidente da República** e o Partido da Revolução (...) não me regateou a ARENA, em nenhum momento, a colaboração que lhe tenho solicitado para dar continuidade à obra revolucionária. (M5 - 10.2.70 - ARENA - p52-3)
- M27 - Quero confidenciar aos homens de meu País as maiores alegrias que encheram o coração do **Presidente** nesta semana da Pátria (...) (M3- 7.9.70 - Pal. Laranjeiras - "Programa Integração Social", p100)

- G28 - (...) depois das eleições de 15 de novembro, muito se tem publicado e discutido sobre a "distensão", atribuindo-se ao Governo - e notadamente ao **Presidente da República** - intenções, objetivos, avanço, recuos, submissão a pressões etc(...) (G2- 1.8.75-TV-Ação Governamental, p152)
- G29 - (...) assumirei plena responsabilidade pela decisão final que, de direito, e de fato, couber ao **Presidente da República**. (G1 -19.3.74 -1a. Reunião Ministerial - p.32)
- G30 - Confiada à experiência do Senador **Petrônio Portella**, essa missão inicial não consiste na simples apresentação de uma proposta de reformas, mas dela deverá resultar proposição consensual para exame (...) por órgãos competentes da Nação. Apoiada em toda linha pelo **Presidente da República** vem ela encontrando receptividade esclarecida (...) (G4 - 10.12.77 - Pal.Alvorada - Diretório Nacional ARENA, p.346)
- F31 - Trago também a certeza de que o **Presidente** não esqueceu os compromissos do candidato. Como é do meu feitio, reafirmo que haverei de cumpri-los todos (...) (F2- 29.06.79 - Reunião Conselho SUDENE, p70)
- F32 - No que dependa do **Presidente da República**, já manifestei por diversas vezes minha inabalável determinação de tudo fazer para prosseguir nessa trajetória linear. Resta-me esperar a compreensão, a participação e a colaboração de todos os brasileiros de boa vontade. (F2- 19.3.79 - Pal. Planalto - 1a. Reunião Ministerial - p20)
- F33 - As palavras de Vossas Excelências, benevolentes em demasia, dizem bem do sentimento que tem havido entre o **Presidente da República**, o Congresso Nacional e com seus membros em particular, sejam eles do Partido do Governo ou do Partido da Oposição. (F3- 17.11.80 - Pal.Planalto -Improvisado - Colar da Ordem do Congresso Nacional - p34)

Como é possível observar no recorte acima, a quarta-pessoa discursiva lexical ocorre nos cinco domínios discursivos de nosso corpus. Tal procedimento representa a possibilidade de aprofundar a observação da constituição do sujeito político autoritário. Através desta modalidade de quarta-pessoa discursiva, o sujeito do discurso dá lugar ao sujeito nomeado do enunciado - "ele", o *presidente*. Essa passagem produz um efeito de sentido específico: o sujeito do discurso dá lugar ao sujeito do enunciado que se transforma em uma referência externa à interlocução, sendo assim incorporada pelo discurso.

Essa disjunção possibilita que o sujeito do discurso represente-se como o outro-o *presidente*- produzindo vários efeitos de sentido, a saber:

- (1) a simulação do esvaziamento da forma-sujeito de FD₁;

(2) esse efeito de esvaziamento da forma-sujeito desvincula o sujeito do discurso do papel institucional de *presidente*, daí resultando maior força e autoridade para a figura enunciativa "o presidente" - a quarta-pessoa discursiva lexical;

(3) essa disjunção, por sua vez, produz o efeito de sentido de apagamento da estrutura dialógica, daí resultando reforçada a imagem de presidente autoritário. Dito em outras palavras: da mesma forma que o sujeito do discurso pressupõe o interlocutor, a configuração do sujeito por ELE (o presidente) representa o afastamento da interlocução de modo que essa representação funciona como um refúgio não só da subjetividade como da intersubjetividade, na acepção de Benveniste (1966). E, em lugar do outro (interlocutor), surge o outro-sujeito, representado por ELE (o presidente), ou seja, cessa a reversibilidade entre EU e TU, instalando-se o efeito de monologismo;

(4) a representação do sujeito em quarta-pessoa discursiva lexical realiza uma espécie de *movimento dêitico discursivo* que consiste em apontar para essa forma construída discursivamente como vazia, simulando apontar para um outro.

Encerrando a quarta-pessoa discursiva

No início desta seção, ocupamo-nos do exame da quarta-pessoa. Desejamos encerrá-la, retornando a essa questão: se a quarta-pessoa está subtendida à constituição do sujeito psíquico, sendo esta sua condição de existência, parece-nos lícito entender que o movimento inverso, que consiste em a ela retornar através de "ele", seja percebido como um efeito de sujeito próprio da prática discursiva. Este movimento faz-se presente, como vimos ao longo dessa seção, na constituição do sujeito político autoritário.

Essa representação em quarta-pessoa discursiva, no discurso político, remete a um imaginário historicamente determinado. Ao relacionar-se desta forma com a forma-sujeito, o sujeito do discurso realiza um movimento que pode ser interpretado como o gesto através

do qual a forma-sujeito aparentemente não-preenchida é observada do exterior e mesmo apontada discursivamente, de modo que o papel institucional de presidente é considerado à distância, externamente e, através desse exame, é incorporado ao discurso. É como se o sujeito do discurso dissesse "O presidente, não eu, o presidente entende que ...". Ou seja, a quarta-pessoa discursiva permite que o sujeito fale de si mesmo como se falasse de um outro, realizando, assim, essa disjunção entre o sujeito do discurso e o papel institucional que exerce. Desse modo a quarta-pessoa discursiva representa um modo de indeterminar a superposição entre sujeito do discurso e o agente.

É preciso salientar que a quarta-pessoa discursiva no corpus em análise está sustentada sobre a imagem de presidente autoritário, tal como a descrevemos anteriormente. Essa autoridade é invocada pelo sujeito do discurso para dar legitimidade aos atos presidenciais. Faz-se necessário, para tanto, indicar que as decisões emanam do presidente, embasado na autoridade de sujeito histórico, e não daquele que, circunstancialmente, exerce este papel. É nesse quadro que o efeito de quarta-pessoa discursiva produz os efeitos de sentido analisados ao longo da presente seção, constituindo-se em um efeito-sujeito muito poderoso no corpus em análise.

1.3 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR ENUNCIATIVO DO SUJEITO

Considerações iniciais

Toda vez que um sujeito toma a palavra, ele o faz a partir de um lugar social. Na presente seção, examinaremos a construção discursiva do lugar enunciativo de onde o sujeito de D1 produz seu discurso. Como esse sujeito pronuncia-se a partir do lugar institucional que ocupa, é este mesmo lugar que determina a delimitação do seu lugar enunciativo-GOVERNO-que analisamos a seguir. Desnecessário dizer que as formações imaginárias que subentendem a constituição discursiva desse sujeito, bem como as diferentes configurações que assume ao

representar-se estão fortemente relacionadas à construção desse lugar enunciativo.

1.3.1-A construção discursiva de GOVERNO como lugar enunciativo

Para dar início à análise desse lugar enunciativo, deve-se assinalar que GOVERNO possui uma referência bastante ampla, impondo-se, inicialmente, examiná-la em extensão. Para tanto, apresentamos, a seguir a grade referencial de GOVERNO em D_1 .

GOVERNO EM D_1

NIVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO
GOV1	Sistema, regime, braço executivo da Revolução, Estado autoritário
GOV2	Chefe do executivo, presidente, governante, mandatário
GOV3	Administração, gestão, diferentes instâncias componentes do Governo

GRADE REFERENCIAL 2

O exame dessa grade referencial permite algumas considerações prévias. Se, a priori, entendemos GOVERNO como lugar institucional, observando a Grade Referencial 2 constatamos que este é apenas um de seus sentidos, não o único. Se os níveis 1 e 3 apontam para o lugar institucional, o nível 2 indica que aí existem alguns efeitos de sentido decorrentes da aproximação entre o lugar enunciativo e o sujeito que o ocupa.

Tal constatação determinou uma reavaliação dos três níveis referenciais de Governo, relacionando-os às diferentes configurações do sujeito de D_1 , analisadas na seção anterior. Estes resultados estão expressos na Grade Referencial 3.

RELAÇÃO GOVERNO/CONFIGURAÇÃO DO SUJEITO DE D₁

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE	CONFIGURAÇÃO DO SUJEITO
GOV1	Sistema, Regime, braço executivo da Revolução, Estado autoritário	_____
GOV2	Chefe do executivo, presidente, governante, mandatário	4a. pessoa discursiva
GOV3	Administração, gestão, diferentes instâncias componentes do Governo	Não-pessoa discursiva

GRADE REFERENCIAL 3

Através da Grade Referencial 3 é possível verificar como o sujeito de D₁ relaciona-se com este lugar enunciativo. GOVERNO1 remete a uma 3a. pessoa, constituindo o lugar enunciativo de onde o sujeito de D₁ enuncia. GOVERNO3, além de lugar institucional, constitui-se também no espaço socializado onde estão representados os demais membros que constituem o governo, os quais, não sendo nomeados, configuram a não-pessoa discursiva (Conferir NÔS3) à qual o sujeito de D₁ associa-se. GOVERNO2, no entanto, escapa à especificidade do lugar enunciativo, para configurar-se em mais uma forma de representação do sujeito desse discurso, através da quarta-pessoa discursiva lexical. Estes níveis referenciais organizarão as análises subseqüente.

GOV1 - O braço executivo da Revolução

Neste primeiro nível referencial de GOVERNO, fica caracterizada a natureza desse lugar enunciativo: o sujeito de D₁ aí instala-se para enunciar com legitimidade. A imagem do presidente autoritário (IA (A)3) daí retira sua força. E isto é verbalizado por Costa e Silva quando declara que será no GOVERNO "representante e delegado da Revolução". Essa afirmação é a construção discursiva explícita desse

lugar enunciativo de onde o sujeito de D1 atesta sua ideologia, não devendo ser confundido com um lugar administrativo.

Esse é o efeito de sentido que será examinado a partir do recorte que se segue.

- CB32 - O governo é mandatário de idéias e objetivos revolucionários e (...) tem uma missão. E essa missão é a restauração da democracia brasileira (...) (CB1 - 15.7.64 - TV - Balanço do 1o. trimestre, p.68)
- CB33 - Era (...) impossível, (...) imperdoável, nas atuais circunstâncias (...) não dispor o Governo de meios que lhe permitissem assegurar ao país a tranqüilidade de que necessita e que reclama para trabalhar e prosperar (...) (CB2- 11.11.65 - RJ - Assembléia Legislativa, p.68)
- CB34 - O Governo deriva de várias correntes de opinião revolucionária e não é o reflexo de qualquer corrente desviada e isolada. (CB1 - 7.8.64 - Homenagem Governador Bahia , p.40)
- CS29 - Governo sem autoridade não merece o nome que ostenta, e a autoridade não existe sem os meios que asseguram a sua afirmação (...) (CS3 - 26.12.68 - Confraternização com Forças Armadas, p.477)
- CS30 - (...) e para combater a força, nós temos a força. Ela está concretizada no patriotismo, na dedicação e na quase abnegação das Forças Armadas. Estas hão de garantir a estabilidade do Governo para a estabilidade do Regime. (CS3 - 5.12.68 - Improviso-Saudação Governo Florianópolis, p.449)
- CS31 - Intelectuais, escritores, artistas, jornalistas clamam, proclamam e reclamam; todavia, cada qual escreve, diz e brada o que entende, sem nenhuma interferência do Governo; ora uma das características mais veementes dos regimes ditatoriais é o cancelamento da liberdade de expressão (...) (CS2- 22.12.67 - Universidade da Paranaíba, Paraninfo Geral, p.296)
- M28 - Eram tão profundos os descaminhos da vontade popular, que a Revolução precisou ser desdobrada, porque se impunha dar ao Governo que dela emergiu para servir ao povo, instrumentos e poderes capazes de realizar as necessárias modificações de nossas instituições (...) (M5- 31.3.71 - TV - 7o. Aniversário da Revolução, p.75)
- M29 - Animado dessa disposição inabalável, o Governo, em consonância perfeita com as aspirações nacionais, tem dado resposta imediata e eficaz às tentativas de perturbação da ordem pública(...) (M3- 30.10.70 - RJ - Pal.Laranjeiras - TV - 1o. Aniversário Governo, p.174)
- M30 - Acreditamos estar o Governo assegurando a paz para o trabalho (...) (M5-31.3.71-TV-7o. Aniv. Revolução, p.81)
- G31 - Registro, por oportuno, o reconhecimento geral, até mesmo de grupos dos mais constestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia de propaganda eleitoral, sem coações ou restrições (...) (G1 - 30.12.74 - TV - Mensagem ao Povo, p.187)
- G32 - Exemplar e pronta contenção de qualquer veleidade subversiva ou de qualquer ato de corrupção que venha ao conhecimento do Governo. (G1 - 15.1.74 - TV - Após decisão Colégio Eleitoral, p.24)
- G33 - Ao Governo cabe-lhe velar para que isso [solapar a democracia] não ocorra. E, pois, os instrumentos de exceção que lhe foram deferidos a sua instauração, não os relegarei de forma alguma;

antes, estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se (...). (G1- 30.12.74 - TV - Mensagem ao povo, p.194)

- F34 - E, ao afirmar, pela primeira vez, que ia fazer deste país uma democracia, senti que alguns elementos que se opunham ao Governo, senti que muitos setores da imprensa e - por que não dizer? - também muitas vozes da opinião pública achavam que eu estava exagerando, porque eu tinha dado meu apoio a um regime fechado. (F2- 23.08.79- Batatais, SP -Improviso - Prefeito -p.114)
- F35 - Sempre tive presentes as dificuldades que iríamos encontrar, porque se a Oposição faz oposição, como é seu dever - e o faz bem feito - há também aquela Oposição que faz apenas criar o caos, para agitar. E como disse ontem o nosso líder, Senador Jarbas Passarinho, talvez até para desestabilizar o Governo. (F3- 28.08.80 - Brasília - Improviso - Líderes PDS no Congresso, p.220)
- F36 - Esta festa (...) vem acompanhada de um momento de tristeza, por atos de terrorismo, ultimamente. Agora, não se trata mais de danos materiais como pressão sobre o Governo. Agora os fascínoras matam inocentes(...) (F3 - 29.08.80 - Uberlândia, Improviso, p.228)

Analisando o recorte precedente, constata-se que este primeiro nível referencial de GOVERNO mobiliza uma série de traços que caracterizam o Estado autoritário. Aí encontramos um GOVERNO dotado de meios e instrumentos (CB33, CS29, M28, G32, G33) que lhe dão força (CS30, CS31) para realizar sua missão (CS32, M29, M30). Apenas em Figueiredo, por força da conjuntura em que seu governo se desenvolveu, é possível constatar uma modificação. Neste último, percebe-se apreensão pelos destinos do regime por não mais dispor de tais meios (F32, F36).

Cada vez que o sujeito de D_1 enuncia seu discurso deste lugar, coloca-se junto à fonte de onde emana a autoridade do Regime. Trata-se de um lugar a partir do qual o sujeito de D_1 atesta sua ideologia, representando, nesse sentido, o braço executivo da Revolução, cuja função é sustentar o desenvolvimento do projeto que esta concebeu para a Nação.

Uma vez caracterizada sua natureza, é preciso verificar como o sujeito do discurso relaciona-se com este lugar. Ao referir-se-lhe, o sujeito aciona o mecanismo de 3a. pessoa, cuja referência pressupõe um sistema forte que subentende a Revolução, o regime militar. À sua

menção, mobilizam-se características do Estado Autoritário, tal como ocorre em CB33, CS30, M28, M29, G33, por exemplo.

Esse lugar enunciativo parece produzir a ilusão de pairar acima da vontade daqueles que nele se colocam para produzir seu discurso como se a doutrina que dele emana fosse sagrada e por conseguinte, incontestável, tornando-se obrigatório submeter-se-lhe sem discussão. Trata-se do efeito que Fiorin designou de "sacralização do discurso da Revolução" pois este discurso "fala do Deus-Estado e de seus desígnos em relação aos homens" (FIORIN, 1988, p.151). Ou seja, o discurso em análise, no que tange ao lugar enunciativo GOVERNO1, absorve uma das propriedades do discurso religioso. Segundo Orlandi, no discurso religioso "O locutor é Deus, logo ... infalível, infinito, todo-poderoso" (ORLANDI, 1983, p.218-9). Ocorre que o lugar enunciativo GOVERNO1, de onde o sujeito de D₁ enuncia, mostra-se igualmente intangível, produzindo o efeito de sentido de plano superior a partir do qual se produz esse discurso autoritário. Parece lícito, pois, afirmar que o efeito de sentido que decorre da enunciação aí produzida é o da auto-legitimidação. Ou seja, o discurso do sujeito de D₁, apoiado na imagem do presidente autoritário e produzido a partir de GOVERNO1, legitima-se a si próprio.

GOV2 - O chefe do executivo

Neste segundo nível referencial, examinaremos uma das formas pela qual o sujeito de D₁ relaciona-se com o lugar enunciativo examinado em GOVERNO1, isto é, com o lugar da auto-legitimidação ideológica, anteriormente examinado. Constata-se uma estreita vinculação entre sujeito do discurso e o lugar de enunciação, conforme é possível verificar no recorte que segue.

CB35 - Por isso mesmo, o Governo terá de cumprir o mandato que lhe foi legitimamente outorgado. (CB1 - 5.5.64 - Homenagem Governador de Pernambuco - p.28)

CB36 - O governo (...) não esquece (...) que os inquéritos e as investigações ajudaram a provar que o desenvolvimento sem a moral pública é tão desastroso para o País como (...) a

- simples existência de uma ética política e administrativa num vazio de progresso. (CB1 - 3.11.64 - Comandante II Exército - p.43)
- CB37 - (...) Sabem os brasileiros que o **Governo** não poupou esforços para que a flama da liberdade continuasse a tremular sobre a nacionalidade(...) (CB1 - 31.12.64 - TV - p.48)
- CS32 - O executivo está perfeitamente aparelhado para agir contra qualquer indício de subversão da ordem (...) O **governo** tem obrigação, como medida preventiva, de intervir imediatamente para evitar o mal maior. (CS2 - 30.11.67 - Improviso - Senadores e Deputados Federais - Término Ano Legislativo - p.276)
- CS33 - O **Governo** foi obrigado a intervir e a tomar as medidas fortes que reativassem a Revolução atingida. Por essa razão foi outorgado o novo AI [AI5]. (CS3 - 16.1.68 - RJ - Formatura Oficiais Escola Comando e Estado Maior do Exército - p.468)
- CS34 - O **Governo** tentou o caminho da tolerância e recebeu em troca a intolerância. Experimentou a magnanimidade e passou por fraco. Procurou o apoio político e viu-se traído pelo impatriotismo de não poucos. Foi demais. (CS3-26.12.68-Confraternização com Forças Armadas-p.477)
- M31 - O amor à pátria que o **Governo** entende não se faz só de palavras e evocações, nem se esgota nas emoções à flor da pele (...) Não consigo ver o amor à pátria nos homens (...) onde encontro a vaidade e o desperdício, o egoísmo e a cupidez (...) (M3 - 7.9.70 - RJ - Pal.Laranjeiras - Programa Integração Social - p.98)
- M32 - Enganam-se, porém, os que (...) supõem poder comandar o **Governo**. Este **Governo**, que jamais será comandado pelas injunções de seus próprios amigos (...) muito menos haverá de sê-lo por artimanhas dos inimigos da Revolução. (M2-31.3.70-TV-6o.Aniversário Revolução, p.90)
- M33 - Este **Governo** é forte demais para se deixar atemorizar pelo terror (...) É forte demais este **Governo** e tem-se suficientemente lúcido, para se deixar colher nessa armadilha primária de fazer (...) a contra-partida do jogo dos terroristas. (M2 - 31.3.70 - TV - 6o. Aniv. Revolução, p.91)
- G34 - Registre-se (...) a preocupação fundamental que teve o **Governo** de implantar um sistema ampliado de natureza colegiada, para o assessoramento do Presidente da República, na tomada de suas decisões principais. (G1- 30.12.74 - TV - Mensagem ao Povo, p.182)
- G35 - (...) Por isso, o **Governo** não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses, visando artificialmente a queimar etapas no processo de desenvolvimento político(...) (G2 - 1.8.75 - TV - Ação Governamental, p.155)
- G36 - Já disse na Convenção do Partido que o **Governo** e a ARENA se identificam e essa identificação tem que ser cada vez mais forte e firme (...) não só através das mesmas idéias (...) mas (...) por nossa convivência, pelo diálogo, pela troca de opiniões e pelo conhecimento recíproco. (G2 - 22.10.75 - Pal.Planalto - Improviso - Comissão Executiva Nacional e Presidentes Regionais ARENA, p.221)
- F37 - (...) quer o **Governo**, com isso, evitar o prolongamento de processos traumatizantes para a sociedade. Certos eventos,

- melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira. (F2 - 27.06.79 - Pal. Planalto - Mensagem Anistia, p. 6)
- F38 - Acusam o **Governo** de querer beneficiar o seu Partido. Eu não vou a tanto de afirmar que quero beneficiar o meu partido. Mas não acredito que o povo de minha terra me tenha por tão imbecil a ponto de mandar para o Congresso um projeto de Governo que pudesse favorecer a Oposição(...) (F5 - 28.4.82 - Guaíba, RS, Improviso, p.122)
- F39 - Tentam pressionar o **Governo** no sentido de que se dê mais velocidade ao processo de abertura democrática (...) (F7- 7.12.83 - Brasília - Forças Armadas - p.209)

Analisando o recorte precedente, percebe-se que GOVERNO2 representa o modo como o sujeito de D₁ relaciona-se com este lugar enunciativo. Ao nele colocar-se para produzir sua enunciação, o sujeito mobiliza-o para auto-referir-se. Ou seja, o chefe do governo identifica-se de tal forma com seu lugar enunciativo que acaba por confundir-se com ele, de modo que este segundo nível referencial de GOVERNO2 consiste, de fato, em mais uma representação que o sujeito de D₁ assume pois, ao referir-se a **Governo**, de fato, refere a si mesmo, mobilizando uma quarta-pessoa discursiva lexical. Veja-se, por exemplo, CB35. É evidente que o mandato foi outorgado ao Presidente e não aos demais elementos que compõem o Governo, os quais podem ser substituídos. Da mesma forma, observando CS33, constata-se que aí GOVERNO pressupõe o chefe do executivo a quem cabe a responsabilidade do AI-5.

Ainda com base em CS33, percebe-se que, pelo viés desta representação do sujeito, GOVERNO2 parece dotado de independência, como se agisse por si só, apesar daqueles que o compõem. Veja-se, ainda, CS32, G34 e F39 que evidenciam essa aparente autonomia de GOVERNO2, indicativa da identificação entre o sujeito do discurso e o lugar de onde enuncia.

Deve-se ainda salientar uma outra característica desse nível referencial: GOVERNO2 é dotado de certos traços que remetem mais aos sentimentos daquele que ocupa o lugar enunciativo do que ao lugar propriamente dito: mágoa (CS34); sensibilidade (F37); indignação (F38); reflexão (G36). Ou seja, trata-se de reações do sujeito de D₁,

ocupante do lugar enunciativo GOVERNO. Assim, aí está em substituição ao sujeito de D_1 , promovendo a simbiose entre ambos. Note-se que o sujeito de D_1 , ao identificar-se com o lugar enunciativo de onde produz seu discurso, enquanto quarta-pessoa discursiva lexical, também realiza um movimento dêitico que consiste em apontar para o lugar discursivo GOVERNO. Mas, ao fazer tal gesto, este recai sobre si mesmo. Esta é a diferença entre as quartas-pessoas lexicais PRESIDENTE e GOVERNO. A primeira aponta para a forma sujeito que aparentemente permanece vazia, produzindo o efeito de disjunção entre o sujeito do discurso e o papel constitucional que exerce; aponta para o papel discursivo PRESIDENTE, com o qual não se identifica. Já a segunda realiza um movimento inverso: ao apontar para o lugar enunciativo GOVERNO, o sujeito indica o lugar em que se encontra e com o qual se identifica, preenchendo-o plenamente. Trata-se, pois, de uma conjunção, cujo efeito consiste em uma auto-indicação. Assim sendo, a quarta-pessoa discursiva lexical produz sempre um efeito de indeterminação do sujeito de D_1 , seja pela não-identificação com o papel que, espera-se, o sujeito do discurso assumira, seja pela identificação com seu lugar enunciativo, ao ponto de com ele confundir-se.

Em ambos os casos, no entanto, este modo de configurar-se representa o movimento do sujeito de D_1 em direção à autoridade. Ou seja, tomado individualmente, está despojado de autoridade para realizar determinadas ações. No entanto, no exercício do papel institucional de presidente, encontra a fonte de poder e de autoridade que dele emana. Para tanto, é preciso mobilizar a quarta-pessoa discursiva lexical que, simulando o esvaziamento da estrutura dialógica, abre espaço para a não-reversibilidade e para a autoridade que se tornam perceptíveis através do duplo movimento dêitico acima descrito e que foi analisado especificamente na seção dedicada à análise da quarta-pessoa discursiva lexical. (Cf. 1.2.2)

Dentre as seqüências acima, destacaremos G32 para realizar uma breve análise, por reunir, em seu interior, as duas representações em quarta-pessoa discursiva lexical. Observa-se aí que GOVERNO aponta para o chefe do executivo, pois a criação de um colegiado foi um dos primeiros atos do presidente Geisel, comunicado durante sua primeira reunião ministerial. Por outro lado, ao indicar que as atribuições de tal colegiado consistem em assessorar o Presidente, refere a si mesmo, de modo que os dois movimentos coexistem nesta seqüência: por um lado, o papel discursivo de presidente é desvinculado do sujeito do discurso, num movimento de disjunção entre a forma-sujeito e o sujeito de D₁; por outro lado, o lugar enunciativo é plenamente preenchido, instaurando-se uma superposição entre o lugar e o sujeito de D₁.

Em função das análises precedentes, parece lícito afirmar que a quarta-pessoa discursiva lexical GOVERNO2 constrói o lugar enunciativo de onde fala o sujeito de D₁, enquanto porta-voz autorizado da IIIª. República Brasileira.

GOV3 - Administração, gestão, instâncias componentes

Conforme estabelecemos na Grade Referencial 2, GOVERNO1 e GOVERNO3 remetem ao lugar institucional de onde o sujeito de D₁ toma a palavra. Ao examinarmos GOVERNO1, constatamos que este é o lugar que atesta a ideologia do sujeito de D₁, representando, pois, o braço executivo da revolução. Tal lugar é ocupado exclusivamente pelo sujeito de D₁, como porta-voz autorizado, conforme apuramos em GOVERNO2. Já GOVERNO3 corresponde à concepção usual de Governo, ou seja, trata-se do lugar de gestão da coisa pública e remete a um espaço público institucional que pode ser ocupado pelo chefe do executivo bem como por qualquer uma das instâncias que compõem o Governo, seja individualmente, seja de modo coletivo. Este é um espaço coletivo no qual o chefe do executivo associa-se aos demais membros do Governo, mobilizando, portanto, conjuntos lexicais não-

nomeados que designamos de não-pessoa discursiva. (Cf. Grade Referencial 3).

A partir do recorte que segue, examinaremos esse lugar institucional.

- CB38 - Agora, decorridos dois meses de Governo, posso anunciar as linhas mestras (...) (CB1 - 23.06.64 - Universidade do Ceará, p.134)
- CB39 - O Governo é uma reunião de homens voltados ao ideal de conquistar um número aceitável de bem-estar para todos. (CB2 - 13.02.65 - Brasília - Encerramento IV Congr. Representantes Assembleias Legislativas Estaduais p.4-5)
- CB40 - (...) outros se queixam por não verem logo os frutos dos atos do Governo, especialmente no que diz respeito ao custo de vida e ao abastecimento. (CB1 - 7.8.64 - Homenagem - Gov. Bahia, p. 35)
- CS35 - Falam mal do Governo, devem falar, porque o Governo não transige, não corrompe e não aceita corrupção. (CS3 - 14.09.68 - Improviso, PA, RS, QG III Exército - Homenagem Forças Terrestres do Extremo Sul, p.406)
- CS36 - Há um entendimento errado do termo Governo. Não sei se por atavismo, dão sempre ao Chefe do Executivo o título de Governo. O Governo somos nós, com responsabilidades comuns, com responsabilidades iguais. (CS2 - 30.11.67 - Improviso - Pal. Planalto - Recepção aos Senadores e Dep. Fed. - Término Ano Legislativo, p.275)
- CS37 - Este é um Governo ao gosto e ao estilo brasileiro que não almeja nem tolera a ditadura. Mas que usará a força todas as vezes que a força for necessária e útil aos interesses maiores da nacionalidade. Com ela será mais fácil ao Governo vencer as últimas resistências da inflação. (CS3 - 26.12.68 - Confraternização com Forças Armadas, p.478)
- M34 - Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu Governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 (...) (M1 - 30.10.69 - Posse, p.39)
- M35 - O Governo acelerará a reforma agrária, notadamente nas áreas operacionais selecionadas (...) Mediante a reforma agrária, em cujo incremento está empenhado, o Governo promoverá o crescimento da produtividade agrícola (...) melhorando o padrão de vida da população (...) (M4-26.02.70 -Pal. Alvorada - Entrevista Coletiva, p.93)
- M36 - Aqui me tenho para acenar-lhes com a presença de todo o meu Governo. Venho acenar ao povo trabalhador a solidariedade que um homem simples no Governo ao povo pode dar. (M2 - 416º. Aniversário Fundação de SP - p.19)
- G37 - Tudo que o Governo está realizando no quadro social e que todos reconhecem que é muito, dizem que é do programa da Oposição (...) não estaríamos fazendo nada mais do que realizando o programa da Oposição. (G2-2210.75-Improviso -Pal. Planalto - Comissão Executiva Nacional, Presidentes Diretórios Regionais ARENA, p.221)
- G38 - A partir das definições do II PND e apoiado, particularmente no Conselho de Desenvolvimento Social, o Governo vem mostrando ser possível motivar, criar e dinamizar na área social, da mesma forma que o chamado modelo brasileiro havia feito no

- campo econômico(...) (G2 - 10.8.75 - TV - Ação Governamental, p.144)
- G39 - O que temos feito, o que o Governo tem feito é patrimônio do Partido, não é patrimônio do Presidente da República (...) Se o GOVERNO não tivesse o partido, só se poderia realizar uma grande e ampla obra num país em ditadura. (G2-22.10.75-Pal. Planalto-Improviso- Comissão Executiva Nacional e Pres. Regionais ARENA, p.226)
- F40 - Abertura política significa menos tutela do Estado sobre os cidadãos (...) Deve refletir-se na simplificação das relações do Governo com o setor privado. Na eliminação do paternalismo. (F2-1.5.79 - Pal. Planalto - A Nação, p.19)
- F41- Não quero simplificar e lançar a culpa da inflação sobre um único segmento da sociedade. Admito, honestamente, que a culpa é de todos nós. Do Governo, dos empresários, dos consumidores. (F2- 12.09.79 - RJ - 145o. Aniversário Associação Comercial, p.142)
- F42 - O povo sabe votar. Mas sabe votar quando o Governo vem ao encontro dos seus anseios. E isto o meu Governo está fazendo, eu tenho a consciência tranquila. (F3- 04.04.80 - Porto Alegre - Improviso, p.232)

Observando esse recorte, fica claro que este espaço não é singular. Por vezes, essa pluralidade é construída discursivamente e de modo explícito, tal como ocorre em CB39, CS36, M36, por exemplo. Mas geralmente, essa pluralidade é implícita. Ou seja, no bojo desse espaço institucional, encontra-se o sujeito de D_1 associado a grupos lexicais não-nomeados, assemelhando-se ao funcionamento de NÔS3. Assim, as linhas mestras do Governo (CB38) certamente são o fruto de uma equipe de planejadores e não o resultado da reflexão de um só homem. A política do custo de vida e do abastecimento (CB40) também resulta de diferentes ministérios, o mesmo ocorrendo com o combate à inflação (CS37), reforma agrária (M35) e o programa social (G37, G38).

Ou seja, o sujeito de D_1 ocupa o espaço institucional GOVERNO3, aí associando-se às diversas não-pessoas discursivas que compõem a esfera governamental, as quais qualificam este lugar institucional como o espaço gerencial em que atuam e no qual adquirem legitimidade por estarem sob a égide de GOVERNO1. Vale dizer: GOVERNO1 confere legitimidade a GOVERNO3.

Este terceiro nível referencial de GOVERNO distingue-se dos dois anteriores por ser um espaço coletivo que remete ou para toda a

equipe de Governo, tal como ocorre em CS35, M34, M36, por exemplo, ou para uma instância específica do Governo, tal como assinalamos anteriormente. Este terceiro nível referencial, portanto, é o lugar institucional em que o sujeito de D1 promove a socialização de seu discurso com os demais membros do governo, caracterizando o lugar enunciativo da administração no discurso em análise.

1.3.2-A Construção discursiva de REVOLUÇÃO como lugar enunciativo

Este lugar enunciativo será tratado brevemente e de modo global. REVOLUÇÃO também possui uma referência complexa como pode-se observar através da Grade Referencial 4.

REVOLUÇÃO EM D₁

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE
REV1	O movimento fundador
REV2	Estado Autoritário, Regime, Governo

GRADE REFERENCIAL 4

Deve-se destacar que REVOLUÇÃO₁ não é um lugar enunciativo freqüente, salienteando-se, sobretudo, como não poderia deixar de ser, nos discursos de Castello Branco e Costa e Silva. Já REVOLUÇÃO₂ é um lugar enunciativo importante em todos os domínios do corpus em análise. Deve-se ainda assinalar que REVOLUÇÃO₁ freqüentemente aparece sob outras designações, tais como 31 de março (CB), a Revolução de Março (CS), Revolução da Democracia e do desenvolvimento (M), Revolução de 64 (G,F), Revolução brasileira (G), processo revolucionário de 64 (F), desenhando-se aí uma família parafrástica.

Seguem-se os recortes relativos a estes dois níveis referenciais de REVOLUÇÃO.

REV1 - O movimento fundador

- CB41 - (...) não faço mais do que permanecer fiel à **Revolução** (...) (CB2 - 3.7.65 - Tubarão - Inauguração da 1a. Unidade Geradora da Sotelca, p.157)
- CS38 - Sou o vosso chefe supremo - o chefe supremo da **Revolução** - e sempre que necessário, como agora, tornarei a convocar-vos para missões revolucionárias. (CS3 - 26.12.68 - Forças Armadas, p.47)
- M37 - Homem da **Revolução**, eu a tenho incontestável (...) (M1 - 30.10.69 - Posse - p.8)
- G40 - E hoje, são essas Forças que, coesas, cultivando os ideais da nossa **Revolução**, e desempenhando integralmente suas atribuições constitucionais, permitem ao Governo, vantajosamente, e em larga escala, empreender no presente uma evolução (...) (G3 - 31.3.76 - Improviso - Vila Militar, 12o. Aniv. **Revolução**, p.48)
- F43 - Reafirmo (...) os compromissos da **Proclamação** de 64, de assegurar uma sociedade livre e democrática (...) (F2-15.3.79 - Pal. Planalto - Posse p.5)

REV2 - O Estado autoritário, Sistema, Regime

- CB42 - A **Revolução** investe-se (...) no exercício do Poder constituinte, legitimando-se por si mesma (...)
- CS39 - Se, como lhe competia, por dever para com o País, a **Revolução** adotou, por vezes, severas restrições, nem por isso modificou nossa organização institucional, pois conservou em pleno funcionamento esta casa egrêgia, e atribuiu o poder de eleger o Presidente da República, e o Poder Judiciário, (...) De outra parte, a **Revolução** foi e continua a ser um processo de saneamento e renovação (...) Se teve que aplicar medidas punitivas e restritivas, dessa forma procedeu com o intuito de defender a democracia (...) (CS2- 3.10.66 - Congresso Nacional, Após Eleição, p.68)
- M38 - (...) a **Revolução**, que a ninguém pertence com exclusividade, a **Revolução** que não é senão do povo brasileiro, precisa de todos e abre fraternalmente os braços a todos que a ela se quiserem incorporar. (M2 - 5.3.70 - Porto Alegre, Pal. Piratini, p.55)
- G41 - (...) o Partido da **Revolução** tem que assegurar os meios para que essa **Revolução** permaneça. Permaneça no bom sentido, isto é, no de fazer com que o País evolua, que o País se desenvolva, que o País cresça, que o povo cada vez mais tenha maior bem-estar (...) (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improviso - Comissão Executiva Nacional e Presidente Diretórios Regionais ARENA, p.123)
- F44 - Brasileiros e Brasileiras: o processo da **Revolução** não se encerra: realiza-se na consecução dos objetivos a que nos propusemos. Agora, é natural, os métodos revolucionários estão menos presentes (...) (F3 - 31.3.80 - Pal. Planalto - 16o. Aniv. da **Revolução**, p.43)

Examinando os dois recortes acima, percebe-se que REVOLUÇÃO1 representa o movimento fundador, datado e delimitado no tempo, enquanto REVOLUÇÃO2, não-datada e não-delimitada no tempo, representa a continuidade da ação revolucionária, remetendo para o processo: REVOLUÇÃO1 é o lugar enunciativo onde tem origem o ciclo militar, representando um marco histórico pontual, enquanto REVOLUÇÃO2 é o lugar enunciativo do ciclo militar e seus governos revolucionários, exercidos em nome de REVOLUÇÃO1, o lugar fundador que os legitima. Assim, de REVOLUÇÃO1 para REVOLUÇÃO2, passa-se do evento para os seus desdobramentos processuais.

A partir de tais considerações, deve-se observar que REVOLUÇÃO2 apresenta um estreito relacionamento com o lugar enunciativo GOVERNO1. Vale dizer que REVOLUÇÃO2 constrói o efeito de sentido de processo revolucionário permanente, ou seja, estende as prerrogativas do movimento fundador para perpetuar-se no poder, construindo-se assim como o lugar enunciativo do Estado autoritário, enquanto GOVERNO1 representa precisamente o braço executivo da revolução. Percebe-se que em D1 instaura-se um encadeamento de lugares enunciativos, a saber : REVOLUÇÃO1 --> REVOLUÇÃO2 --> GOVERNO1. Tal encadeamento, lido de traz para frente, pode ser assim compreendido: o braço executivo da revolução (GOVERNO1) retira sua força do Estado Autoritário (REVOLUÇÃO2) que tem origem no movimento revolucionário fundador desse ciclo (REVOLUÇÃO1). A construção dessa cadeia de lugares enunciativos revela a complexidade da construção da legitimidade de um Regime que se auto-proclama legítimo (CB42).

Após tais reflexões, acreditamos poder justificar porque tratamos deste lugar de modo breve. Trata-se do lugar enunciativo da fundação da Revolução e nosso trabalho inscreve-se no processo do ciclo militar, não limitando-se a sua fundação. Desse modo, foi muito mais produtivo para nosso trabalho examinar detalhadamente o lugar enunciativo GOVERNO e apenas estabelecer sua correlação com o lugar enunciativo que o funda, tal como o fizemos.

Encerrando a construção do lugar enunciativo

Em busca de síntese, representaremos os efeitos de sentido produzidos por GOVERNO na Figura 1.

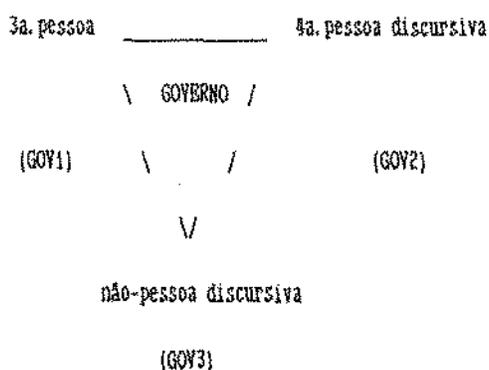


Fig. 1.

Observando a Fig. 1, percebe-se que o referencial difuso que GOVERNO apresenta em D1 decorre também das configurações enunciativas que lhe estão associadas. Somente GOVERNO1 não participa da estrutura interativa de D1, constituindo-se apenas como lugar enunciativo. Em GOVERNO2, encontramos o sujeito de D1 instalado em seu lugar enunciativo e, ao referir-se a este lugar, refere, por superposição, a si próprio, num procedimento de quarta-pessoa discursiva, de modo que, através de GOVERNO2, GOVERNO passa de lugar enunciativo a representação do sujeito de D1. Já em GOVERNO3, o sujeito de D1 associa-se a outros membros que constituem o Governo, mobilizando a não-pessoa discursiva. Assim, GOVERNO3, por instaurar aí as outras vozes do governo, representa a voz coletiva, socializada do GOVERNO. Ocorre, por conseguinte, uma constante mobilização que conduz do lugar enunciativo GOVERNO para o sujeito de D1 e deste para os demais membros do GOVERNO. Essa simbiose instaura um grau bastante elevado de ambigüidade entre este lugar enunciativo e as figuras enunciativas que se lhe associam.

Considerações finais em torno da construção do sujeito presidencial

Considerando retrospectivamente as diferentes formas de representação do sujeito de D₁, bem como as variadas configurações que tais formas assumem, percebe-se que a construção da referência do sujeito de D₁ é extremamente difusa. O quadro-síntese 2 cruza as diferentes representações deste sujeito com suas configurações, com vistas a desenhar a família parafrástica que compõe a referência deste sujeito presidencial.

CORRELATOS DO SUJEITO DE D₁

CONFIGURAÇÕES	MOG2	MOG3	MOG4	MOG5	SE	PRESI-	GOV2	GOV3
	{Eu +	{Eu +	{Eu +	{Eu +	{4a.	DENTE	{4a. pes.	{4a. pes.
REPRESENTAÇÕES	{disc.}	{disc.}						
Chefe executivo	X				X	X	X	
Sistema, Regime Revolução	X							
Governo (instituições adm.)		X						X
Presidente e coletividade bras.			X					
Presidente e seg. sociedade				X				

Quadro-síntese 2

Através do quadro-síntese 2, temos uma visão de conjunto do trabalho de construção do sujeito de D₁, o que nos permite apreciar a dispersão que uma representação discursiva com tais características mobiliza. Do cruzamento destes fatos discursivos, podemos desenhar a família parafrástica que representa o sujeito de D₁, a qual indica, não apenas a grande concentração na representação como chefe do executivo, qualquer que seja a configuração enunciativa adotada, como também indica a forma pouco significativa como se dá sua dispersão no corpus discursivo. Dito de outra forma: apesar da variedade de configurações, a concentração na representação do sujeito como chefe

do executivo aponta para a sua propriedade essencial: o elevado grau de autoridade de que está revestido. Trata-se da representação de um sujeito plenipotenciário, cuja variação de configuração tem, como efeito de sentido, opacificar sua posição sólo. As demais representações, por sua própria dispersão, indicam seu efeito marginal na caracterização do sujeito de Di, o que, nem por isso, as desqualifica discursivamente, já que têm seu funcionamento discursivo próprio, do qual decorre o efeito de sentido que tomam no processo discursivo em análise.

Cabe ainda, nestas considerações finais, estabelecer uma última comparação entre duas configurações que caracterizam fortemente a representação do sujeito presidencial: o NÓS político e a quarta-pessoa discursiva.

Por um lado, ao configurar-se como NÓS, o sujeito assume fortemente a imagem do presidente democrata que socializa seu dizer, construindo o efeito de sentido da "palavra comum". Por outro lado, ao configurar-se em quarta-pessoa discursiva, prepondera a imagem do presidente autoritário que suspende a intersubjetividade e impõe a palavra única. Face a essa dupla configuração, cujos efeitos de sentido implicam sua mútua neutralização, é preciso aprofundar a comparação.

Pelas análises precedentes, sabemos que NÓS é o resultado da associação do sujeito presidencial a diferentes não-pessoas discursivas, daí decorrendo o efeito de sentido de uma enunciação coletiva. Ou seja, NÓS representa o "mais de um" no político. Já a quarta-pessoa discursiva resulta de um movimento inverso. Ela surge do trabalho discursivo que distingue o sujeito da enunciação do sujeito histórico. Através dessa disjunção, o sujeito da enunciação submete-se à vontade do sujeito histórico. Estas duas configurações apresentam, pois, propriedades discursivas, específicas e essenciais. NÓS, simulacro da "palavra comum", representa o lugar onde o porta-voz se constitui com legitimidade, enquanto a quarta-pessoa

discursiva remete para o lugar em que o sujeito político autoritário se instaura. É, portanto, o lugar da legitimação. NÓS retira sua legitimidade da quarta-pessoa discursiva.

Essa dupla configuração assumida pelo sujeito presidencial, aparentemente tão diversa, representa, de fato, o modo como funciona a construção do sujeito presidencial da IIIa. República Brasileira.

Esses são os elementos que determinam o sujeito do discurso em análise. Cabe presentemente verificar como um sujeito, dotado de tais características, relaciona-se com o outro. É o que faremos no próximo capítulo.

2- A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OUTRO

Iniciando a reflexão

No primeiro capítulo, ao examinarmos as diferentes representações do sujeito de D_1 , passou-se, em um determinado momento, a examinar, posto que de forma indireta, também a representação do OUTRO, à medida que o sujeito político NÓS configura-se associado a diferentes não-pessoas discursivas. Tais marcas do OUTRO apareceram em função da "desconstrução" que o exame da representação do sujeito proporcionou.

No presente capítulo, analisaremos a construção do OUTRO no discurso presidencial, bem como suas diferentes configurações. O OUTRO será examinado a partir de duas modalidades diversas - sua *representação consensual* e sua *representação como contrário*. Como veremos, tais modalidades produzem efeitos de sentido bastante diversos.

Desse modo, estaremos examinando os fatos discursivos que determinam o segundo elemento do funcionamento discursivo em pauta.

2.1- A REPRESENTAÇÃO CONSENSUAL DO OUTRO

No corpus em análise, o OUTRO, quando construído de modo consensual, é representado através de diferentes itens lexicais

genéricos, tais como **brasileiros**, **povo** e muito raramente, **cidadão**. Em razão de sua freqüência inexpressiva em nosso corpus, iniciaremos nosso trabalho por esta última forma de representação.

O cidadão no discurso da III^a República Brasileira

Conforme afirmamos, **cidadão** é muito pouco freqüente no discurso em análise. Examinaremos, por conseguinte, esta forma de representação a partir de um número bastante reduzido seqüências discursivas. Deve-se ressaltar, igualmente, que não foi registrada nenhuma ocorrência de **cidadão** no domínio discursivo do Presidente Médici.

Estes dois fatos - a baixa freqüência deste item lexical e sua ausência em Médici - funcionaram como pistas para a investigação. Iniciemos a análise pelo recorte que segue.

- CB43 - À vista do que se fez, cada **cidadão** melhor compreenderá a razão dos sacrifícios reclamados pelo Governo, e certamente sentir-se-á orgulhoso de contribuir para a edificação de uma grande pátria. (CB2 - 11.11.65 - RJ - Assembléia Legislativa, p. 45)
- CB44 - Uma nação cujos **cidadãos** porfiam em reclamar somente o gozo dos direitos, esquecendo a disciplina dos deveres, está fadada ao subdesenvolvimento econômico, à injusta perpetuação de privilégios e à desintegração moral. (CB2 - 30.09.65 - RJ - Palácio Laranjeiras - A propósito das eleições de 3.10.65, p. 8)
- CS40 - Mantida a Carta Magna de 24 de janeiro de 1967, (...) o Presidente da República ficou transitoriamente munido de poderes excepcionais, para praticar todos os atos necessários à defesa da manutenção da ordem pública, à defesa da Segurança individual e coletiva dos **cidadãos**, onde venha ela a ser ameaçada(...) (CS3 - 31.12.68 - Mensagem ao Povo, p. 479)
- CS41 - Não somos contrários a que **cidadãos** brasileiros tenham dinheiro no Exterior(...) O que não admitimos é que um **cidadão** mantenha depósito em país estrangeiro e não o inclua em sua declaração de bens(...) (CS3 - RJ - Coletiva com jornalistas brasileiros e estrangeiros - 31/3 a 3/4 de 1969, p. 531)
- G42 - (...) unir esforços (...) para que solidários possamos - **cidadãos** de todos os quadrantes do território pátrio e de todos os setores da sociedade brasileira - impulsionar decididamente este grande e promissor País aos altos destinos que lhe estão reservados. (G2 - 1.8.75 - TV - Ação Governamental - p. 156)
- G43 - O desenvolvimento que almejamos para o país é um desenvolvimento integral e humanista - (...) integral, porque não se exaure no simples desenvolvimento econômico da coletividade e do indivíduo, antes deve combinar (...) todos os setores - político, psicossocial e econômico - do

desenvolvimento do **cidadão** e da comunidade nacional. (G2 - 10.3.75 - Congresso Nacional - Abertura Ano Legislativo, p.16)

- F45 - Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado - sem sobressaltos - o gozo de todos os direitos do Homem e do **cidadão**, inscritos na Constituição (...). (F2- 15.03.79 - Pal. Planalto - Recebimento da Faixa Presidencial, p.6)
- F46 - Abertura política significa menos tutela do Estado sobre os **cidadãos** (...). (F2 - 15.03.79 - Pal. Planalto - 1a. Reunião Ministerial, p.19)

Examinando o recorte acima, percebe-se que a ocorrência de **cidadão** no discurso da IIIª República Brasileira não só produz alguns efeitos de sentido bastante específicos como também permite a observação das mudanças semânticas que este item sofre ao longo desse período. Assim, a partir de CB43, infere-se que um indivíduo adquire o direito de ser considerado **cidadão** em função de sua capacidade de sacrificar-se por sua pátria. Este efeito de sentido acentua-se em CB44. Enquanto CB43 indica uma concepção de **cidadão** centrada na dicotomia *direito/deveres*, apontando a associação entre dever e orgulho como seu pólo positivo, CB44 salienta ainda mais esta separação, através da identificação dos direitos com o pólo negativo. Dito em outras palavras: durante a ditadura branda de Castello Branco, **cidadão** é aquele que abdica voluntariamente de seus direitos em nome de seus deveres cívicos.

Já o efeito de sentido produzido por **cidadão** em Costa e Silva é diverso, como é possível verificar em CS40. Destaque-se, inicialmente, que esta seqüência pertence a um discurso pronunciado após o golpe de estado interno realizado através do AI-5, em 1968. As mudanças por este acarretadas fazem-se igualmente observar no nível discursivo. Na seqüência em exame, percebe-se que o **cidadão** não é mais o guardião de seus próprios interesses. O Estado apropriou-se desta guarda, ficando este sob sua tutela. Se, em Castello Branco, o **cidadão** abdicava voluntariamente de seus direitos, na ditadura explícita de Costa e Silva estes lhe foram confiscados: **cidadão** agora reduz-se àquele que possui um único direito: o de submeter-se livremente aos deveres que lhe são impostos pelo Estado.

A exacerbação desta concepção de cidadão é atingida no domínio discursivo de Médici, quando cidadão desaparece literalmente da materialidade do discurso presidencial, não mais sendo mencionado. É o período do *Brasil: ame-o ou deixe-o*.

O cidadão retorna ao discurso oficial da III^a República Brasileira no domínio discursivo de Geisel. Observando G42 e G43, percebe-se que seu efeito de sentido é aquele construído anteriormente, ou seja, cabe ao cidadão o dever de impulsionar o país para o seu "futuro grandioso".

No discurso de Figueiredo, cidadão sofre nova mudança de sentido, como é possível observar em F45 e F46. Trata-se do começo da distensão política e a contrapartida da proclamada abertura implica a mudança de concepção de cidadão. Isto pode ser observado através da prática discursiva onde é mencionada a *restituição* dos direitos ao cidadão, o que confirma que este havia deles sido despojado, bem como aponta "*menos tutela do Estado sobre os cidadãos*", sinalizando que esta reintegração dos direitos é parcial, à medida que "*menos tutela*" indica que ainda há tutela. Parece lícito afirmar que a mudança de concepção de cidadão é a consequência discursiva necessária da conjuntura política daquele período. No entanto, tal transformação não ocorreu sem "constrangimento", o que explica a baixa frequência de cidadão no discurso deste presidente. Vale dizer, por conseguinte, que tal recomposição se dá mais ao nível discursivo do que na prática política deste presidente.

Essa visão de conjunto permite acompanhar o apagamento progressivo de cidadão no espaço discursivo em análise. Tal apagamento é proporcional à dicotomia dos direitos e deveres a qual, por sua vez, é consequência de seu apagamento político: cidadão não é nomeado porque foi desqualificado ao ser despojado de seus direitos cívicos. Desse modo, cidadão fica reduzido à configuração fantomática da não-pessoa discursiva, tal como vimos anteriormente, através do estudo de NÔS.

Acreditamos poder correlacionar o apagamento progressivo de cidadão e a dicotomia entre seus direitos e deveres com os diferentes níveis referenciais de NÓS: enquanto NÓS1, NÓS2 e NÓS3 são detentores dos direitos, os deveres são privilégio de NÓS4, o nível coletivo que abriga a dimensão do cidadão, enquanto não-pessoa discursiva. NÓS5 representa uma zona de grande ambigüidade porque, neste nível, direitos e deveres são distribuídos em função da não-pessoa discursiva associada ao sujeito do discurso: algumas são cumuladas de direitos (os militares, por exemplo), enquanto a outras reservam-se os deveres tal como ocorre com os adversários políticos. Ou seja, a distribuição dos direitos e deveres através dos diferentes níveis de NÓS mascara as desigualdades que se estabelecem entre os cidadãos, pois o cidadão de primeira classe encontra-se entre NÓS1, NÓS2, NÓS3 e alguma parcela de NÓS5, enquanto o cidadão de segunda classe está concentrado em NÓS4 e entre algum possível segmento de NÓS5. Tais diferenças referenciais são neutralizadas pelo aspecto de coletivo que NÓS possui e esta neutralização convém fortemente às condições de produção do discurso da IIIª. República Brasileira.

BRASILEIROS como representação do OUTRO

À primeira vista, esta forma de representação parece não oferecer problemas, visto que *brasileiros* remete para a forma de designação pátria, tratando-se aparentemente de um coletivo. No entanto, um exame mais cuidadoso de sua ocorrência no discurso em análise revela que, ao lado de seu emprego coletivo, há igualmente um emprego partitivo de *brasileiros*. Tal fato determinou uma análise desta forma de representação e de suas configurações. Na Grade Referencial 5, encontra-se a descrição dos diferentes níveis referenciais de *brasileiros* no discurso em análise.

BRASILETROS EM DI

NIVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO
BRAS1	Classe média, classes produtoras, militares, revolucionários - os que apoiam a Revolução
BRAS2	Sociedade civil, oposição, os contra-revolucionários - os que se opõem à revolução
BRAS3	A coletividade dos brasileiros

GRADE REFERENCIAL 5

Destes diferentes referentes discursivos, apenas BRAS3 é de uso universal neste corpus. BRAS1 não ocorre no domínio discursivo de Medici, enquanto BRAS2 foi registrado apenas no discurso de Figueiredo, conforme veremos a seguir.

BRAS1 - os que apóiam a Revolução

Esse nível referencial compreende os diferentes segmentos conservadores da sociedade brasileira que sempre sustentaram o regime militar, embora não sejam lexicalmente nomeados, conforme é possível verificar no recorte que embasa as análises subseqüentes.

- CB45 - Sei que, pelo alto grau de maturidade política a que chegou, não se satisfaz o nosso povo apenas com o progresso material (...) interessa-o a melhoria das instituições políticas, e nesse particular bem sabem os brasileiros que o Governo não poupou esforços e diligências para que a flama da liberdade continuasse a tremular sobre a nacionalidade. (CB1-31.12.64-TV- p.48)
- CB46 - Como chamar ou julgar um Governo que desacreditou o Brasil no exterior e permitiu o regresso do nosso desenvolvimento graças à incapacidade de planejar e executar? Pois é esse tipo de farsa que os brasileiros se recusam a patrocinar. (CB1 - 14.12.64 - RJ - Assembléia Legislativa, p.86)
- CB47 - (...) aqueles ideais da Revolução (...) continuam vivos e a nos unir cada vez mais. São eles que fazem com que a Revolução esteja ainda forte e mais funda no coração dos brasileiros (...) (CB2- 31.3.65 - BH - Pál.Liberdade, p.24)
- CS42 - (...) Não desdenho essa minoria [de estudantes ingênuos e agitadores], pois não sou o Presidente de um certo número de brasileiros, mas de todos os brasileiros. (CS3 - 22.10.68 - Juiz de Fora - Paraninfo Estudantes Colégio Técnico Universitário, p.435)
- CS43 - Quantas vezes precisaremos repetir e provar que a Revolução é irreversível? (...) é necessário (...) compreender (...) a dinâmica de um movimento como o nosso (...) que deve esquecer os ódios e procurar somar o maior número de brasileiros (CS3

- 16.12.68 - RJ - Formatura Oficiais Escola de Comando e Estado Maior do Exército, p.467)
- CS44 - (...) restabelecendo uma democracia decente neste País, (...) as portas estão abertas para os **brasileiros** de responsabilidades. (CS3-RJ-Vila Militar, 24.05.69, p.562)
- G44 - (...) nunca poderei dispensar a compreensão de todos os bons **brasileiros**, os quais, nas reservas profundas de seu civismo e de sua fé nos supremos valores ético-sociais, bem se dão conta do que estabilidade e ordem representam como penhor essencial do progresso e do bem-estar de todo o povo. (G1 - 15.01.74 - Após decisão do Colégio Eleitoral - TV - p.25)
- G45 - Liberdades gerais, como há no Brasil, há em poucos países do mundo. Digo isto com absoluta convicção, e assim pensa também a grande maioria dos **brasileiros** de todas as regiões. (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improviso - Comissão Executiva Nacional e Presidentes Diretórios Regionais ARENA - p.237)
- G46 - Indenes à ação de todos esses criadores do caos e disseminadores da cizânia, haveremos, com o apoio e solidariedade conscientes de todos os bons **brasileiros**, a colaboração permanente e imprescindível de nosso partido político, e a vigilância atenta das Forças Armadas, de prosseguir na obra grandiosa de construção do Brasil de amanhã. (G5 - 31.3.78 - Clube Aeronáutica - 14º. Aniversário Revolução - p.201)
- F47 - (...) Resta-me esperar a compreensão, a participação e a colaboração de todos os **brasileiros** de boa vontade. (F2-19.03.79- Pal. Planalto- 1a. Reunião Ministerial, p.20)
- F48 - Nos quartéis, nos navios e nos aviões, um pensamento unificador solidificava nossa determinação. Não podíamos deixar a nossa Pátria entregue à subversão (...) sabíamos e sentíamos que dele comungava a grande maioria dos **brasileiros**. Tal como sabíamos e sentíamos o quanto era superficial o alarido dos que diziam falar pelo povo, mas eram por ele repudiados. (F3-31.-3.80 - Pal. Planalto - 16º. Aniversário Revolução, p.39-40)
- F49 - (...) É preciso que os **brasileiros** elejam uma nítida maioria arenista (...). (F1 - 23.06.78 - Brasília - Abertura Escritório e Campanha da ARENA, p.34)

O recorte acima permite que se examine a referência de BRASI. Iniciaremos pela seqüência discursiva CB45. Dado que, para uma importante parcela da população brasileira, o governo militar suprimiu as liberdades cívicas através de uma série de atos reputados inconstitucionais, é evidente que o uso de **brasileiros** aí registrado não é coletivo, referindo-se àquela parte da população que aprovou os métodos adotados, vale dizer, classe média, igreja, militares, classes produtoras, etc. Seguindo a mesma linha de raciocínio, CB47 também emprega **brasileiros** de modo partitivo, pois os "ideais da revolução" só podem estar "profundamente arraigados" naqueles que com eles comungam.

Deve-se salientar que BRAS1, em Costa e Silva, limita-se às três ocorrências presentes nos recortes desta seção. Parece lícito afirmar que, em um discurso em que os direitos cívicos do cidadão foram confiscados, conforme examinamos na seção anterior, não há que distinguir entre aqueles que apóiam o Governo (BRAS1) e os que se lhe opõem. No imaginário do sujeito deste discurso, ser brasileiro implica necessariamente apoio pleno ao Estado. Assim, brasileiros aí remete ao uso coletivo, como veremos a seguir.

Examinando as seqüências seguintes, observa-se que o uso partitivo de BRAS1 é discursivamente determinado nos discursos de Geisel e Figueiredo, (Cf. Da determinação à sobredeterminação, Parte III, cap. 1) de modo a não deixar dúvida sobre seu referente. Para tanto, veja-se G44 e G46 onde o item lexical brasileiros está determinado discursivamente por bons, o que estabelece seu uso partitivo: aqueles que apóiam o governo, compreendendo-o e com ele colaborando, são os bons brasileiros, são a grande maioria dos brasileiros. É para esta parcela que o Brasil é governado.

Se relacionarmos BRAS1 com as análises referentes a cidadão, veremos que aí encontra-se novamente embricada a questão da cidadania: são os bons brasileiros que possuem "*reservas profundas de civismo*": estes são cidadãos. Aqueles que, como em G46, são "*criadores do caos e disseminadores da cizânia*" não pertencem a esse nível referencial e não fazem jus ao título de cidadão. Ou seja, para ser um bom brasileiro é preciso apoiar incondicionalmente as decisões do Estado, é preciso aceitar-lhe submissamente a tutela (cf. F46) para, assim, adquirir o direito de ser cidadão.

O mesmo ocorre nas seqüências discursivas relativas ao último domínio discursivo, apesar da aparente reintegração discursiva dos direitos à concepção de cidadão, tal como vimos na seção anterior. Assim, em F47, o item brasileiros é determinado por *boa vontade* e, em F48, por *a grande maioria*, o que indica seu pertencimento ao primeiro nível referencial. Apenas em F49 volta-se a registrar o uso não-

determinado que, no entanto, é identificado como BRAS1. Trata dos brasileiros adeptos da revolução: "democracia dos brasileiros para os brasileiros".

É preciso ressaltar que não há registro de BRAS1 no discurso de Médici. Ou seja, este nível torna-se raro em Costa e Silva e desaparece em Médici. Tal fato pode ser correlacionado às análises realizadas para a representação do OUTRO como cidadão. Em Costa e Silva, o cidadão é despojado de seus direitos, restando-lhe apenas um - o de submeter-se livremente aos deveres que lhe confere o Estado. Assim procedendo adquire cidadania e nacionalidade. Caso contrário, não é cidadão e, portanto, não tem direito à sua filiação pátria.

BRAS2 - Os brasileiros que se opõem à Revolução

Através de BRAS2, são referenciados os diferentes segmentos progressistas da sociedade que se opuseram à Revolução mas que, ainda assim, são respresentados como **brasileiros**. Deve-se ressaltar, de imediato, que este nível referencial representa, de fato, o que pode mas não deve ser dito no interior de FD₁ (Cf. Da determinação a sobredeterminação). Por essa razão, seu uso é raro neste corpus, registrando-se apenas seis ocorrências no domínio discursivo de Figueiredo, que examinaremos a seguir.

- F50 - Por mais que maus **brasileiros** tentem pintar com cores diversas que não as da esperança, aquilo que almejamos e temos certeza de fazer pelo nosso País, não tenho medo do amanhã(...) (F1-15.09.78 - Cachoeiro de Itapemirim - Encontro com Líderes políticos - p.119)
- F51 - Mas quem descrê não é **brasileiro**. (F1-15.10.78- Brasília - À Nação como Presidente Eleito, p.165)
- F52 - E trago também a bandeira da conciliação. Se todos os **brasileiros** da oposição estão empenhados, como dizem, no nosso aperfeiçoamento democrático; haverão de encontrar-nos de braços abertos para recebê-los. (F1 - 11.09.78 - Goiânia - Lançamento Programa "Ação dos bairros", p.118)

Destaque-se de imediato que BRAS2, sempre que ocorre, está de algum modo discursivamente determinado, evitando, assim, toda e qualquer confusão com BRAS1 e com o uso coletivo de **brasileiros**.

Desse modo em F50, a determinação discursiva instaura-se através do uso de *maus* (cf. Da determinação à sobredeterminação, Parte III, cap.1.). E mais: esta é a única ocorrência desse adjetivo em nosso corpus como determinante discursivo de *brasileiros*. Em F51, encontramos também a ocorrência singular do item lexical *brasileiros* não determinado discursivamente. O nível referencial de *brasileiros* neste caso é identificado através da negação (Cf. O funcionamento discursivo da negação, Parte III, cap.2). Ou seja, são rejeitados aqueles que não preenchem as condições para a cidadania e a nacionalidade. Essa negação implica a "cassação" discursiva dos direitos do cidadão e equivale ao "*Brasil: ame-o ou deixe-o*" do período Médici. Finalmente, em F52, *brasileiros* está determinado pelo SPREP *da oposição* que abranda semanticamente o grau de exclusão, mas não deixa dúvida quanto ao nível referencial em que se inscreve o termo determinado.

Saliente-se que este conjunto de seqüências foram recortadas de discursos produzidos no período precedente à posse de Figueiredo, durante o qual este pronunciava-se na qualidade de "candidato" à presidência e, posteriormente, como "presidente eleito".

Acrescente-se ainda que, embora não integrando o recorte que abre esta seção, ocorre nesse discurso a determinação lingüística de *Bras2* pela adjunção do determinante lingüístico "alguns" ao item lexical *brasileiros*. Esta operação de determinação assinala seu nível referencial e marca seu uso partitivo. Comparando os determinantes dos dois primeiros níveis, vê-se que, enquanto *BRAS1* é determinado discursivamente por "a grande maioria", *BRAS2* o é lingüisticamente por "alguns". Vale dizer: "a grande maioria" dos *brasileiros* (1) é constituída por "bons *brasileiros*". Apenas "alguns" *brasileiros* (2) descreem e são "maus".

Julgamos oportuno tecer aqui um contraste entre a não-ocorrência em muitos domínios discursivos de *BRAS1* e *BRAS2*. Enquanto a ausência de *BRAS1* indica que para ser *brasileiro* é preciso ser bom, ter boa

vontade, ser responsável, a não-ocorrência de BRAS2 reforça tais pressupostos. Por essa razão, em Costa e Silva e Médici estes níveis não se distinguem, apesar das duas ocorrências registradas no discurso do primeiro, pois aí o efeito de sentido de brasileiros remete apenas para o uso coletivo que absorve os traços semânticos de BRAS1. Vale dizer: brasileiros são aqueles que apóiam a Revolução. Os demais não são dignos de assim serem considerados e, por essa razão, BRAS2 não ocorre nestes dois domínios discursivos.

Esse contraste entre BRAS1 e BRAS2 remete-nos novamente à questão da cidadania. Pode-se relacionar BRAS1 àqueles que têm espírito cívico e sacrificam-se pelo bem da nação e pela construção de um país melhor. Trata-se daqueles que abdicam livremente de seus direitos em prol dos deveres para com a pátria. O que implica necessariamente concordar com o Estado. Já BRAS2 remete àqueles que não abdicam voluntariamente de seus direitos, desacatando, por conseguinte, a autoridade do Estado. Ou seja, para ser cidadão é preciso assumir apenas os deveres. Assim procedendo, adquire-se também a nacionalidade. Vale dizer que BRAS2 é uma espécie de "limbo" discursivo onde são colocados aqueles que desafiam o Estado. No entanto, é de ressaltar que BRAS2 passa a ser representado discursivamente apenas no domínio discursivo de Figueiredo, significando que a reintegração dos direitos à concepção de cidadão acarreta, como reacomodação semântica, a admissão da existência de maus brasileiros. Esta assunção contrasta fortemente com o fato de que este nível referencial não ocorre nos discursos dos demais presidentes, revelando que aí não se concebe a possibilidade de ser brasileiro e de discordar. A confiança plena na ação governamental é condição para ser brasileiro. Percebe-se que as condições de produção discursiva em Figueiredo determinaram tais concessões, mas a comparação entre F51 "Quem descrê não é brasileiro" e uma outra afirmação de Figueiredo: "lugar de brasileiro é no Brasil" indica que

a transformação da FD₁ é conjuntural e a coexistência destes enunciados introduz a contradição neste domínio discursivo.

BRAS3 - A coletividade dos brasileiros

- CB48 - (...) Convocaremos todos os **brasileiros**, sem distinção, pois somente assim, cada qual contribuindo na medida das suas possibilidades e atribuições, e todos imbuídos de salutar espírito de colaboração, poderemos constituir uma sociedade na qual ninguém seja preterido, e à qual todos se sintam orgulhosos de pertencer. (CB1 - 21.04.64 - Ouro Preto, p.20)
- CB49 - O que almejo é o apoio dos **brasileiros**. (CB2 - 28.05.65- Pal. Gov. Piauí, p.183).
- CB50 - Sustentarei com todas as forças a união, a concórdia de todos os **brasileiros**. Serei o presidente de todos eles e não o chefe de uma facção. (CB1 - 15.04.64 - Congresso Nacional - Discurso de Posse, p.13)
- CS45 - Mas espero (...) que cada um dos **brasileiros** reconheça que a edição do AI-5, na mesma medida em que fazia a Revolução de 31 de março refluir a sua posição inicial de força (...) resguardou claramente a limpidez de intenção de suas origens (...) (CS3 - 15.3.69 - TV - 2o. Aniversário Governo, p.495)
- CS46 - A nação ainda reclama sacrifícios de seus filhos (...) na luta antiinflacionária (...) O nosso objetivo firme é (...) o de fazer com que o sacrifício se reparta proporcionalmente por todos os **brasileiros** e não se atribua apenas ou em maior parte, aos assalariados. (CS2 - 10.5.67 - TV, p.216)
- CS47 - Tenho fé (...) na consciência democrática e cívica de todos os **brasileiros** e confio em que colaborem comigo no cumprimento da minha tarefa de Governo. (CS2 - 3.10.66 - Congresso Nacional - Após Eleição, p.169)
- M39 - (...) como chefe da Nação, me fazem erguer a voz aqui em Bagé, para convocar os meus conterrâneos e todos os **brasileiros** para uma nova batalha do desenvolvimento (...) iniciada em 1964 (...) (M2 - 3.3.70 - Clube Comercial de Bagé, p.39)
- M40 - Nem onisciente, nem onipotente, não poderá o Governo (...) responder ao apelo que o bem público lhe dirige, a não ser com a integral cooperação de todos e de cada um dos **brasileiros**. (M2 - 5.3.70 - Palácio Piratini, RS, p.49)
- M41 - Recebo, assim, a palavra, expressa nas urnas, como beneplácito dos **brasileiros** à diretriz que, em todos os setores, vem guiando o terceiro Governo da Revolução. (M5- 10.2.71 - ARENA, p.52)
- G47 - (...) eu conclamo, em verdade, todos os **brasileiros**, sem distinção de classes, de credos, de profissão ou de berço, a juntar esforços e confluir vontades nessa obra criadora (...) (G1 - 15.09.73 - Convenção Nacional ARENA, p.18)
- G48 - Chegamos ao fim de 1975. Para nós, **brasileiros**, foi um ano difícil, principalmente do ponto de vista econômico, seja pela adversa situação internacional, (...) seja pela ocorrência de anomalias climáticas, que foram extremamente prejudiciais. (G2 - 22.12.75 - Ministério do Exército, Almoço com Oficiais e Generais Forças Armadas, p.295)
- G49 - (...) Os governos, nascidos da Revolução de 64, têm decididamente se empenhado em estender a todos os **brasileiros**, em todos os recantos do território, benefícios tangíveis do nosso desenvolvimento. (G1 - 1.5.74 - Brasília, p.83)

- F53 - Reafirmo meu gesto: a mão estendida (...) para que os **brasileiros** convivam pacificamente (...) (F2 - 15.03.79 - Pal. Planalto - Recebimento Faixa Presidencial, p.6)
- F54 - (...) podem os **brasileiros** ver que minha mão, sempre estendida em conciliação, não está vazia (...) (F2 - 27.06.79 - Pal. Planalto - Mensagem de Anistia)
- F55 - A esmagadora maioria da Nação deseja, não o confronto e o revanchismo, mas o entendimento e a conciliação entre os **brasileiros** (F7 - 14.3.83 - Pal. Planalto - 4º Aniversário Governo, p.41)

Inicialmente, é preciso observar que o efeito de sentido coletivo decorre, em primeiro lugar, do fato de não ser este nível referencial de **brasileiros** objeto de determinação discursiva. Acrescenta-se a isto que este item lexical, neste nível, é determinado linguisticamente e os determinantes lingüísticos "todos os" e, mais raramente, "cada um dos" constroem esse efeito de sentido. No entanto, considerando-se que *BRAS3* é utilizado paralelamente a *BRAS1*, pode-se inferir que esse coletivo não deve ser entendido como totalidade. Ou seja, trata-se de um coletivo do qual *BRAS2* está excluído, mesmo que raramente empregado. Assim, *BRAS1* representa uma parcela da totalidade, enquanto *BRAS3* representa a parte como se fosse o todo. Essa é a diferença existente entre esses dois níveis referenciais: possuem o mesmo referente, mas produzem efeitos de sentido diversos. Tal distinção só não se produz em Médici, por não haver em seus discursos ocorrência de *BRAS1*. Nesse domínio discursivo, **brasileiros** sempre é coletivo, dado que aqueles que não são **bons** já foram excluídos dessa totalidade. Deve-se ressaltar, igualmente, que em Geisel o emprego desse item lexical apresenta especificidade, pois *BRAS1* ocorre com regularidade, enquanto *BRAS3* é raro. A baixa freqüência de *BRAS3* indica que a distinção é mais de ordem conjuntural, revelando dificuldade em tratar igualitariamente a todos os **brasileiros**.

Deve-se examinar, igualmente, o conjunto de seqüências referentes ao discurso de Figueiredo. Observa-se aí uma diferença em relação aos demais, pois, nesse caso, a tendência é empregar *BRAS3*,

determinando minimamente este item lexical, através do determinante lingüístico "OS". Essa exclusiva referência definida de brasileiros reforça seu caráter genérico. Sabemos, no entanto, que tal generalidade não implica totalidade, pois é justamente em Figueiredo que BRAS2 é empregado.

Encerrando a reflexão

Semelhanças e diferenças na construção do outro enquanto brasileiros nos diferentes domínios deste corpus podem melhor ser avaliadas através do quadro-síntese 3 que segue.

A DISTRIBUIÇÃO DE BRASILEIROS

NÍVEL	DOMÍNIOS DISCURSIVOS				
	CB	CS	H	G	F
BRAS1	+	±	-	+	+
BRAS2	-	-	-	-	±
BRAS3	+	+	+	±	+

QUADRO-SÍNTESE 3

O exame do quadro-síntese 3 indica que BRAS1 é usado no início e no final da ditadura militar. À medida que este primeiro nível vai rareando em Costa e Silva, vindo desaparecer em Médici, reforça-se o emprego de BRAS3. Tal fato mostra que o coletivo já foi depurado dos "maus brasileiros". O movimento inverte-se à medida que estes últimos são reintegrados à coletividade brasileira, manifestando a dificuldade de Geisel em utilizar BRAS3. Em seu lugar, ocorre o uso partitivo positivo. Apenas em Figueiredo os três níveis coocorrem, mesmo que o emprego de BRAS2 não seja expressivo. Pode-se inferir daí que apenas neste último domínio discursivo é possível interpretar o coletivo brasileiros composto pelo partitivo bons brasileiros, que apóiam a Revolução e abdicam de seus direitos pessoais em benefício da Pátria, e pelo partitivo maus brasileiros, que se aferram a seus

direitos cívicos, não se sacrificando pelo país. Tais constatações revelam que a representação do OUTRO enquanto brasileiros é complementar a sua representação como cidadão.

POVO como representação do OUTRO

Iniciando a reflexão

O item lexical *povo* é de uso universal no corpus em estudo. É preciso sublinhar que esta é mais uma das formas de referir o OUTRO em D1, ou seja, *povo* aí é apenas mencionado: produz-se um discurso sobre o *povo* e não o discurso do *povo*. A isto, devemos acrescentar que *povo* como entidade global não existe, registrando-se no discurso em análise uma grande amplitude referencial que será descrita na Grade Referencial 6.

POVO EM D₁

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO
POVO1	classe média, classes produtoras, militares, revolucionários - os que apóiam a revolução
POVO2	classes trabalhadoras
POVO3	coletividade dos brasileiros
POVO4	sociedade civil organizada
POVO5	massa de manobra política

GRADE REFERENCIAL 6

Como é possível observar, com exceção de POVO3, que é um coletivo, os demais níveis referenciais constituem empregos partitivos do item lexical em análise. Deve-se salientar que os três primeiros níveis fazem-se presentes nos cinco domínios discursivos que constituem o corpus em análise, enquanto os dois últimos só foram registrados no discurso do presidente Figueiredo. A seguir, analisaremos essa forma de representação do OUTRO em suas diferentes configurações.

POVO1 - aqueles que apóiam a Revolução

No discurso sobre o povo, sua configuração em primeiro nível remete-nos a uma parcela específica da classe média, como o recorte que segue evidencia.

- CB51 - (...) Na verdade, o povo brasileiro, ao se levantar em armas, procurou restabelecer a autodeterminação e o ambiente das liberdades fundamentais que vinham sendo massacradas pelos comunistas em todas as partes do Governo brasileiro. O povo brasileiro, ao agir como agiu, procurou (...) contribuir para a paz universal, arrancando do cenário da administração brasileira o comunismo divisionista e derrotista. (CB1 - 8.05.64 - Dia da Vitória - Ex-Combatentes, p.102)
- CB52 - Hoje, como Presidente da República e chefe do Governo legal da Revolução, falo aos revolucionários de 31 de março. Antes de tudo, para dizer-lhes que permanecem imaculados os ideais que inspiraram o glorioso movimento iniciado em Minas Gerais (...). No fundo, aqueles ideais da Revolução, e graças aos quais pudemos tão bem interpretar as aspirações do povo brasileiro, continuam vivos e a nos unir cada vez mais. (CB2- 31.3.65 - BH - Palácio da Liberdade, p.24)
- CB53 - (...) O movimento de 31 de março tem raízes no povo, que, por um longo processo de observação, se fatigara de estar à margem dos objetivos do governo. Convencera-se de que, quanto mais falavam nele, mais o enganavam. (CB2 - 13.2.65 - Brasília - IV Congresso Representantes Assembléia Legislativa, p.4)
- CS48 - (...) houve preparação no meio militar, como houve preparação no meio civil, como houve, sobretudo, preparação no meio do povo (...) O descalabro era tremendo, o País caminhava para o caos(...) (CS3 - 31.3.69 Brasília - Aniversário da Revolução - Reunião com Governadores, p.511)
- CS49 - Ordem e progresso não são (...) palavras vãs (...) são palavras sagradas, expressando a firme determinação de um povo que abomina a anarquia, a desordem, a violência, a escravidão política ou a opressão social, que despreza a ditadura e os ditadores e, por isso mesmo, sabe impor sua vontade apoiando este Governo, que é o "seu" Governo, é o Governo do povo, é o Governo que trabalha para o povo e que vive, sobrevive e se fortalece no povo. (CS3 - 3.10.68 - ARENA, SP, p.426)
- CS50 - Acontece, porém, que após pouco mais de um ano de sua aplicação [da Constituição], ela não se revelou capaz de assegurar a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural, a harmonia política e social do País. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o Presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da Revolução, em editar o AI-5 (...) Faltaria (...) a meu dever para com a Nação e o povo brasileiro se não o fizesse (...) (CS3- 31.03 a 3.04.69 - Coletiva com jornalistas brasileiros e estrangeiros, p.523)
- M42 - Está bem viva na memória do país a marcha da família pelas ruas, do sentimento religioso e cristão de nosso povo, exigindo o fim de todos os desmandos. (M2 - 31.3.70 - 6º Aniv. da Revolução, TV, p.87)
- M43 - A decisão da maioria do povo brasileiro no apelo à intervenção das Forças Armadas desencadearia um novo passo em nossa evolução democrática (...) (M2 - 10.3.70 - ESG - aula Inaugural, p.62)

- M44 - Eram tão profundos os descaminhos da vontade popular, que a Revolução precisou ser desdobrada, porque se impunha dar ao Governo, que dela emergiu para servir ao povo, instrumentos e poderes capazes de realizar as necessárias modificações (...) (M5 - 31.3.71 - TV - 7º. Aniv. da Revolução, p. 75)
- G50 - Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a Nação - o país e o povo que tudo merecem(...) (G1 - 15.09.75 - Convenção Nacional ARENA, p. 9)
- G51 - O povo, através de suas mais autênticas expressões - a igreja de Cristo, a imprensa responsável, autênticas lideranças políticas, associações de classe (...) e de cultura - e as Forças Armadas que são povo também - irmanaram-se (...) Os militares (...) souberam aguardar (...) manifestações inconfundíveis da vontade popular. (G1- 31.3.74 - TV - 10º. Aniv. Revolução, p. 63)
- G52 - Convém recordar que a Revolução de 64 foi, em seu início, um movimento impetuoso de repúdio, pela maioria esmagadora do povo, às práticas subversivas e corruptas que conjugadas (...) ameaçavam a Nação de derrocada e de caos. (G2 - 21.09.75 - Encerramento VI Convenção Nacional ARENA, p. 173)
- F56 - A ARENA é a própria expressão da vontade nacional. O que acontecerá amanhã no Colégio Eleitoral (...) será o próprio povo brasileiro a sufragar, soberanamente, o presidente e o vice-presidente do Brasil. (F1 - 14.10.78 - Brasília - Delegados ARENA no Colégio Eleitoral, p. 161)
- F57 - (...) Coube às Forças Armadas nacionais a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso povo jamais instalada entre nós. A família brasileira reagiu com resolução e ânimo à iminente destruição das nossas instituições políticas tradicionais. (F3 31.3.80 - Palácio do Planalto - 16º. Aniversário Revolução, p. 39)
- F58 - (...) uma progressiva consolidação constitucional que dê ao Estado instrumentos e mecanismos para sua destinação de servir ao povo, executar sua vontade e preservá-lo contra a ação de minorias predatórias ou dominadoras. (F1 - 9.4.78 - Congresso Nacional - Indicação pela ARENA à Presidência, p. 6)

Através de POVO1 o discurso presidencial constrói um povo que referencia aqueles que se opuseram às diretrizes do Governo anterior, organizando-se no sentido de derrubá-lo. Assim, em CB51, por exemplo, o item lexical **povo** remete aos militares, enquanto CS48 menciona o **meio civil** que estava descontente. Leia-se aí, entre outros, classes produtoras, latifundiários, partidos de direita. Ou seja, segmentos da sociedade que discordavam dos rumos tomados pelo Governo Goulart. Finalmente, em M42, encontramos mais uma especificação para POVO1. Lembra-se aí a mobilização das mulheres paulistas de classe média que ficou conhecida como a "*marcha da família com Deus pela liberdade*". Enfim, todos os segmentos de direita que protestaram em nome da Nação, são tomados, nesse discurso, como povo, ou seja, como aqueles

que apoiaram e deram origem à Revolução de 31 de março, tal como aparece em G51. "Revolução" nesse contexto produz uma grande ilusão discursiva, pois joga com o sentido que esse termo adquiriu com a Revolução Francesa e, em torno dessa ilusão, todos os abusos são cometidos em nome de POVO1 que se institui discursivamente como a base de sustentação do Regime Militar. O apoio obtido no passado é projetado discursivamente aos governos "revolucionários" sucessivos, como indica CS49. De modo que o Regime Militar retirou de POVO1 a legitimidade necessária para sua instauração bem como para os atos que se lhe seguiram. Veja-se, nesse sentido, CS50. Em outras palavras, os protestos que precederam o golpe assumem as características de uma procuração oficial passada pelo povo aos militares que agem, desse modo, em conformidade com a vontade popular e falam como seu porta-voz autorizado. Ou seja, não se trata do discurso do povo, mas do discurso do sujeito de D₁ que se constrói como o intérprete dos anseios de POVO1. Esse sujeito, oriundo desse mesmo segmento, faz-se povo em POVO1 e, ao falar, dá-lhe voz. Assim procedendo, produz o efeito de universalização desse partitivo, de tal forma que fala em nome da classe média, mas parece falar em nome de todos, fazendo parecer comunitárias preocupações de fato específicas. Esse é o trabalho de prestidigitação discursiva que POVO1 produz nesse corpus. É o que se pode inferir através de CS49: "um governo do povo que trabalha para o povo e se fortalece no povo". O mesmo ocorre em CS50, F56 e F58, por exemplo.

POVO1, por sua vez, pode ser aproximado de BRAS1 examinado anteriormente: POVO1 chamou os militares para assumirem as rédeas da nação e, assim procedendo, revelou-se um "dom brasileiro", dotado de "reservas profundas de civismo". Tal correlação aponta para o entrelaçamento dos três diferentes itens lexicais já examinados que representam o OUTRO neste corpus - cidadão, brasileiros e povo - sendo estes dois últimos tomados em seus respectivos primeiros níveis

referenciais, como é possível verificar através das análises efetuadas para cidadão e das grades referenciais 5 e 6.

Tomar a palavra em nome de POVO1 como se este fosse um coletivo reveste o discurso de autoridade, porque fala-se em nome de POVO1, simulando falar em nome de todos. Isto constrói o efeito de sentido de unanimidade.

POVO2 - classes trabalhadoras

No discurso sobre o povo, sua configuração em segundo nível o representa como aquela parcela da população que trabalha, que constrói o Brasil de amanhã, mas que não o usufrui. Isto é o que veremos no recorte que segue.

- CB54 - (...) a única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo que, na sua generosidade e no seu patriotismo, compreensivo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore em ser a grande Nação almejada por todos nós. (CB4 - 14.3.67 - Palácio Planalto - Ministros, p.85)
- CB55 - Só uma lição podemos aprender do comportamento realista das classes trabalhadoras brasileiras: é que a elas, como povo, não interessam as soluções de catástrofe, não as seduzem a destruição e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos. (CB3 - 28.2.66 - BH - Assembléia Legislativa Estadual- Título Cidadão Mineiro, p.5)
- CB56 - Entre a utopia e a realidade do planejamento democrático, soube o povo brasileiro suportar, com rara compreensão, as duras provações, que foram também privações, do período de retificação de valores (...) (CB2-9.3.65-Instalação Cons.Nacional de Planejamento, p.74-6)
- CS51 - É com grave emoção que recebo das mãos honradas de V.Excia. as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República. Tenho consciência nítida e profunda da significação deste ato e deste momento. Para eles vêm confluir as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um povo simples e bom, paciente e sofredor, tocado do sentimento caloroso para a grandeza. (CS2-15.03.67- Pal. Planalto - Faixa Presidencial, p.177)
- CS52- (...) é da natureza do ato governamental revestir-se, por vezes, aos olhos do povo, da falsa aparência de achar-se dele divorciado (...) (CS2 - 16.3.67 - Palácio Planalto - 1ª. Reunião Ministerial, p.179)
- CS53 - (...) foi um ano tranqüilo, um ano de entendimento, um ano de compreensão, não só entre os órgãos do Governo, como também do povo brasileiro, porque continuamos exigindo sacrifícios a esse povo, que já luta com dificuldades várias. (CS2 - 30.11.67 - Pal. Planalto - Saudação de Improvizo Deputados e Senadores - Término Ano Legislativo, p.275)
- M45 - Venho acenar ao povo trabalhador a solidariedade que um homem simples no Governo ao povo pode dar (...) Este homem não pode

acenar ao **povo** o dinheiro que não pode dar. Este homem não pode acenar ao **povo** a promessa fácil que não pode resgatar. E este homem não pode, e não deve, e não quer acenar a imagem fantasiosa de esperança vã, da mentira doce, da ilusão inebriante(...) (M2 - 25.1.70 - 416º, Aniversário da Fundação de São Paulo, p. 20)

- M46 - (...) quando nos voltamos para a realidade das condições de vida da grande maioria do **povo** brasileiro, chegamos à pungente conclusão de que a economia pode ir bem, mas a maioria do **povo** ainda vai mal. (M2 - 10.3.70 - ESG- Aula Inaugural, p. 70)
- M47 - (...) não falo em nossas carências para deprimir o **povo**, para acender a revolta, ou para cortejar a fácil popularidade. Quero que o **povo** saiba que só falo para agir, que só falo para anunciar a providência(...) (M3 - 8.9.70 - Pal. Planalto - Lançamento MOBREAL, p. 113)
- G53 - (...) No Dia Universal do Trabalho - quando (...) exalta-se realmente, em comunhão nacional, o espírito de todo o **povo** desta terra que, com o suor de suas mãos e a energia de suas vontades (...), constrói o Brasil grande de amanhã. (G1 - 1.5.74 - TV, p. 83)
- G54 - (...) E o faremos, apelando à energia criadora de nossos quadros dirigentes (...) e, mais do que isso, à incansável e provada tenacidade de nosso **povo** tão sofrido, mas que não se deixará abater pelo espectro de dificuldades acrescidas (...) (G1 - 10.9.74 - Ministério - Encaminhamento ao Congresso Nacional do II PND, p. 125)
- G55 - Contou-se, portanto, com as virtudes inatas do **povo** brasileiro, compreensivo, tranqüilo e bom, capaz de resistir a rudes golpes e suportar sacrifícios prolongados, com galhardia e ânimo forte. E não nos enganamos. (G1 - 30.12.74 - TV - p. 180)
- F59 - Uma democracia que sabe que o mal do nosso **povo** é a falta de instrução. Uma democracia que saiba que o que falta ao nosso **povo** é trabalho. É poder aquisitivo para se alimentar (...) Infelizmente, para nós, temos que reconhecer que o nosso **povo** tem mais ansiedade de saciar sua fome e de ter um teto, do que saber se os partidos vão se organizar desta ou daquela maneira. (F2- 18.09.79-Brasília- Improviso- Maluf e bancada SP, p. 153)
- F60 - Sob o manto de proteger os pobres e necessitados, os inimigos da democracia realmente buscavam o esbulhamento da democracia de um **povo** pacífico e ordeiro (...) (F3 - 31.3.80 - Pal. Planalto - 16º. Aniv. Revolução, p. 39)
- F61 - Negaremos ouvidos aos despotistas e aos exploradores da miséria do **povo**, aos que desejam ver o Nordeste estagnado, monumento à sua crítica sem construção (...) (F1- 26.09.78 - Fortaleza - 3º. Congresso Associação Brasileira de Municípios, p. 134)

O segundo nível referencial de **povo** recorta uma camada bem diversa daquela referenciada no nível anterior. Aqui não há protestos contra o governo anterior, não há manifestações contra o comunismo, nem marchas da "família brasileira". Através de POVO2 é construída a imagem de **povo** trabalhador (CB54, G53, G54, M45, ...) generoso,

compreensivo e sofredor e sempre pronto ao sacrifício (CB56, CE53, G54 ...)

Essa classe trabalhadora que POVO2 representa pode ser relacionada com o povo construído no discurso de Getúlio Vargas e examinado por Lima em "A construção discursiva do povo brasileiro" (1990). Aí a autora analisa os discursos dirigidos por Vargas nos 10^{os} de maio aos "trabalhadores do Brasil". Essa intersecção entre o discurso getulista e o discurso militar não deixa de ser estranha, já que o movimento de 64 derrubou Goulart, considerado o herdeiro político de Vargas. De modo que, ao construir POVO2, o sujeito de D1 constrói, no mesmo movimento, um entrelaçamento indesejável com um período que desaprova. No entanto, a semelhança entre o "povo brasileiro", construído pelo discurso getulista, e o "povo brasileiro" (POVO2), construído pelo discurso militar cessa nesse traço que possuem em comum - o de referenciar a classe trabalhadora - pois, no primeiro, esse povo é discursivamente acarinhado, incentivado e solicitado, enquanto, no segundo, ele é lastimado e, quando conclamado, o é por sua capacidade de sacrifício. Apesar de ambos apoiarem-se no povo, não se trata do mesmo povo, pois, como vimos na seção anterior, D1 retira sua legitimidade de POVO1, segmento da classe média que lhe deu e dá sustentação, enquanto o discurso getulista constrói o povo trabalhador como seu interlocutor, a quem passa a proteger. Referências diferentes, relações imaginárias igualmente diversas, resultando no autoritarismo do primeiro e no populismo do segundo.

No que tange ao nosso corpus, não se trata evidentemente do discurso do povo, mas de um discurso construído pelo sujeito de D1 sobre o povo e a ele atribuído. Mas, neste nível, não há procuração passada para esse fim, tal como ocorre em POVO1. O discurso produzido em nome de POVO2 não institui o sujeito de D1 como seu porta-voz. Este apropria-se da voz do povo, proclamando-se seu intérprete. Enquanto o sujeito de D1 é o porta-voz legítimo de POVO1, apenas

emprestando-lhe a voz, o mesmo não ocorre com POVO2, cuja voz é silenciada e substituída por um simulacro da voz do povo. Dito em outras palavras: o sujeito de D1, fazendo-se povo em POVO1, ao falar, faz ouvir a voz autorizada do segmento a que pertence. O mesmo não ocorre com POVO2. O sujeito de D1, não se fazendo povo nesse segundo nível, porque a ele não pertence, dele afasta-se, muito embora tal ruptura seja negada por Costa e Silva, em CS52. Ou melhor: a ruptura é negada porque, de fato, ocorre. Sua voz, por conseguinte, não está autorizada a falar em nome do POVO2. Conseqüentemente, POVO2 permanece sem voz e o discurso que lhe é atribuído pertence, de fato, ao sujeito de D1, um simples mediador que se outorgou tal direito e atua como um ventríloquo, já que seu não-pertencimento ao segmento não autentica seu discurso. Desse modo, POVO2 é um simulacro e somente enquanto constructo é possível concebê-lo como povo que aceita espontaneamente sofrer e, por ser "sábio e justo", não acredita na "insensibilidade" atribuída ao Governo (Cf. CS70, mais adiante). Trata-se de um povo construído discursivamente em D1, segundo a imagem que melhor convém ao sujeito desse espaço discursivo.

Assim, ao distinguirmos POVO1 de POVO2, distinguimos aqueles que são detentores de uma vontade veiculada por seu porta-voz, daqueles cujos direitos e necessidades são silenciados e substituídos por um simulacro que veicula, de fato, um discurso que representa os interesses do mediador.

Classes trabalhadoras, neste contexto, produzem um duplo efeito de sentido complementar: por um lado, são *aqueles que dependem de salário* e, por outro, são *aqueles que foram convocados para construir o Brasil de amanhã* (G53). É bem verdade que as questões salariais não são igualmente abordadas nos cinco domínios deste corpus. Encontram-se explicitadas apenas nos três últimos. E Médici ao utilizá-lo o faz com muita felicidade, afirmando que "*a economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal*" (M46). Esse recorte remete para a

conjuntura econômica dos anos 70, quando se fazia "o bolo crescer" para só depois dividi-lo. Sabe-se que o bolo cresceu, originando o assim chamado "milagre econômico", mas seus beneficiários certamente não se encontram entre aqueles que POVO2 referencia, haja vista o discurso de Geisel que refere o discurso de D2 e o massacre do povo "através dos salários". O mesmo ocorre em Figueiredo que, ao citar o adversário, aponta a necessidade de "*melhorar as condições de vida do povo brasileiro*" que "*sofre as agruras da inflação*". Ou seja, o discurso dos três últimos presidentes, de algum modo, referem os problemas de POVO2. No entanto, nenhum deles lhe atribui sentimentos hostis. Esse constructo representa um povo sempre disponível (Cf. G54, G55), como podemos perceber em Figueiredo: "*nosso povo não está desgostoso. O nosso povo apenas anseia por uma melhora de vida*". Esta é a visão descaracterizada que o mediador constrói sobre POVO2.

Em suma, o sujeito de D1 em sua relação com POVO2 constrói-se como o detentor do saber - aquele que sabe como o povo é - "*comportamento realista das classes trabalhadoras*" (CB55); dotado de "*vocação para a grandeza*" (CS53), de "*incansável e provada tenacidade*" (G54); "*não se sente por parte do povo um agressivo mal-estar e sim uma paciência que ainda não se esgotou...*". Nesse sentido, POVO2 representa um outro entrelaçamento entre o discurso populista de Getúlio e o discurso autoritário dos militares - em ambos o "povo" substitui as classes sociais em conflito. Em ambos o povo é tutelado pelo sujeito do discurso. Sabe, igualmente, o que o povo precisa - "*o remédio ao alcance da bolsa*" (M71); "*o mal do nosso povo é a falta de instrução ... o que falta ao nosso povo é trabalho ... é poder aquisitivo para se alimentar ...*" (F59). Bem como sabe o que o povo não quer - "*não lhe interessam as soluções de catástrofe, não o seduzem a destruição e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos*" (CB55). Esse sujeito constrói-se como aquele que tudo sabe e ao povo como o que nada sabe - não podendo acenar-lhe a "*imagem fantasiosa de esperança vã, da mentira doce, da*

ilusão inebriante" (M45); *"nosso povo tem mais ansiedade de saciar sua fome e de ter um teto, do que saber se os partidos vão se organizar desta ou daquela maneira"* (F59); *"não tememos o voto do povo; este é que deve ter medo de se enganar pois sempre que isso ocorre cabe-lhe pagar um tributo doloroso e irrecuperável"* (CB). Ou seja, politicamente o povo que nada sabe é protegido pelo mediador que proverá suas necessidades. A ignorância de POVO2 também afeta sua competência lingüística, privando-o de acompanhar o debate sobre a conjuntura nacional *"venho para falar ao povo a linguagem que o povo entende, a linguagem de homens na praça"* (M). Ou seja, o sujeito de D1 é um sujeito suposto saber que fala como mediador em nome de POVO2 que nada sabe e pode ser facilmente *"mistificado"* (G) pelos *"despotistas e exploradores da miséria do povo"* (F37). Ou seja, no afã de proteger POVO2, esta proteção bem depressa adquire um efeito de sentido pejorativo e o sujeito de D1 transforma-se em seu tutor - *"o que me move é, tão só, a aspiração de procurar e encontrar na alma do povo ressonância, para tudo aquilo que, em sua intenção e benefício, almejo realizar"* (CS66).

Esse discurso do mediador, produzido em substituição à voz do povo, dá origem a uma relação assimétrica que Osakabe (1979) chama de relação de dominação, marcada pela falta de reversibilidade, traço que Orlandi erige como característico do discurso autoritário (1983). Esse relacionamento entre o sujeito de D1 e o OUTRO, em sua configuração como POVO2, assemelha-se à relação assimétrica descrita por Orlandi (1983, p. 214-237) em seu estudo sobre o discurso religioso, pois há uma grande diferença entre o estatuto jurídico do sujeito de D1 e o de POVO2: o sujeito de D1 decide em nome de POVO2, projetando seu sacrifício presente em troca de um futuro glorioso. O paralelismo entre o discurso religioso e o discurso político acima mencionado prende-se exatamente a esse último aspecto e pode ser assim expresso: assim como o homem adquire com seu sofrimento na terra a promessa de ingresso no paraíso, da mesma forma, POVO2, por

ser forte face ao sacrifício que lhe é exigido hoje (CS53, p. ex), será recompensado com um futuro brilhante: "*peço que o povo volte seu pensamento comigo, para bem longe, ao amanhã, e sinta a vocação de grandeza do Brasil*" (M). Ou seja, o amanhã nesse discurso corresponde ao paraíso do discurso religioso. Em ambos, é preciso pagar com sacrifício e sofrimento um benefício longínquo que exige um ato de fé. Por isso mesmo, aqueles que *creem* no governo são os bons brasileiros e merecem o futuro grandioso que o sujeito de D1 lhes promete e que POVO2 está construindo. Aqueles que *descreem*, "*não são brasileiros*", são os "*maus brasileiros*" que exigem para hoje o que está prometido para o "amanhã". Vale dizer: não têm paciência para esperar pelas promessas de um amanhã paradisíaco. Esse discurso produzido em lugar da palavra usurpada de POVO2 reflete não o seu desejo, mas o simulacro de seu desejo, construído em D1 para substituir o desejo autêntico que é apagado.

Como é possível observar, POVO2 relaciona-se diretamente com o estudo que realizamos anteriormente, neste mesmo capítulo, sobre a dicotomia sofrida por *cidadão*, da qual resultou seu apagamento discursivo, bem como está em relação complementar com a análise que efetuamos para o item lexical *brasileiros*. Melhor dito: POVO2 corresponde àquela parcela de *brasileiros* que de seus direitos guardaram apenas o de cumprir com seus deveres. É através da análise dessa rede de representações que, pouco a pouco, é possível vislumbrar a dimensão do OUTRO no jogo enunciativo de D1.

Nesse passo, seria possível estabelecer uma comparação entre POVO2 e o psicótico. Da mesma forma que este último é despossuído de sua voz, o povo também o é ao ser falado pela voz do mediador que simula ser seu porta-voz. Assim procedendo, o sujeito de D1 apieda-se dele, pede-lhe sacrifício e trabalho, mas opina e decide por ele, deixando-o permanentemente amordacado. Desse modo, POVO2 representa uma armadilha discursiva definitiva para o segmento mais numeroso da população, pois esta configuração representa, de fato, a maioria

silenciosa do povo brasileiro que se sacrifica enquanto espera por um amanhã paradisíaco com que lhe acena o sujeito de D1.

POVO3 - A coletividade dos brasileiros

Como veremos pelo recorte que se segue, POVO3 congrega a coletividade dos brasileiros enquanto Nação.

- CB57 - Espero (...) possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo, em eleições livres, uma Nação coesa (...) (CB1- 11.04.64 - Após eleição, p.11)
- CB58 - Nesse rumo (...) estão as eleições de 1965 (...) e as do próximo ano. Uma e outra serão plenamente asseguradas pelo Governo a fim de que o povo escolha livremente seus governadores (...) (CB2 - 03.07.65 - Tubarão - Inauguração 1a. Unidade Geradora Sotelca, p.159)
- CB59 - (...) [a Revolução] edita normas jurídicas sem que nisso seja limitada (...) pois, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular. (CB2-27.10.65- Pal. Planalto - AI-2, p.34)
- CS54- (...) a certeza da vossa colaboração [dos congressistas], juntamente com ela espero, desde já, merecer também o apoio do povo brasileiro (...) (CS2- 3.10.66 - Congresso Nacional - Após Eleição, p.167)
- CS55 - (...) trago ao coração do povo um caloroso, um profundo sentimento de compreensão e fraternidade, capaz, pela sinceridade de sua força, realizar o cumprimento da desmedida tarefa comum. Nenhum homem fez jamais um Governo. Nenhum Governo faz uma Nação. O que faz a nação é o povo. (CS2- 15.3.67 - Pal. Planalto - Faixa Presidencial, p.178)
- CS56 - Não esquecerei que uma das formas de ser fiel ao povo é ser fiel aos seus representantes que, nessa qualidade e por esse elevado título, me elegeram Presidente da República. (CS2 - 16.03.67 - Pal. Planalto - 1ª. Reunião Ministerial, p.177)
- M48 - Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.10)
- M49 - Ao longo de nossa História, os princípios democráticos sempre corresponderam aos anseios mais profundos da alma brasileira que, em todas as constituições da República, o legislador interpretou no mandamento primeiro de que o povo é a fonte legítima do poder. (M5 - 31.3.71 - TV - 7º. Aniversário Revolução, p.75)
- M50 - Confesso lealmente que gostaria que o meu Governo viesse (...) a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo. (M1- 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.16)
- G56 - (...) os partidos políticos (...) são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículo exclusivo da participação do povo na organização do poder (...) (G1 - 15.09.73 - Convenção nacional ARENA, p.12)

- G57 - Congratulo-me (...) com o povo que maciçamente acorreu às urnas, demonstrando sua fé nos valores democráticos(...) (G1 - 30.12.74 - TV - p.180)
- G58 - Espalha-se o mito: "A Oposição venceu" (...) Alguns órgãos de publicidade (...) estão plantando essa versão no espírito do povo. (G2 - 22.10.75 - Pal.Planalto - Improviso - Comissão Executiva Nacional, Presidentes Diretórios Regionais ARENA, p. 227)
- F62 - Eu desejo que os senhores, no Partido que vai apoiar aquele esforço meu para normalizar politicamente o País, que aquele Partido do qual os senhores vão fazer parte seja o primeiro a falar das aspirações do povo. Não permitam que a oposição tome as bandeiras do povo. O povo sabe o que quer e sabe a oportunidade de dizê-lo(...) (F2- 06.12.79 - Improviso - Maluf e bancada paulista ARENA, p. 251)
- F63 - Sei e reconheço que, como está na constituição, todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. (F1- 29.06.78 - Brasília - Abertura escritório e Campanha ARENA, p. 34)
- F64 - (...) Direta ou indiretamente, a fonte do poder permanece a mesma. O povo e são o povo ourtoga os mandatos(...) (F3 - 19.11.80 - Pal.Planalto - Emenda Constitucional 15 - p. 346)

A menção a povo nesse terceiro nível referencial desencadeia o efeito de sentido de coletividade, haja vista CB57, por exemplo. Nessa seqüência o presidente Castello Branco alude à eleição de seu sucessor pelo povo, "*em eleições livres*". Vale dizer: trata-se de povo em seu caráter coletivo e não partitivo. Efeito de sentido idêntico depreende-se de CS55 - "*o que faz a nação é o povo*" - ou seja, está-se aí diante de um emprego genérico de povo, distinguindo-o dos demais níveis que referenciam segmentos sociais específicos. O mesmo efeito de generalização pode ser percebido em M48 - "*o povo, em todas as camadas sociais*" - onde POVO3 refere a coletividade dos brasileiros. Para obter sua especificidade, é preciso relacioná-lo com os níveis anteriores e posteriores, todos partitivos. Por contraste, percebe-se a natureza coletiva de POVO3 que não refere nenhum segmento em particular. Seu uso mobiliza traços semânticos generalizantes que remetem à visão coletiva dos brasileiros, enquanto povo. Assim sendo, é possível afirmar que POVO3 reúne os brasileiros em nome da Nação, tal como é possível verificar explicitamente em CB57, CS55. POVO3 toma os brasileiros de modo indiferenciado, não seleciona segmentos sociais, não apresentando, conseqüentemente, sentidos restritos nem, muito menos, pejorativos. Da mesma forma,

POVO3 não constrói um simulacro de discurso do povo. Apresenta-se declaradamente como um discurso sobre o povo e, por essa razão, produz um efeito de sentido fortemente democrático, tal como é possível depreender do recorte que embasa as análises desse nível referencial.

POVO4 - Sociedade civil organizada

Este constitui um emprego muito regional no corpus em análise, tendo sido localizadas apenas três ocorrências no domínio discursivo de Figueiredo. Analisaremos, a seguir, este nível referencial através do recorte que segue.

- F65 - (...) tal foi o concurso que recebi de meus auxiliares diretos no sentido de me mostrar (...) a melhor forma de atingirmos o mais rapidamente esse objetivo, ansiado por todo o povo brasileiro, que era a normalização democrática do País. (F3-26.02.80 - Pal. Planalto - Improviso - Comando Político, p.16)
- F66 - (...) importa (...) aumentar a representatividade. Diminuir, para progressivamente eliminar, a preponderância do poder (...) corresponder ao desejo expresso do povo brasileiro por uma sociedade realmente pluralista, aberta, livre (...) (F3 - 19.11.80 - Pal. Planalto - Emenda Constitucional 15, p. 346)
- F67 - Hoje o povo manifesta sua vontade de mudança que é essencialmente democrática. Se o povo quer e manifesta politicamente sua vontade, o Governo e os partidos não podem ignorá-la. (F8 - 16.04.84 - Pal. Planalto, TV -p. 80)

Examinando o recorte precedente, pode-se constatar que POVO4 constitui um uso partitivo que identifica um segmento muito preciso da sociedade brasileira e bastante diverso dos níveis partitivos anteriormente examinados. Trata-se ainda de um discurso sobre o povo, mas de um povo dotado de voz, cujo discurso é relatado pelo sujeito de D₁ (Cf. Parte III, Cap. II. Sobre a Heterogeneidade) e, como tal, pode sofrer distorções, lacunas, acréscimos. No entanto, neste nível referencial, o sujeito de D₁ não se apresenta como seu porta-voz (POVO1), nem como seu mediador (POVO2). Face à conjuntura histórica do país, apenas refere o OUTRO e incorpora ao seu o discurso dele oriundo, promovendo com tal incorporação o deslocamento das fronteiras de FD₁ que afeta seu discurso. É isto que distingue de modo radical POVO4 dos demais níveis referenciais desse item lexical

e é exatamente nestes traços distintivos que encontramos a razão pela qual esse nível referencial não foi identificado nos quatro primeiros domínios discursivos desse corpus: aqui admite-se discursivamente que **povo** tem vontade própria (F66) que deve ser respeitada pelo Governo (F67). Ou seja, a vontade do **povo** nem sempre se confunde com os desejos dos governantes. E mais: o **povo** pode entender que o que é bom para o Governo nem sempre é o melhor para si. Desse modo, a emergência de **POVO4** na prática discursiva de Figueiredo mostra a extensão do desgaste da autoridade estatal: o poder governamental relativiza-se à medida que é obrigado a reconhecer em seu discurso a existência do **OUTRO**, dotado de uma vontade não-idêntica a sua. É nesse ponto que se instaura a possibilidade de ruptura da tutela que o sujeito de D_1 exerce sobre **POVO2**. Ou seja: à medida que a existência de **POVO4** é reconhecida, **POVO2** adquire maior autonomia. A redistribuição referencial é indicativa da redistribuição do ponto de equilíbrio do poder. Pode-se ir além e estabelecer uma correlação entre o ressurgimento discursivo do cidadão, dotado de direitos e deveres, e o reconhecimento da vontade de **POVO4**, pois esses dois acontecimentos discursivos ocorrem no discurso de Figueiredo. Vale dizer que o reconhecimento na prática discursiva de que ao cidadão cabem direitos é diretamente proporcional à concepção de **povo** dotado de uma vontade não-coincidente com a vontade do Estado. Aí reside a recuperação discursiva dos direitos pelo cidadão. Assim procedendo, o sujeito de D_1 trata de ajustar sua imagem de presidente autoritário, transmutando-a para a imagem de presidente democrata. Tal imagem frequentemente é matizada pela do presidente injustiçado. Vale dizer que essa última imagem constrói-se sobre o reconhecimento dos direitos de cidadania do povo, os quais produzem saberes divergentes. E, nesse passo, o povo em **POVO4** recupera discursivamente seu direito de ter uma voz não-coincidente com a voz do poder.

POVO5 - Massa de manobra política

O advento do Movimento de 64 foi marcado por uma forte onda de moralismo, em todos os níveis do Governo. Nessa fase, era inadmissível sugerir que a "Revolução" pudesse manobrar o povo. Esta é a razão pela qual povo é apresentado como aquele que apóia (POVO1), aquele que se sacrifica (POVO2), aquele que constitui a Nação (POVO3). Somente a partir de Geisel, em cujo discurso registramos uma única ocorrência, povo reaparece como sujeito à manipulação de terceiros. Esse efeito de sentido se torna bastante perceptível no domínio discursivo do Presidente Figueiredo, como veremos a seguir.

- G59 - O que o Governo tem feito nesses onze anos vale a pena ser (...) proclamado pelo Brasil à fora (...) *Bem levadas ao povo*, o povo sentirá a verdade do que foi feito e perceberá (...) o que essas realizações significam. (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improvise - Comissão Executiva Nacional, Presidentes Diretórios Regionais ARENA, p. 22)
- F68 - Reveste-se de tal importância a vitória do nosso Partido nas eleições de 15 de novembro que a normalização política de nossa pátria muito facilitada estará *se conseguirmos convencer o povo* (...) a votar no nosso Partido. (F1- 26.5.76 - Deputados Estaduais Bahia, p. 18)
- F69 - (...) por mais que maus brasileiros tentem enegrecer o amanhã (...) não tenho medo do amanhã (...) porque conheço o povo do meu país e sei bem que *quando bem orientado ele sabe aplaudir os homens de bem*. Um povo que já atingiu a idade adulta para identificar aqueles que lhe falam a verdade (...) (F1- 15.09.78 - Cachoeiro do Itapemirim, ES - Encontro com Líderes políticos, p. 119)
- F70 - (...) eu não tenho medo de regimes autoritários, porque a democracia virá naturalmente do povo, porque na realidade *quando se diz que o povo não vota bem, o povo sabe votar. Mas sabe votar quando o Governo vem ao encontro dos seus anseios.* (F3- 04.09.80 - P. Alegre, Improvise, p. 232)

Em G59, esse novo sentido se esboça - "*se bem levadas ao povo*" - ou seja, as realizações governamentais não são evidentes por si, é preciso mostrá-las e explicar o seu valor para que o povo perceba seu significado. Vale dizer: trata-se de realizações cujo alcance o povo não compreende. Isto faz lembrar Médici que afirmou que "a economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal" (M46). Essa idéia de "*se bem levadas*" traduz-se mais claramente em F68, onde se percebe que a desejada "normalização política", pela qual POVO4 luta, precisa ser controlada pelo sistema e para isso faz-se necessário "*convencer o*

povo a votar na ARENA", ou seja, é preciso usá-lo como massa de manobra suscetível à manipulação e à persuasão.

As duas seqüências, acima examinadas, mostram que a conjuntura está mudando, que o segmento representado discursivamente por POVO4 está se organizando para romper com a tutela que lhe foi imposta. Dito em outras palavras: POVO4 pode conquistar através do voto uma parcela do poder concentrado no segmento representado por POVO1. Vê-se, pois, mais uma vez, que POVO1 não representa a pretendida unanimidade popular que o sujeito de D1 postula. POVO5 representa discursivamente a busca da neutralização política de POVO4. Assim sendo, o discurso, através dessas duas configurações de povo, mostra a tensão entre forças antagônicas que se confrontam no cenário discursivo que se constrói no domínio discursivo de Figueiredo.

Tal embate é facilmente perceptível em F69 que registra a única ocorrência de "*maus brasileiros*" (Parte III, Cap. 1-Da determinação à Sobredeterminação) registrada nesse universo discursivo, a qual faz implicitamente referência a POVO4, onde se localizam a oposição e seus economistas, cujas análises e conseqüentes avaliações da conjuntura nacional divergiam radicalmente da postura ufanista adotada por POVO1 - que abriga governos e políticos arenistas. Assim, em contraponto aos "*maus brasileiros*" - leia-se POVO4 - o sujeito de D1 invoca POVO5 que "quando bem orientado - leia-se bem manipulado - vota na ARENA". Desse modo, POVO5, ao neutralizar POVO4, traz à tona, mesmo que de modo implícito, um enunciado discursivo que circulava então - "*o povo brasileiro não tem maturidade para votar*" - para justificar as eleições indiretas, adotadas pelo Regime e defendidas por Figueiredo, contrapondo-se à vontade de POVO4. Este "povo que não sabe votar" não refere POVO1, mas POVO2. Examinando F69, percebe-se que este enunciado está implicitado em "*um povo que já atingiu a idade adulta para identificar aqueles que falam a verdade*". F70, por sua vez, já o menciona diretamente, sob a forma de discurso relatado cujo sujeito permanece lingüisticamente indeterminado - "*quando se*

diz que o povo não vota bem" - sugerindo que o sujeito da enunciação não é responsável por tal enunciado. De fato, é preciso aqui distinguir entre o sujeito de D1, e o sujeito da enunciação. O sujeito daquela enunciação não foi Figueiredo, não podendo ser entendido como a origem desse enunciado. Assim colocada a questão do sujeito, F70 apresenta certo grau de coerência. Porém, se entendermos que o sujeito da enunciação em F70 identifica-se com o sujeito de D1 que, através de SE, representa-se na quarta-pessoa discursiva pronominal, percebe-se aí mais um jogo de indeterminação do sujeito do discurso que caracteriza um dos funcionamentos essenciais das relações subjetivas desse corpus. Sob tal modalidade indeterminadora, o sujeito de D1 interpela o outro em sua configuração discursiva de POVO5 - "*aquela que não sabe votar, mas que até vota bem quando bem orientado*".

Essa construção solidifica-se e rapidamente evolui para as marcas mais evidentes de POVO5, tal como pode-se depreender em Figueiredo - "*beijar as criancinhas e abraçar as velhinhas de minha Pátria... vou continuar abraçando o povo, porque eu gosto de abraçar o povo*". Vale dizer que POVO5 - maioria silenciosa e manobrável - é concebido, como profundamente suscetível à demagogia praticada freqüentemente por Figueiredo, marcando o ressurgimento do discurso populista, banido com a instalação do ciclo militar, cuja característica marcante consistiu em auto-representar-se de modo austero, tanto na gestão da coisa pública, quanto na prática discursiva. Desse modo, o discurso que refere POVO5 funciona como um engodo para ocultar a manobra de um grupo político, bastante desestabilizado, que procura perpetuar-se no poder. Assim, quando o sujeito de D1 deseja o favor do povo, mostrando amá-lo para por ele ser amado, está encenando o papel de presidente popular porque, no cenário político, seus adversários atribuem-lhe um papel menos lisongeiro. Do embate dessas imagens oponentes, surge a imagem de

presidente injustiçado (I(A)4) que examinamos anteriormente, na primeira seção do primeiro capítulo.

Encerrando a reflexão

Como é possível perceber, com base nas análises precedentes, povo possui um espectro referencial muito amplo, resultando daí um grau de ambigüidade bastante elevado, que converte este item lexical em um instrumento político muito eficaz. Através dele mobilizam-se o apoio, a colaboração, a força de trabalho, o sacrifício de um OUTRO aparentemente genérico mas que, de fato, possui especificidade variada. Dessa forma, o item lexical povo, multifacetado semanticamente, desempenha papel essencial no jogo enunciativo de D1. Através dele, constrói-se a ilusão de um discurso cujo sujeito leva em conta a interlocução política, seja assumindo a função de porta-voz de POVO1 ou de mediador de POVO2, seja ainda relatando o discurso de POVO4.

É igualmente graças a sua ambigüidade que o sujeito de D1 afirma que o Movimento de Marco "tem raízes no povo" (CF. CB53), que as ações restritivas são praticadas "no interesse da Nação, do povo e da Revolução" (CF. CS50) e que a Revolução se fez "em nome do povo e em seu favor" (CB). Sabe-se que essa noção de soberania do povo, invocada pelo sujeito de D1, emerge com a Revolução Francesa e torna-se obrigatória em um discurso que se pretende democrático. No jogo enunciativo do corpus em análise, ao empregar POVO1 sugere-se que se trata de POVO3. Desse modo, a representação do OUTRO como povo reflete sobre o sujeito de D1 e põe em relevo sua imagem de presidente democrático, o que encobre a relação de dominação que lhe subjaz. Dito em outras palavras: o discurso autoritário de D1 simula exercer o poder pelo povo e para o povo, saindo engrandecida sua imagem democrática. Ou seja, a ambigüidade desse item lexical tece seu campo político: a interpelação do povo mobiliza seu sentido historicamente cristalizado e assim o sujeito de D1 instaura a ilusão

de um discurso democrático pela tomada da palavra que, ao fazer-se em nome do povo, reveste-se de legitimidade.

O jogo ilusório proporcionado por esse item lexical ainda pode ser examinado quando dois destes níveis referenciais apresentam-se reunidos em uma mesma seqüência, tal como ocorre em CB59 que reproduzimos parcialmente a seguir:

CB59 - [a Revolução] ... representa o povo(1) e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo(3) é o único titular.

Nesse recorte encontramos inicialmente POVO1 que foi às ruas manifestar-se contra o Governo Goulart e apoiou posteriormente o golpe militar que assumiu o poder. Portanto, é claro que o Poder Constituinte, sendo exercido em "seu nome", implica uma relação de correferência, ou seja, o Poder Constituinte é exercido em nome de POVO1. No entanto, a segunda ocorrência de povo vem marcada semanticamente pelo sentido historicamente cristalizado desde a Revolução e remete para POVO3. Vale dizer: o povo, pelo sistema representativo, através de eleições, é o "único titular" do Poder Constituinte. Desse modo, a dupla ocorrência de povo nesse recorte tece a trama discursiva que caracteriza D₁. A repetição lexical, entendida como um dos modos de prover a coesão textual, de fato, oculta um processo de referenciação bastante complexo, já que remete para dois níveis referenciais diversos de um mesmo item lexical. Ou seja: a segunda ocorrência de povo indica retomada do mesmo item lexical, mas não garante a retomada no mesmo nível referencial.

Examinaremos a seguir um outro caso de correferência lingüística que não corresponde a uma correferenciação discursiva. Para tanto, recortaremos uma nova seqüência no domínio discursivo do Presidente Figueiredo.

F71 - Tal como sabíamos (...) o quanto era superficial o alarido dos que diziam falar pelo povo, mas eram por ele repudiados. (F3 - 31.3.80 - Pal. Planalto - 16o. Aniversário Revolução, p.40)

Nessa seqüência, encontramos uma única ocorrência de povo que pode ser interpretado como POVO2, ou seja, a classe dos

trabalhadores. Aí faz-se alusão àqueles que se manifestavam em nome do povo a favor de certas reformas tais como a reforma agrária, por exemplo. Trata-se de um povo que seria beneficiado pelas mesmas. O pronome *ele* permite o avanço no texto, provendo sua coesão textual. Nesse processamento, entretanto, *ele* retoma o item lexical **povo**, mas não o retoma como **POVO2**. Ou seja, *ele* promove a correferência com **povo**, mas não no mesmo nível referencial empregado anteriormente. Tal fato indica tratar-se de uma correferenciação lingüística que não se projeta sobre o discurso, pois o **povo** que repudia as reformas não corresponde àquele que delas se beneficiaria. Assim, *ele* retoma a forma lexical **povo** enquanto **POVO1** que representa, entre outros, os latifundiários que tinham muitos motivos para repudiar as propostas reformistas que vinham de encontro a seus interesses. Pode-se afirmar, pois, que, sob o manto da correferenciação, em um enunciado pode-se referir inicialmente **POVO2** e, a seguir, deslocar a referenciação para **POVO1**, permanecendo inteiramente preservada a coesão lexical do texto. É preciso, por conseguinte, reavaliar a correferenciação no que tange ao discurso, pois esta não parece transferir-se automaticamente para o discurso.

Após todas essas considerações, faz-se necessário correlacionar duas formas de representação do OUTRO - **povo** e **cidadão**. Observe-se que, enquanto **cidadão**, por ser dotado de um conteúdo historicamente cristalizado, passou a representar um uso incômodo e, por conseguinte, pouco freqüente nesse corpus, pela mesma razão e de forma diretamente proporcional, **povo** constituiu-se em um verdadeiro instrumento político, pois seu sentido historicamente construído vem ao encontro do jogo ilusório que a enunciação desse discurso produz. Assim sendo, **cidadão** foi discursivamente apagado e **povo** passou a ser expressivamente empregado como forma de representação do outro.

Os correlatos lexicais de POVO

É necessário registrar que o item lexical *povo* e seus diferentes níveis referenciais apresentam, no discurso em análise, vários correlatos lexicais tais como *minha/nossa gente, origens populares, nosso homem, os homens de meu País, aspirações nacionais, palavra popular, vontade popular, espírito popular, bem público, opinião popular, vontade coletiva, consenso popular, coletividade nacional, família brasileira, anseios nacionais*. Seu uso remete para as relações parafrásticas que se constroem no processo discursivo de D1. Nenhuma dessas expressões, porém, é equivalente quantitativamente ao item lexical *povo*, razão pela qual não as analisaremos neste trabalho.

Outro correlato lexical de *povo* foi igualmente registrado, do qual ocupar-nos-emos em separado. Trata-se da expressão *opinião pública*. Decidimos dedicar-lhe uma atenção especial porque esta configuração do OUTRO, embora, sugira uma referência coletiva, freqüentemente é empregado como um partitivo e seu efeito de sentido aponta invariavelmente para uma opinião favorável. De qualquer forma, se a opinião não for positiva, nunca será atribuída à *opinião pública*, como veremos a seguir. *Opinião pública*, no discurso em análise, apresenta dois níveis referenciais distintos que descreveremos na Grade Referencial 7. Para tratarmos essa expressão lexical como correlata de *povo*, adotaremos em sua análise, os mesmos índices referenciais utilizados para analisar aquele item.

OPINIÃO PÚBLICA EM D₁

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO
OP1	opinião favorável da classe média, classes produtoras, militares
OP3	opinião nacional favorável

GRADE REFERENCIAL 7

Através da Grade Referencial 7, percebe-se que a expressão lexical *opinião pública*, em seu uso partitivo, é correlata de POVO1, enquanto, em seu uso coletivo, relaciona-se com POVO3. E mais: *povo*, em qualquer de suas configurações, exceptuando-se POVO4, apresenta como constitutivo de sua referência o traço de opinião favorável nos quatro primeiros domínios discursivos desse corpus. Acrescente-se a isso um outro efeito de sentido: apenas a opinião de POVO1 é evocada de modo particular. Tal fato explica-se por ser esta efetivamente a única opinião que conta para o sujeito de D1. É ela que dá legitimidade ao regime e o sujeito de D1 é seu porta-voz, porque faz-se *povo* em POVO1. As demais opiniões favoráveis estão reunidas em OP3 que representa o consenso nacional. Nesse sentido, no bojo de OP3 encontra-se igualmente OP1, ou seja, este primeiro nível referencial funciona no sentido de salientar a opinião desejada de uma parcela, enquanto OP3, ao construir a opinião pública da coletividade, o faz de modo indistinto. Se OP1 provê legitimidade, OP3 traz sustentação.

O quadro-síntese 4 mostra como se dá a distribuição de opinião pública nos diferentes domínios discursivos.

DISTRIBUIÇÃO DE OPINIÃO PÚBLICA

NÍVEIS	DOMÍNIOS DISCURSIVOS				
	CB	CS	H	G	F
OP1	+	-	+	-	-
OP3	+	+	-	+	+

QUADRO-SÍNTESE 4

Pelo quadro-síntese 4, percebemos que apenas no discurso de Castello Branco registram-se os dois níveis referenciais, enquanto nos demais, um nível exclui o outro. Tal fato poderá ser melhor avaliado a partir das análises que se farão a seguir. Vejamos inicialmente o recorte que a embasa.

OP1 - Opinião da classe média

- CB60 - Daí ser o Governo (...) uma resultante decisiva e vigorosa das várias correntes de **opinião pública**, e jamais o reflexo de qualquer corrente desviada e isolada, incapaz de polarizar as várias tonalidades das aspirações do movimento de 31 de março. (CB1 - 7.8.64 - Homenagem Governador Bahia, p.40)
- CB61 - Bem sei que se procura confundir a **opinião pública**, explorando as angústias momentâneas de certos setores do empresariado brasileiro ainda não convencidos da firmeza da política de combate à inflação. (CB2 - 9.3.65 - Instalação Conselho Nacional Planejamento, p81)
- CB62 - Há mesmo críticas tendenciosas e sem fundamento na **opinião pública** de que o Poder se desmanda em incursões militaristas. (CB1 - 25.08.64 - Dia do Soldado, p.231)
- M51 - Comungando nos ideais da Revolução de Março (...) reconheceu, em verdade, a **opinião pública**, de modo inequívoco, a legitimidade da ordem jurídica assim instituída, não só mediante consenso tácito, mas também pela mais democrática das formas, isto é, mediante o resultado de sucessivos comícios eleitorais em que os Governos da Revolução obtiveram no país a maioria dos sufrágios. (M5 - 10.2.71 - ARENA, p.51)
- M52 - Precede essa confiança, que se enraíza na intimidade da **opinião pública**, tanto da compreensão dos propósitos que animam os responsáveis pelo regime, como do juízo, amadurecido no espírito popular. (M6 - 31.3.73 - TV - 90. Aniversário Revolução, p.64)
- M53 - Não admitirei embargo à obra que (...) decidi empreender. Sei que conto, para levá-la a bom termo, com o total apoio da **opinião pública**, manifestada pelo modo mais categórico e inequívoco em todos os recantos do País aos quais tenho sido levado pelos deveres do meu cargo. (M3 - 20.10.70 - Título Dr.Honoris Causa, UFRGS, p.156)

OP3 - Opinião pública nacional

- CB63 - (...) era mais uma caricatura grotesca do que um retrato da Revolução vitoriosa. Do mesmo modo que no plano interno - graças à liberdade de expressão sempre respeitada - manipulavam as mais insólitas variações com o objetivo de criar na **opinião pública** intoleráveis suspeitas quanto ao comportamento do Governo em relação aos mais altos interesses do país(...) (CB1 - 14.12.64 - RJ - Assembléia Legislativa, p.84)
- CB64 - Não através de um golpe de Estado, mas de uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na **opinião pública** e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida (...) (CB1 - Saudação ao Congresso, p.13)
- CB65 - (...) a **opinião pública** não deseja agitações, seja no seio do Governo, seja entre aqueles inconformados por não estarem no gozo do poder (...) (CB2 - 28.5.65 - Pal.Governo Piauí, p.181)
- CS57 - Poucos dias fazem que apresentei ao Congresso Nacional (...) a prestação de contas do meu Governo (...) Mas eu quis chegar ainda mais a esse povo, dirigindo-me aos órgãos que representam a **opinião pública** brasileira e que, como tal, devem também tomar conhecimento, devem também ouvir a prestação de contas do Governo (...) (CB2 - 15.03.68 - Brasília-Entrevista Coletiva - 1º. Aniv.Governo - p.303)

- CS58 - Digo "nossa Revolução" (...) porque ela foi obra também da Imprensa, que nos ajudou decisivamente na tarefa preliminar (...) de esclarecer a **opinião pública**. (CS3- RJ - 31.03 a 3.04 de 69 - Imprensa Nacional e estrangeira, p.518)
- CS59 - (...) os mais acirrados dos nossos adversários têm que recorrer à imaginação e ao subterfúgio; têm que comprometer-se perante a **opinião pública** na deformação mais grosseira da realidade para negar. (CS3 - 3.10.68 - ARENA/SP, p.424)
- G60 - A oposição quer transformar isto [os contratos de risco da Petrobrás] num grande problema emocional (...) quer mobilizar a **opinião pública** em termos de um falso nacionalismo(...) (G2 - 22.10.75 - Pal.Planalto - Improviso - Comissão Executiva Nacional e Presidentes Diretórios Regionais, p.235)
- G61 - Erram os que pensam poder apressar esse processo [de distensão] pelo jogo de pressões manipuladas sobre a **opinião pública**. (G1 - 29.08.74 - Pal.Alvorada - Dirigentes ARENA, p.122)
- G62 - Esse clima salutar, a despeito de obstáculos de toda a ordem (...) propiciou-o o Governo conscientemente, ao garantir liberdade maior de expressão ao pensamento político, através da imprensa que efetivamente conta para a **opinião pública** do país, toda ela aos poucos liberada de censura. (G4 - 10.12.77 - Pal.Alvorada - Dirigentes Nacionais ARENA, p.345)
- F72 - As reformas (...) do Presidente (...) Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da **opinião pública** brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade. (F2 - 15.3.79 - Pal.Planalto - Recebimento Faixa Presidencial, p.5)
- F73 - (...) necessidade que senti de vir aqui, como a outros órgãos, da imprensa escrita, numa demonstração de que desejo estar junto daqueles que refletem a **opinião pública**. (F1- 7.7.78 - RJ - Manchete, p.40)
- F74 - (...) Senti que alguns elementos que se opunham ao Governo, senti que muitos setores da imprensa e - porque não dizer - também muitas vozes da **opinião pública** achavam que eu estava exagerando, porque eu tinha dado meu apoio a um regime fechado. (F2 - 23.08.79 - Batatais, SP - Improviso, p.114)

No discurso de Castello Branco, começa a ser construído o efeito de sentido de OP1. Por essa razão, embora não haja dúvidas quanto ao seu nível referencial, sua determinação é bastante discreta. Assim, em CB60, por exemplo, o Governo é resultado "das várias correntes de **opinião pública**" descartadas as opiniões contrárias ao regime. Em CB61, a inscrição de **opinião pública** no primeiro nível referencial já é bem mais incisiva, pois menciona diretamente "as angústias momentâneas de certos setores do empresariado brasileiro". Em contraponto, este efeito de sentido apresenta-se muito claro em Mèdici, como é possível perceber a partir das três seqüências que

foram recortadas de seu domínio discursivo. Em Médici, a opinião pública aprova pelo voto e aplaude pelo comparecimento aos comícios (Cf. M51- M53).

Observando-se o recorte referente a OP3, percebe-se que este nível referencial está mais próximo do que se convencionou chamar de opinião pública, pois está vinculado aos órgãos formadores de opinião. É o que ocorre em CS57, CS58, G62, F73 e F74. Uma análise mais detida de CB64 mostra o detalhamento dos segmentos que apóiam a Revolução - "lares", "instituições", "Forças Armadas". Leia-se OP1. Mas, paralelamente a este procedimento, aponta-se a ampliação desse apoio, mobilizando OP3. Ou seja, dá-se destaque aos segmentos que interessam salientar, os quais são posteriormente retomados no nível genérico, sugerindo existirem outros tantos segmentos não-nomeados, mas compreendidos por esse nível coletivo. Decorre daí o efeito de sentido de que a opinião pública é plenamente favorável às ações revolucionárias.

Examinando o recorte que representa o nível referencial coletivo, percebe-se que OP3, embora abrigue uma massa ampla e indistinta, não tem a elasticidade necessária para representar a opinião negativa. Ou seja, a opinião pública em D1 é, invariavelmente, positiva. Assim, em CB63, "*as intoleráveis suspeitas quanto ao comportamento do Governo*" não compõem a opinião pública. E, em G60, vê-se que "*a oposição quer mobilizar a opinião pública*" e, em G61 aponta-se um "*jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública*". Ou seja, a opinião pública é favorável à gestão "revolucionária". E, se divergência houver, esta é resultante das manobras dos "opositores". Vale dizer que a opinião pública sempre é favorável, ficando as críticas negativas por conta dos "maus brasileiros" que por essa razão perdem o direito, discursivamente e de fato, à cidadania. Somente no domínio discursivo de Figueiredo esta noção começa a sofrer alterações. Em F72 projeta-se para o futuro a absorção das "*muitas facetas da opinião pública*" e, nesse

sentido, fica eliminada a concepção de uma opinião pública consensual. No entanto, essa diversidade admitida discursivamente não chega ao ponto de assimilar divergências essenciais aí designadas de "influências desfigurantes". Em F72, o dissenso no interior da opinião pública é admitido a contragosto - "*muitos setores da imprensa e - porque não dizer - também muitas vezes da opinião pública achavam...*".

Observando o quadro-síntese 4, percebe-se que apenas Castello Branco e Médici apóiam-se sobre OP1. Os demais domínios convocam OP3. Essa distribuição merece exame. Para começar, observe-se que apenas Castello Branco mobiliza os dois níveis referenciais. Ou seja, este necessita dos dois efeitos de sentido que lhe emprestam respectivamente legitimidade e sustentação. Costa e Silva, pretendendo-se já legitimado pela prática discursiva que o precedeu, apresenta-se plenamente apoiado pela opinião pública coletiva. Médici, ao retornar ao uso exclusivo de OP1, mostra-se como um governante autoritário que exerce seu poder com base no segmento da opinião pública que, de fato, o sustenta. A mudança dá-se a partir de Geisel. Em seu domínio discursivo, OP3 apresenta-se como um disfarce para OP1. Dito de outro modo: OP3 é constituída essencialmente por OP1, mas, como é possível verificar em G60 e G62, a opinião pública está sujeita à influência da oposição e da imprensa. Ou seja, ela mostra-se fragilizada. Finalmente, em Figueiredo, a opinião pública torna-se discursivamente vulnerável e fragmentada.

Desse modo, percebe-se que OP3 sofre uma transformação bastante importante que leva a opinião pública do consenso obrigatório ao dissenso autorizado, sendo este último seu pólo extremo máximo. Ou seja, se não houver o aval do Regime não se enquadra no sentido oficial de opinião pública.

Esta transformação deve ser correlacionada às demais formas de representação do OUTRO. Ou seja, o consenso remete para "bons brasileiros", para "brasileiros de boa vontade". Compõem o consenso

da opinião pública os níveis referenciais BRAS1 e BRAS3, bem como POVO1, POVO2 e POVO3, enquanto o dissenso remete para BRAS2 e POVO4 que podem ser identificados com os "maus brasileiros", incapazes de abdicar de seus direitos em favor dos objetivos que a Revolução definiu como prioritários para o povo e nação.

Dessa forma, pode-se correlacionar o apagamento discursivo do cidadão à concepção de uma opinião pública favorável e consensual. Bem como a retomada em D₁ do item lexical cidadão, dotado de direitos e deveres, relaciona-se à existência de vozes discordantes no interior da opinião pública.

As análises precedentes apontam para o efeito de sentido que opinião pública possui em D₁, bem como para as transformações, mesmo que tênues, que este item lexical sofre no final do ciclo militar. Ao mesmo tempo, essa opinião favorável e, por conseguinte, consensual aponta para a necessidade de verificar como o dissenso é representado explicitamente em D₁, já que, até o presente momento, constatamos apenas sua exclusão. É o que faremos na próxima seção, ao examinar a representação dos contrários.

2.2- A REPRESENTAÇÃO DO CONTRÁRIO

Nessa seção examinaremos as diferentes representações que o OUTRO inscrito no dissenso recebe no discurso em análise, ficando, por conseguinte, excluído da cidadania. Inicialmente, cabe ressaltar que tal representação pode ser de natureza lexical ou gramatical. Em primeiro lugar, examinaremos suas configurações lexicais.

2.2.1- A Representação lexical do CONTRÁRIO

Das diferentes formas de representação do CONTRÁRIO, há que destacar inicialmente o item lexical oposição, por ser portador, aparentemente, de especificidade. Seu exame, no entanto, indica que esse item adquire no corpus em análise três diferentes níveis referenciais, conforme é possível apurar através da Grade Referencial 8 que segue

OPOSIÇÃO EM DI

NIVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO
OPOS1	boa, autorizada
OPOS2	mã, hostil, inimiga
OPOS3	genérica, partidária

GRADU REFERENCIAL B

É preciso salientar, contudo, que os dois primeiros níveis, de um modo geral, são pouco frequentes e não ocorrem em todos os domínios discursivos do corpus em análise, enquanto o último se faz presente, mesmo que de forma desigual, em todo corpus discursivo, conforme é possível verificar a partir do quadro-síntese 5 que se segue.

DISTRIBUIÇÃO DE OPOSIÇÃO

NIVEL	DOMÍNIOS DISCURSIVOS				
	CB	CS	H	G	F
OPOS1	+	-	+	-	+
OPOS2	+	-	+	-	-
OPOS3	+	+	+	+	+

QUADRO SÍNTESE 5

(+) ocorrência elevada do item lexical; (-) ausência do item lexical; (+-) pequena ocorrência do item lexical; (*) ocorrência única do item lexical.

Algumas observações preliminares fazem-se necessárias. O exame do corpus indica que Castello Branco constrói a oposição, de modo geral, como inimiga. Deve-se destacar, contudo, três ocorrências em que este item lexical é determinado discursivamente por boa. Costa e Silva pouco o tematiza e, quando o faz (3 ocorrências), o efeito de sentido que produz é exclusivamente genérico. Comparando os dois primeiros domínios discursivos, percebe-se que Castello Branco, ao

tematizar OPOS1 e OPOS2, não só reconhece a existência da oposição, como mostra claramente sua concepção maniqueísta da mesma, enquanto Costa e Silva, não a mencionando nos dois primeiros níveis e fazendo-o timidamente no terceiro, parece ignorar sua existência. O domínio lexical de Médici distingue-se apenas numericamente dos resultados registrados no domínio anterior, pois neste terceiro domínio há uma única ocorrência de OPOS1 e OPOS2 contra três de OPOS3. Percebe-se, pelo modo como Costa e Silva e Médici relacionam-se com a oposição, a conjuntura em que tais discursos foram produzidos. O discurso de Geisel assinala uma transformação: oposição aí não é boa nem má, aproximando-se, neste aspecto, de Costa e Silva. Por outro lado, seu emprego genérico é muito freqüente, admitindo sua existência, o que o aproxima fortemente de Castello Branco e de Figueiredo. No último domínio discursivo, registram-se poucas ocorrências de OPOS1 e OPOS2 (3 ocorrências), o que não elimina sua visão maniqueísta de oposição. Esta apenas está mais contida, como que neutralizada, pela ocorrência saliente de OPOS3.

Vejamos, a sêguir, estes diferentes níveis analisados.

OPOS1 - A oposição autorizada

Esse primeiro nível referencial leva-nos a analisar a concepção idealizada de oposição presente neste corpus. Não se trata da figura política, tal como ela habitualmente é, mas como o sujeito de D1 pretende que ela seja. Examinemos o recorte que segue.

- CB66 - É preciso distinguir os que fazem oposição ao Governo e os que querem destruir a Revolução. Estes podem marchar até para a ilegalidade e aqueles praticam, juntamente com o Poder Executivo, a democracia. (CB1 - 25.08.64 - Dia do Soldado, p. 231)
- CB67 - Os grupos em oposição (...) ou colaboram com uma nítida oposição à decisão da ARENA, ou ainda com os mesmos propósitos de bem servir ao país, trazem a sua adesão às candidaturas da ARENA. (CB3 - 15.6.66 - Palácio Planalto - Comissão Executiva Nacional ARENA, p. 45)
- CB68 - Encontrei uma oposição capenga na ação e claudicante no pensamento, que foge ao debate por incapacidade, por falta de patriotismo e por não saber cumprir a sua alta missão, honrosa para a República, de oposição ao Governo. (CB4 - 9.03.67 - Inauguração Hospital Distrital do Gama - Improvizo, p. 38)

- M54 - E espero da **oposição** que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo. (M1 - 30.10.69 - Discurso de posse, p. 39)
- F75 - (...) não fecharei as portas à **oposição**, à **oposição** sã, à **oposição** sadia (...) (F2 - 6.12.79 - São Paulo - Frente a Maluf e bancada ARENA/SP, p. 252)
- F76 - Se a **oposição** faz **oposição**, como é seu dever - e o faz bem feito, há também aquela **oposição** que faz apenas criar o caos para agitar (...) (F3 - 28.08.80 - Brasília - Improviso - Líderes PDS, p. 220)
- F77 - (...) esta (...) é a democracia que todos nós queremos: Governo e **Oposição** em conjunto. A **oposição** apontando os erros do Governo, mas também dizendo ao Governo o que deve ser feito para o bem do País (...) E isto os senhores fizeram (...) (F3- 23.09.80 - Pal. Planalto - Improviso - União Parlamentar Interestadual, p. 248)

Examinando o recorte acima, é possível perceber o tipo de **oposição** admitida em D1 - uma **oposição** elegante, discreta, que dá demonstração de civilidade em sua prática, colaborando com o governo. Em suma, uma **oposição** que não se oponha e limite-se ao papel que o governo traçou-lhe na nova ordem "revolucionária", não surpreendendo, conseqüentemente, que OPOS1 tenha tido tão poucas ocorrências no corpus em análise, pois, ao que tudo indica, o OUTRO não acatou tais limites para sua atuação, caracterizando-se a **oposição** autorizada como uma construção do imaginário social do sujeito de D1. Por outro lado, as ocorrências pouco expressivas de OPOS1 apontam igualmente para a dificuldade desse mesmo imaginário em conciliar a possibilidade de ser **CONTRÁRIO** à Revolução, ser **oposição**, autorizada embora e, ainda assim, possuir qualidades positivas. Aparentemente, tais características são inconciliáveis em FD1, daí decorrendo a visão maniqueísta do **CONTRÁRIO** construída nesse discurso.

Em função desse maniqueísmo, a idealidade de OPOS1 remete constantemente a OPOS2, seu pólo negativo imprescindível, que constrói seu contraponto realista no corpus. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, tampouco constatou-se um número expressivo de ocorrências nesse segundo nível referencial, conforme mostra o quadro síntese 5.

OPOS2 - A oposição hostil

O segundo nível referencial de oposição contrasta radicalmente com o primeiro, ao referenciar a oposição tal como o sujeito de Di percebe e interpreta sua prática. Vejamos o recorte que segue.

- CB69 - Quem ignorará a oposição com que se deparam as transformações políticas, econômicas e sociais, naturalmente obrigadas a suprimir antigos privilégios? (CB2-31.03.65 - Congresso Nacional, p. 8)
- CB70 - Não eram sessões normais as que se passaram a efetuar na Câmara dos Deputados. Representavam, sim, reuniões de uma parcela da oposição, obstinada em empolgar o Congresso por processos que não abonam a dignidade em que se devem manter os poderes da República. (CB3 - 20.10.66 - RJ - Agência Nacional, p. 280)
- CB71 - Se for uma vitória da oposição, será preciso aceitá-la. Não acredito, porém, a esta altura da evolução brasileira, admissível a hipótese de vitória, a 3 de outubro próximo, de um candidato contra-revolucionário. (CB3- 22.03.66 -RJ - Entrevista com jornalistas nacionais e estrangeiros - 2º. Aniversário da Revolução, p. 367)
- M55 - (...) o que não se tolerará, porém, de maneira alguma (...) é que a luta partidária se arme com o propósito de subverter o regime democrático, nem que a Oposição pretenda se instalar no Governo para restabelecer a situação que ameaçava o País (...) quando irrompeu o movimento vitorioso de 31 de março de 1964. (M4 - 26.2.70 - Pal. Alvorada - Entrevista Coletiva, p. 87)
- F78 - São os que fazem oposição por fazê-la negarão a firmeza com que continuamos empenhados em realizar tudo o que, há 16 anos, pregávamos como ideal atingível. (F3 - 31.3.80-Pal. Planalto - 16º. Aniversário Revolução, p. 40)
- F79 - As oposições dizem que nada foi feito e que as promessas não foram cumpridas(...) (F3 - 22.05.80 - Ribeirão Preto - Improvise, p. 123)
- F80 - (...) se a oposição faz oposição, como é de seu dever e o faz bem feito, há também aquela oposição que faz apenas criar o caos para agitar (...) (F3 - 28.8.80 - Brasília - Improvise - Líderes PDS, p. 220)

Nesse segundo nível referencial, oposição assume de modo mais ou menos explícito um efeito de sentido negativo pois é representada como contrária às transformações essenciais que o governo "revolucionário" propõe (CB69); interessa-se exclusivamente em agitar (CB70, M55, F80), sem reconhecer os benefícios já auferidos pelo Governo (F78, F79). Ou seja, OPOS2 representa o dissenso no interior desse discurso, onde opor-se à Revolução e ao Governo implica assumir atitude hostil e contra-revolucionária (CB71).

No imaginário social de D1, OPOS1 e OPOS2 constroem entre si uma relação complementar que, em algumas seqüências, chega mesmo a ser tematizada, tal como ocorre em CB66 - "*é preciso distinguir os que fazem oposição ao Governo e os que querem destruir a Revolução*". Aí estão indubitavelmente reunidos os dois primeiros níveis referenciais. O mesmo ocorre em F80 - "*se a oposição faz oposição (1), como é de seu dever - e o faz bem feito, há também aquela oposição (2) que faz apenas criar o caos para agitar...*". Ou seja, OPOS1 e OPOS2, ao coocorrerem na mesma seqüência, explicitam o maniqueísmo que sustenta essa relação complementar. Mas tal relação pode igualmente estabelecer-se sem que os dois primeiros níveis estejam necessariamente presentes na mesma formulação. Este é o caso de F75, por exemplo "*não fecharei as portas à oposição, à oposição sã, à oposição sadia*". O fato do item lexical *oposição* aí estar discursivamente determinado implica sua sobredeterminação discursiva que autoriza a leitura de um não-dito - "*mã oposição, oposição doentia*" (Cf. Parte III, Cap. 1. Da determinação à sobredeterminação). Nesse segundo caso, entendemos que OPOS1 e OPOS2 estabelecem entre si uma relação complementar, mesmo quando tais níveis não estejam reunidos na mesma seqüência.

OPOS3 - A oposição genérica

A partir da relação complementar entre OPOS1 e OPOS2 é possível entender OPOS3, que representa a *oposição* genérica, ou seja, não-determinada discursivamente - nem boa, nem má, apenas *Oposição*. Tal generalidade constrói o efeito de sentido de *oposição* partidária, que o maniqueísmo dos dois níveis anteriores em certa medida apaga, tal como podemos apreciar através do recorte que segue.

CB72 - Não que pretendêssemos impedir por qualquer modo a vitória da *oposição*, cuja legítima aspiração deve ser conquistar o poder, para então, e somente então, ganhar o direito de Governar o país. (CB3 - 13.08.66 - Maceió - Interventor Federal, p. 54)

CB73 - A vitória contra a inflação não é uma conquista do Governo e uma derrota da *oposição*. É uma vitória de toda a Nação. Se fracassarmos na luta contra a inflação, perderá o Governo, porém não triunfará a *oposição*, pois o Brasil terá falhado ao

- seu próprio destino. (CB2-09.03.65-Instalação Conselho Nacional Planejamento, p. 82)
- CB74 - Esses que não querem o diálogo e fogem a ele com medo da verdade, precisam ver realizações como esta, em que o povo é o elemento principal; com esse sentimento, com esse respeito ao povo e com a admiração que devo ter pela **oposição**, que deve saber fazer **oposição**, dou como inaugurado este hospital. (CB4 - 9.3.67 - Inauguração Hospital Distrital do Gama - Improviso, p. 38)
- CS60 - (...) quero dizer que desejava um encontro com os congressistas, de um modo geral, porque também a **oposição** cumpriu o seu dever. Aqueles que dignamente exerceram o direito do voto, o direito de voto contrário às propostas do Executivo, agiram corretamente, se entenderam que estavam cumprindo o seu dever. (CS2 - 30.11.67 - Improviso - Pal. Planalto - Término Ano Legislativo, p. 276)
- CS61 - A imprensa trabalha, opina e circula, resguardada de qualquer tipo de constrangimento. E a **oposição** atua, na Câmara e no Senado, limitada apenas pela ausência de um corpo de idéias ou de um programa que lhe permita criticar os atos do Governo e as posições do nosso Partido, com mais coerência, objetividade, eficiência e verdade(...) (CS3 - 3.10.68 - ARENA, SP, p. 424)
- CS62 - Só não toleramos, nem toleraremos que floresça livremente entre nós aquilo que um ilustre homem de Estado da Alemanha identificou recentemente como o mais novo elemento do jogo político universal: a atividade de grupos extremistas que, à margem dos movimentos de **oposição**, rondam e ameaçam (...) o edifício da democracia. (CS3 - 3.10.68 - ARENA/SP, p. 424)
- M56 - Reitero que todo brasileiro tem o direito de fazer **oposição** ao Governo. Considero imprescindível ao bom funcionamento do regime a existência de **opositores**(...) (M2 - 10.3.70 - RJ, Aula Inaugural ESG, p. 74)
- M57 - A pluralidade de partidos é um dos elementos em que se baseia o regime democrático vigorante no Brasil (...) A **Oposição**, alias, tem sido aberta entre nós, essa possibilidade, como acaba de acontecer nas últimas eleições municipais. (M4 - 26.2.70 - Pal. Alvorada, Entrevista Coletiva, p. 87)
- M58 - (...) é assegurada aos candidatos, quer do Governo, quer da **oposição**, em estrita igualdade de condições, a faculdade de se dirigirem ao povo (...) a fim de exporem suas idéias(...) (M3 - 30.10.70 - RJ, Pal. Laranjeiras - TV - 1º. Anivers. Governo, p. 176)
- G63 - Ressentimentos (...) não me tolhem, nem sinto simples constrangimento (...) ao registrar que o MDB, partido da **oposição**, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. (G1-30.12.74-TV-p. 189)
- G64 - (...) apesar dos prognósticos pessimistas dos que consideram inviáveis os atuais partidos (...) verificou-se uma intensa atuação política, principalmente no confronto entre a **Oposição** e o Governo. (G2 - 1.8.75 - TV - Ação Governamental, p. 150)
- G65 - A **oposição**, em si, não constitui dificuldade para o Governo. Acho que a **oposição** existe e é necessária. Ela é condição fundamental para que nós possamos viver num regime de liberdade. (G3 - 25.4.76 - Entrevista Coletiva TF1, França - p. 67)
- F81 - (...) riscar definitivamente da nossa vida política partidária esse ranço que têm alguns extremados, de encararem uns aos

- outros, **oposição** e Governo, como inimigos. (F2 - 18.09.79 - Brasília - Improviso frente a Maluf e bancada/SP, p.154)
- F82 - Prometi o pluripartidarismo, e ele está aí implantado, a despeito de todas as reações partidárias da **oposição**. (F3 - 19.06.80 - Cuiabá - Improviso - Políticos estaduais, p.146)
- F83 - Fiz apelos aos homens de **oposição** que parassem para pensar, que se juntassem a nós(...) (F2 - 24.11.79 - São Paulo, Turma Militar de 1937, p.244)

No recorte que abre a presente seção freqüentemente a **oposição** é vista sem paixão. É o que ocorre, por exemplo, em CB73, CS60, M56, M57, M58, G63, G64. Porém, mesmo quando é tratada genericamente e sua função reconhecida como essencial ao jogo democrático, é possível identificar restrições por parte do sujeito D1. Senão, vejamos. Em CB72, o sujeito do discurso entende que inicialmente "*a oposição deve conquistar o poder, para então, e somente então, ganhar o direito de governar o país*". Esta, sem dúvida, é uma transformação na concepção de **oposição** e no modo como esta deve atuar. Assim concebida, a **oposição** passa a exercer um papel de mero figurante para que o poder possa representar-se como democrático. Ressalte-se que, mesmo quando a **oposição** é reconhecida como fundamental, ela é cercada de críticas que, na prática, a desqualificam para o papel que o sistema teoricamente lhe destinou. É o que ocorre, por exemplo, em CS61 que constrói uma **oposição** atuante "*limitada apenas pela ausência de um corpo de idéias ou de um programa que lhe permita criticar os atos do governo e as posições do nosso Partido*". Ou seja: se a **oposição** possui um corpo de idéias próprio, é considerada contra-revolucionária. Ao mesmo tempo, sua atuação contida e discreta é interpretada como ausência de um programa próprio. Seria de esperar que uma prática revestida de civilidade a qualificasse como bem comportada, mas este não é o caso. Para finalizar, examinaremos mais uma seqüência. Em G65, embora o sujeito do discurso declare que a **oposição** é necessária, este inicia sua reflexão afirmando que a "*oposição, em si, não constitui dificuldade para o Governo*". A negação presente nesse enunciado indica que, ao contrário do que é afirmado, a **oposição**, ou pelo menos parte dela, na verdade oferece

problemas. (Cf. Sobre a heterogeneidade do discurso, Parte III, Cap. 2).

Dessa forma, OPOS3, ao contornar a visão maniqueísta própria dos dois primeiros níveis referenciais, indica com clareza que é difícil de atingir a pretendida neutralidade em D1, no que tange à oposição. Essa dificuldade mostra que, em um discurso autoritário, torna-se difícil representar o OUTRO quando este assume uma posição-sujeito contrária àquela assumida pelo sujeito do discurso. Dito em outras palavras: tanto o maniqueísmo entre OPOS1 e OPOS2 mostra aspectos que não interessa revelar, quanto a formulação genérica de OPOS3 torna-se difícil, pois admitir a existência da oposição - fato fundamental para o imaginário pretendidamente democrático de D1 - contrasta fortemente com a rejeição à contestação - função básica da oposição numa democracia. Nessa medida, a contradição instala-se no corpus em análise.

Face a tais dificuldades, há que analisar as outras representações do CONTRÁRIO no corpus em análise, as quais apresentam como ponto favorável o fato de não serem portadoras de sentidos historicamente cristalizados, como ocorre com oposição. Para proceder a esse exame, o recorte que lhe servirá de base levanta de forma abrangente as diferentes representações através das quais o CONTRÁRIO também é representado em D1.

CB75 - Decorre (...) da vossa força e da segurança da vitória dos vossos candidatos nos pleitos que se aproximam, o temor de todos os adversários da Revolução. (CB3 - 28.07.66 - RJ - Palácio das Laranjeiras - Presidentes dos Diretórios Regionais ARENA, p. 50)

CB76 - Quantos de vós não terão ouvido dizer, e mais do que isso, afirmarem os adversários da Revolução, como coisa certa e decidida, a não-realização do pleito que há dois dias, e de maneira tão expressiva, sagrou o Marechal Costa e Silva futuro Presidente da República? Nunca calaram as cassandras nacionais, anunciando, entre outras desgraças, a não-realização das eleições. (CB3 - 5.10.66 - Instituto Agrônomo, Campinas, p. 64)

CB77 - Vozes solertes se ergem hoje de setores corruptos e subversivos tentando envenenar o clima de confiança que deve reinar entre o Governo e os trabalhadores. (CB3 - 28.2.66 - Inauguração Siderúrgica Paulista, SP - 2º. Aniv. Revolução, p. 24)

- CS63 - Procuraram desmoralizar o Governo e procuraram desmoralizar-nos. Numa e noutra tarefa, escutastes vozes a levantar-se no púlpito, na tribuna, na cátedra, no Congresso, na Imprensa. Falaram em corrupção generalizada(...) (CS3 - 16.12.68 - RJ - Formatura Oficiais Escola Comando Estado Maior Exército - p.465-6)
- CS64 - (...) levamos até onde era possível levar o esforço para vencer, pela eficiência, a fúria revanchista que aos poucos dominava o Congresso e a todos ameaçava. (CS3 - 31.12.68 - Mensagem ao Povo, TV, p.482)
- CS65 - (...) passaram a organizar-se em todo o país os grupos que deveriam desencadear a contra-revolução. (CS3-15.03.69 - TV - Mensagem à Nação - 2º. Aniv. Governo, p.436)
- M59 - (...) Mas também me volto para os hostis, para os que só têm braços para a violência e boca para o vilipêndio, volto-me para os que cegaram os próprios olhos na obstinação de não querer ver e para os ressecados de todo o afeto. (M1 - 23.12.69 - TV - p.76)
- M60 - (...) os agentes da traição nacional reagruparam seu dispositivo de ataque às instituições democráticas do país (...) Fiquem, pois, os criminosos do terrorismo advertidos(...) (M2 - 31.3.70 - TV - 6º. Aniversário Revolução - p.89-91)
- M61 - (...) somente para os inimigos do regime, para os que lhe desejam a destruição, pode haver inconveniência (...) nos poderes outorgados pela Constituição (...) já que esses poderes são usados (...) exclusivamente em relação àqueles que, pondo-se fora da lei, se insurgem contra as instituições democráticas (...) (M3 - 30.10.70 - RJ - Palácio das Laranjeiras - TV - 1º. Aniversário de Governo - p.175)
- G66 - Não temo que a desejada eficiência a alcançar por meu Governo (...) possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos. (G1 - 15.1.79 - TV - Após decisão Colégio Eleitoral, p.24)
- G67 - Por traz delas [das campanhas reivindicadoras de indivíduos ou grupos] (...) divisa-se a permanente e estéril agitação de conhecidas minorias subversivas ou de já bem identificados beneficiários da subversão, os quais, por contestação esperam criar o clima de intranquilidade e desordem em que soem prosperar. (G1 - 29.08.74 - Pal. Alvorada - Dirigentes da ARENA, p.121)
- G68 - (...) não podemos admitir intromissão indevida em áreas de responsabilidade privativa do Governo, nem a crítica desabusada ou mentirosa, nem pressões descabidas. (G2 - 1.3.75 - Mensagem ao Congresso - Abertura Ano Legislativo, p.41)
- F84 - (...) Por uma sociedade pluralista - na qual os contrários convivam no respeito às leis e sob sua proteção. (F2 - 27.06.79 - Palácio do Planalto - Mensagem de Encaminhamento da Anistia - p.61)
- F85 - Eu chamei todos, pares e ímpares, da direita, do centro e até mesmo da esquerda, para comigo virem conversar sobre os problemas da Pátria e apresentar sugestões(...) (F4- 12.2.81 - MS, Improviso, p.81)
- F86 - E devo lembrar também aos companheiros, aqueles que ainda possam se sentir ressentidos pelo passado, que ninguém melhor que eu deu exemplo de esquecer agravos, de esquecer injustiças e de esquecer inverdades, para estender a mão a todos aqueles que queiram de fato pensar (...) na nossa pátria. (F2- 4.10.79 - Improviso - Itajubá, MG, p.176)

A partir do recorte precedente é possível inferir que o CONTRARIO é representado nos quatro primeiros domínios discursivos como adversário da Revolução (CB75), contra-revolucionário (CS65), inimigo do regime (M61), agente da traição nacional (M60), subversivo e corrupto (G66), agitador (CB), inimigo da democracia (CS), minoria contestante (G), detrator (G), etc. Ou seja, para o OUTRO, nesse discurso, só há duas possibilidades extremas de representação: a primeira apresenta um OUTRO que acata plenamente todas as decisões tomadas pela Revolução, condição necessária para ser enquadrado como cidadão; a segunda representa um OUTRO desprovido de qualquer traço positivo de caráter. Ele é, na melhor das hipóteses, um adversário da Revolução e um inimigo do regime. Porém, muito frequentemente, é caracterizado com traços que o tornam um ser frágil, apático, descrente, derrotista (G66), ressecado (M59) ou ainda um ser alarmista, através da representação metafórica de cassandras nacionais (CB76). Ou seja, a postura crítica, ao substituir a fê cega, acarreta a construção de um CONTRARIO desprovido de confiabilidade. Mas, se o adversário não se limita a descrever, torna-se hostil (M59), sua voz é solerte (CB77), sua crítica é desabusada (G68) e sua ação é subversiva (G68). Em suma, seja pela fraqueza, seja pela insolência, ou ainda pela violência, o CONTRARIO é representado como o *anti-cidadão*, isto é, como um ser cujas características o tornam incompatível para representar o *bom brasileiro responsável*. O CONTRARIO, nestas diversas representações, pode ser aproximado de BRAS2 e POVO4 que abrigam o mau brasileiro, identificando-se plenamente com OPOS2.

Faz-se necessário igualmente salientar que tais configurações do CONTRARIO, embora dotadas de referência, apresentam um elevado grau de generalização, daí decorrendo sua ambigüidade referencial, pois sempre é possível questionar sobre o referente dos "*já bem identificados beneficiários da subversão*" (G64). Seriam os

estudantes, os movimentos de guerrilha, os políticos, a imprensa paralela, os operários, a anistia internacional, ou ainda os brasileiros no exílio? Vale dizer que o CONTRÁRIO, assim concebido no imaginário desse discurso, não apenas é desacreditado e desqualificado enquanto cidadão, mas ainda permanece cercado de vaguidade, o que é essencial para caracterizar um segmento da sociedade tido em D1 como pouco expressivo, minoritário e perigoso. O tratamento genérico minimiza e desvaloriza o inimigo, ao mesmo tempo que possibilita traçar-lhe um perfil negativo que justifica o processo de exclusão que sofre: não é brasileiro e, por conseguinte, não é cidadão. Assim sendo, não pode ser coadjuvante no cenário político na qualidade de opositor. Tal concepção do CONTRÁRIO só altera-se no último domínio discursivo, onde, refletindo a conjuntura em que tal discurso foi produzido, este não só deixa de ser concebido como inimigo, como também passa a merecer um tratamento que não mais o coloca à margem da cidadania, chegando mesmo a ser interpelado como companheiro (F78), digno de dialogar com o sujeito de D1. Deve-se ressaltar que tal mudança de atitude discursiva corresponde à reintegração dos direitos à concepção de cidadão, já analisada anteriormente. Portanto, a representação lexical dos CONTRÁRIOS está em relação complementar com a noção de cidadania: quanto menos direitos, maior a hostilidade dirigida aos CONTRÁRIOS. À medida que a concepção de cidadão transforma-se, em Figueiredo, tal mudança reflete-se, de igual modo, sobre o tratamento discursivo que é dispensado à oposição. Outras correlações podem ser estabelecidas: a reintegração dos direitos à concepção de cidadão permite pensar o brasileiro como bom ou mau, sem que se faça necessário expurgar os maus brasileiros do convívio com a coletividade. Da mesma forma, a oposição pode ser entendida como boa (F78) ou má (F83), embora prevalesça a concepção genérica de oposição. Nesse contexto é possível "fazer apelos aos homens de oposição" (F83), compor com

"pares e ímpares" (F85) e conviver harmoniosamente com os contrários (F84).

Esta é a forma como os **contrários** são representados lexicalmente em D1. Veremos, a seguir, como ocorre a representação gramatical.

2.2.2- A representação gramatical do CONTRÁRIO

A representação gramatical do **CONTRÁRIO** também assume diferentes formas, tais como **pronomes indefinidos**, **clítico SE** bem como a **elipse formal do OUTRO**. Examinaremos estas diferentes modalidades a seguir.

A indefinição do CONTRÁRIO

Esta forma de representação do **OUTRO**, muito empregada no corpus em análise, resulta do preenchimento da posição estrutural na frase por um *pronome*, geralmente *indefinido*. Assim procedendo, o mesmo movimento que preenche a posição estrutural, no plano sintático, apaga o referente, no plano semântico, possibilitando que o **CONTRÁRIO** seja mencionado mas não identificado, inscrevendo-o, dessa forma, na modalidade da **indeterminação referencial**.

A representação do **CONTRÁRIO** indefinido assume diversas configurações gramaticais, conforme poderemos verificar globalmente através do recorte que segue.

- CB78 - O governo não poderá ter a compreensão daqueles que apeou do poder. (CB1 - 07.08.64 - Homenagem Governador Bahia, p.38)
- CB79 - (...) exigiu também do Governo firmeza diante da hostilidade de alguns e da má-fé de muitos .. (CB2 - 9.3.65 - Instituição do Conselho Nacional de Planejamento, p.75)
- CB80 - Houve quem dissesse, imaginando tisonar com uma suspeita a autenticidade democrática desta solenidade, que haveria aqui, não uma passagem de Governo, mas uma rendição de guarda(...) (CB4 - 15.3.67 - Transmissão Faixa Presidencial, p.90)
- CS66 - Estejam todos tranquilos. Todos os que nada devem. Os que não subvertem a ordem. Os que não se corrompem. Os que não prejudicam o povo (...) Os de boa-vontade. Os bons. Os patriotas. (CS3- 26.12.68 - Confraternização com Forças Armadas, p.478)
- CS67 - .. Os mesmos que reclamam agora contra pequenas restrições ditadas por exigências do momento, as quais não comprometem, aliás, nenhuma liberdade fundamental(...) (CS2 - 22.12.67 - Universidade Paranaíba - Parainfo Geral, p.296)

- CS68 - [O Governo] procurou apoio político e viu-se traído pelo impratriotismo de não poucos. (CS3 - 26.12.68 - Forças Armadas, p.477)
- M62 - Responderão (...) por seus atos (...) todos quantos investirem contra a nossa ordem social e jurídica(...) (M3 - 30.10.70 - RJ - Palácio Laranjeiras - TV - 1º Aniversário Governo, p.178)
- M63 - (...) As franquias que a ordem democrática em vigor estabelece só não existem (...) para aqueles que se empenham em destruí-la. (M4 - 26.2.70 - Palácio Alvorada - Entrevista Coletiva, p.9)
- M64 - Advirto que todo aquele que tentar contra a tranqüilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência. (M1 - 7.10.69 - Indicação à Presidência - TV - p.16)
- G69 - (...) [a doutrina revolucionária] visa ao aperfeiçoamento (...) das práticas democráticas adequando-as às características de nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país, a salvo porém de atentados, declarados ou solertes, por parte dos que, em nome da democracia liberal, só desejam destruí-la(...) (G1-19.03.74 - 1ª Reunião Ministerial, p.39)
- G70 - Haverá as críticas daqueles que querem mais (...) Haverá aqueles que querem menos, que terão receio que essas reformas façam com que o País retorne ao passado condenado. Mas esses se esquecem de que o nosso povo já amadureceu (...) Ainda há aqueles que querem que as emendas entrem em vigor imediatamente (...) Há finalmente, aqueles que não querem nunca(...) (G5 - 23.06.75 - Improviso - Pal. Planalto - Apresentação à ARENA do projeto de Reforma Política, p.275)
- G71 - Volto a exortar aos políticos e a quantos tenham contribuição a oferecer ao aperfeiçoamento das instituições, a que prestem o seu concurso(...) (G2 - 1.8.75 - Ação Governamental - TV, p.155)
- F87 - Não falta, entre nós, quem aja e reaja como se prevalecesse uma estranha doutrina. Como se a razão e a justiça estivessem, sempre, quase por definição, com a minoria(...) (F3 - 30.09.80 - Brasília - Inauguração sede FDS, p.258)
- F88 - Os que não têm convicções, mas caprichos, mudam de atitude na medida em que não vêem atendidas suas ambições(...) (F3 - 30.11.80 - Brasília - Convenção Nacional FDS, p.373)
- F89 - (...) Senti que este era o meu dever: estender as mãos àqueles que não acreditavam na minha pregação pelas praças públicas. (F2 - 29.8.79 - Batatais, SP, Improviso, p.114)

Examinando o recorte precedente, percebe-se que, em grande parte, o CONTRÁRIO é representado por pronomes indefinidos. Por vezes, estes cedem espaço a pronomes de outra natureza, tal como os pronomes demonstrativos. Mas ao ocorrerem desprovidos de sua função linguística de determinantes do nome, funcionam de modo equivalente ao dos pronomes indefinidos. Veja-se, por exemplo, CB78, CS66, M63, G69, F89. O mesmo ocorre com algumas formas gramaticais que

usualmente são pronominais, mas que podem desempenhar uma função substantiva, como sucede em CS67, CS68, por exemplo.

Comparando a *representação lexical* do CONTRÁRIO com sua *representação indefinida*, percebe-se que a primeira, apesar de ser dotada de referência, está carregada de vaguidade, enquanto a segunda inscreve-se na modalidade da indeterminação referencial, proporcionando a passagem de sua aparente determinação à indeterminação referencial explícita.

A indeterminação do CONTRÁRIO

O CONTRÁRIO no corpus em análise pode igualmente ser representado pelo pronome SE. Este procedimento será objeto de análise nessa seção.

- CB81 - Bem que se procura confundir a opinião pública, explorando as angústias momentâneas de certos setores do empresariado Brasileiro (...). (CB2 - 9.3.65 - Instalação Conselho Nacional de Planejamento, p. 81)
- CB82 - E, durante longo tempo, (...) o povo, enganado pela palavra e falsas promessas com que se tripudiava sobre sua ignorância, foi traído e roubado, justamente por aqueles que mais tinham o dever de defendê-lo. (CB1 - 5.5.64 - Homenagem Governador, Bahia, p. 26)
- CB83 - Após um ano de trabalho ininterrupto, podemos afirmar que a Nação está livre da agitação com que se buscava intimidar muitos, animar alguns e, principalmente, enganar o povo (...). (CB2 - 14.04.65 - TV - 1º. Aniversário Revolução, p. 26)
- CS69 - Sei como se tentou e se continuará tentando associar os inconciliáveis - inflação e prosperidade - dissociar os que só conseguem marchar juntos - desenvolvimento e educação. (CS2 - 15.03.67 - Pal. Planalto - Faixa Presidencial, p. 176)
- CS70 - É difícil admitir que se não abrigue, sob a capa mal composta de pretextos libertários, o anseio incontínente de reconquista dos Poderes do Estado. (CS2 - 22.12.67 - Paraninfo Geral-Universidade Paranaíba, p. 296)
- CS71 - Pela intriga, pela promoção de discórdia e pela injustiça na apreciação dos atos governamentais, pretende-se mudar o Ministério (...). (CS3-05.04.68 - RJ, Vila Militar - 1º. Exército - Aniv. Batalha Tuiuti, p. 391)
- M65 - Na base, soprava-se a neurose de um reformismo que (...) não sabia o que reformar (...), enquanto alguns segmentos da opinião popular se deixavam seduzir pelo chamamento para aventuras políticas (...). (M2 - 10.03.70 - ESG - Aula Inaugural, p. 62)
- M66 - (...) E se alguma confiança me é dada pela Nação, e por este momento de História, que se comece confiando nos homens em que confio. (M1 - 27.10.69 - TV - Formação do Ministério, p. 24)
- M67 - Sou dos que não têm indispensável destruir os mundos existentes para construir o mundo que sonhamos. E sei que isso

seria colocar na mesma ode o que tanto se errou e que de bom se fez. (M1-20.11.69-Convencão ARENA, p.47)

- G72 - (...) Muito se tem publicado e discutido sobre "distensão", atribuindo-se ao Governo (...) intenções, objetivos, avanços, recuos, etc. (G2 - 1.8.75 - TV - Ação Governamental, p.150)
- G73 - Procura-se difundir a idéia de que o país vive num clima de agitação e inquietação. (G5 - 14.10.75 - Pal. Alvorada - Improviso - Encaminhamento Emenda Constitucional 11, p.423)
- G74 - Os militares (...) souberam aguardar (...) manifestações inconfundíveis da vontade popular, para que não se lhe imputassem desvarios de prepotência, nem ilegítimas ambições de poder. (G1 - 31.3.74 - TV - 10º Aniversário Revolução, p.63)
- F90 - (...) O Brasil continuará uma democracia cristã (...) a despeito de quaisquer agitações que se possam fazer(...) (F1-21.08.78-Araçatuba, SP - Representantes ARENA, p.84)
- F91 - A legitimidade da eleição indireta é incontestável (...) Nada se alegou contra a regra onde se determinava que desse pleito sairiam os integrantes do órgão político a quem caberia eleger, por via indireta, o Presidente. (F8 - 16.04.84 - Pal.Planalto - TV - p.81)
- F92 - Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. (F8 - 31.3.84 - Pal.Planalto - TV - 20º Aniversário Revolução, p.46)

Examinando o recorte precedente, percebe-se que, no corpus em análise, o OUTRO é representado através do clítico SE que exerce a função sintática de pronome apassivador. Trata-se, portanto, de construções passivas pronominais.

Deve-se ressaltar, de início, que ocorrem igualmente construções em que o SE exerce a função de pronome indeterminante; no entanto, tais ocorrências são pouco frequentes, limitadas apenas ao discurso de Médici, e não acrescentam nenhum efeito de sentido diverso, razão pela qual não as analisaremos.

O clítico SE já foi examinado no âmbito da teoria sintática no capítulo que trata das representações que o sujeito do discurso assume no corpus em análise. Naquele capítulo, analisamos seu funcionamento lingüístico e discursivo para embasar o tratamento de quarta-pessoa discursiva pronominal que lá ele assume. Por essa razão, retomaremos sumariamente nessa seção as conclusões já registradas anteriormente.

Naquela etapa, partimos da análise das passivas pronominais realizada por Nunes (1990), sobretudo quando apresentam o verbo e o argumento interno no singular. Em tais circunstâncias, estas construções "podem ser a superficialização de estruturas com *SE* apassivador ou indeterminador" (NUNES, 1990, p.129). Ao final das análises que produzimos naquela seção, salientamos que *SE* - seja ele a marca da indeterminação da posição-sujeito, seja ele apassivador - no discurso, produz um efeito de sentido único: o de indeterminador do agente.

O recorte examinado naquele capítulo caracteriza-se por apresentar o seguinte traço: o agente indeterminado por *SE* coincide com o sujeito do discurso, de modo que a indeterminação do sujeito temático projeta-se sobre o sujeito do discurso, mobilizando a quarta-pessoa discursiva pronominal. Ou seja: o sujeito do discurso aí representa-se por *SE*, o que não deve ser confundido com uma terceira pessoa ou a não-pessoa (BENVENISTE, 1966), externa à interlocução discursiva, mas como a quarta-pessoa discursiva que preenche a posição reservada ao locutor. Trata-se da configuração mais fortemente indeterminada do sujeito do discurso.

Na presente seção, examinaremos novamente o clítico *SE*, não em seu funcionamento linguístico, que permanece o mesmo, mas em seu funcionamento discursivo pois, ao incidir sobre o *OUTRO*, não mais mobiliza a quarta-pessoa discursiva pronominal. Ao longo desta seção, trataremos de determinar a *função discursiva* que desempenha neste caso. Para tanto, procederemos a uma análise contrastiva entre seu funcionamento enquanto quarta-pessoa discursiva e o funcionamento discursivo de que trata a presente seção.

Para facilitar nossa reflexão, designaremos o *SE* que institui a quarta-pessoa discursiva de *SE1* e de *SE2* aquele que instaura a indeterminação do *OUTRO*.

SE1 indetermina o sujeito temático das construções examinadas, o qual coincide com o sujeito do discurso em análise, enquanto *SE2*

indetermina o sujeito temático das construções examinadas, coincidindo com o OUTRO dissidente do corpus estudado.

SE1, ao identificar-se com o sujeito do discurso pode ser aproximado da figura enunciativa do locutor, aquele que pode dizer EU. Ou seja, ele remete para aquele que produz o discurso. Trata-se, portanto, de um *SE inclusivo*, enquanto SE2, ao apontar o OUTRO, pode ser comparado à figura enunciativa do interlocutor, o TU, a quem o discurso destina-se. Portanto, pode-se afirmar que nem o sujeito do discurso nem o locutor estão contemplados por SE2, constituindo-se este, sob este ponto de vista, em um *SE excludente*.

SE1, ao unir sujeito temático e sujeito do discurso, institui a *quarta-pessoa discursiva pronominal*. Ou seja: esta é a configuração que, sob a aparência de terceira pessoa singular, remete para aquele que produz o discurso. Já SE2, através da terceira pessoa singular, reúne sujeito temático e destinatário do discurso, instituindo a *terceira-pessoa discursiva*.

Da mesma forma que SE1 diverge da não-pessoa de Benveniste, SE2 também dela difere, pois tal representação não remete para a exterioridade interlocutiva. Bem ao contrário. Através de SE2, sob o aspecto de uma terceira pessoa singular, encontra-se, de fato, o destinatário do sujeito do discurso. Vale dizer: SE2 é uma das representações que TU pode assumir na interlocução discursiva do corpus em análise. Trata-se, por conseguinte, de uma *terceira-pessoa discursiva* interpelada pelo sujeito do discurso e a partir da qual este sujeito institui sua interlocução. Assim procedendo, o sujeito do discurso dirige-se ao outro *indeterminado*, enquanto simula a ele referir-se. (Tais aspectos serão retomados sob o enfoque da *interlocução discursiva*, no quarto capítulo desta Parte II).

SE1, por seu traço inclusivo, permite formular o que pode e deve ser dito no âmbito da formação discursiva que afeta o sujeito do discurso. Tais formulações, ao terem a posição-sujeito preenchida pela *quarta-pessoa discursiva pronominal*, facultam que a enunciação

assuma um caráter estritamente impessoal. Trata-se de uma voz indeterminada, de natureza institucional. SE2, por sua vez, por ser excludente, possibilita ao sujeito de D1 construir formulações não compatíveis com FD1, sem que estas lhe sejam imputadas. Através de SE2, indetermina-se o agente de ações atribuídas ao adversário. Ou seja, a indeterminação, através da terceira-pessoa discursiva, opacifica o CONTRÁRIO, visando a minimizá-lo e reduzir a credibilidade de suas formulações.

Nesse momento de nossa reflexão, desejamos referir o trabalho de Serrani (1986), onde a autora analisa o SE e mostra o seu funcionamento discursivo como indeterminador do agente, relacionando-o com o locutor e o interlocutor. Acreditamos, entretanto, poder afirmar que, apesar destas semelhanças, diferenças podem ser constatadas, dentre as quais destacamos inicialmente a natureza dos *corpora* das duas análises: enquanto o corpus de Serrani é constituído de cartas que estabelecem relações interpessoais entre interlocutores conhecidos, instaurando a interlocução na esfera privada, nosso corpus é constituído de discursos oficiais dos presidentes da IIIª República Brasileira, instituindo tanto interlocutores conhecidos, como interpelando destinatários pouco visíveis, em uma interlocução que se produz na esfera pública. Tal diversidade aponta para diferentes condições de produção e de recepção de tais discursos, bem como diferentes propósitos das analistas envolvidas. Enquanto Serrani examina o fenômeno da indeterminação, procurando ultrapassar "os limites impostos pela observação estrita de sua função referencial" (Serrani, 1986, p.118), para examiná-lo em uma perspectiva pragmático-discursiva, em nosso trabalho, ao analisarmos os funcionamentos lingüístico e discursivo do clítico SE, nosso propósito é o de aprofundar o exame de seu funcionamento lingüístico para apurar sua relação com o efeito de indeterminação da referência do agente, no plano discursivo.

Por fim, é preciso salientar mais um aspecto: a análise de Nunes(1990) pressupõe construções transitivas em que o verbo e o argumento interno encontram-se no singular. Já salientamos anteriormente que o efeito de sentido do clítico SE - seja ele indeterminador ou apassivador no plano sintático - é sempre o de indeterminador do agente, no plano discursivo. Devemos observar que quando tais construções envolvem SE2, o verbo e seu argumento interno tanto podem estar no singular, como o quer Nunes, ou no plural, pois seu efeito discursivo será sempre o de indeterminador do agente. Senão, vejamos: em G74 - "... para que não se lhe imputassem desvarios de prepotência ..." - e em F90 - "... a despeito de quaisquer agitações que se possam fazer". Nestas duas seqüências pode-se identificar, através do verbo e o argumento interno no plural, que SE aí exerce a função de apassivador. No entanto, percebe-se que seu efeito discursivo continua sendo o de indeterminador do agente, ficando apagado discursivamente quem imputaria desvarios aos militares, bem como quem fazia tais agitações. Tais apagamentos são o resultado da indeterminação referencial instaurada por SE2, presente nas duas seqüências. Dessa forma, pode-se estabelecer mais uma diferença entre SE1 e SE2: SE1, incidindo sobre o sujeito do discurso, implica estar o verbo necessariamente no singular, enquanto SE2, por incidir sobre o OUTRO, pode apresentar o verbo no singular ou no plural. No discurso em análise, SE2 seguido de verbo no singular representa um OUTRO do tipo adversário ou oposição, por exemplo. Já SE2, seguido de verbo no plural, representa um OUTRO coletivo, tal como os adversário, os inimigos, os subversivos, os corruptos.

A elisão do CONTRÁRIO

A representação elíptica do CONTRÁRIO não se apresenta isoladamente no corpus em análise, mas sempre em relação complementar às representações indefinida e indeterminada do OUTRO, pelo menos na

maior parte das ocorrências registradas. Ou seja, o OUTRO é representado, em dado momento, de modo indefinido ou indeterminado e, raramente, de forma lexical, estando as demais representações da mesma formulação, anteriores ou subseqüentes, realizadas na modalidade elíptica em que a posição estrutural não é preenchida lexicalmente. O que equivale a dizer que esta é uma forma mais enérgica de apagamento, pois a indeterminação referencial, garantida pela representação gramatical, é reforçada pela elipse que a forma sofre.

Tal procedimento não é dos mais empregados no discurso em análise, fazendo-se saliente sobretudo no discurso de Costa e Silva. Em vista disso, limitar-nos-emos a recortar algumas seqüências para examinar globalmente a elipse do OUTRO. Assinalaremos formalmente a ocorrência de elipse pelo preenchimento do espaço do elemento elidido por [O].

- CB84 - (...) de início, [a Revolução] ainda precisou se sobrepor à campanha dos que, principalmente fora do país, buscavam deformar-lhe a imagem. Do mesmo modo que, no plano interno - graças à liberdade de expressão sempre respeitada - [O] manipulavam as insólitas variações com o objetivo de criar na opinião pública intoleráveis suspeitas quanto ao comportamento do governo em relação aos demais altos interesses do país. (CB1 - 14.12.64 - RJ, Assembléia Legislativa, p.84)
- CS72 - (...) Usando de todos os ardis, conseguindo, inclusive, infiltrar-se dentro daquilo que a Nação tem de mais caro (...) - a mocidade - [O] intentam fazer voltar tudo quanto a Revolução redentora de março de 1964 tem procurado banir. (CS3-2.10.68-QG II Exército, SP, p.413)
- CS73 - O governo tentou o caminho da tolerância e recebeu (...) a intolerância [O]. Experimentou a magnanimidade e passou por fraco. Procurou apoio político e viu-se traído pelo impatriotismo de não poucos. (CS3- 26.12.68 - Confraternização com Forças Armadas, p.477)
- CS74 - (...) o Mundo se apresenta numa agitação (...) porque [O] conseguiram lançar sementes naquilo de mais caro que existe para uma Nação, que é sua juventude, [O] distorceram os princípios, procurando corrompê-la pela mentira (...) Esta Revolução continua e continuará dentro de seus princípios fundamentais. Não pensem os inimigos da República, que se manifestam de quando em quando como inimigos da Revolução, que ela vai parar (...) [O] Falam mal do Governo, e [O] devem falar, porque o Governo não transige, não corrompe e não aceita corrupção. (CS3 - 14.04.68-Improviso - QG III Exército, P. Alegre, p.405-6)
- G75 - Examinemos as mistificações (...) : Tudo que o Governo está realizando no quadro social e que todos reconhecem que é muito, [O] dizem que é do programa da Oposição (...) Não é o que [O] espalham? (...) [O] Levantam também o problema

- salarial. Diz a oposição (...) [O] Falam muito em "distensão", [O] falam muito em "aventuras" (...) (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improviso - Visita Comissão Executiva Nacional e Dirigentes Diretório Regionais ARENA, p. 229 - 36)
- G76 - Eu não aceito esta balela que [O] querem nos impingir: a luta de classes. Somos uma classe única. Aqui não há patrão inimigo do empregado, empregado inimigo do patrão. Isso é um jargão que vem da Europa, no Brasil não há isso. E para resolver divergências temos a Justiça do Trabalho, que é a melhor do mundo. Mas tenham confiança. Não em mim, mas no Governo, no Legislativo, no Judiciário (...) (G3 - 17.02.76 - Improviso - BH, Pal. Liberdade - Frente a Prefeitos de MG, p. 14)
- G77 - Não podemos aceitar, no entanto, sem natural desconfiança, a postura de quem, dizendo-se campeão de um cristalino e indefectível "Estado de Direito", reclama e defende-se todo quando alguém de sua grei é chamado ao tribunal para ser regularmente julgado no foro competente, por alegada transgressão a preceito legal (...) E como admitirem-se argumentações mistificadoras [O] (...) que pretendam apresentar como cruamente antidemocráticos, institutos e práticas como eleições indiretas (...) (G4 - 1.12.77 - Pal. Alvorada, Dirigentes ARENA, p. 346)
- F93 - (...) Não tendo mais do que duvidar, agora [O] perguntaram se os eleitos serão impossados. (F5 - 28.04.82 - Improviso - Guaíba, RS, p. 122)

A partir do recorte discursivo precedente, verifica-se que a elipse do CONTRÁRIO consiste em apresentar a posição-sujeito não preenchida, o que a gramática tradicional designa por sujeito indeterminado.

Observando mais de perto alguns destes recortes, percebe-se que o OUTRO dissidente é representado inicialmente de modo indefinido, tal como sucede com CB84 (dos) e G77 (quem), por exemplo. Esta forma de representação dilui a referência do OUTRO ao mesmo tempo que preenche a posição estrutural correspondente. Posteriormente, quando o OUTRO é apagado gramaticalmente, as relações cotextuais⁵ permitem que essa elipse seja preenchida pela mesma forma empregada para indefinir o CONTRÁRIO. Ou seja, o referente está apagado mas é possível reconstituí-lo de modo implícito⁶. No entanto, em nível

5 Entendemos por contexto ou relações cotextuais as relações não lineares que se estabelecem entre os diferentes enunciados do texto. Tais relações "vão além das relações anafóricas entre sentenças e das relações de correferência entre proposições. Elas reconstroem a coerência e a coesão dos textos como um macro-sistema gramatical que habilita... o leitor para descobrir a significância dessas macro-unidades... O contexto funciona aqui como contexto de decodificação" (PABRGT, 1984, p. 40) (O grifo é nosso)

6 Entendemos que a referência está implicitada quando o referente que lhe dá representação lexical está elidido, mas pode ser recuperado através do contexto. Ou seja, através das relações cotextuais é possível preencher essa elipse.

discursivo, tal implicitação é responsável pelo efeito de indeterminação mais marcado que aí se instaura. Esse efeito de diluição é igualmente obtido em seqüências do tipo CS73, que iniciam pela representação elíptica do OUTRO para, ao final, o representarem de modo indefinido.

Uma variação deste último recurso é obtida pela associação da representação elíptica do CONTRÁRIO à sua representação lexical. É o que ocorre, por exemplo, em CS74 e G75. Tais seqüências iniciam pela representação elíptica do OUTRO, passam à representação lexical - inimigos da República, inimigos da Revolução, em CS74, oposição, em G75 - e terminam pelo retorno à representação elíptica. Assim procedendo, a elipse que precede e segue a representação lexical neutraliza fortemente a referência genérica que a representação lexical introduz, enfraquecendo-a sobremodo. Contribui para tal diluição o fato de tais representações estarem associadas e distribuídas pelo fio discursivo.

O grau de diluição da referência do OUTRO fica mais forte ainda quando sua representação elíptica associa-se a sua representação através do clítico SE, tal como ocorre em CS72. O OUTRO encontra-se duplamente indeterminado, nessa seqüência, resultando daí uma referência extremamente embaçada. A comparação do grau crescente de diluição que as *representação indefinida e indeterminada* proporcionam parece indicar a existência de uma fronteira entre a **indeterminação gramatical e discursiva**: *a representação indefinida do OUTRO promove a primeira, enquanto sua representação indeterminada instaura a segunda.*

Se tal diferença parece mais sugerida do que confirmada até aqui, a ocorrência, mesmo que rara, da representação elíptica do OUTRO não associada a nenhuma das duas outras modalidades, reforça tal interpretação, como podemos apreciar em G76 e F93. A elipse do OUTRO nestas duas seqüências não pode ser preenchida pelo cotexto, tal como ocorre nas seqüências anteriormente examinadas, ficando pois sua

referência indeterminada discursivamente. Apenas as *relações contextuais*⁷ são capazes de prover *hipóteses* para um possível preenchimento dessa elipse. Dito em outras palavras: a indeterminação gramatical pode ser explicitada pelo contexto, embora não o seja obrigatoriamente. Quando este não dispõe de elementos para preencher uma lacuna textual, encontramos-nos face a uma **indeterminação discursiva**.

Das diferentes modalidades de representação gramatical do **CONTRÁRIO** aqui examinadas, depreende-se que elas trabalham num grau crescente de indeterminação, indo de sua simples indefinição até sua indeterminação, passando por um processo de implicitação.

Deve-se salientar que as análises anteriores apontam, de fato, para modalidades diferentes que a língua põe à disposição do sujeito do discurso a partir das quais se instauram funcionamentos discursivos diversos. Como já vimos anteriormente, a indeterminação em nosso corpus pode introduzir dois funcionamentos diversos que apontam ambos para a incompletude da linguagem. A indeterminação pode ser lingüística ou discursiva. A primeira apresenta a posição estrutural preenchida, atingindo apenas o domínio semântico, ao instaurar a indeterminação referencial. Ela pode ainda ocorrer a partir de uma elipse cuja lacuna pode ser preenchida através do contexto, introduzindo a modalidade enunciativa da implicitação. Esta elipse é de natureza lingüística. O segundo tipo de indeterminação se faz igualmente a partir de uma elipse, mas neste caso o apagamento que ela promove é definitivo, ao nível do contexto. Não sendo possível proceder ao seu preenchimento, ela introduz uma **elipse discursiva** e seu efeito de sentido é o que designamos de **indeterminação discursiva**⁸.

⁷ Entendemos por *relações contextuais*, as relações que o discurso estabelece com sua exterioridade. Trata-se de relações extra-textuais.

⁸ As noções de *elipse discursiva*, *indeterminação discursiva* e *implicitação* foram por nós formuladas anteriormente no artigo "*A quantificação na análise do discurso: quantidade equivale a qualidade?*", publicado em 1990, pela revista *Delta*, volume 1.

Considerações finais em torno da construção do outro

Ao longo deste capítulo, examinamos a construção do OUTRO no discurso em análise e constatamos não só a variedade de sua representação como também a multiplicidade de suas configurações, resultando daí um OUTRO fragmentado, difuso e disperso.

Por outro lado, embora dispersas, as representações lexicais **cidadão**, **brasileiros** e **povo** constroem uma rede invisível de relações de onde sobressai a complementaridade entre **cidadão** e **povo**; o primeiro prima por seu apagamento discursivo, o segundo destaca-se como o mais freqüente em todos os domínios discursivos do corpus em análise. Tal fato será objeto de reflexão nestas considerações finais.

Inicialmente, cabe salientar que tanto **cidadão** como **povo** são portadores de sentidos historicamente construídos no discurso da Revolução Francesa. Assim, torna-se difícil dissociar o **cidadão** de seus direitos cívicos. Por conseguinte, essa representação é apagada no espaço discursivo em análise. Ao mesmo tempo, **povo**, na memória social, evoca massas populares clamando por liberdade, em apoio às forças da Revolução Francesa. Logo, se o sentido histórico de **cidadão** não convém ao domínio de saber do discurso em análise, o sentido histórico de **povo** ajusta-se perfeitamente ao processo semântico do discurso presidencial. Desse modo, a representação do outro como **povo** traz a idéia de apoio total e irrestrito à "Revolução" de 64. Assim, **cidadão** cede lugar a **povo**, e tal representação reforça a imagem de presidente democrático que o sujeito do discurso pretende projetar no imaginário social.

Esse jogo ilusório do discurso democrático, entretanto, tem sua contrapartida na representação do outro enquanto **contrário**. E, dentre as diferentes formas de representação mobilizadas, destacamos a representação em **SE** - a terceira pessoa discursiva - que se vincula à imagem do presidente autoritário, que não tolera discordância. Desse modo, o dissidente sequer é contemplado com o simulacro de

reversibilidade. Nesse caso, a interlocução é estancada: para não parecer dirigir o discurso ao outro dissidente, o sujeito do discurso simula dele falar.

Deve-se destacar que a terceira-pessoa discursiva encontra seu correlato na quarta-pessoa discursiva: nesse caso, o sujeito do discurso, que se representa como o outro, dirige-se ao Outro, simulando a ele referir-se.

Em suma, nesse espaço discursivo não só o sujeito é objeto de dispersão. Também o OUTRO é assim construído. Se a dispersão do sujeito funciona para opacificar sua figura sólo, a dispersão do OUTRO produz aí uma outra opacidade: enquanto o sujeito desse discurso nega, em sua enunciação, a diferença de classes, seu discurso reinstaura, pelo viés da fragmentação do OUTRO, tais diferenças, que não são exclusivamente de classe, mas que também o são. É assim que as diferentes configurações do OUTRO apontam para *revolucionários, não-revolucionários, contra-revolucionários, classes trabalhadoras, sociedade civil organizada, classes produtoras*, dentre outros estratos da sociedade. Desse modo, o que a palavra nega é repostado pelo viés do trabalho discursivo que constrói a fragmentação e a dispersão do OUTRO.

3- A CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DISCURSIVO

Iniciando a reflexão

Ao longo dos capítulos precedentes, trabalhamos com as formas de representação do sujeito de D1 e com as formas de representação que este faz do OUTRO. Tais análises indicam que esse discurso caracteriza-se por dois traços que lhe são peculiares, a saber: *seus interlocutores são sociais, e sua prática discursiva está ancorada na esfera pública, seja ela institucional ou não, podendo ser compartilhada de modo partitivo ou coletivo. É nesta esfera pública de interlocução que se instaura o que passamos a designar de cenário discursivo.*

É preciso igualmente salientar que o *cenário discursivo* não se confunde com o *lugar enunciativo*, pois, enquanto este último remete para um *lugar privativo* do locutor e do sujeito do discurso, o *cenário discursivo* deve ser *suficientemente amplo* para abrigar os *dois pólos da interlocução discursiva*, ambos ancorados na esfera pública.

No corpus em análise, o *cenário discursivo* é representado por três itens lexicais - País, Nação e Pátria. Tais formas de representação têm condições de abrigar tanto o sujeito do discurso, quanto o OUTRO, construindo a esfera pública onde interagem os interlocutores sociais desse discurso.

Dada a natureza do corpus em análise, a construção do *cenário discursivo*, pelo viés desses três itens lexicais, é compatível com os discursos presidenciais que o constituem - trata-se do presidente dirigindo-se aos seus governados dentro do cenário que tal relação institui. Numa primeira abordagem, pode parecer que estes três itens sobrepõem-se semanticamente. As análises que seguem mostrarão que este não é o caso, pois cada um deles representa aspectos específicos do *cenário discursivo*, de tal modo que este se constrói através das relações sistêmicas que estes itens lexicais estabelecem entre si. Deve-se observar, entretanto, que sua carga semântica não se define apenas por tais relações. Ela deriva também das relações que o sujeito do discurso estabelece com o OUTRO. Em função disso, pode-se adiantar que País e Nação são muito frequentes nesse universo discursivo, enquanto Pátria reduz-se a algumas raras ocorrências. Os efeitos de sentido que daí decorrem serão analisados neste capítulo. A pequena frequência de Pátria foi determinante para iniciar a análise do *cenário discursivo* através desse item lexical.

PÁTRIA como representação do cenário discursivo

Procuraremos, na presente seção, formular hipóteses explicativas para a fraca ocorrência desse item lexical em D1, bem como verificar

o efeito de sentido que sua presença produz no discurso em análise. Vejamos o recorte que se segue.

- CB85 - É tempo dos brasileiros, com as raras qualidades de trabalho e de inteligência que possuem, levantarem os alicerces de um Governo, que será integralmente honrado e exclusivamente voltado para os interesses da Pátria, uma Nação em condições de se tornar das mais prósperas dos tempos modernos. (CB1 - 21.04.64 - Ouro Preto, p.21)
- CB86 - À vista do que se fez, cada cidadão melhor compreenderá a razão dos sacrifícios reclamados pelo Governo, e certamente sentir-se-á orgulhoso de contribuir para a edificação de uma grande Pátria. (CB2 - 11.11.65 - RJ - Assembléia Legislativa, p.45)
- CB84 - Não quis, nem usei o poder como instrumento de prepotência (...). Usei-o para advertir a Nação contra a demagogia (...). E se não me foi penoso fazê-lo, pois jamais é penoso cumprirmos o nosso dever, a verdade é que nunca faltaram os que insistem em preferir sacrificar a segurança do futuro em troca de efêmeras vantagens do presente, bem como os que põem as ambições pessoais acima dos interesses da Pátria. (CB4-14.3.67 - Pal. Planalto-Despedida dos Ministros de Estado, p.84-5)
- CS75 - Assim compreendo e recebo esta homenagem, porque vejo nela o sentido de relacionar a missão dos que zelam pela História Pátria, preservando-lhe a autenticidade, com a dos detentores eventuais dos seus destinos, aos quais incumbe o dever de defendê-los sem perder de vista, no preparo do futuro, as linhas mestras da vocação e dos legítimos anseios do Povo, identificados pelo estudo do seu passado, vale dizer das suas tradições. (CS2 - 25.08.67 - Título Presidente Honorário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p.249)
- CS76 - São as Forças Armadas de um povo que adora a liberdade e que repele o arbítrio e a violência. São as Forças Armadas de um povo que odeia os preconceitos e os privilégios, que ama a Deus e sua Pátria, mas que preza, sobretudo, a sua maneira de ser e de viver absolutamente autênticas (...) (CS3 - 02.10.68 - GG II Exército, SP, p.414)
- CS77 - É sempre confortador para um chefe, que foi convocado pela Pátria para prestar serviços de outra natureza, o convívio com seus camaradas de armas. (CS3 - 2.10.68 - GG II Exército, SP, p.413)
- M68 - (...) que a ARENA não seja um lugar de contenda, antes um campo de discussão e, sempre, o chão de gladiar em favor dos interesses da Pátria e do Povo. (M1 - 20.11.69 - Convenção ARENA, p.47)
- M69 - (...) e senti que, naquela hora e em todo o Brasil, aqueles olhos e aquela emoção rezaram o mesmo credo de homens da mesma Pátria. (M3 - 7.9.90 - RJ, Palácio das Laranjeiras - "Programa de Integração Social, p.97)
- M70 - (...) o amor à pátria que entendemos é feito mais no fundo da gente, amor à pátria que é propósito, que é atitude e é constância; amor à pátria que é determinação e coragem de promover esta terra e este povo. (M3 - 7.9.90 - RJ, Pal. Laranjeiras - "Programa de Integração Social", p.99)
- G78 - (...) impõe-se-lhes apaziguar divergências, somar dedicacões, premiar esforços, combater o desânimo que (...) contagia (...), injetar o intusiasmo sadio que empolga e estimula as virtudes cívicas, para uma arregimentação partidária

- consciente de seus deveres de fidelidade à agremiação de um superior devotamento aos interesses supremos da Pátria. (G2 - 20.2.75 - Pal. Planalto- Saudação aos Governadores Eleitos, p. 8)
- G79 - (...) Prosseguiremos (...) na certeza de que estamos construindo o futuro grandioso de nossa Pátria e assegurando o bem-estar do nosso povo. (G2 - 31.3.75 - Congresso Nacional - 11º. Aniversário da Revolução - "Programa da ARENA", p. 54)
- G80 - (...) este alento que eu hoje colho aqui ainda é maior por sabê-los integrados no dever profissional. Por saber que (...) estão os senhores empenhados no cumprimento do dever, como verdadeiros soldados da Pátria. (G3 - 31.3.75 - Improviso - RJ, Vila Militar - 12º. Aniversário Revolução, p. 49)
- F94 - Quero perdoar inclusive àqueles que momentaneamente se esqueceram dos deveres para com a Pátria. (F2- 23.08.79 - Improviso Frente ao Prefeito de Batatais, SP, p. 115)
- F95 - (...) Não podíamos deixar nossa Pátria entregue à subversão, à demagogia, ao ódio entre irmãos, à desconfiança, à luta de classes. (F3 - 31.3.80 - Pal. Planalto - 16º. Aniversário da Revolução, p. 39)
- F96 - (...) o povo já está cansado de questiúnculas políticas, de rivalidades que nada trazem para o futuro da Pátria. (F4 - 12.3.81 - MS, Improviso, p. 89)

Dado que o item lexical pátria, originado do homônimo latino patria, não é registrado em dicionários de política e de ciências sociais, recorreremos ao dicionário AURÉLIO. De suas várias acepções, destacamos (1) país onde nascemos, terra natal; (2) terra dos pais; (3) lugar de origem, berço. Tais sentidos já estão cristalizados no latim, onde a forma adjetiva - patrius, patria, patrium - oferece certa relação formal com pater, patris, pai, que se distingue de genitor, genitoris, aquele que gera. Pátria não remete para a carga genética e sim para o valor afetivo de origem, berço, filiação. Ou seja: Pátria, a terra dos antepassados, é a mãe de todos que nela nascem e que, com ela, estabelecem uma relação afetiva e filial. Essa relação metafórico-familiar estende-se àqueles que têm a Pátria em comum, identificando-se como filhos da mesma Pátria, ligados entre si por laços fraternos.

Examinando o recorte precedente, verifica-se que algumas de suas seqüências apresentam esses traços, bem como seus desdobramentos. É o que ocorre em CS76, M70 (amar a Pátria); CS75 (convocado pela Pátria), M68 (gladiar pelos interesses da Pátria); M69 (credo de

homens da mesma Pátria); G78 (devotamento aos interesses supremos da Pátria). Vê-se que amar a Pátria implica defendê-la, sacrificar-se por ela e irmanar-se aos seus demais filhos. Ou seja, o sentido cristalizado de Pátria parece adequar-se ao discurso em análise. Por essa razão, buscamos investigar o que teria determinado sua tão inexpressiva frequência em D1. Para tentar melhor responder a esta questão, é preciso retomar mais uma vez o recorte precedente ou, mais especificamente, as seqüências CB87, F94, F95. Elas contêm, a nosso ver, possivelmente a resposta à pergunta que formulamos acima. Vejamos inicialmente CB87. Vê-se aí que se há quem esteja disposto a sacrificar-se pela Pátria, também há quem coloque as "*ambições pessoais acima dos interesses da Pátria*", "*sacrificando a segurança do futuro*", ou seja, os interesses da Pátria estão vinculados aos *deveres cívicos*, enquanto os *direitos individuais* são reinterpretados como *ambições pessoais*. Pode-se afirmar que a dicotomia anteriormente constatada entre os direitos e deveres do cidadão está vinculada ao processo semântico que Pátria instaura. Pode-se mesmo ir além nessa relação. Cidadão é aquele que exerce seus deveres de bem servir aos interesses supremos da Pátria, por ela sacrificando-se e servindo-a acima de quaisquer interesses pessoais. Tal efeito torna-se ainda mais evidente em F95: Ser cidadão é defender a pátria contra seus inimigos internos que a querem submissa "*à subversão*", "*à luta de classes*". Ou seja, aqueles que deveriam amar-se fraternalmente em seu amor comum à Pátria voltam-se uns contra os outros, em uma luta fratricida contra inimigos internos. De um lado, aqueles que cumprem seus deveres como "*verdadeiros soldados da Pátria* (G80); de outro, aqueles que lutam por seus interesses, "*esquecendo-se dos deveres para com a Pátria*" (F94). Ou seja - *patriotas* contra *traidores*.

Como já vimos anteriormente, é no domínio discursivo do Presidente Figueiredo que, em função da conjuntura nacional, a dicotomia entre direitos e deveres cívicos desaparece discursivamente. Isto pode ser constatado em F94, onde "*aqueles que*

esqueceram dos deveres para com a Pátria" são "perdoados". E, assim, o elo fraternal é restabelecido pelo ritual do perdão. As análises precedentes parecem capazes de responder ao nosso questionamento anterior. Se, por um lado, Pátria parece representar com adequação o cenário discursivo desse corpus, por estar vinculada ao amor patriótico do filho que está pronto a servi-la a qualquer momento, por outro lado, este sentimento filial acarreta o vínculo de amor fraterno entre compatriotas, o qual é rompido pela luta fratricida. Dado que o amor à Pátria em D1 implica defendê-la contra seus próprios irmãos, Pátria deixa de representar adequadamente o cenário discursivo desse corpus. Por essa razão, sua frequência não é expressiva. Acrescente-se a isto o efeito de sentido que sua ocorrência produz. Pátria continua a congregar como seus filhos aqueles que fizeram a "Revolução" e apóiam a tomada do poder pelos militares, pois entre eles o sentimento fraterno persiste, não havendo luta entre irmãos. É o que se pode constatar nas seqüências CS76, CS77, M68, M69, G80, por exemplo. Provavelmente tais fatos justificam, igualmente, a tendência em transformar seu efeito de sentido, como é possível verificar em CB85, CB86, G79 e F96. Nestas quatro últimas seqüências, constata-se que Pátria nelas assume o efeito de "*País em construção*", numa alusão ao enunciado discursivo presente nesse corpus em nome do qual se justificam os sacrifícios presentes em troca de um "*futuro grandioso*".

Enquanto Pátria remete à *terra natal*, esta representação refere um espaço público existente. Mas, ao referi-la como um espaço por ser construído, esta representação remete para algo que ainda não existe. Ou seja, uma Pátria inexistente descontrói a fraternidade entre seus co-cidadãos. Por conseguinte, estes podem lutar entre si sem incorrer em fratricídio. Assim, o apagamento do cidadão traz como consequência o abandono do item lexical Pátria como representação do cenário discursivo em D1. Ver-se-á, pela seqüência, que Nação supre, em parte, as funções semânticas de Pátria.

NAÇÃO como representação do CENÁRIO DISCURSIVO

Inicialmente, deve-se salientar que **Nação** é, de longe, o item lexical de maior frequência na representação do cenário discursivo desse discurso. Em função disso, entendemos necessária uma consulta a dicionários especializados.

Em primeiro lugar, consultamos a International Encyclopedia of the Social Sciences (Sills, 1968) e constatamos que **Nação** transformou-se em um conceito político nuclear dos dias atuais. Originalmente, **Nação** designava (1) "um grupo de pessoas nascidas no mesmo lugar". Atualmente, (2) "nação é sinônimo de Estado ou de seus habitantes", (3) também denotando um "grupo humano unido por solidariedade comum", cujos membros "colocam a lealdade ao grupo acima de quaisquer lealdades conflitantes".

Já o Dicionário de Política (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1986) informa que, no século XIX, Giuseppe Mazzini emprega **nação** para "significar a fusão necessária entre **nação** e Estado". Após a emergência do "*fenômeno nacional*" no continente europeu, "o sentimento de pertença à própria nação adquiriu posição preponderante sobre qualquer outro sentimento de pertença territorial (regional), religiosa ou política". Prepondera "a superior referência à Nação". Ainda segundo este dicionário, o conteúdo semântico de **nação** é muito confuso e sua ambigüidade impossibilita uma aplicação unívoca no dicionário político. Eis algumas das acepções que aí estão arroladas:

- (1) grupo de pessoas unidas por laços naturais e externos que constituem a base necessária à organização do poder sob a forma de Estado Nacional.

Os autores comentam que esta noção é ambígua por ser difícil definir a natureza de tais laços ou identificar critérios para delimitar as diferentes individualidades nacionais. Observam ainda que "laços naturais" soam como "raça".

- (2) "pessoa coletiva", "organismo com vida própria, diferente da vida dos indivíduos que a compõem". Tais "pessoas coletivas" possuiriam em comum língua, costumes, território, religião, vontade de viver juntos;
- (3) "nação como ideologia" - esta concepção implica a identificação de um "comportamento nacional". Nação neste caso é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de felicidade que a idéia de nação suscita e mantém. Para Albertini, Nação seria "a ideologia do Estado burocrático centralizado".

Encerrando esta consulta a dicionários, examinamos o verbete **Nação** no AURÉRIO, de onde destacamos: (1) agrupamento de seres geralmente fixos num território, ligados por origem, tradição, costumes, cultura, interesses e aspirações; (2) País; (3) o povo de um território organizado politicamente sob um único governo; (4) pessoa jurídica formada pelo conjunto de indivíduos regidos pela mesma constituição, diferente destes indivíduos, e titular de soberania; (5) Terra natal; pátria.

Devemos acrescentar ainda que **Nação** vem do latim *natio*, significando (1) nascimento; (2) ninhada, raça, espécie; (3) nação, povo, indivíduos nascidos num mesmo lugar.

Etimologicamente, pois, **Pátria** e **Nação** distinguem-se. Enquanto em **Pátria** destaca-se o traço telúrico - terra dos antepassados- em **Nação** salienta-se a origem biológica - o nascimento. A intersecção entre ambos é facultada pelo traço origem que possuem em comum: origem familiar em **Pátria** e gentílica, em **Nação**. Tais diferenças, ao atenuarem-se, salientam apenas a semelhança sobre a qual repousa o uso de **nação** por **Pátria** no discurso em análise, conforme veremos a seguir.

Vejamos como se constrói o sentido de **NAÇÃO** em nosso corpus, examinando a grade referencial 9.

NACÃO EM DI

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO;	CORRELATOS
NACÃO1	esfera pública constituída pelos "revolucionários"	POVO1/ BRAS1
NACÃO2	esfera pública expurgada dos "maus" Brasileiros	BRAS3
NACÃO3	esfera pública constituída pelos não-revolucionários	POVO4
NACÃO4	esfera pública de investimento afetivo	PATRIA
NACÃO5	esfera pública concebida como pessoa jurídica	PAISI

GRADE REFERENCIAL 9

Observando a grade referencial 9, percebe-se que o cenário discursivo, quando representado por Nação, implica, quase sempre, a forte consideração do povo que a constitui, remetendo assim às duas primeiras acepções da Enciclopédia e do Dicionário de Política. É o que ocorre nos três primeiros níveis referenciais. O que os distingue, entretanto, é sua maior ou menor abrangência. Salientamos também que apenas o primeiro e o quinto níveis referenciais registram-se em toda a extensão do corpus em análise, sendo que o primeiro apresenta-se de modo saliente, o mesmo não ocorrendo com os demais, conforme veremos a seguir.

NACÃO1- esfera pública constituída pelos "revolucionários"

NACÃO1 representa, neste corpus, a esfera pública de interlocução do sujeito de Di com os "revolucionários", com aqueles que apoiaram o movimento de Março e dão sustentação ao Regime Militar. NACÃO1 é, pois um correlato de POVO1 e de BRAS1, dentro do complexo cenário discursivo em análise.

CB88 - (...) A Nação preferiu a verdade à ilusão das mentiras demagógicas, o progresso às humilhações com um virtual colonialismo, a inabalável vontade de trabalhar e construir à morfina dos empréstimos malbaratados. (CB1 - 14.12.64 - RJ, Assembléia Legislativa, p.89)

- CB89 - (...) a **Nação** (...) se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão .. a **Nação**, de pé, a reivindicar sua liberdade (...) (CB1-15.04.64- Congresso Nacional, p.13)
- CB90 - (...) Na realidade, por todos os demais estados vimos se mobilizarem ativos núcleos de resistência que de maneira inequívoca demonstraram que o País não estava disposto a aderir aos que desejavam suprimir a liberdade. Era a **Nação** consciente a reclamar o direito de continuar a conduzir seu próprio destino. (CB2 - 31.03.65 - BH - Pal.Liberdade, p.22)
- CS78 - A **Nação** toda é testemunha das ofensas e das provocações irresponsáveis, já intoleráveis, que lhe são freqüentemente dirigidas pelos que parecem ignorar que elas [as Forças Armadas] constituem (...) a garantia maior do regime de liberdade em que vivemos(...) (CS3 - 2.10.68 - GG II Exército SP, p.414)
- CS79 - Deus e a **Nação** são testemunhas de que tudo fiz para manter em linha de marcha o processo evolutivo da Revolução de 1964. (CS3 - 31.12.68 - Agência Nacional, TV, p.480)
- CS80 - (...) A1 da Revolução que não conseguir a sua estabilização jurídica, pois a si mesma não terá logrado impor uma disciplina e não chegará a merecer o respeito e a confiança da **Nação**. (CS3 - 9.12.68 - Paraninfo Engenharia de Operações, PUC/RJ, p.457)
- M71 - Recebo a indicação de meu nome para a Presidência da República, consciente da responsabilidade excepcional dessa missão que me foi imposta pelo consenso das Forças Armadas e tornada irrecusável pelo confiante acolhimento da **Nação**. (M1 - 7.10.69 - Indicação à Presidência, TV, p.9)
- M72 - (...) E se alguma confiança me é dada pela **Nação** e por este momento de História, que se comece confiando nos homens em que confio. (M1 - 27.10.69 - TV - Formação Ministério, p.24)
- M73 - E a **Nação** também se lembra de que foi chamar os seus soldados nos quartéis para dizer o "basta" e o "fora" ao cinismo e à insensatez, à audácia e à anarquia, à desonestidade, ao despudor, ao desgoverno, à desagregação. (M2 - 31.3.70 - TV - 6º. Aniversário da Revolução, p.87)
- G81 - (...) Confio (...) que [as Forças Armadas] prosseguirão a trabalhar unidas, em comunhão com o povo de que se originam, imunes à insidiosa infiltração subversiva(...) E, principalmente, que continuarão a atuar, sem facciosismo, em permanente benefício da **Nação**. G2 - 22.10.75 - Ministros do Exército, Oficiais Gerais das Forças Armadas, p.301)
- G82 - (...) Espero que o povo me apóie e me compreenda e saiba que essas medidas - de caráter excepcional, mas inteiramente legais - são feitas e adotadas no interesse geral da **Nação** brasileira. (G4 - 1.4.77 - Recesso Congresso Nacional, TV, p.83)
- G83 - As modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e correspondam incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da **Nação**, interessada, sobretudo em que se não quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo (...) (G1 - 15.09.73 - Convenção Nacional ARENA, p.17)
- F97 - Agora, a **Nação**, na plenitude da ordem constitucional, toma consciência da necessidade de se aperfeiçoarem as estruturas sociais (...) (F2 - 27.06.79 - Pal.Planalto - Mensagem Anistia, p.62)

- F98 - A "Nação em armas" deu conseqüência prática aos apelos vindos de todo o Brasil. (F3 - 31.3.80 - Pal.Planalto - 16º. Aniversário Revolução, p.40)
- F99 - No momento em que entramos na fase mais acesa da luta pré-eleitoral, não é demais lembrar que a Nação, como ficou demonstrado em 31 de março de 1964, quer a tranqüilidade da ordem, exige a conciliação da liberdade com a segurança, repudia as maquinações da esquerda radical e está disposta a defender, intransigentemente, a cidadela da democracia liberal (...). (F7 - 31.3.83 - Pal.Planalto - TV - 18º. Aniv. Revolução, p.47)

Examinando o recorte precedente, percebe-se que, ao representar o cenário discursivo através de **NAÇÃO1**, seu significado deriva da concepção cristalizada que concebe *nação* como "um agrupamento de seres ligados por uma origem territorial, cultural e lingüística comum". Este significado cristalizado, entretanto, altera-se significativamente no corpus em análise, não mais constituindo-se em um uso coletivo. Nesse discurso, **NAÇÃO1** remete ao conjunto de seres ligados por uma origem territorial, cultural, lingüística e ideológica que os mobilizou no passado, quando organizaram-se para derrubar o governo anterior, solicitando e apoiando a ação das Forças Armadas, bem como pela sustentação política aos governos "revolucionários" que se sucederam. Trata-se, pois, de um partitivo do qual estão excluídos os demais indivíduos de mesma origem territorial, cultural e lingüística mas que se distinguem ideologicamente. Não se trata da "nação como ideologia" que identifica um "comportamento nacional", mas do comportamento de um grupo que se constrói discursivamente como nacional. Ou seja: **NAÇÃO** é o cenário discursivo de **POVO1**, que "está organizado politicamente sob um único governo", com o qual se identifica ideologicamente. Vale dizer: **POVO1** constitui-se em **NAÇÃO1** sob o Governo militar. Entre os indivíduos que se reconhecem como pares em **POVO1** desenvolve-se o sentimento de *nacionalidade* e de *identidade ideológica*, para os quais o governo é legítimo. O mesmo movimento que constrói tal identidade processa a exclusão daqueles que não se identificam ideologicamente. Dessa forma, pode-se relacionar o uso saliente de **NAÇÃO1** à pequena

frequência de *Pátria* e de *cidadão*. Tais fatos estão vinculados ao mesmo processo de exclusão e à mesma construção de identidade nacional.

Saliente-se, outrossim, que uma tal concepção de **NAÇÃO** reveste-se fortemente de *dinâmica*, de *ação* - traços característicos de *povo* e não de *Pátria*. Senão vejamos: a *Nação prefere* (CB88); *se levanta, reivindica* (CB89); *testemunha* (CS78); *lembra e chama* (M73); *tem vontade* (G83); *toma consciência* (F97), *toma em armas* (F98); *quer tranqüillidade, exige conciliação, repudia maquinações* (F99). Ou seja, com exceção do domínio discursivo de Geisel, onde a *Nação* é o alvo de tais ações, nos demais domínios discursivos **NAÇÃO1** é agente. Tal traço distingue fortemente essa forma de representação do cenário discursivo do efeito que *Pátria* produz, pois esta última geralmente é paciente do amor, da devoção e do sacrifício de seus filhos, enquanto através de **NAÇÃO1**, **POVO1** é o agente. Ou seja: **POVO1** e *esfera pública* superpõem-se em **NAÇÃO1**, enquanto distinguem-se em *Pátria*.

NAÇÃO1 relaciona na esfera pública os dois pólos interlocutivos que se identificam ideologicamente - o sujeito do discurso e o **OUTRO**: ambos revolucionários. Por essa razão, este nível referencial é, de longe, o de mais alta frequência neste corpus, constituindo-se seu cenário discursivo essencial.

NAÇÃO2 - esfera pública expurgada dos maus brasileiros

Preliminarmente, pode-se avançar que esse segundo nível referencial não é universal no corpus em análise, pois dele não se registram ocorrências em Costa e Silva e, em Geisel, há apenas duas seqüências em que **NAÇÃO2** foi constatada, como veremos a seguir.

CB91 - Para combater o perigo comunista, não se pode vestir a **Nação** com a camisa de força do nazismo maltratando os brasileiros (...). (CB2 - 10.10.65 - GG III Divisão Cavalaria, Bagé, RS, p. 272)

CB92 - Afastamo-nos (...) do mau vezo de ignorarmos o conjunto, o que vale dizer, a **Nação** em sua totalidade(...) (CB1 - 31.12.64 - TV, p. 45)

CB93 - O governo revolucionário não busca defender o interesse nacional: vai ampliá-lo. E o Presidente da República está perfeitamente seguro da política econômica da qual é o fiador

perante a **Nação**. (CB1 - 14.12.64 - RJ, Assembléia Legislativa, p. 88)

- M74 - (...) os agentes da traição nacional procuram, ainda, atrair a **Nação** para uma nova - e, no fundo - a mesma armadilha. (M2 - 31.3.70 - TV - 6o. Aniversário Revolução, p. 90)
- M75 - No princípio de seu caminho, todo novo presidente pretende dizer-se, desde logo, Presidente de uma **Nação** inteira (...) Meu amor à verdade (...) não me permite assim me afirmar de pronto. (M1 - 20.11.69 - Convenção ARENA, p. 45)
- M76 - Sempre que falo à **Nação**, busco convocar todas as consciências para o grande esforço de realização do objetivo fundamental de meu Governo. (M3 - 1.5.70 - TV, p. 37)
- G84 - Pareceu-me oportuno trazer à **Nação** informações essenciais atualizadas, relativamente à ação governamental (...) (G2 - 1.8.75 TV - Ação Governamental, p. 139)
- G85 - Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a **Nação** - o país e o povo que todos merecem. (G1 - 15.09.73 - Convenção Nacional ARENA, p. 9)
- F100 - (...) Na batalha ingente pelo desenvolvimento integrado do País, terá de estar toda a **Nação** voltada sempre para a valorização do Homem (...) **Nação** - e não apenas Governo. (F1 - 9.04.78 - Congresso - Indicação pela ARENA à Presidência, p. 5)
- F101 - E quem sabe, como já aconteceu muitas vezes, que a razão não esteja do outro lado? E quem sabe se não é possível encontrar um denominador comum para as aspirações de uma parte e de outra, e que sirva melhor à **Nação** do que os seus interesses partidários? (F2 - 18.09.79 - Brasília - Improviso Frente a Maluf e bancada paulista PDS, p. 154)
- F102 - (...) Fizemos o que a **Nação** clamava, no tempo presente e em condições extremas que não podem ser julgadas com a leviandade dos que, usando parâmetros de hoje, tentam reescrever a História, estabelecendo uma inaceitável dicotomia da **Nação** brasileira com suas Forças Armadas. (F7-7.12.83-Brasília- Encontro com Forças Armadas, p. 206)

Iniciaremos nossa reflexão através de uma comparação entre **NAÇÃO1** e **NAÇÃO2**. Como verificamos anteriormente, **NAÇÃO1** caracteriza-se por sua dinamicidade, ou seja, **NAÇÃO1** age, atua, enquanto **NAÇÃO2**, embora constituída pelo mesmo segmento de povo, caracteriza-se por sua passividade: *veste-se a nação* (CB91); *é-se fiador perante a Nação*; *a Nação é atraída* (M74); *fala-se à Nação* (M76); *serve-se a Nação* (F101). **NAÇÃO1** representa a "pessoa coletiva" como agente, enquanto **NAÇÃO2** constrói a "pessoa coletiva" como alvo das ações. **NAÇÃO1** está, pois, em relação complementar com **NAÇÃO2** na construção do cenário discursivo de D1.

NAÇÃO2, tal como **NAÇÃO1**, constrói o efeito de sentido de *totalidade*, de "pessoa coletiva". Desejamos salientar, entretanto,

que este é um uso partitivo à medida que determinados segmentos de povo estão excluídos deste cenário discursivo. Observemos esse efeito de "pessoa coletiva". Em CB92 o sujeito de D1 propõe considerar a **Nação** em seu "*conjunto*", em sua *totalidade*. M76 também produz um efeito semelhante: "*sempre que falo à Nação, busco convocar todas as consciências...*". Em G85, igualmente, lê-se que "*ossos deveres são todos com a Nação - o país e o povo que tudo merecem...*". Ou, ainda em F100 - "terá de estar toda a *Nação* voltada sempre para a valorização do Homem...".

Como é possível constatar, aparentemente a **Nação** como um todo é invocada para constituir o cenário discursivo de interlocução. No entanto, um exame mais detido desse recorte mostra que esse efeito de "pessoa coletiva" pode ser reinterpretado como um partitivo, já que essa representação da esfera pública envolve parte do povo - aquela que apoiou a Revolução e que dá sustentação ao Governo. Ou seja, trata-se do todo expurgado da parcela dos "maus" brasileiros, contrários à Revolução. É essa parcela de "bons brasileiros" que é construída como "pessoa coletiva" em **NACÃO2** e é interpelada para compor junto com o sujeito o cenário discursivo.

NACÃO3-esfera pública constituída pelos não-revolucionários

Esse terceiro nível referencial não é universal no corpus em análise, dele registrando-se poucas ocorrências no domínio discursivo de Figueiredo, constituindo-se em um indício discursivo bastante expressivo da transformação da conjuntura política em que governou o último presidente do ciclo militar. Tal transformação ilumina melhor os níveis referenciais partitivos anteriormente examinados, como veremos a seguir.

F103 - Igualmente falso é apresentar a eleição indireta como impecilho para efetuar as transformações que a **Nação** deseja. (F8- 16.04.84 - TV - Pal. Planalto, p. 82)

F104 - Manterei, pois, a eleição indireta para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada para tranquilidade da **Nação** e atende a exigências

Há apenas estas duas ocorrências de **NAÇÃO3**. Na forma adjetival, entretanto, ocorre em mais uma seqüência, apresentando um efeito de sentido similar, como veremos a seguir.

F105 - Estou encaminhando ao Congresso Nacional Mensagem propondo a restauração do processo de eleição direta no país. É um gesto e, mais de que isto, uma medida concreta destinada a conciliar a *vontade nacional* e a difícil realidade dos problemas institucionais que tivemos de enfrentar (...) (F8 - 16.04.84 - Pal. Planalto - Reunião com Ministros - Encaminhamento Emenda Constitucional, p.76)

Chama de imediato a atenção o fato de que as três seqüências acima pertencem todas a um mesmo período - 31.03 a 16.04 de 84. Ou seja, as três ocorrências de **NAÇÃO3** são registradas nas manifestações presidenciais dessas duas semanas, quando discutia-se vivamente a natureza das eleições presidenciais a realizarem-se naquele mesmo ano. O Governo, apoiado por **POVO1**, defendia eleições indiretas, enquanto a sociedade civil, constituída por **POVO4**, organizava, juntamente com as oposições, grandes manifestações de massa, exigindo eleições diretas para presidente. Não é de estranhar, pois, que este nível referencial seja muito pouco freqüente em nosso corpus. Mesmo no domínio discursivo de Figueiredo, é rara essa forma de representação da esfera pública. No entanto, sua presença é muito significativa pois, por contraste, ilumina melhor as diferentes parcelas de povo que o cenário discursivo representado por **NAÇÃO1**, **NAÇÃO2** e **NAÇÃO3** abriga. Fica claro, igualmente, que, embora o clamor da *vontade nacional*, representada em **NAÇÃO3** seja intenso, esta não é atendida com a urgência desejada. Posterga-se para o futuro o anseio de **NAÇÃO3**, constituindo-se este terceiro nível referencial em "uma pessoa coletiva" cuja identidade ideológica diverge do sujeito de D1. Trata-se de um uso partitivo que inclui a parcela de "maus brasileiros" anteriormente expurgada de **NAÇÃO2**. Esta é a esfera pública do adversário, reconhecido discursivamente pelo sujeito do discurso ao

tematizá-lo, mesmo que de modo tão pouco expressivo, em seu discurso. Desse modo, **NAÇÃO3** constrói o cenário discursivo de interpelação dos contrários.

NAÇÃO4 - esfera pública de investimento afetivo

Este nível referencial de **NAÇÃO** pode ser entendido como **Pátria** e, como tal, igualmente pouco freqüente no corpus em análise, como veremos a partir do recorte que se segue.

- CB94 - Alguns se opõem por terem participado do descalabro de uma ruínosa administração, outros por haverem visto bem de perto como se furtava e traía uma **Nação**. (CB1 - 7.8.64 - Homenagem Governador Bahia, p.37)
- CS81 - (...) tomamos a decisão de ser uma **Nação** livre e de viver em democracia. (CS - 7.04.68 - 60º Aniversário Associação Brasileira de Imprensa, p.380)
- CS82 - A Revolução teve profundas origens populares, num grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela **Nação** com a solidariedade de todas as classes sociais, de todos os democratas e o apoio unânime e decisivo das Forças Armadas. (CS2 - 3.10.66 - Congresso Nacional, Após Eleição, p.167-8)
- CS83 - A **Nação** ainda reclama sacrifícios de seus filhos, na luta antiinflacionária, sempre penosa, que não pode frutificar em curto prazo (...) (CS2 - 1.5.67 - TV - Mensagem dirigida à **Nação** e Lida pelo Ministro Jarbas Passarinho, p.216)
- M77 - Há 45 anos sirvo ao Exército e a ele, somente a ele e à **Nação**, consagrei todo o meu preparo profissional. (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.9)
- G86 - É dever das gerações mais velhas recordar aos que não viveram tão aziados tempos (...) a agonia da **Nação** que parecia já ferida de morte. (G1 - 31.3.74 - TV - 10o. Aniversário Revolução, p.61)
- G87 - Convém recordar que a Revolução de 1964 foi, em seu início, um movimento impetuoso de repúdio, pela maioria esmagadora do povo, às práticas subversivas e corruptas que conjugadas - (...) ameaçavam a **Nação** da derrocada e do caos. (G2 - Encerramento VI Convenção Nacional ARENA, p.173)
- G88 - (...) nunca mais permitamos que o sopro da insânia e da violência subversiva, dividindo tragicamente a **Nação**, nos leve às portas da falência e da ruína(...) (G1 - 31.3.74- TV - 10º. Aniversário Revolução, p.65)

Uma primeira observação nos recortes precedentes já é bastante esclarecedora: **NAÇÃO4** é bastante rara no corpus em análise. Ou seja: mesmo deslocando o investimento afetivo de **Pátria** para **Nação**, ainda parece desconfortável essa configuração da esfera pública de Di.

Da mesma forma que Pátria exige sacrifícios de seus filhos, **NAÇÃO4** também o faz. É o que constatamos em CS82 - "lutar por Deus e pela Nação", vale dizer, pela Pátria; CS83 - "A Nação", vale dizer a Pátria, "reclama sacrifícios de seus filhos". Assim como a Pátria pode ser traída, a Nação também corre esse risco: CB94 - "se furtava e traía uma Nação", ou seja, a Pátria; G87 - "ameaçavam a Nação", isto é, a Pátria "da derrocada e do caos". A noção de liberdade está igualmente vinculada à Pátria. Em CS81 - "ser uma Nação livre", ou seja uma Pátria livre. A Pátria pode ser ferida. Tal propriedade é deslocada para Nação em G86 - "a agonia da Nação", isto é, da Pátria "que parecia já ferida de morte". É à Pátria que os soldados se dedicam e em M77 lê-se que "sirvo ao Exército e a ele, somente a ele e à Nação", isto é, à Pátria, "consagrei todo o meu preparo profissional".

Parece lícito, pois, afirmar que para **NAÇÃO4** deslocam-se os valores afetivos próprios de Pátria, estabelecendo-se entre estas duas formas de representação do cenário discursivo uma relação complementar. Saliente-se que Pátria, embora pouco freqüente, ocorre em todos os domínios discursivos do presente corpus, o mesmo não ocorrendo com **NAÇÃO4**.

NAÇÃO5 - esfera pública concebida como pessoa jurídica

A representação do cenário discursivo através de **NAÇÃO5** enfatiza o efeito de sentido de Estado, aproximando-se da concepção de país, de sua riqueza, organização e desenvolvimento.

Embora não seja muito saliente em D1, **NAÇÃO5** faz-se presente em todo corpus em análise.

CB95 - (...) cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta pátria privilegiada. (CB1 - 15.04.64 - Congresso nacional - Posse, p.14)

CB96 - (...) É tempo dos brasileiros, com as raras qualidades de trabalho e de inteligência que possuem, levantarem os alicerces de um Governo que será integralmente honrado e exclusivamente voltado para os interesses da Pátria, uma Nação

- em condições de se tornar das mais prósperas dos tempos modernos. (CB1 - 21.04.64 - Ouro Preto, MG, p.21)
- CB97 - E hoje já são poucos os que ainda se aferram em negar o acerto das medidas que as circunstâncias nos impuseram para que a **Nação** não fosse dissolvida pela inflação. (CB2 - 14.4.65 - TV - 10. Aniversário Revolução, p.27)
- CS84 - (...) Nenhum homem fez jamais um governo. Nenhum governo faz uma **Nação**. O que faz uma **Nação** é o povo. (CS2 - 16.3.67 - Pal. Planalto - 1ª. Reunião Ministerial, p.178)
- CS85 - Alertaram o País contra um militarismo inexistente e culparam os militares pelas dificuldades da **Nação**. (CS3 - 16.12.68 - RJ, Formatura Oficiais Escola Comando Estado Maior Exército, p.466)
- CS86 - Diante de uma Guerra Revolucionária em marcha acelerada com episódios que estão na lembrança de todos: atentados terroristas; exploração de justos anseios e da pureza da mocidade; infiltração nos diferentes setores da **Nação** (...) (CS3 - 26.12.68 - Forças Armadas, p.477)
- M78 - Sei o que sente e pensa o povo (...) com reação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma **Nação** desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático(...) (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.9)
- M79 - (...) Diz-me a sensibilidade que este é um sinal de que desponta e se fortalece a vontade coletiva, estado de espírito indispensável ao desenvolvimento de uma **Nação**. (M3 - 7.9.70 - RJ, Pal. Laranjeiras - "Programa Integração Social", p.100)
- M80 - Presidente, Ministros, Deputados, noutros primeiros de maio já distantes, todos cortejavam o trabalhador, oferecendo-lhe o que a **Nação** não tinha e não podia dar. (M3 - 1.5.70 - TV - p.37)
- G89 - (...) voltado [o MDE] agora (...) para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande **nação** que nosso povo merece - livre, poderosa e rica (...) (G1 - 30.12.74 - TV - p.189)
- G90 - E a **Nação**, fiel sempre a quaisquer compromissos voluntariamente assumidos na esfera internacional, dá-se bem conta de suas responsabilidades acrescidas no contexto mundial - e nunca as defraudará. (G1 - 15.3.74 - Pal. Planalto - Posse, p.28)
- G91 - O desenvolvimento da **Nação** - econômico, político e social - visa ao homem inserido em sua família nacional (...) (G1 - 4.7.74 - Posse do 1º. Ministro Previdência e Assistência Social, p.93)
- F106 - A maior **nação** do continente de fé católica considera imprescindível uma democracia cristã, escudada contra aqueles elementos que .. querem nos impingir uma democracia fantoche(...) (F1 - 21.08.78 - São José do Rio Preto, SP, Concentração ARENA, p.84)
- F107 - Não há de ser a alternância de nomes que vai trazer os dólares de que precisamos para normalizar economicamente a **Nação**. (F4 - 19.04.81 - BH - Improvise - Classes política e empresarial, p.157)
- F108 - Querem encontrar culpados para as dificuldades por que passa a **Nação**, que busquem aqueles responsáveis como eu. (F3 - 29.8.80 - Improvise - Uberlândia, MG, p.228)

Cumpra salientar, de imediato, que **NAÇÃO5** não apaga aqueles que nela vivem e que a constituem, mas enfatiza a pessoa jurídica. De modo que **NAÇÃO5**, embora pouco freqüente, constrói o efeito de sentido de **ESTADO**, identificando-se estreitamente com a esfera pública que aí está sendo representada. Da mesma forma, **NAÇÃO5** distingue pelo menos dois modos distintos de perceber o cenário discursivo. Ora este é dado como existente, ora é projetado para o futuro. CB97, CS85, M78, G90, F106 são seqüências em que o cenário discursivo, ao ser representado por **NAÇÃO5**, constrói um país cujo passado e presente são analisados. Já em CB96, G89 e F107, por exemplo, **NAÇÃO5** projeta o país para o futuro, transformando-o em um cenário discursivo inexistente no presente. Este efeito transforma-o em um objeto de desejo do imaginário do sujeito, fazendo-se necessário muito esforço, dedicação e sacrifício para que o utópico "país do futuro" seja uma possibilidade no amanhã.

Encerrando a análise de nação

Contrastando os cinco primeiros níveis referenciais de **NAÇÃO**, percebe-se com mais clareza as relações de força que se estabelecem no cenário discursivo examinado: enquanto **NAÇÃO1** apóia o Governo, em **NAÇÃO3** este é contestado e é **NAÇÃO2** que trabalha para tornar possível a idealização constituída em **NAÇÃO5**. Assim, os brasileiros terão orgulho de seu país e dele poderão tratar em **NAÇÃO4**.

Tais diferenças, entretanto, neutralizam-se por estarem todas relacionadas a um mesmo item lexical. Esse efeito torna **NAÇÃO** o cenário discursivo ideal para abrigar os interlocutores revolucionários, enquanto simula abranger indiferenciadamente todos o que possuem a mesma identidade nacional. Acrescente-se a isto o fato de **NAÇÃO** ser a representação mais freqüente do cenário discursivo deste corpus. Todos estes fatos contribuem para que **NAÇÃO** torne-se o substituto ideal de **PÁTRIA** no discurso presidencial em análise.

PAIS como representação do cenário discursivo

PAIS concorre fortemente com NAÇÃO na representação do cenário discursivo do corpus em análise, sem, contudo, a ele sobrepor-se, pois, enquanto Nação representa a esfera pública, enfatizando sobretudo aqueles que a compõem, País põe em relevo a própria esfera pública em seus diferentes aspectos.

Dado que este item lexical não consta na Enciclopédia de Ciências Sociais, nem no Dicionário de Política, consultamos o Vocabulário Jurídico (Deplácido e Silva, 1973). A primeira informação que dele retiramos remete à etimologia desse vocábulo: origina-se do latim *pagensis*, *pagus*, chegando ao português através do Francês, *pays*. O Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Cunha, 1989) indica que *pays* derivou-se da forma *page(n)sis*, pertencente ao baixo latim. No Dicionário Latino-Português (Faria, 1956), constatamos que *pagus*, inicialmente *estaca*, significa (1) território rural limitado por estacas; (2) aldeia, povoação.

De volta ao Vocabulário Jurídico, anotamos que (1) *país*, por sua origem, traz o sentido de *terra* ou *região*, sendo equivalente à *Nação*, sempre trazendo consigo a idéia de *lugar* ou *território*; (2) mesmo quando aplicado ao *Estado*, têm-se a idéia do *território* em que o mesmo mantém a jurisdição.

Para complementar nossa consulta, destacamos do AURÉLIO (1) *região*, *terra*, *território*; (2) *território* habitado por uma coletividade, constituindo uma realidade histórica e geográfica, com designação própria; *nação*; (3) *pátria*, *terra*.

A luz desses dados, descrevemos, na grade referencial 10, o sentido de PAIS em nosso corpus.

PAIS EM DI

NIVEL	DESCRIÇÃO DO REFERENTE DISCURSIVO	CORRELATOS
PAIS1	a territorialização étnica	PÁTRIA NAÇÃO1 NAÇÃO5
PAIS2	o indivíduo geográfico, com fronteiras	NAÇÃO5
PAIS3	organização política	POVO1 NAÇÃO1 NAÇÃO1
PAIS4	organização econômica	BRASI POVO1

GRADE REFERENCIAL 10

Examinando a grade referencial 10, percebe-se que o cenário discursivo, quando representado pelo item lexical PAIS, abstrai o povo que o constitui para salientar diferentes aspectos de sua organização, assumindo, de certa forma, o efeito de sentido de ESTADO. Por esta razão, decidimos examinar esse item lexical. Para tanto, consultamos a tese "*Ensaio sobre o problema do Estado*" (Maltez, 1991). Nela, o autor faz um breve histórico da referência deste item lexical, mostrando que começou por ser polis, na antiga Grécia, e civitas, em Roma. Posteriormente, tornou-se imperium para, na Idade Média, reconfigurar-se como regnum. As "constituições procuram verbalmente aprisionar, conceitualmente nacionalizar e juridicamente normativizar" o Estado moderno. (Maltez, op.cit, V.1, p.43-4). Neste sentido, acrescenta Maltez, "Estados (...) são nações, isto é, povos que as razões da força e da história, do poder e da cultura (...) 'fronteirizaram', através de um sistema de governos territorialmente demarcados" (Idem, p.45). O autor cita Robertson para quem "Estado é uma forma de organização política onde uma determinada área geográfica é considerada uma pátria para um determinado povo que, a si mesmo, se perspectiva como uma comunidade e que é governado por um sistema político dela dependente". (David Robertson, The Penguin Dictionary of Politics, apud Maltez, op.cit., V.1., p.45)

Como é possível verificar, Estado contém nação, povo, território e governo como elementos constitutivos de seu campo nocional, distinguindo-se de País porque este item lexical não pressupõe Governo.

Ainda segundo Maltez, "quase todos os juristas dizem que o Estado é um povo, sobre um território, organizado em torno de um determinado poder político (Maltez, op. cit., V. 2., p. 26).

O autor examina também a concepção antropológica de Estado, tomando por base Nadel, para quem o Estado é uma forma específica de organização política que se expressa por sua *soberania territorial* - " de base inter-tribal ou inter-racial, dado que o facto de se pertencer ao Estado depende fundamentalmente do nascimento ou da residência"; por possuir um *aparelho governativo centralizado* - que "permite assegurar a defesa da lei e da ordem, sem recurso a outros poderes independentes"; e pela existência de um *grupo dirigente autónomo* - " uma máquina de decisão política, especializada, podendo constituir uma classe separada que monopoliza o poder político". (Maltez, op. cit., V. 2., p. 29)

Com base nestes dados, acreditamos lícito afirmar que, em nosso corpus, em lugar de Estado, usa-se País, e a representação do cenário discursivo através deste último instaura um efeito de sentido que remete para o primeiro. Isto é o que analisaremos ao longo da presente seção.

Antes de iniciar as análises, destacamos que o primeiro nível referencial não é encontrado em todo o corpus, dele registrando-se ocorrências apenas nos três últimos domínios discursivos. Da mesma forma, o segundo nível referencial também não é universal nesse discurso, fazendo-se presente apenas no segundo e no quarto domínios discursivos. Em compensação, os dois últimos níveis referenciais registram-se em toda a extensão do corpus analisado.

PAIS1 - territorialização étnica

Em PAIS1, associam-se à individualização do território, aspectos de Pátria, de Nação e de Estado. Para melhor avaliar esse efeito de sentido, passemos ao exame do recorte que segue.

- M81 - Um país é grande na dimensão da vontade de seu povo, de sua coesão, da facilidade de articulação de suas partes componentes(...) (M2 - 31.3.70 - TV - 6º. Aniversário Revolução, p.92)
- M82 - Aqui, nesta praça, neste céu, neste chão, (...) aos pés da Consolação testemunha, aos olhos de Deus, venho juntar-me ao povo de meu País, para falar-lhe, vê-lo, senti-lo (...) (M2 - 25.1.70 - 46º. Aniversário Fundação de SP, p.19)
- M83 - Vejo e sinto a revolução fazendo este país nascer de novo. Se sacrifícios e sofrimentos houve nestes seis anos, serviram à arrumação da casa, à reorganização da vida nacional, e os resultados aí estão ao alcance de nossa mão. (M2 - 31.3.70 - TV - 6º. Aniversário da Revolução, p.90)
- G92 - O Brasil é um país soberano que sabe cuidar de si; não precisa que os outros venham aqui cuidar de nós. (G4 - 24.02.78 - Entrevista TV alemã, p.105)
- G93- (...) O Brasil é um país que se preocupa extraordinariamente com direitos humanos, apesar de muitas vezes, em órgãos mal-intencionados ou tendenciosos, se dizer coisa diferente. (G5 - 10.3.78 - Entrevista Coletiva Imprensa alemã, p.162)
- G94 - (...) e desencadearam-se planos objetivos e integrados para o desenvolvimento de áreas-problemas e zonas marginalizadas, com vistas principalmente à redução das disparidades regionais que, apesar de continuados esforços através dos anos, ainda persistem a desafiar a capacidade dos governantes, (...) a macular a imagem do País no exterior. (G1 - 30.12.74 - TV - p.187)
- F109 - (...) na batalha ingente pelo desenvolvimento integrado do país terá de estar toda a ação, voltada sempre para a valorização do Homem(...) (F1 - 09.04.78 - Congresso Nacional - Indicação à Presidência, p.7)
- F110 - (...) Por mais que maus brasileiros tentem pintar com cores diversas que não as da esperança, aquilo que almejamos e que temos a certeza de fazer pelo nosso País, não tenho medo do amanhã (...) porque conheço o povo de meu País (...) Um povo que já sentiu que não são promessas vãs que vão tornar este País próspero e feliz. (F1 - 15.09.78 - Cachoeira do Itapemirim, ES - Encontro com Líderes Políticos, p.119)
- F111 - E se pensam que com pressões dessa natureza vão parar a minha maneira de ser, sentir e de pensar no nosso País, estão muito enganados (...) Hei de fazê-lo com o apoio dos trabalhadores, que são os que mais estão sofrendo neste País. (F3-29.08.80-Uberlândia, MG, Improvizo, p.229)

Pelo exame do recorte acima, percebe-se que esse nível referencial remete para um território constituído geográfica e historicamente, o qual possui uma designação própria. Ou seja, é a forma mais genérica de representar o cenário discursivo, não dando

ênfase a nenhuma forma específica de organização. No entanto, aí encontramos uma mescla de Nação (M81, M82, M83), de Estado (G92, G93, G94) e de Pátria (F110, F111). Por essa razão, entendemos que PAIS1 contrói o efeito de sentido genérico de Estado. Trata-se do Estado constituído por um território, um povo e um governo, tal como salientou Maltez.

PAIS2 - o indivíduo geográfico

Neste segundo nível referencial, o cenário discursivo reveste-se fortemente do sentido geográfico de extensão territorial como é possível perceber através do recorte que segue.

- CS87 - Sob a cobertura estrondosa da pregação parlamentar, diante de cujo ímpeto audacioso começou a sentir-se inibido o Partido fundado para defender os princípios da Revolução e os atos do Governo, passaram a organizar-se em todo o País os grupos que deveriam desencadear (...) a contra-revolução. (CS3 -15.3.69 - TV - Mensagem à Nação - 2º. Aniversário Governo, p.496)
- CS88 - Cerca de quatro mil cidadãos brasileiros e estrangeiros radicados no País investiram clandestinamente milhões de dólares. (CS3 - Entrevista Jornalistas brasileiros e estrangeiros, RJ - 31.03 a 03.04.69, p.530)
- CS89 - Tempos atrás, logo após o advento da Revolução de 64, fiz uma peregrinação por todo o País (...) E preguei (...) a união e a coesão das Forças Armadas para garantir a Revolução(...) (CS2 - 02.04.68 - P. Alegre - III Exército - 18º. RI, p.345)
- G95 - O Brasil é um grande país - são 8 milhões de Km²(...) são 110 milhões de habitantes. (G3 - 17.03.76 - Improviso, Pal.Liberdade, BH, Prefeitos de MG, p.13)
- G96 - Não é fácil para o Presidente da República deslocar-se por esse País a fora (...) (G2 - 13.11.75 - Improviso - Estrela, RS, Cooperativa Agropecuária Languiru, p.253)
- G97 - (...) nas realizações do governo, a população do País tem que comparar (...) (G2 - 22.10.75 - Pal.Planalto - Visita Comissão Exec. Nac. ARENA, p.226)

Este segundo nível referencial registrou-se apenas nos domínios discursivos de Costa e Silva e Geisel. Em suas raras ocorrências, percebe-se que PAIS2 apresenta alguns aspectos que o aproximam de PAIS1, sem, entretanto, sobreporem-se um ao outro. O que ambos apresentam em comum é o aspecto territorial. Mas, enquanto tal acepção serve para construir uma designação própria no primeiro nível, no segundo, sua concepção territorial dá relevo à extensão deste território, tal como é possível perceber em F109, G95 e G96,

por exemplo. Ou seja, ambos partem do aspecto territorial, mas divergem no modo como o território é concebido. No primeiro, o cenário discursivo é tratado como um território que pode ser nomeado e referido, enquanto, no segundo, o espaço público é tratado como um território dotado de uma área que pode ser percorrida, mensurada, habitada e governada.

PAIS3 - a organização política

O terceiro nível referencial de País representa o cenário discursivo sob a ótica de sua organização política, a qual se coaduna com os princípios ideológicos que nortearam o Movimento de 64, construindo uma esfera pública politicamente pertinente para POVO1, BRASI e NAÇAO1, ficando, por conseguinte, dele excluída qualquer possibilidade de organização política diversa, como pode-se constatar através do recorte que segue.

- CB98 - (...) nada nos desviará do caminho que nos foi ditado por objetivos do movimento revolucionário. E dentre estes o de que, no conjunto das missões das minorias, não pode figurar o de querer governar o país. (CB3 - 28.07.66 - RJ, Pal.Laranjeiras - Presidentes Regionais ARENA, p.51)
- CB99 - (...) as grandes correntes de opinião, a mentalidade dominante nas Forças Armadas, bem como as mais expressivas manifestações em todos os setores das atividades nacionais, desde os operários até aos mais elevados meios intelectuais ou políticos, aspiram permanecer o País no regime legal. (CB1 - 07.08.64 - Homenagem Governador Bahia, p.36)
- CB100- Instalou-se (...) no País um Governo cuja orientação se pauta pela preocupação de renovar os processos administrativos (...) (CB1-21.07.64- Crato, Ceará, p.71)
- CS90 - Compete, portanto, a nós, homens de governo, homens de fé, e homens de reponsabilidade, como são os homens das Forças Armadas, procurar conter essa invasão, essa exacerbação, dentro dos limites possíveis e humanos, mas com aquela energia necessária para conduzir a juventude a seus caminhos, orientando-a, comandando-a se for preciso, para que o País não se subverta, não naufrague numa agitação (...) (CS3 - 14.09.68 - Improviso - QG III Exército, P.Alegre - Homenagem Forças Terrestres do Extremo Sul, p.406)
- CS91 - (...) Revolução que, havendo salvado o país da subversão, do despotismo e do caos, não podia ser posta de lado como traste desgastado e envelhecido antes do tempo. (CS3 - 26.12.68 - Forças Armadas, p.476)
- CS92 - Presidente da República e Chefe de uma Revolução que ainda está em marcha neste País, não recuso para mim mesmo a qualificação de radical. (CS3- 3.10.68 - ARENA, SP, p.425)

- M84 - A esperança, a paz e a ordem são os sinais visíveis da estabilidade social e política, implantada no País pela Revolução de Março(...) (M7 - 1.5.73, p.11)
- M85 - Pretendo deixar, ao término de meu período governamental, definitivamente instaurada a democracia em nosso País (...) (M1 - 20.11.69 - Convenção ARENA, p.48)
- M86 - Eu não afirmo que ao término de meu Governo entregaria ao meu sucessor o País em pleno regime democrático. Naquela ocasião disse apenas que, ao término de meu Governo, espero entregar o País em pleno regime democrático. (M4 - 26.02.70 - Pal.Alvorada - Entrevista Coletiva, p.7)
- G98 - Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a Nação - o país e o povo que tudo merecem (...) (G1 - 15.09.73 - Convenção Nacional ARENA, p.9)
- G99 - (...) Em verdade, no Brasil há limitações à liberdade para os que querem subverter a ordem estabelecida. O Brasil não tolera terroristas, não tolera subversivos, não tolera seqüestradores e neste sentido a ação do Governo é efetiva, atuante. De resto, o País vive em absoluta liberdade. (G3 - 25.04.76 - Entrevista Coletiva, TF1, França, p.67)
- G100 - A proliferação de organizações partidárias, em sua grande maioria frágeis e inautênticas (...) é, sem dúvida, nefasta ao país. (G1 - 29.08.79 - Pálacio Alvorada - Dirigentes ARENA, p.115)
- F112 - A geografia política do País apresentará, em 1983, nossa fisionomia. (F6 - 30.12.82 - TV - p.735)
- F113 - Mas não vou permitir que eles transformem o nosso País num país de ensandecidos. Não queiram trazer para nossas terras de paz o exemplo de terras estrangeiras. (F3 - 29.8.80 - Uberlândia, MG, Improviso, p.229)
- F114 - Para atingir os objetivos de fazer do País uma democracia, vencemos todos os obstáculos(...) (F8 - 16.04.84 - Pal.Planalto - Reunião com Ministros - Emenda Constitucional, p.76)

Pelo exame do recorte precedente, é possível perceber que PAIS3 apresenta em comum com os níveis anteriores o traço de ser percebido como um território geográfica e historicamente constituído que pode ser nomeado (PAIS1) e "fronteirizado" (PAIS2). No entanto, tais aspectos são secundários neste terceiro nível referencial que se caracteriza sobretudo por focar o cenário discursivo através de sua organização política, o que pressupõe seu ordenamento jurídico, elaborado durante o Ciclo Militar. Tal enfoque produz o efeito de sentido de Estado politicamente organizado. Aqueles que se submetem ao ordenamento jurídico produzido por PAIS3 encontram lugar neste cenário discursivo; os demais dele ficam excluídos. Nesse sentido, PAIS3 aproxima-se bastante de seus correlatos NAÇÃO1 e NAÇÃO2, guardadas as respectivas especificidades.

Essa construção do cenário discursivo pode ser contrastada com Pátria e cidadão. Parece lícito afirmar que PAIS3 é a Pátria expurgada dos "maus brasileiros". Nesse nível, poucos qualificam-se como cidadãos. Examinando o recorte precedente, percebe-se que as minorias, leia-se a oposição, não estão qualificadas para nele figurarem (CB98). Os cidadãos encontram-se entre os "*homens de fé, de responsabilidade, os homens das Forças Armadas*" (CS90). Eles têm uma dupla missão: "*conduzir a juventude, comandá-la se preciso for*" (CS90) e "*salvar o PAIS3*", vale dizer, o Estado (CS90, CS91, CS92, M84, F110). Neste cenário discursivo, militares são entendidos como os únicos cidadãos-patriotas que sabem o que é bom e o que é nefasto para o PAIS3 (G100), vale dizer, para a sua Pátria. De modo que entre as tarefas do cidadão nesse discurso encontra-se a de planejar os destinos da Pátria, através de um ordenamento jurídico e uma organização política que facultem a instauração da paz e da ordem (M84), daí derivando o Estado. Somente assim é possível construir o "*país do futuro*". Não é de admirar, portanto, que esta seja a configuração de maior frequência na representação do cenário discursivo através do item lexical País.

O efeito de sentido de Estado em PAIS3 é muito vigoroso e deriva do fato que o sujeito do discurso invoca o "aparelho governativo" que assegura a defesa da lei e da ordem, reforçando desse modo o poder político do "grupo dirigente" que monopoliza e se perpetua no poder. Desse modo, PAIS3 se faz Estado nesse campo político que se caracteriza "pelo monopólio do direito de falar e agir em nome de uma parte" do povo (Bourdieu, O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989, p.185, apud Maltez, op. cit. V.1., p.54)

PAIS4 - a organização econômica

O quarto nível referencial de país representa o cenário discursivo sob a ética da organização econômica propiciada por PAIS3. Ou seja, a organização econômica é decorrência do ordenamento

jurídico e da organização política do Estado. Assim sendo, ela visa atender aos interesses de BRASI e POVOI ao longo do território nacional. Vejamos o recorte que segue.

- CB101 - Um futuro em que, num ambiente de prosperidade e tolerância, todos os brasileiros, acima de divergências políticas ou religiosas, se reúnam democraticamente para a obra comum da construção de um grande país. (CB2 - 11.11.65- RJ, Assembléia Legislativa, p.68)
- CB102 - (...) Não medirei as forças para que esse bem-estar se eleve (...) a todos os brasileiros e, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do país.
- CB103 - (...) Já fomos chamados até de "País do futuro". Contudo a designação não nos deverá satisfazer indefinidamente, pois o que nos cumpre é fazermos com que não demore em sermos o País do presente. (CB2 - 13.03.65 - Congresso Nacional, p.19)
- CS93 - (...) Quantas vezes precisaremos repetir e provar que a Revolução é irreversível? (...) é necessário (...) compreender a dinâmica de um movimento como o nosso que não pode diariamente limitar-se às varreduras e limpezas de área, mas que deve consertar, construir, reunir, juntar para levar o País para frente, que deve esquecer os ódios e procurar somar o maior número de brasileiros (...) (CB3 - 16.12.68 - RJ - Formandos Oficiais Escola de Comando e Estado Maior do Exército, p.467)
- CS94 - Salvamos o nosso programa de Governo e salvamos a democracia. Sacrificamos transitoriamente o secundário, em benefício do que é fundamental e deve ser perene no Brasil: a paz pública, a tranquilidade da família, a garantia das liberdades essenciais, o desenvolvimento do País, o progresso material e moral da sociedade brasileira. (CS3-31.12.68- TV - Mensagem à Nação, p.483)
- CS95 - Haverá desenvolvimento, queiram ou não aqueles que procuram interromper a marcha do progresso brasileiro (...) Os invejosos serão muitos. Os destruidores serão inúmeros e virão procurar embargar, interromper o progresso deste país(...) (CS2 - 03.04.68 - Santa Maria, RS, Título Dr. Honoris Causa UFESM, p.353)
- M87 - (...) pela via da conjugação (...) desses dois fatores - crescimento econômico e redistribuição do produto nacional, a Revolução de Março enriquece o País, fortalece a ordem social e valoriza o Homem. (M3 - 30.10.70 - RJ, Pálacio Laranjeiras, 1º. Aniversário Governo, p.177)
- M88 - (...) chega o País a 1971 com a menor taxa de inflação dos últimos doze anos, grandes reservas internacionais, a maior receita de exportação de toda nossa História, e um dos mais elevados índices de crescimento do mundo inteiro. (M5- 31.12.70- TV- p.32)
- M89 - Meu Governo (...) confia em que a Revolução de Março de 1964 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza desse País. (M5 - 31.3.71 - TV - 7º. Aniversário Revolução, p.82)
- G101 - E, pois, os instrumentos de exceção (...) não os relegarei de forma alguma; antes, estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento (...) de nosso país. (G1 - 30.12.74 - TV, p.194)

- G102 - Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do país permitiu notável avanço no quadro econômico(...) (G2-1.3.75 - Mensagem ao Congresso - Abertura Ano Legislativo, p. 16)
- G103 - Que se saiba unir esforços (...) para que possamos - cidadãos de todos quadrantes do território pátrio e de todos os setores da sociedade brasileira - impulsionar decididamente este grande e promissor País aos altos destinos que lhe estão reservados. (G2 - 1.8.75 - TV - Ação Governamental, p.156)
- F115 - Um povo que já sentiu que não são promessas vãs que vão tornar este País próspero e feliz. (F1 - 15.09.78 - Cachoeiro do Itapemirim, ES Encontro com Líderes Políticos, p.119)
- F116 - Hei de fazê-lo com o apoio dos trabalhadores que são os que mais estão sofrendo neste País. (F3 - 29.08.80 - Uberlândia, MG, Improviso, p.229)
- F117 - Cobram-nos, hoje, os mais críticos, os resultados da crise financeira por que passa o País. (F7 - 7.12.83 - Brasília, Forças Armadas, p.207)

Examinando o recorte acima, verifica-se que PAIS4 representa o cenário discursivo através de sua organização econômica. Neste sentido, pode-se depreender que o quarto nível referencial remete para o "país do futuro". É assim em CB101 - *"construção de um grande país* - e em CB103 - *"já fomos chamados de "País do futuro" ... cumpre fazermos com que não demore em sermos o país do presente"*. O mesmo ocorre em CS93 - *"levar o país para frente"* e em CS95 - *"Haverá desenvolvimento"* Essa projeção para o futuro só desaparece no domínio discursivo de Médici, onde a prosperidade é construída no presente, sem postergá-la para o amanhã. Isto faz-se sentir através dos tempos verbais: presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo vêm substituir o futuro empregado nos recortes anteriores. Assim, em M87, *"a Revolução de março enriquece o País"* e em M88, ... *"chega o País a 1971 com a menor taxa de inflação..., grandes reservas internacionais, a maior receita de exportação, e um dos mais elevados índices de crescimento do mundo inteiro"*. E, finalmente, em M89, *"a Revolução de Março ... construiu a grandeza desse País"*.

Vivia-se, então, a grande euforia do efêmero "milagre econômico", não-nomeado discursivamente, mas fortemente indiciado através de PAIS4. Este nível está estreitamente vinculado ao ordenamento jurídico e à organização política produzidos pelo ciclo

militar. Ou seja, PAIS4 depende da construção do Estado em PAIS3 e essa dependência é explicitada discursivamente em alguns domínios do corpus. É assim em CS94 - "*sacrificamos transitoriamente o secundário, em benefício do que é fundamental ... : a paz pública, a tranqüilidade da família, a garantia das liberdades essenciais, o desenvolvimento do país, o progresso material e moral da sociedade Brasileira*" e em G98 - ... "*os instrumentos de exceção ... não os relegarei ..., estou disposto a acioná-los ... para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento ... de nosso país*".

É de salientar, igualmente, que o "milagre econômico" do terceiro domínio discursivo vai lentamente cedendo lugar ao "país do futuro" nos domínios que se lhe sucedem. É assim em G100 - "*Que se saiba unir esforços ... para que possamos ... impulsionar decididamente este grande e promissor País aos altos destinos que lhe estão reservados*". Como é possível perceber, a passagem do "país do futuro" para o "país de hoje" produzido pelo "milagre econômico" é nítida, enquanto a volta para o "país do futuro" é sutil. Esse efeito é obtido através da manutenção no presente do indicativo. A postergação é marcada através dos adjetivos que determinam discursivamente PAIS4 : **promissor** e "altos" (destinos). Ou seja, PAIS4 volta a produzir o efeito de sentido que o projeta para o futuro.

Esse retorno ao efeito-futuro torna-se nítido no último domínio discursivo. Observe-se que os tempos verbais permanecem no presente do indicativo, mas o efeito de sentido é claro. Vejamos, por exemplo, F116 - "*os trabalhadores ... são os que mais estão sofrendo neste País*" e F117 - "*cobram-nos, hoje; os mais críticos, os resultados da crise financeira por que passa o país*". Ou seja: não é questão de construir o "país do futuro". Trata-se de administrar a crise econômica na qual o país está mergulhado. E crise é incompatível com "milagre econômico". São os tempos da depressão econômica e psicológica, sob a qual não é possível manter a ilusão. É preciso,

antes de mais nada, sobreviver. Essa é a tarefa do presente. Desse modo PAIS4 experimentou um breve momento de euforia no terceiro domínio discursivo para depois sossobrar na depressão - herança do ciclo militar de que o País e a Nação ainda não foram capazes de se libertar. Em decorrência disso, a Nação ainda persegue a utopia do "País do futuro" que não chega jamais.

Encerrando a análise de PAIS

País ao absorver a carga semântica de Estado faculta que tal efeito de sentido se construa, sem o ônus inevitável que sua nomeação traria. Dito em outras palavras: quem diz Estado, implica Estado de Direito. Esta era uma das fortes cobranças que os não-revolucionários faziam. Desse modo, Estado constitui o que não deve ser dito no âmbito da FD que afeta esse discurso, tendo sido substituído por País na representação deste cenário discursivo.

Considerações finais em torno da construção do cenário discursivo

Ao longo deste capítulo, examinamos a construção do cenário discursivo no corpus em análise e foi possível constatar que essa construção está adequada aos demais elementos que concorrem para o funcionamento do discurso presidencial. Isto equivale a dizer que as mesmas características presentes na construção do sujeito presidencial e do outro aí também se fazem sentir: assim como o NÓS político associa-se a diferentes não-pessoas discursivas e a representação do outro indicia diferentes estratos sociais, da mesma forma o cenário discursivo concorre para construir a maior ou menor abrangência da esfera pública em que se trava a interlocução desse discurso. Ou seja: para um sujeito presidencial construído como NOS2, por exemplo, e para o Outro do tipo POVO1/BRAS1, corresponde uma esfera pública cujos limites referenciais são dados por Pátria/NAÇÃO1, por exemplo. Ao mesmo tempo, quando o sujeito presidencial assume a configuração de NÓS5 e o Outro a de um não-

revolucionário como BRAS2/POVO4, por exemplo, o cenário discursivo correspondente é NAÇÃO3.

Por conseguinte, o cenário discursivo constrói os limites da esfera pública em que se trava a interlocução no discurso presidencial em análise.

4- A INTERLOCUÇÃO DISCURSIVA

Iniciando a reflexão

Nos capítulos precedentes, examinaram-se as diferentes representações do sujeito de D1, bem como as representações que este faz do OUTRO, tendo sido possível constatar que no corpus em análise essas figuras nem sempre possuem especificidade. Bem ao contrário. As diferentes formas de representação desse sujeito indicam que ele pode construir-se de modo vago, ambíguo ou indeterminado. Observou-se igualmente que a representação através de EU não é significativa no corpus em análise. Em seu lugar, e seguindo a trilha iniciada por Guespin (1985, p.45), investigou-se a representação do sujeito através de NÓS que substitui com adequação o par EU/TU formulado por Benveniste (1966, p.227-26), tendo-se constatado, com efeito, que NÓS é uma representação muito produtiva do sujeito político, devido a sua ampla escala referencial. Através de seu exame, formulamos a noção de não-pessoa discursiva, presente em seu interior, revelando-se esta uma das formas de interlocução desse discurso, responsável pela ambigüidade que aí se instaura. No entanto, o embaçamento do sujeito de D1 não decorre apenas da presença da não-pessoa discursiva. Deriva igualmente da quarta-pessoa discursiva, responsável pelo efeito de impessoalidade do sujeito, o qual se representa como se fosse o OUTRO.

Essa retomada sumária esboça em parte o complexo sistema de figuras discursivas que compõem as relações subjetivas desse espaço discursivo. Tais modalidades de representação indicam que, ao tomar a

palavra, o sujeito pode fazê-lo em seu nome (EU, NÓS, quarta-pessoa discursiva) ou em nome do OUTRO (não-pessoa discursiva).

Examinaram-se também diferentes formas de representação do OUTRO. Ao representá-lo lexicalmente, o sujeito de D1 toma a palavra em nome do OUTRO, por vezes como seu porta-voz autorizado, mas frequentemente, sob a fachada do porta-voz, surge o simulacro da voz do OUTRO, construído pelo sujeito enquanto seu *intermediador*. Dito em outras palavras: a voz do OUTRO provém do sujeito de D1 que funciona como um ventríloquo.

Faz-se necessário sublinhar, entretanto, que tais representações explícitas do OUTRO são parciais. Nesse discurso autoritário, o OUTRO antagônico é representado de modo indeterminado, fazendo-se necessário buscá-lo através das pistas lingüísticas presentes na materialidade discursiva. Tais efeitos podem ser observados quando o OUTRO é representado de modo indefinido, produzindo a indeterminação referencial, ou de forma indeterminada, resultante da mobilização da terceira-pessoa discursiva que se assemelha, em seu funcionamento discursivo, ao TU de uma interlocução enunciativa. Vale dizer que a terceira-pessoa discursiva não se identifica com a terceira-pessoa ou a não-pessoa de Benveniste (1966, p.227-236), pois este autor a exclui da interlocução, enquanto a terceira-pessoa discursiva aí representa a alteridade: aparentando ser aquele de quem se fala e localizado na exterioridade, constitui-se, de fato, naquele a quem se fala, pólo de interlocução em função do qual o sujeito do discurso efetivamente se institui, representando, pois, elemento interno ao discurso. De modo que sob a aparência da não-pessoa, encontra-se a terceira pessoa discursiva, dotada de traços de personalidade.

Da mesma forma que a terceira-pessoa discursiva difere da não-pessoa de Benveniste, também distingue-se da terceira-pessoa analisada por Martins em seus trabalhos (1984 e 1990).

Em 1984, a autora examinou uma terceira-pessoa dotada de traços de personalidade que representa o OUTRO frente a quem ocorre uma

interlocução, podendo este OUTRO, a qualquer momento, assumir a posição de interlocutor. Ou seja, trata-se de uma terceira-pessoa dialógica, capaz de revezar com EU. Em contraponto, nossa terceira-pessoa discursiva não compartilha como ouvinte de uma interação face-a-face entre dois interlocutores. Em nosso corpus, o OUTRO é tratado como terceira pessoa, daí advinho uma interlocução impessoalizada, desprovida da capacidade de reversibilidade, própria da interlocução do tipo EU/TU. Ou seja, na interlocução, tal como proposta por Benveniste, TU pode, pelo menos virtualmente, revezar com EU. É justamente esse caráter reversível que desaparece em nosso corpus quando o interlocutor é representado por ELE. Ou seja: enquanto no corpus de Martins ELE apresenta traços de TU, isto é, de pessoalidade, em nosso corpus TU reveste-se das propriedades de ELE, apresentando-se desprovido da potencialidade subjetiva.

Da mesma forma, nossa terceira-pessoa discursiva não se identifica com a terceira-pessoa examinada no trabalho subsequente de Martins (1990, p.65-89). Nele, a autora procede a uma reinterpretação da relação benvenistiana EU-TU, propondo que a 3a.pessoa represente o enunciado que mediatiza esta relação, sendo dela constitutivo. Ou seja, a terceira-pessoa, neste segundo trabalho de Martins permanece com as características de não-pessoa, tal como a concebe Benveniste. O que distingue Martins de Benveniste é o fato de que para este último a não-pessoa é exterior à relação EU-TU, enquanto que, para Martins, ela está inserida nesta relação, tornando-se, pois, sua constituinte.

Assim sendo, a terceira-pessoa discursiva que propomos tampouco identifica-se com essa reinterpretação proposta por Martins, pois não mobiliza o contexto dialógico, nem o contexto discursivo e, muito menos, o enunciado. Em nosso corpus a terceira-pessoa discursiva representa o OUTRO na qualidade de interlocutor indeterminado, o qual participa, a esse título, da interlocução discursiva.

Martins, em seu segundo trabalho, examina relações de caráter interpessoal, nas quais os interlocutores são determinados. Vale dizer: EU e TU são conhecidos e podem ser nomeados, daí decorrendo a natureza dialógica de seu corpus de análise. Mesmo quando Martins examina cartas de cunho político, a relação continua interpessoal e, acrescentaríamos, ocorre em *esfera privada*. Este último traço distingue vigorosamente seu corpus do nosso e a natureza das interlocuções investigadas, pois a *terceira-pessoa discursiva* de que tratamos representa o OUTRO a quem o discurso - de caráter institucional e *público* - destina-se, com ela compondo o segundo pólo da interlocução discursiva que adquire um contorno marcadamente *impessoal*, por oposição ao *caráter interpessoal* da interlocução enunciativa analisada por Martins em seus diferentes trabalhos. A autora examina a interlocução em nível de enunciação, enquanto nós partimos desse nível, para examinar as propriedades da interlocução discursiva.

4.1- O PROCESSO DE INTERLOCUÇÃO DISCURSIVA

Para examinar o processo de interlocução discursiva, fez-se necessário analisar os modos de representação do sujeito do discurso e do OUTRO. Tais análises sinalizam os processos de opacificação deste dois pólos interlocutivos de D1, instaurando um funcionamento discursivo bastante complexo.

Em contraste com a interlocução na enunciação, propomos distinguir, no processo de interlocução discursiva, dois níveis diversos de interlocução - a *interlocução enunciativa* e a *interlocução discursiva*. A primeira trabalha com relações de caráter interpessoal. Já na segunda, o sujeito do discurso representa-se com maior ou menor especificidade, chegando a representar-se de modo indeterminado. Da mesma forma, o interlocutor da primeira é dotado de traços mais ou menos definidos, enquanto, na segunda, pode apresentar-se de modo absolutamente indeterminado, conduzindo a

interlocução para a modalidade impessoal. Ou seja, a interlocução discursiva não implica a presença do interlocutor, nem sua representação clara e objetiva. Nem por isso, no entanto, esse pólo da interlocução desaparece ou deixa de ser determinado para o sujeito do discurso. Sua indeterminação é um efeito que se constrói através do trabalho discursivo.

4.1.1- A interlocução na enunciação

A seguir, relembremos sumariamente alguns trabalhos que se ocupam da interlocução na enunciação, para melhor demarcá-los da interlocução discursiva.

Iniciaremos nossa retomada com Bakhtin que ao estudar textos literários neles constatou a polifonia de vozes que se faziam presentes em autores como Dostoiévski (1981) e Rabelais (1987). Mais recentemente, Ducrot deslocou a noção de polifonia para o âmbito do enunciado lingüístico, investigando os pólos EU-TV da interlocução, anteriormente fixados por Benveniste (1966). Deste estudo (1980), resultou o descentramento da voz aparentemente única do locutor em vozes outras que se associam a sua enquanto enunciadores, bem como desdobrou a figura enunciativa do interlocutor em alocutário e destinatário. Em trabalho posterior (1984), Ducrot retomou e aprofundou apenas o primeiro pólo da interlocução, fragmentando mais radicalmente esta figura enunciativa.

Em uma linha um pouco diversa, por priorizar os atos de fala contidos em uma enunciação, Clark e Carlson (1982) examinam conversações que envolvem mais de duas pessoas e propõem classificar seus interlocutores em *participantes laterais*, categoria ampla, a quem se destinam os atos informativos contidos em uma enunciação e em *destinatários*, categoria restrita, a quem se dirigem os atos ilocucionários tradicionais.

As conversações examinadas pelos autores retratam interações de caráter privado estabelecidas entre duas pessoas em face de uma

terceira. Os autores igualmente examinam conversações públicas entre duas pessoas, tal como ocorre em uma entrevista televisiva. Neste caso, dizem os articulistas, os telespectadores, por serem múltiplos, são interpretados como participantes públicos laterais aos quais se destinam os atos informativos contidos na entrevista, o mesmo ocorrendo com cartas abertas publicadas em jornais, por exemplo. Nestes casos, a matéria pode ser dirigida a certos interlocutores em particular, mas seu intuito é o de informar a opinião pública de modo geral.

O trabalho de Clark & Carlson não se preocupa com a figura do locutor, cuja unidade não é questionada. Sua investigação centra-se sobre o segundo pólo da interlocução, para classificar os atos de fala contidos em uma conversação, daí resultando diferenças e semelhanças com os trabalhos de Ducrot, bem como com os trabalhos de Martins, anteriormente referidos.

Da comparação entre Ducrot e Clark & Carlson, é possível afirmar que, para o primeiro, a prioridade reside na polifonia que um enunciado lingüístico apresenta. Para distinguir tais vozes, o autor mobiliza alguns atos de fala. Quanto aos segundos, interessa examinar os atos de fala contidos em uma conversação e, para tanto, lançam mão das diferenças que tais atos imprimem entre os ouvintes. Por outro lado, comparando o trabalho de Clark & Carlson com o de Martins (1984), percebe-se que ambos possuem propósitos diversos, mas apresentam um traço comum, qual seja, o de contemplar, em uma conversação entre mais de duas pessoas, a presença dos interlocutores que assumem o EU e o TU, bem como de um terceiro elemento, o ouvinte, que, no âmbito do primeiro trabalho, é tratado como participante lateral e, no segundo, é visto como 3a. pessoa virtualmente capaz de participar da interlocução que presencia e, a esse título, equivalente a TU, podendo, a qualquer momento, assumir, na prática, o papel de interlocutor. Ou seja, os dois estudam o terceiro elemento que presencia uma interlocução face-a-face. Os primeiros limitam-se a

constatar sua presença, atribuindo-lhe o papel passivo de ouvinte que é informado, enquanto Martins mostra que, por ser participante de uma relação interlocutiva, pode, a qualquer momento, dela tomar parte ativa, possuindo, por conseguinte, traços de pessoa. Estendendo um pouco mais a comparação, percebe-se que Martins trabalha com um tipo específico de conversação, instaurada na esfera privada, enquanto Clark & Carlson examinam conversações que se travam tanto no âmbito da esfera privada e como da esfera pública.

4.1.2- A interlocução no discurso

Após esta retomada, trataremos de estabelecer em que nossas investigações aproximam-se e/ou distanciam-se dos trabalhos acima citados.

Para iniciar, é preciso relembrar que nosso corpus é constituído por recortes de discursos presidenciais da IIIª República Brasileira. Ou seja: trata-se de um conjunto de seqüências discursivas de referência que representam diferentes séries temporais recortadas nos cinco domínios discursivos que compõem nosso campo discursivo de referência. Desse modo, a figura do locutor é exercida sucessivamente pelos cinco militares que exerceram a presidência da República, nesse período. Acrescente-se que tais discursos não correspondem a conversações face-a-face de natureza interpessoal, seja em espaço público ou privado. Trata-se de discursos presidenciais realizados em espaço público e, de modo muito raro, de entrevistas coletivas que escapam igualmente à interação face-a-face entre dois interlocutores. Estes são os traços peculiares do corpus em análise que o distinguem fortemente dos demais trabalhos anteriormente referidos. O que eles apresentam em comum é o fato de possuírem uma interface de investigação, constituída pela interlocução, embora tal intersecção não seja plena, conforme veremos na presente seção.

Isto posto, podemos analisar o processo de interlocução discursiva em nosso corpus. Esse processo realiza-se de modo simultâneo em dois níveis diversos, ambos inseridos na esfera pública. O primeiro corresponde à interlocução enunciativa e o segundo à interlocução discursiva.

Na *interlocução enunciativa* encontramos o locutor, representado por um dos cinco presidentes e seu interlocutor coletivo, representado por aqueles que presenciam e/ou assistem à *alocução presidencial*. Detalhando melhor: o locutor pode ser Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel ou Figueiredo e seu interlocutor, bem mais variado, pode ser representado pelos parlamentares da ARENA, estudantes universitários, militares, ou outros. O nível de *interlocução enunciativa* em nosso corpus é dotado de bastante visibilidade e, ao constituir-se, instaura a *cena enunciativa*⁹ em que tal interlocução ocorre, podendo ser representada como se segue (Fig. 2).

CENA ENUNCIATIVA

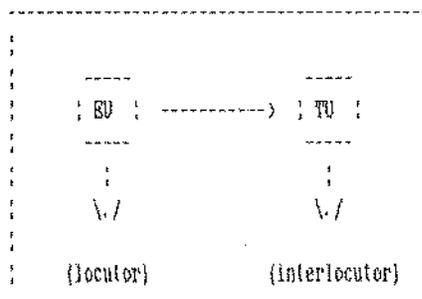


Fig.2

No interior desta *cena enunciativa* não há lugar para revezamento entre interlocutores. Estes permanecerão fixados aos mesmos papéis enunciativos durante toda alocução presidencial. O revezamento pode ocorrer através de outra alocução, instaurando a relação dialógica. Aliás, freqüentemente tais alocuções presidenciais consistem em uma resposta a uma alocução precedente, proferida por aqueles que o

⁹ Guimarães mobilizou esta noção entendendo que "cenas enunciativas são recortes que o discurso do lingüista produz metodologicamente na língua tomada como um discurso. Estas cenas são o lugar e o tempo metodológico da enunciação" (GUIMARAES, 1987, p.172). O autor mobilizou esta noção para examinar o processo histórico da mudança lingüística. Por conseguinte, nossa concepção não coincide plenamente com a formulação, nem corresponde ao propósito do autor.

recepçionam. Ou seja, não há intersubjetividade entre estes dois pólos, no interior de uma mesma alocução. Vejamos um exemplo específico. Tomemos, para tanto, o discurso proferido por Figueiredo em 23.09.80, em Brasília, dirigido à União Parlamentar Interestadual. (Fig. 3)

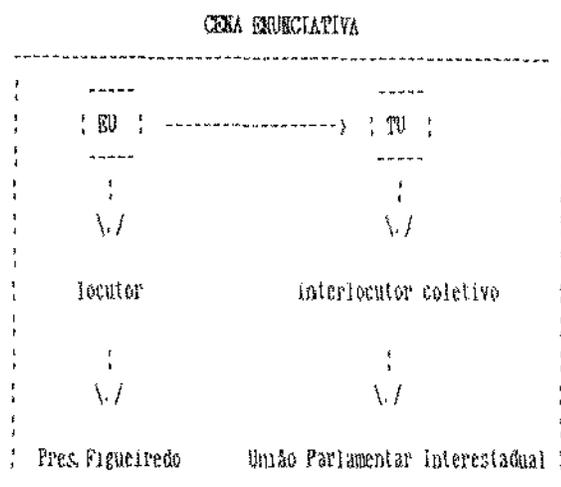


Fig.3

Trata-se de um locutor que fala de um lugar social a um interlocutor coletivo que ocupa igualmente um lugar social e o cenário em que esta interlocução instaura-se situa-se na esfera pública. Esta cena enunciativa caracteriza-se por manter seus interlocutores fixados em seus lugares enunciativos ao longo da alocução presidencial.

Enquanto as figuras dos interlocutores da cena enunciativa representam-se com clareza, o mesmo não ocorre com a interlocução discursiva. Nela, o sujeito do discurso e o OUTRO podem apresentar-se de modo indeterminado. Para examinar essa relação, faz-se necessária a análise da interlocução discursiva, pois é nesse nível que tais figuras trabalham, instaurando interlocuções menos explícitas entre interlocutores, na maior parte das vezes, indefinidos ou indeterminados. Esse segundo nível caracteriza-se por uma interlocução opacificada que propicia a instauração da cena discursiva. Para examiná-la, partiremos do esquema da interlocução enunciativa (Fig.2), nele substituindo o par EU/TU respectivamente pelas diferentes formas de representação do sujeito de D1 e pelas

formas de representação do OUTRO, ficando a cena discursiva esquematizada pela Fig.4 abaixo.

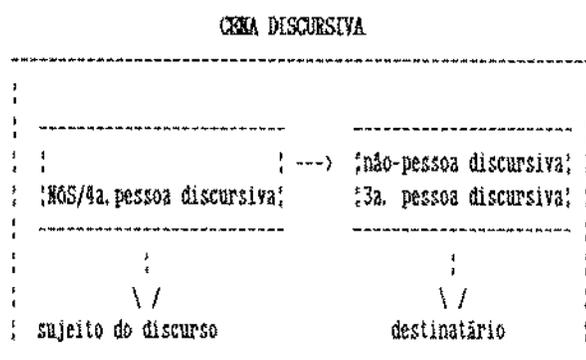


Fig.4

Enquanto o locutor, ao tomar a palavra, o faz como EU, o sujeito presidencial o faz como sujeito do discurso e, como tal, sua configuração é muito variada (NÓS-SE), como vimos no primeiro capítulo. Ou seja, quando o locutor toma a palavra, na instância de interlocução enunciativa, mobiliza também a figura do sujeito do discurso que não se dirige exclusivamente àqueles que presenciam/ouvem a alocução presidencial: por seu intermédio, um OUTRO frequentemente ausente é interpelado. Nesta segunda instância de interlocução, o sujeito do discurso, ao interpelar o OUTRO, pouco definido e até ausente, instaura a cena discursiva que não é espacialmente determinada pelo espaço físico em que a alocução está ocorrendo, nem pela presença física do interlocutor. A cena discursiva remete para o cenário discursivo que não possui materialidade física e que é mobilizado pelo imaginário social do sujeito do discurso.

No discurso em análise, estes dois níveis interlocutivos estão articulados e é dessa relação que decorre o processo de interlocução discursiva que esquematizamos, na Fig. 5.

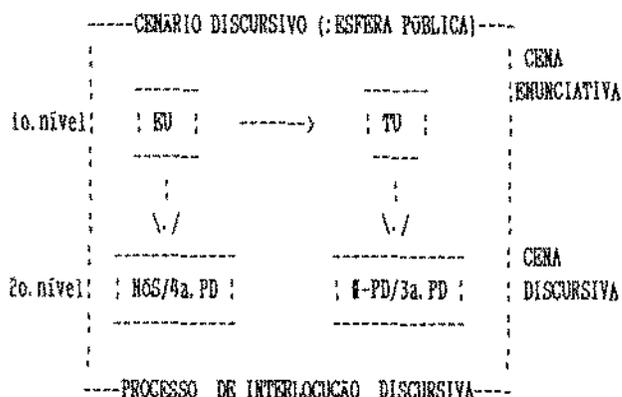


Figura 5

Algumas observações fazem-se necessárias de imediato em função do jogo enunciativo que estamos examinando. Em primeiro lugar, é preciso salientar que esta dupla interlocução é simultânea, mas que o segundo nível não possui existência independente em relação ao primeiro. Ou seja, a interlocução estabelecida pelo viés da **cena discursiva** depende diretamente da **cena enunciativa**. Com isso não pretendemos que o primeiro seja pretexto para a instauração do segundo. Ao contrário. Do ponto de vista da Análise do Discurso, tal relação é necessária e interdependente.

Dito isto, podemos avançar um pouco mais a análise das **figuras enunciativas e discursivas** que compõem as instâncias de interlocução em exame. Chamamos de **locutor** um presidente determinado que toma a palavra para dirigir uma alocução a um público definido em uma situação igualmente específica, habilitando-se a assumir a posição daquele que diz **EU** e assim instituindo o **TU**. Este primeiro nível consiste em uma interlocução enunciativa, por ocorrer num **espaço** e num **tempo** definidos, em uma **situação** específica, estando seus dois pólos interlocutivos claramente determinados. Dito em outras palavras: o locutor é um dos cinco presidentes do ciclo militar e este fato é **datado**, definindo com clareza qual deles está habilitado a dizer **EU** e assumir o lugar social de **locutor-presidente**. Esta alocução é feita em um **espaço físico** determinado - Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa, Palácio das Laranjeiras, ESG, Vila Militar; Brasília: Palácio do Planalto,

Palácio da Alvorada, Congresso; Belo Horizonte - Assembléia Legislativa, Prefeitura, ... etc - e destina-se a um interlocutor coletivo específico - deputados estaduais, imprensa, oficiais, comandos militares, deputados federais, senadores, parlamentares da ARENA, etc. A situação é igualmente definida e datada - posse do presidente, Aniversário da Revolução, Aniversário do Governo, Lançamento de programas Sociais, inauguração de obras, recebimento de homenagens, visitas oficiais, etc.

A partir de uma cena enunciativa tão bem definida, procuraremos verificar como ocorre a passagem para a cena discursiva que é apenas esboçada.

Ao tomar a palavra, o locutor o faz não só como presidente, mas também como sujeito afetado por uma FD determinada. Esta condição de sujeito vincula-o à forma-sujeito da referida FD. Tal relação coloca-o na situação de ocupar um lugar que não é pessoal, mas historicamente determinado. Ou seja, qualquer um dos cinco presidentes exerce a mesma função de sujeito do discurso. O fato de haver uma mudança de locutor nas diferentes séries temporais não determina a concepção de cinco diferentes sujeitos de discurso. Dito de outra forma: esse discurso possui cinco locutores, mas apenas um sujeito do discurso. Vale dizer: na cena enunciativa, a mudança de locutor determina a alternância no tempo daquele que está habilitado a dizer EU, enquanto na cena discursiva o revezamento do locutor não implica a mudança de sujeito; quando muito, pode sinalizar transformações no modo com que este se relaciona com a forma-sujeito, o que não é um ato de vontade individual, mas é determinado pela conjuntura histórica em que o discurso se institui. Assim, o locutor exerce individualmente a palavra, enquanto o sujeito do discurso o faz socialmente pelo viés da prática discursiva.

Na cena discursiva a interlocução não consiste em uma resposta a uma alocução produzida no mesmo espaço físico. Trata-se, quase sempre, de uma resposta a uma ou várias outras interlocuções

discursivas produzidas em outras cenas enunciativas que circulam em outro domínio de saber, tornando-se difícil, e/ou indesejável, e/ou impossível datá-las e situá-las, bem como nomear seu destinatário. O que não significa que tais elementos sejam desconhecidos do sujeito do discurso. Apenas não são explicitados. A interlocução discursiva consiste, pois, na *interlocução entre sujeitos de discursos dispersos em espaços discursivos diferentes, afetados possivelmente por FD igualmente diversas.*

Essa tomada da palavra como sujeito do discurso manifesta-se na materialidade discursiva através de variadas formas de representação e sob muitas configurações, de sorte que o sujeito do discurso encontra-se não só fragmentado como bastante disperso, deixando apenas pistas lingüísticas que funcionam mais como indícios de sua existência do que como marcas consistentes capazes de sustentar materialmente sua construção.

Dotado de tais características, o sujeito do discurso toma o interlocutor fixado na cena enunciativa como mediador para interpelar o OUTRO que se institui como seu destinatário na cena discursiva.

Este duplo processo de articulação interlocutiva diferencia nossa proposta dos modelos de Martins (1984), em que o OUTRO está presente, embora não atue no diálogo, e de Clark & Carlson (1982), quando estes examinam os participantes públicos. Em ambos encontramos a interlocução construída sobre a concepção griceana (1982) de cooperação, enquanto as análises proporcionadas por nosso corpus indicam que na interlocução discursiva não há preocupação em ser/parecer cooperativo. Ao contrário. As marcas da indeterminação, que caracterizam tanto o sujeito do discurso quanto seu destinatário, apontam para um discurso não revestido de tais propósitos.

Neste ponto de nossa reflexão, parece-nos interessante retomar a Figura 5 que representa o processo de interlocução discursiva e nela substituir o sistema de figuras enunciativas e discursivas pelas

respectivas funções interlocutivas. É o que faremos na Figura 6 que segue.

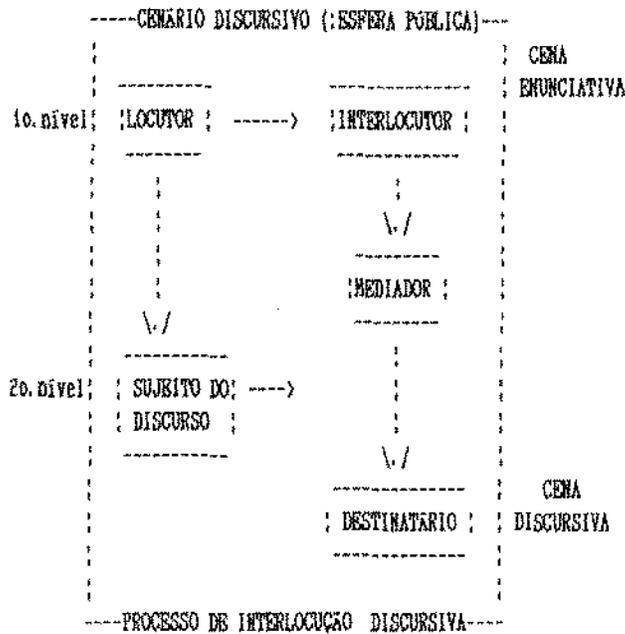


Figura 6

Enquanto a **cena enunciativa** apresenta-se materialmente completa - locutor, interlocutor, situação, espaço, tempo - observando a Figura 6, percebe-se que a **cena discursiva** possui um sujeito do discurso que fala pela voz do locutor, utiliza o *interlocutor* como **mediador** de um destinatário, na maior parte das vezes invisível, o que torna a situação que motiva a interlocução bastante fluida também. Ou seja, passa-se da materialidade enunciativa, que convida à cooperação, para o nível discursivo, cujas propriedades apontam para a vaguidade e indeterminação.

Examinando as figuras 5 e 6, pode-se aferir o grau de reversibilidade entre o sujeito de *DI* e o *OUTRO*: o sujeito aí representa-se através de **NÓS** associação de **EU** com a **não-pessoa discursiva**. Essa última figura discursiva de alta indeterminação representa a margem de subjetividade reservada para o *OUTRO* nesse discurso.

4.1.3- Algumas análises

Tendo examinado o processo de interlocução discursiva, analisaremos, a seguir, seqüências discursivas já recortadas anteriormente para exemplificar este processo. Para tanto, tomemos a seqüência discursiva, M41. Para efeitos de análise, em seu interior serão recortados segmentos discursivos, que estarão limitados entre si por colchetes.

M41 - [Recebo, assim, a palavra popular, expressa nas urnas, como beneplácito dos brasileiros à diretriz que, em todos os setores, vem guiando o Terceiro Governo da Revolução] [Não vejo, desse modo, nenhuma razão para que sequer se cogite em alterar, seja no plano administrativo, seja na esfera política, as linhas dentro das quais a Nação está sendo conduzida.] (M5- 1.2.71 - Homenagem da ARENA, p.52)

Vejamos inicialmente, através da Fig.7, os elementos da interlocução enunciativa que possibilitam desenhar a cena enunciativa em que ocorre essa alocução.

CENA ENUNCIATIVA

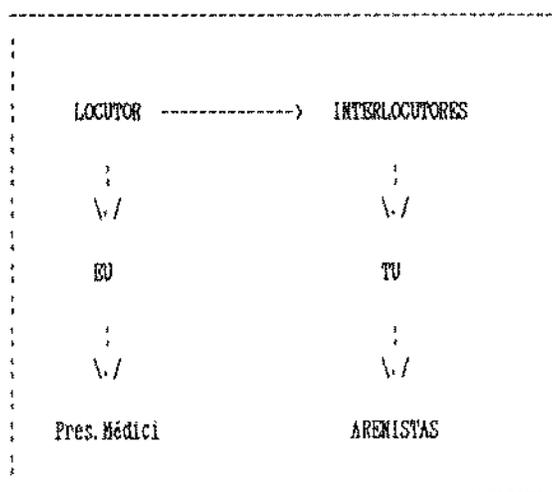


Fig.7

Esta cena enunciativa completa-se ao situar a referida alocução presidencial num quadro interativo amistoso, que se constitui em resposta à homenagem que lhe prestou o Partido Governamental. Nesse sentido, os dois pólos que aí interagem pertencem à mesma agremiação partidária e inscrevem-se em FDI. Isto posto, percebe-se que o segmento discursivo contido no primeiro colchete, destina-se aos seus interlocutores, o mesmo não podendo ser dito no que tange ao segmento

contido no segundo colchete. Com certeza, os parlamentares da ARENA não cogitam em alterar as linhas mestras governamentais, dado que vêm de uma vitória nas urnas. Assim sendo, deve-se concluir que este segmento discursivo visa a um destinatário que não se encontra entre os presentes, fazendo-se necessário examinar mais detalhadamente a interlocução discursiva daí decorrente. Para tanto observemos a Fig. 8.

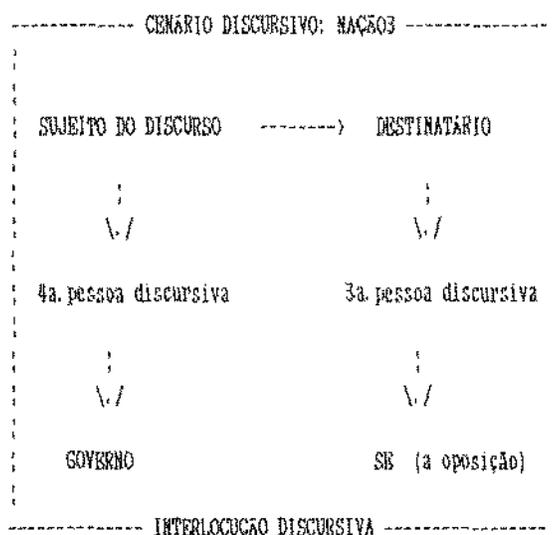


Fig. 8

Como é possível observar, o sujeito do discurso assume a enunciação que atesta a ideologia da IIIª República Brasileira, contrapondo-se a uma outra enunciação que certamente circula entre os oponentes do Governo e que, na seqüência analisada, é sinalizada por NÃO (Cf. Sobre a Heterogeneidade, Parte III, cap. 2). Para interpelar seu destinatário, ausente da cena enunciativa, o sujeito do discurso o faz indiretamente, transformando seus interlocutores em mediadores, conforme pode-se apreciar através do esquema completo deste processo de interlocução discursiva representado na Fig9.

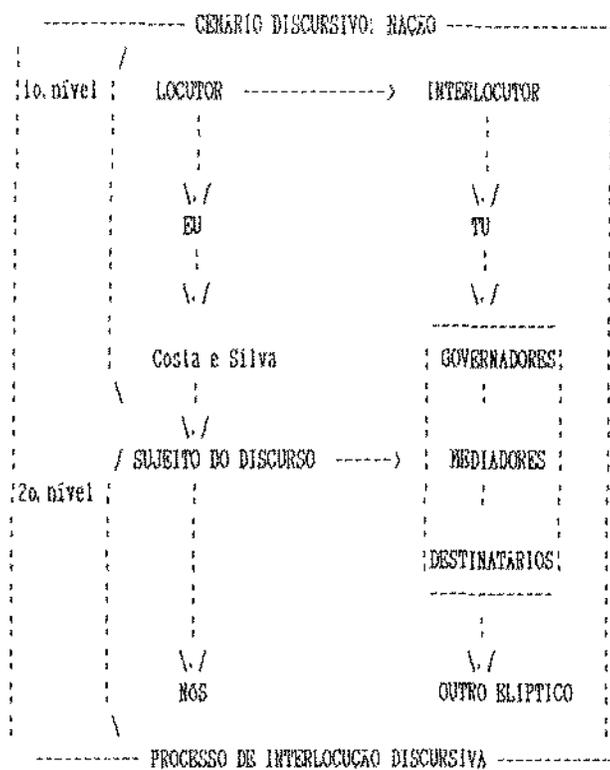


Fig. 10

No nível da interlocução enunciativa, o segmento discursivo em análise está, de fato, dirigido ao interlocutor coletivo desta alocução presidencial e, neste sentido, pode-se atribuir-lhe o efeito de sentido de uma promessa: o locutor compromete-se frente aos Governadores arenistas a zelar pela Revolução, fazendo, "*sempre que houver ameaças*", "*novas Revoluções dentro da Revolução*". O locutor alude, dessa maneira, ao AI-5 que, de fato, representou um golpe interno, pois consistiu em um retrocesso em relação à constituição de 67. Este compromisso assumido frente a seus interlocutores visa a tranquilizá-los. Este efeito de promessa viabiliza-se porque os dois pólos interlocutivos da cena enunciativa são afetados por FDI.

No entanto, o que é motivo de tranquilidade para uns, pode representar fonte de preocupação para outros. Assim, se examinarmos melhor tal enunciação, veremos que nela há referência a ameaças, mas o agente ameaçador encontra-se elidido. Esse OUTRO elíptico situa-se na cena discursiva e é o autor das supostas ameaças, constituindo-se no destinatário dessa seqüência discursiva. Ele é interpelado pelo sujeito do discurso através dos Governadores que funcionam, para tal fim, como mediadores. Ao mesmo tempo, esse segmento discursivo, ao

ser-lhe destinado, produz um efeito de sentido diverso: faz a esse OUTRO elíptico e afetado por FD2, o sujeito do discurso compromete-se a reagir e o alvo desta reação, sem dúvida, é o próprio destinatário. Ou seja, através desta dupla articulação interlocutiva, a mesma seqüência discursiva funciona como uma promessa no interior da cena enunciativa e como uma ameaça no âmbito da cena discursiva.

Esse duplo efeito de sentido é obtido porque o cenário discursivo, embora não mencionado, remete para Nação. Aqueles que se encontram incluídos em NACAO1 e NACAO2 são o alvo da promessa, por estarem inscritos na mesma FD do sujeito do discurso. Aqueles que foram excluídos, constituem o alvo da ameaça, por estarem afetados por FD2, que constitui o domínio de saber antagônico ao sujeito de D1.

Schlieben-Lange (1975), ao analisar a promessa como ato de fala, afirma que "as promessas estão estreitamente vinculadas a instituições, nelas nascendo e se constituindo" (Schlieben-Lange, op.cit., p. 85). Para a autora, "a promessa é historicamente determinada"¹⁰ (Idem, p. 86). Deslocando esta reflexão para Análise do Discurso, entendemos que a *promessa política* pode produzir vários efeitos de sentido. Na seqüência em análise, seu desdobramento em promessa e ameaça instaura-se por ser uma interlocução discursiva historicamente determinada e produzida no âmbito de uma prática discursiva. Dito em outras palavras: a mesma seqüência discursiva assume efeitos de sentido tão diferenciados em função das FD antagônicas que afetam o sujeito desse discurso e seu destinatário.

Examinaremos a seguir o processo de interlocução discursiva a partir de uma seqüência discursiva retirada de uma alocução presidencial dirigida aos brasileiros. Para tanto, examinaremos a seqüência CB104 extraída de discurso proferido por Castello Branco.

¹⁰ Traduzido por especial gentileza por Ute Baernert-Puerst.

CB104 - (...) [*Temos (...) segura confiança de que, afinal, os fatos não justificarão os receios dos temerosos das conseqüências da democracia, e muito menos as veleidades dos que acreditam serem as eleições porta aberta para a união dos piores em volta de um desesperado revanchismo. Estes subestimam a sensibilidade política do povo, e nós a temos em alto apreço (...)*] [Enganam-se, portanto, os que (...) imaginam poder transformar-se em centro de apoio ou estímulo à subversão ou à corrupção, à sombra de um resultado eleitoral] [Nesse particular, podem estar tranqüilos os revolucionários: jamais admitiremos que qualquer parcela de poder seja usada para fins inconfessáveis e capazes de comprometer a continuidade da Revolução]. [Esta, estejam certos os brasileiros, não se deterá]. [E não se deterá por estar bastante forte e suficientemente vigilante para reprimir *quantos* ensaiem, por qualquer modo, mudar os rumos do País, hoje em busca da ordem, do progresso e do bem-estar de todos os cidadãos] (CB2 - 30.09.65 - Palácio das Laranjeiras, RJ, Mensagem aos Brasileiros sobre as Eleições de 3/10, p.286-7)

Esta alocução presidencial dirige-se ao povo brasileiro como um todo (BRAS3), instituindo uma interlocução enunciativa, tal como é possível examinar através da cena enunciativa abaixo. (Fig. 11)

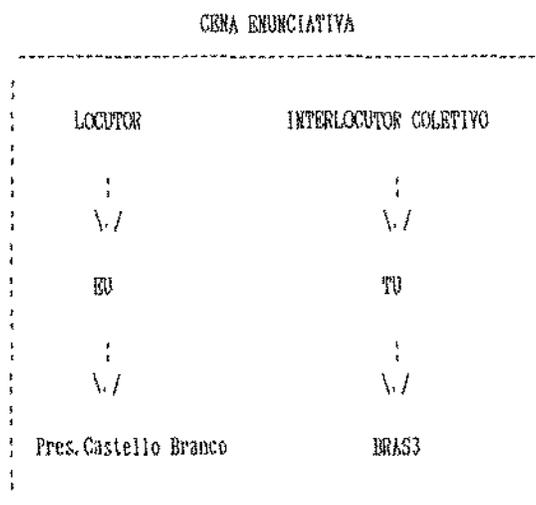
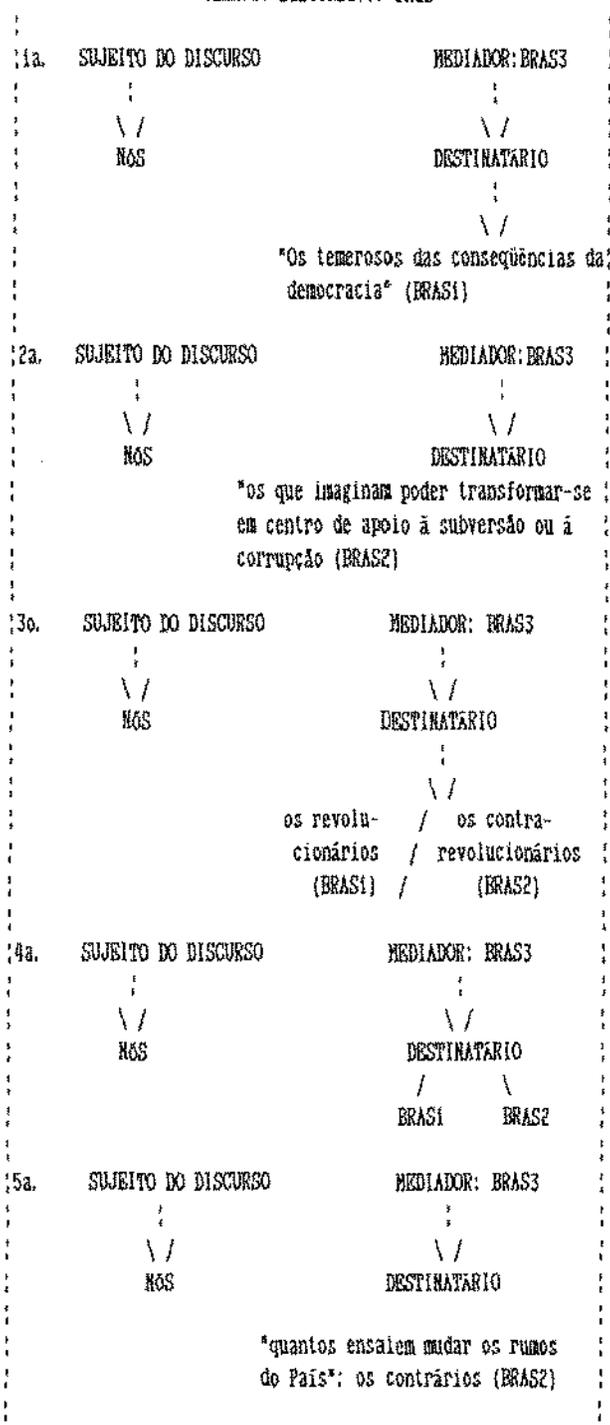


Fig. 11

Através dessa interlocução enunciativa, o sujeito do discurso interpela vários destinatários, revelando tal multiplicidade que o pretendido consenso da opinião pública encobre de fato uma variedade de correntes de opinião. Cada colchete representa, na interlocução discursiva, a mudança de destinatário, conforme veremos pelas cenas discursivas analisadas e reunidas na Fig. 12.

----- CENÁRIO DISCURSIVO: PAIS -----



----- INTERLOCUÇÃO DISCURSIVA -----

Fig. 12

Não se trata, como na análise anterior (Fig. 10), de uma única seqüência discursiva, produzindo vários efeitos de sentido. No presente caso, a seqüência que está em análise é constituída por uma série de cinco segmentos discursivos pertencentes a cenas discursivas diversas, construídas no cenário discursivo representado por PAIS, através das quais destinatários diferentes são interpelados. Examinemos os cinco destinatários para melhor distingui-los.

Na primeira cena discursiva, o sujeito do discurso dirige-se àqueles que temem o voto por entenderem que candidatos indesejáveis possam vir a eleger-se, já que o "Povo", em sua opinião, não possui "sensibilidade política". Trata-se evidentemente de POVO5 (massa de manobra política). Tal destinatário localiza-se em uma parcela específica de BRAS1, os "revolucionários" de extrema direita, desejosos de suprimir todos os instrumentos democráticos que regulam o poder. Esta posição do sujeito é respaldada na existência do segundo destinatário interpelado, o qual, segundo o sujeito de D1, pode induzir o "povo" a dar seu voto àqueles que representam a subversão e a corrupção, ou seja, os "maus Brasileiros", (BRAS2). Este segundo destinatário é advertido pelo sujeito do discurso. O terceiro segmento discursivo, por sua vez, especifica seu destinatário: os "Revolucionários" aí são genericamente interpelados. No entanto, esse segmento apresenta um funcionamento diverso dos anteriores por interpelar, de fato, dois destinatários diferentes: enquanto apresenta seu alvo visível, afetado por FD1, seu efeito é o de tranquilizar os "revolucionários", através da promessa de que haverá vigilância para impedir o desvio do poder, através das eleições. Ou seja, não exercerão o poder candidatos ligados à subversão e à corrupção. No entanto, os "revolucionários" tornam-se, por sua vez, mediadores, à medida que o mesmo segmento que os tranquiliza serve para interpelar os contra-revolucionários, afetados por FD2, que são advertidos contra quaisquer tentativas de alterar os rumos "revolucionários". No quarto segmento, a promessa dirigida aos "revolucionários" é estendida aos brasileiros, assumindo, para uma parcela destes (BRAS1), o efeito de promessa, e para outros (BRAS2), o efeito de ameaça, mobilizando novamente FD antagônicas. O último segmento, por sua vez, concentra-se apenas nos "maus" brasileiros (BRAS2), afetados por FD2, que são claramente ameaçados, caso tentem alterar os desígnos da "Revolução".

Ao analisar as cinco cenas discursivas anteriores, percebe-se que se trata, de fato, de um processo de interlocução discursiva múltipla por compor-se de várias cenas discursivas encadeadas, através das quais destinatários diversos são interpelados, um a um ou concomitantemente, como ocorre na terceira e quarta cenas discursivas. Tal diversidade está representada na Fig. 13 onde destinatários são indicados por Dt e interlocutor por I.

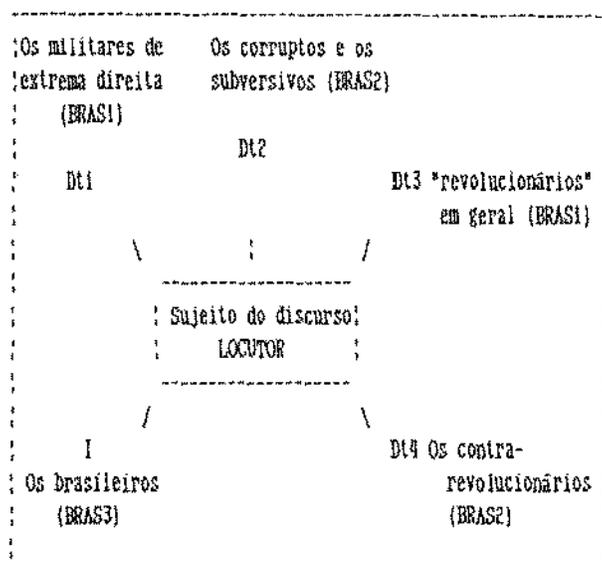


Fig. 13

A multiplicidade de destinatários desta interlocução discursiva deve-se ao fato de ser uma alocução dirigida aos brasileiros, ou seja, trata-se de um *interlocutor coletivo genérico* no interior do qual vários destinatários, afetados por FD diversas, podem ser interpelados, tornando-se tal interlocução bastante tensa. Essa característica não decorre da reversibilidade entre EU e TU, que caracteriza a interlocução enunciativa, mas pelo revezamento sucessivo e/ou concomitante dos destinatários interpelados pelo sujeito do Discurso. Essa é a reversibilidade própria à interlocução discursiva.

Cabe ainda examinar um tipo particular de interlocução constatada nas entrevistas coletivas concedidas pelos presidentes militares, tanto no Brasil, quanto no exterior. Com esse propósito, transcreveremos uma seqüência discursiva proveniente de entrevista coletiva do Presidente Geisel a jornalistas franceses do canal francês de televisão - TF1.

G104 - [...] Nós não temos, realmente, em nosso país, dificuldades políticas. O Governo é majoritário, tem maioria no Congresso (...) conta com o apoio da ARENA, que é o partido do Governo, tem maioria franca e apoio nos Governos Estaduais e acredito que tenha bom respaldo na opinião pública. A oposição, em si, não constitui dificuldade para o Governo. Acho que a Oposição existe e é necessária. Ela é condição fundamental para que nós possamos viver num regime democrático.] [Em verdade, no Brasil há limitações para os que querem subverter a ordem estabelecida. O Brasil não tolera terroristas, não tolera subversivos, não tolera seqüestradores e neste sentido a ação do Governo é efetiva, atuante.] [De resto, o País vive em absoluta liberdade. Às vezes, acho que até livre demais, pelo fato de essa liberdade nem sempre ser correspondida com a necessária responsabilidade] (G3 - 25.04.76 - Entrevista Coletiva - TF1 - França, p.67)

Representaremos globalmente nossa análise da interlocução enunciativa na Fig. 14.

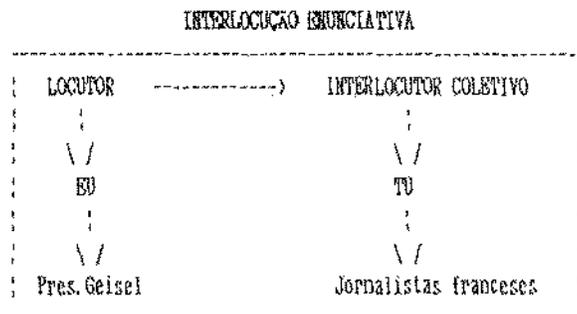


Fig. 14

Esta interlocução projeta a cena enunciativa para o espaço público internacional, onde a questão brasileira é muito discutida, em função do interesse que desperta junto à opinião pública mundial. Esse interesse é reforçado porque a França acolhia grande parte dos exilados brasileiros, bem como aí têm sede muitos organismos internacionais que defendem os direitos humanos, tais como a Anistia Internacional, por exemplo. É nessa situação específica que se desenrola a visita de Geisel à Europa, da qual resultaram várias entrevistas coletivas e de onde provém a seqüência em análise.

No interior dessa seqüência, estabelecemos três segmentos discursivos que compõem o processo bastante complexo da interlocução discursiva que aí se instaura. Examinaremos a seguir as três cenas discursivas que a constituem, representando-as através da Fig. 15.

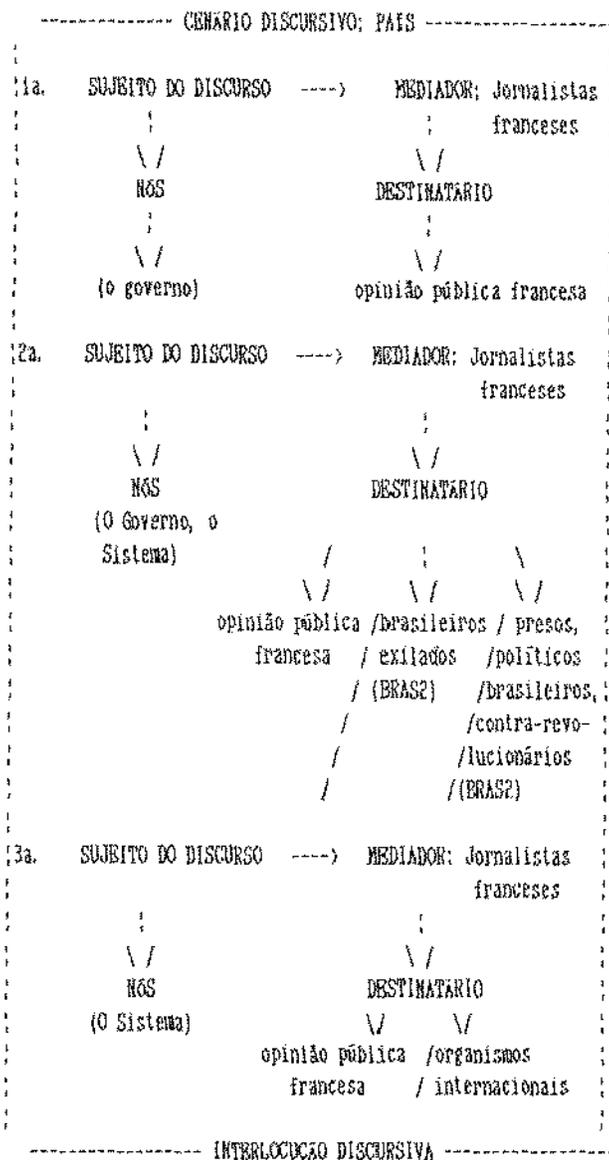


Fig. 15

Examinando essas três cenas discursivas, percebe-se que elas compõem uma interlocução discursiva bem mais complexa do que os estudos de Carlson & Clark (1982), anteriormente mencionados, permitem perceber. A primeira diferença decorre do fato de que não se trata de uma interação face-a-face entre apenas duas pessoas, nem tão pouco, se trata de uma interação entre entrevistado (TU) e entrevistador (EU) com o objetivo principal de informar a opinião pública francesa. É verdade, também, que os autores previam a existência, no interior da opinião pública, de participantes laterais públicos. No entanto, para eles o alvo principal das entrevistas televisivas consiste na opinião pública e, neste sentido, analisam entrevistas que se apresentam fortemente dotadas do traço griceano de cooperação.

Com base nas análises precedentes, discordamos deste autores, pois entendemos que o alvo essencial de entrevistas coletivas televisionadas do tipo de que nos ocupamos, não é o de informar a opinião pública. Talvez esta seja a função do entrevistador, mas, mesmo assim, entram outros componentes de caráter mais subjetivo, marcadamente inconscientes, que determinam a natureza das perguntas. Mas é sobretudo para o sujeito do discurso que o traço cooperativo de bem informar a opinião pública não é essencial. Muito mais importante revela-se a oportunidade de, através das respostas dadas ao entrevistador, interpelar um ou vários destinatários e enviar-lhes atos de fala específicos. Através dos jornalistas franceses, o sujeito do discurso, em um primeiro momento, visa à opinião pública francesa e internacional. É o que pode-se depreender do exame das três cenas discursivas. No entanto, diríamos que apenas a primeira delas poderia ser entendida como meramente informativa. Nela, o sujeito do discurso desenha o perfil de um Brasil democrático. Já na segunda e na terceira cenas discursivas, destinatários específicos são interpelados com maior ou menor clareza.

Vejamos inicialmente a segunda cena. Nela, a opinião pública francesa funciona como mediador para interpelar os exilados brasileiros domiciliados na França. Ou seja, por um lado, o sujeito do discurso afirma à opinião pública francesa que não há espaço para subversão no Brasil. De modo que, ao interpelar este destinatário coletivo, terroristas, subversivos e seqüestradores são objeto do discurso. Mas, concomitantemente, através do mediador - a opinião pública francesa - o sujeito interpela como destinatários os brasileiros exilados naquele país. A partir daí, de objeto externo ao discurso, estes passam a destinatários do discurso, na qualidade de 3a. pessoa discursiva e, desse modo, constitutivos da interlocução discursiva. Ao interpelar os brasileiros exilados, por extensão, é interpelada indiretamente toda uma gama de destinatários no Brasil, através das informações que a imprensa brasileira veiculava sobre a

viagem presidencial, tais como presos políticos brasileiros e contrarrevolucionários em liberdade que, porventura, pudessem reagir contra o Governo "Revolucionário". Esta segunda cena constrói uma interlocução discursiva bastante complexa, à medida que o espaço público francês amplia-se a ponto de abrigar o espaço público brasileiro, representado por PAIS. Se a opinião pública francesa é informada, os brasileiros são fortemente advertidos e ameaçados. Portanto, ao mudar do interlocutor para o destinatário, muda igualmente o efeito de sentido da seqüência discursiva, por estarem sujeito de discurso e destinatários afetados por FD antagônicas.

A terceira cena discursiva é menos complexa e visa, através da opinião pública francesa, a interpelar os organismos internacionais que se preocupam com os direitos humanos no Brasil. Assim, o sujeito do discurso opina sobre a liberdade existente no Brasil, em franco confronto com a opinião de tais órgãos e afirma que liberdade existe, mas que os brasileiros não sabem usá-la com responsabilidade. Trata-se de um advertência ao destinatário para que não se imiscua em problemas que desconhece e sobre os quais não tem direito de ingerência. Assim, a interlocução discursiva que se instaura a partir da terceira cena discursiva apresenta desdobramentos no nível das relações internacionais e mesmo diplomáticas. Ou seja, pelo viés de uma entrevista, instaura-se, de fato, uma prática discursiva que interpela destinatários diversos, afetados por FD em oposição, produzindo efeitos de sentido em confronto.

Considerações finais em torno do processo de interlocução discursiva

As análises precedentes possibilitam observar mais uma vez que nesse espaço discursivo há um único sujeito do discurso, qualquer que seja o locutor responsável pela alocução presidencial. Ao mesmo tempo, elas possibilitam observar melhor as diferenças entre interlocutor e o destinatário do discurso.

Enquanto na interlocução enunciativa, o interlocutor permanece o mesmo ao longo da alocução presidencial, na interlocução discursiva, o destinatário não só não é explicitado, como não é único. Esta função discursiva oferece um alto grau de revezamento, tendo-se constatado pelas análises precedentes que vários destinatários podem ser interpelados sucessivamente e/ou concomitantemente pelo sujeito do discurso.

Em suma, a reversibilidade na interlocução discursiva apresenta características diversas da reversibilidade própria da interlocução na enunciação. Enquanto nesta última a reversibilidade instaura a intersubjetividade, na primeira a reversibilidade dá lugar ao revezamento da figura discursiva do destinatário. Essa reversibilidade produz processos semânticos diversificados que chamamos de efeito de performatividade.

Cabe pois distinguir, nestas considerações finais, atos ilocucionários de efeito de performatividade. Os primeiros, próprios da teoria dos atos de fala, veiculam atos de fala dotados da intenção do locutor. Sua condição de felicidade consiste em garantir que tal intenção seja decodificada pelo interlocutor. Já efeito de performatividade envolve vários destinatários afetados por FD antagônicas, de tal sorte que instauram efeitos de sentido diferentes e, por vezes, conflitantes. É o que ocorre quando uma mesma seqüência discursiva pode produzir concomitantemente um efeito de promessa e um efeito de ameaça. Esses efeitos de sentido simultâneos e antagônicos, que chamamos de efeito de performatividade, resultam da tensão e/ou confronto entre domínios de saber em delimitação recíproca, mobilizados pelos participantes da interlocução discursiva.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Iniciamos esta segunda parte, citando a concepção de funcionamento discursivo formulada por Orlandi. Desejamos a ela retornar para encerrá-la: "funcionamento discursivo é a atividade

estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas." (1983, p. 53).

Essa volta faz-se necessária porque entendemos que, em nosso corpus, tais determinações existem no nível da *interlocução enunciativa*. No âmbito da *interlocução discursiva*, entretanto, o sujeito fragmenta-se, fica difuso e disperso. O mesmo ocorre com o Outro, seu destinatário, que, além de fragmentado, difuso e disperso, se constrói sobre o modo da indeterminação - seja ela referencial ou discursiva.

Vimos igualmente que o cenário discursivo deste discurso também é construído na modalidade da indeterminação, resultando daí que uma mesma seqüência discursiva pode dirigir-se a vários destinatários, afetados por FD antagônicas, revestindo-se de um efeito de performatividade que articula promessa e ameaça a um só tempo, por exemplo.

Desse modo, podemos afirmar que o percurso analítico que desenvolvemos ao longo desta Segunda Parte serviu para mostrar o trabalho discursivo que instaura em seu funcionamento a modalidade da determinação sobre o qual se ancora a construção da indeterminação.

Se o funcionamento do discurso presidencial da III^a República Brasileira caracteriza-se pelo trabalho da prática discursiva que conduz, em seu constante fluxo-refluxo, da determinação à indeterminação, propomo-nos examinar, a seguir, os processos que constroem a determinação desse discurso, bem como aqueles que instauram sua indeterminação.

TERCEIRA PARTE

A CONSTRUÇÃO DA HOMOGENEIDADE IMAGINÁRIA E SUAS RUPTURAS

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Frieda Indursky

e aprovada pela Comissão Julgadora em
22 / 12 / 1992.

YIG
Profa. Dra. Eni de Lourdes R. Orlando

PRIMEIRAS PALAVRAS

O exame do funcionamento do discurso presidencial colocou em evidência o duplo processo discursivo instaurado em nosso corpus, o qual vem ao encontro da indagação que formulamos na abertura da presente tese:

- (1) o discurso presidencial da Terceira República Brasileira constitui um espaço discursivo fechado?

ou, ao contrário,

- (2) o discurso presidencial é heterogêneo?

As análises levadas a termo na Segunda Parte indicam a coexistência desses dois processos discursivos no corpus em análise: o trabalho discursivo aí instaura a determinação sobre a qual é construído o processo de indeterminação. Dito em outras palavras: a determinação consiste no trabalho discursivo de "fechamento" do discurso em análise, daí derivando seu efeito de homogeneidade, enquanto a indeterminação é resultante do trabalho de "camuflagem" dos processos discursivos responsáveis pela incorporação ao discurso presidencial de elementos que são alheios ao seu domínio de saber, daí resultando uma heterogeneidade não-marcada que rompe com a homogeneidade imaginária desse espaço discursivo.

Nesta Terceira Parte analisaremos esses dois processos discursivos. No primeiro capítulo, que leva por título *Da determinação à sobredeterminação*, examinaremos o trabalho de construção da determinação do discurso em pauta. No segundo capítulo, analisaremos o trabalho discursivo de construção da indeterminação, através do qual é rompida a homogeneidade. Esse capítulo intitula-se *Sobre a heterogeneidade do discurso presidencial*.

1- DA DETERMINAÇÃO À SOBREDETERMINAÇÃO

Iniciando a reflexão

Os processos de enunciação, no entender de Pêcheux e Fuchs (1975, p. 20), consistem em uma série de determinações sucessivas,

realizadas por mecanismos sintáticos, através das quais o enunciado se constitui, colocando o que foi efetivamente dito, e rejeitando o que poderia ter sido dito, mas não o foi, isto é, o *não-dito*. A enunciação estabelece, deste modo, uma fronteira entre o que o sujeito diz e constitui a materialidade de seu discurso e o que dele se configura como fortemente excluído. Como é possível perceber, esta é uma concepção discursiva da determinação e constitui exatamente o que designamos de trabalho discursivo de construção da determinação.

No presente capítulo, faremos um exame da determinação sob diferentes aspectos, a saber: (1) sua concepção aristotélica; (2) sua aceção gramatical; (3) o ponto de vista linguístico e (4) a perspectiva discursiva.

Como a **operação de deteminação** incide sobre o substantivo e dado que, em nosso corpus, esta categoria gramatical faz-se acompanhar do adjetivo, pretendemos investigar seu funcionamento, pois a construção N + Adj, no discurso em análise, constitui um dos lugares privilegiados onde se articulam *sentido, sintaxe e ideologia*, respondendo por vários processos semânticos que aí se instauram: (1) os processos de enunciação onde os adjetivos trabalham para determinar as significações de D1; (2) os processos discursivos em que tais determinações estão inseridas; e (3) os efeitos de sentido que derivam desse trabalho de determinação discursiva.

1.1- DA DETERMINAÇÃO FILOSÓFICA À REFERÊNCIA

Iniciaremos nossa reflexão, examinando a concepção filosófica de determinação em Aristóteles. Para tanto, precisamos rever suas categorias filosóficas. Embora o autor as tenha concebido para refletir sobre o universo e, portanto, sem nenhum compromisso com a linguagem e suas funções, muito cedo os gramáticos delas apropriaram-se e reduziram-nas a categorias gramaticais. Por esta razão, retornamos a Aristóteles para quem

" as expressões sem nenhuma ligação significam a substância, a quantidade, a qualidade, a relação, o lugar, o

tempo, a posição, a possessão, a ação, a paixão. É substância, para reduzi-la a uma única palavra, homem, cavalo, por exemplo; (...) qualidade: branco, gramático; (...) ação ele corta, ele queima; (...)

"Estes termos em si e por si não afirmam nem negam nada; é apenas pela ligação que eles estabelecem entre si que se produz a afirmação ou a negação. De fato, toda afirmação e toda negação é, aparentemente, verdadeira ou falsa, enquanto, para expressões sem ligação, não há verdade nem falsidade" (ARISTÓTELES, 1946, p. 5-6).

A partir da citação precedente, percebe-se que as categorias aristotélicas ancoram-se fortemente na linguagem, já que os termos isoladamente nada significam. Para que produzam significação, devem estar interligados, constituindo expressões que, por sua vez, ao serem relacionadas entre si através de um verbo, dão origem a um discurso (ARIST., op. cit., p. 84). Todo discurso possui uma significação convencional. Se puder ser avaliado em termos de verdadeiro ou falso, está-se diante de uma proposição. Apenas as proposições constituem objeto de investigação. Como se vê, nada mais antigo, nada mais atual. Mas retornemos ao exame das categorias. Para Aristóteles são "*substâncias secundárias* as espécies nas quais as substâncias tomadas em seu sentido primeiro estão contidas, bem como os seus gêneros. Por exemplo; o homem individual, entra em uma espécie, que é o homem, e o gênero desta espécie é o animal." (Idem, p. 7). Dessa forma, podemos referir a natureza do homem individual através da espécie ou do gênero. Tanto uma como outra forma estará provendo "uma explicação apropriada, que se tornaria ainda mais precisa se, em lugar de dizermos que se trata de um animal, preferirmos dizer que é de um homem que se trata. Por outro lado, atribuir ao homem qualquer outra determinação implicaria tornar a explicação imprópria" (Idem, p. 11) (o grifo é nosso).

De tudo quanto precede, pode-se afirmar que *determinar significa propor uma explicação apropriada e precisa*. Mas esta é ainda uma visão parcial dessa noção aristotélica. Aristóteles entende que é próprio da *substância primária* significar um ser determinado porque é idêntica e una. Já a *substância secundária*, por referir uma

multiplicidade de seres, significa, de preferência, uma qualificação. Neste caso, a espécie e o gênero não significam a qualidade de modo absoluto, mas "*determinam a qualidade em relação à substância; o que significam é uma substância de tal qualidade.* A determinação possui, aliás, *uma extensão maior* no caso do gênero do que no caso da espécie, pois o termo animal abrange um número maior de seres do que o termo homem" (Idem, p. 15) (o grifo é nosso).

Desse modo, podemos retomar a noção de determinação, acrescentando-lhe estas novas especificações. *Determinar*, nesse passo da revisão aristotélica, implica a *explicação apropriada e precisa, capaz de prover a especificação da substância, pelo viés de sua qualidade.* Uma tal concepção permite delimitar o universo de seres que podem ser qualificados e, por conseguinte, determinados. (Idem, p. 17). E se tal ocorre é porque "a substância, mesmo permanecendo idêntica e una, está apta a receber contrários, em virtude de modificações" (Idem, p. 17). Exemplo disso é que o homem individual, ainda que permanecendo uno e idêntico a si mesmo, ora pode ser branco, ora pode ser negro; ora bom, ora mau. (Idem, p. 18).

Retomando a noção de determinação, com base no que precede, a formulamos como a *explicação apropriada e precisa, capaz de especificar com exatidão a qualidade da substância.* Ou seja: já que a substância, idêntica a si mesma e una, pode sofrer modificações que a tornam apta a receber os contrários, é preciso que a explicação dê conta de tais peculiaridades.

A categoria de relação ou de relativos contribui igualmente para desenhar a concepção aristotélica de determinação. O autor afirma que relativos são "os termos cuja essência consiste no fato de que os seres ditos dependem de outras coisas ou relacionam-se de algum modo a outra coisa. Assim, uma montanha é considerada grande em relação a outra coisa" (...) e "o semelhante é dito semelhante a qualquer coisa" (Idem, p. 30).

Ou seja, para que uma *explicação apropriada e precisa, capaz de especificar com exatidão a qualidade da substância, possa ser providenciada, é preciso colocar uma substância em relação com outra.* Só assim é possível qualificá-la adequadamente. Neste sentido, a *determinação* pode decorrer da categoria de relação.

Aristóteles também examina a *qualidade* da substância. Diz o autor que "é em virtude da qualidade que somos ditos ser tal" (idem, p.42). Essa categoria pode expressar estados duráveis (virtude, justiça); disposições cambiáveis (calor, saúde); aptidões naturais (bons/maus corredores); qualidades afetivas (brancura, docura).

Examinando estes três últimos passos, percebemos que tanto a aptidão para receber contrários, como a categoria de relação e a qualidade promovem a determinação. Ou seja, um homem pode ser branco ou preto; uma montanha pode ser grande, se comparada a outra, pequena; um homem pode ser justo ou injusto.

A determinação assim concebida manifesta-se através de expressões lingüísticas onde a substância aristotélica é lingüisticamente nomeada, através de um substantivo que, por representá-la, subsume suas especificações e acaba por com ela confundir-se. Os traços que, por sua vez, concorrem para determinar tal substância são lingüisticamente veiculados por adjetivos que concorrem para distinguir as qualidades, as peculiaridades e as relações da referida substância. Assim os adjetivos constituem-se na categoria gramatical que explicita a significação dos substantivos, manifestando lingüisticamente a determinação da substância, que é de ordem filosófica.

O percurso realizado até o presente momento permite não apenas explicitar o processo de determinação aristotélica, como facultar-nos acompanhar sua redução, por contigüidade e sobreposição, às categorias gramaticais. Percebe-se igualmente que a discussão filosófica da significação aos poucos vai deslocando seu foco de interesse que desliza da determinação para a referência.

É assim que, fazendo um salto no tempo, vamos reencontrar, em 1892, a oposição aristotélica *compreensão/extensão* reinterpretada por Frege (1978, p. 61-109) em termos de *sentido e referência*, embora tais conceitos não se recubram com exatidão. Para Frege a *referência* de uma expressão remete para o objeto por ela designado, enquanto seu *sentido* envolve o modo pelo qual a expressão designa esse objeto, quais as informações nela contidas que autorizam a identificação do objeto designado. Assim, percebe-se que o *sentido* de uma expressão assemelha-se, em parte, à *compreensão*, à medida em que dela conserva apenas os traços que, na língua utilizada, servem para identificação da *referência*.

Ao par *compreensão/extensão* corresponde um outro que, igualmente, trata da *referência*: *intensão/extensão*. Russel em sua *Introdução à Filosofia Matemática* (1981) assim define estas funções: uma função é *extensional* de uma função "se ela for semelhante a 'todos os homens são mortais', isto é, se o seu valor-de-verdade permanecer inalterado pela substituição por qualquer função formalmente equivalente; e quando uma função de uma função não for *extensional* nós a chamaremos '*intensional*', de forma que 'creio que todos os homens são mortais' é uma função *intensional* de 'x é humano' ou 'x é mortal'. Assim, as funções *extensionais* de uma função x podem, para fins práticos, ser consideradas funções da classe determinada por x, enquanto as funções *intensionais* não podem assim ser consideradas. (RUSSEL, op. cit, p. 178)

Lyons (1980) define *extensão* como "a classe das coisas às quais aplicam-se corretamente o conjunto de propriedades essenciais", enquanto entende que "*intensão* é o conjunto de propriedades essenciais que determina a aplicabilidade deste termo" (Lyons, 1980, p. 133).

Dito em outras palavras: se considerarmos um conjunto através de todos os elementos que o constituem, trata-se de uma perspectiva *extensional*, ao passo que examinar parte deste conjunto sob o ponto de vista de suas propriedades implica uma perspectiva *intensional*.

Para melhor refletir sobre a questão da referência, retornamos a Frege (1978, p. 38-109). Este autor, ao estudar as expressões assertivas, constata que estas, frequentemente, apresentam-se com sentido incompleto. Para que este seja completo, faz-se necessário que um argumento venha completá-las, saturando-lhes o sentido. Conseqüentemente, os objetos são valores de função, são o resultado da saturação de uma função por um argumento que vem ocupar o "lugar vazio" da referida função.

Em termos lingüísticos, a saturação do lugar vazio é feita pelos determinantes.

Percebe-se que esta idéia desenvolvida por Frege está na base das descrições definidas propostas por Russel (Russel, op. cit., p. 166), ainda no âmbito da referência. Para este filósofo as descrições consistem em expressões de "várias palavras, cujos significados já estão fixados, e das quais resulta o que quer que seja tomado como 'significado' da descrição" (Idem, p. 166). As descrições podem ser *definidas*, quando referenciam com especificidade, ou *indefinidas*. As *descrições definidas* podem ser representadas por DET+N (Ex.: *o homem*), ou seja, são singulares.

Searle retoma as *descrições definidas*, em 1969, no âmbito de *Os atos de linguagem* (1972), chamando-as de referência definida única (Searle, op. cit., p. 115). O autor entende que nem todos os empregos referenciais são de fato referenciais (Idem, p. 120). Propõe-se reexaminá-las como *atos proposicionais de referência*, dos quais distingue dois tipos: (1) *referência completa* - quando o objeto é identificado pelo interlocutor de modo não ambíguo; (2) *referência efetiva* - quando há referência, embora esta não seja suficiente para afastar a ambigüidade (Idem, p. 127).

Para que o ato de referência seja completo, Searle (idem, p. 217) define suas condições de realização:

- 1- deve existir um só objeto ao qual se aplica o enunciado que contém a expressão produzida pelo locutor (axioma da existência);
- 2- o interlocutor deve ser capaz de identificar o objeto a partir do enunciado e da expressão do locutor (axioma da identidade)

Tais axiomas apresentam os seguintes desdobramentos

- 1.1- existe *pelo menos um* objeto ao qual se aplica o enunciado;
- 2.1- existe *apenas um* objeto ao qual se aplica o enunciado.

Como é possível perceber, há diferentes graus de identificação da referência, que oscila desde sua não-identificação até a referência parcial. (Idem, p. 134)

Das noções que rastreamos nessa seção, os conceitos *compreensão* e *extensão* fazem-se presentes nas gramáticas tradicionais, *intensão/extensão* apresentam-se em gramáticas modernas, enquanto os conceitos de *sentido* e *referência* subjazem às concepções da lingüística moderna, como veremos, a seguir.

1.2- DA DETERMINAÇÃO FILOSÓFICA À DETERMINAÇÃO GRAMATICAL

Dada a fusão das categorias filosóficas e gramaticais, examinaremos, na presente seção, a concepção de *determinação gramatical* e de *determinante*, bem como procuraremos estabelecer quais os elementos lingüísticos que estão aptos a realizarem esta função.

No século XVI, Despautère (apud HAROCHE, 1984, p. 113) entende que *determinar* (determinare) consiste em retirar uma confusão da significação através de uma construção sintática que envolva adjetivos, advérbios, pronomes e apostos. Ou seja, tal concepção é aristotélica.

No século XVII, na gramática de Port-Royal (ARNAULD & LANCELOT, 1992, p. 313), a oposição entre substantivo e adjetivo baseia-se na oposição aristotélica entre substâncias primárias e secundárias, e o modo de ser destas substâncias. Na opinião daqueles gramáticos e de toda uma tradição que daí decorre, as substâncias

subsistem por si mesmas, enquanto os acidentes só existem através das substâncias. Decorre daí o entendimento de que os substantivos subsistem por si mesmos no discurso, enquanto os adjetivos precisam aparecer unidos a outros nomes do discurso para subsistirem.

Esses gramáticos perceberam também que um substantivo, isoladamente, não tem a capacidade de designar e passaram a refletir sobre a *determinação*, desenvolvendo sua pesquisa sobre *determinantes*. Trata-se dos artigos que, acrescidos ao substantivo, fixam-lhe uma extensão, conforme já salientara Aristóteles, o que lhes permite designar um setor da realidade. (PORT-ROYAL, 1992, p. 51-4). Os gramáticos de Port-Royal distinguem no substantivo sua *significação*, que é *fixa*, variando apenas acidentalmente, por equívoco ou por metáfora. A *extensão dessa significação é variável*, segundo se tome a palavra para toda a espécie ou para uma parte certa ou incerta da mesma. Em sua opinião

"somente em relação a essa extensão, dizemos que um nome comum é indeterminado, quando nada há que indique que se deva tomá-lo de modo geral ou particular; e sendo tomado de modo particular, se é para um particular certo ou incerto. E, ao contrário, dizemos que um nome é determinado quando há algo que lhe indique a determinação. Isto mostra que por determinado não entendemos restrito, já que, conforme o que acabamos de dizer, um nome comum deve passar por determinado quando houver alguma coisa que indique que ele deve ser tomado em toda sua extensão, como nesta proposição: Todo homem é racional" (PORT-ROYAL, 1992, p. 74).

Assim, retomemos para exemplificar o caso de brasileiros, todos os brasileiros, alguns brasileiros, já examinados no segundo capítulo da Segunda Parte. No entender dos gramáticos de Port-Royal, os brasileiros e todos os brasileiros referem a totalidade dos seres nascidos no Brasil. Já alguns brasileiros refere apenas uma parte dos mesmos, sem, contudo, instalar, através dessa expressão, a indeterminação. Ao contrário. A função de alguns é a de determinar o conceito, delimitando sua extensão. Assim, para Port-Royal, o papel dos indefinidos, restritivos ou não, é o de dar um referente a termos que, de outro modo, possuem apenas um sentido: são, pois, operadores que fazem corresponder uma extensão a uma compreensão. Graças a eles,

as palavras deixam de estar ligadas a idéias puras e são relacionadas a um universo de objetos.

Du Marsais, no século XVIII (apud HAROCHE, 1975, p. 115-6) teoriza a determinação a partir de dois tipos diversos de relação sintática. A primeira consiste na *relação de identidade* que fundamenta os princípios da concordância entre adjetivos e substantivos, pois o primeiro enuncia o que o segundo é. Vale dizer que se o adjetivo é o substantivo analisado, o primeiro só existe em função do segundo. Já a *relação de determinação* de uma palavra ocorre pela adjunção de um ou vários determinantes cuja função é a de restringir o significado do substantivo que determina(m).

Assim, é possível perceber que a distinção entre a relação de identidade e a relação de determinação, em Du Marsais, fundamenta-se basicamente sobre a oposição entre *compreensão* e *extensão* das idéias. Ou seja, desenvolve a noção de extensão já presente em Aristóteles e em Port-Royal. Aí já está contida, embora de forma incipiente, uma certa noção de referência, pois esse autor entende que *os substantivos referem um objeto* que é descrito pelo adjetivo.

Parece-nos que, em Du Marsais, não há mais sobreposição de categorias gramaticais e filosóficas. Pelo que nos é facultado perceber, esse gramático passa a examinar como ocorre linguisticamente a operação de determinação. Ou seja, não está mais preocupado em determinar a substância, mas em descrever o processo de determinação das palavras, o qual poderia ser aproximado de certas descrições lingüísticas da mesma operação.

Examinaremos a seguir a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, de Soares Barboza (1830). Já na introdução, caracteriza-se como uma "grammatica philosophica e razoada", filiando-se à gramática de Port Royal que assim se definia desde seu título. Compete a uma gramática com tais propósitos, segundo o autor, descobrir as leis físicas e psicológicas que subjazem ao sistema lingüístico, e não apenas descrever suas regras práticas.

Lendo o capítulo dedicado ao estudo "Das Palavras Discursivas", percebe-se de imediato sua filiação a Aristóteles:

"Na Natureza não existe outra couza mais do que Individuos, e as Relações, que os mesmos tem ou consigo mesmos, (...), ou com outros diversos, nascidas das suas mesmas propriedades, ou naturaes ou accidentaes: as quaes relações fazem com que muitos de taes seres individuaes formem diferentes séries parciaes, cada huma com seu fim particular a que tendem, e todas estas series parciaes formem huma cadeia e ordem geral, com hum fim commum, aqual se chama Ordem do Universo" (Soares Barboza, op. cit., p.104) (o grifo é nosso).

Como se vê, Soares Barboza reflete sobre os Individuos que compõem o universo, retomando desse modo a reflexão aristotélica. A seguir, o autor mostra que a reflexão humana é determinada pela organização do universo, estimando que no espírito do homem há "duas couzas" (1) as Ideas que podem ser "sensíveis ou directas; ... reflexas;" ... ou ainda oriundas da "comparação que a mesma faz das propriedades de diferentes objectos, fixando sua atenção sobre o que ellas tem de comum e semelhante entre si"; (2) a combinação ... que o espírito humano faz destes mesmos objetos e ideas, "olhando-as por diferentes faces (...) para perceber as diversas relações que humas tem com as outras ou de Identidade, ou de Determinação, ou de Nexo ou de Ordem" (Idem, p. 103-5).

Ou seja, segundo Soares Barboza para refletir sobre a ordem do universo, o espírito humano é dotado de idéias que precisam ser examinadas e para tal estabelece as categorias necessárias. Assim, Soares Barboza transita da ordem do universo para a ordem das idéias e destas para a ordem das palavras:

"não sendo as palavras senão signaes dos nossos pensamentos, não podem constituir outras classes geraes que não sejam as destes mesmos pensamentos; e como estes não são senão Ideas, ou combinações das mesmas: as palavras Discursivas, que os exprimem, de necessidade se devem tambem reduzir a duas classes geraes, e outras que as combinão entre si. As primeiras se podem chamar Nominativas, e as segundas combinatórias ou conjuntivas" (Idem, p. 105-6) (o grifo é nosso).

Ou seja, as idéias humanas precisam da materialidade das palavras para nomear, comparar, relacionar. E as palavras Nominativas, à semelhança da substância aristotélica, possuem a

propriedade de nomear as idéias e caracterizá-las, enquanto as palavras combinatórias relacionam entre si tais idéias. Desse modo, Soares Barboza faz a passagem da ordem das idéias para a ordem das palavras, procurando estabelecer um paralelismo entre estas duas ordens. Ao especificar as diferentes palavras do discurso, o autor refere-se a "*Nome Substantivo, Nome Adjetivo, Verbo Substantivo, Preposição e Conjunção*" que entende serem as "partes elementares discursivas" (Idem, p.107)

Examinaremos particularmente as duas primeiras categorias gramaticais apontadas pelo autor. Segundo Soares Barboza "Os substantivos propõem as ideias principais" (Leia-se a substância). "Os adjetivos as accessorias" (leia-se as qualidades, os contrários, os relativos), "como objectos dos nossos discursos" (correspondentes aos objetos do universo) para se combinarem e compararem" (Idem, p.108).

Mais adiante, Soares Barboza compara estas duas categorias, entendendo-as ambas nominativas, mas dotadas de funções diferentes:

"o adjectivo sim he huma parte Nominativa; porém de diferente especie da do nome substantivo; (...) o adjectivo exercita huma funcção necessária e indispensavel na enunciação do pensamento. Porque, se não pode haver proposição sem hum sujeito e sem hum attributo; e se o nome substantivo não o he menos para significar este. Estas duas funções são inteiramente distintas. Porque a ideia, que faz o sujeito da proposição, não pode deixar de ser huma ideia de couza que subsista per si; ou na natureza, ou no nosso modo de a conceber. Pelo contrario a ideia que faz o attributo da proposição necessariamente ha de ser huma ideia de qualidade, ou couza que o valha, e que per si não pode subsistir, mas necessita de um sujeito, em quem exista" (Idem, p. 107-8) (Os grifos são nossos).

Examinando a distinção que Soares Barboza estabelece entre substantivo e adjetivo, percebe-se que ainda é muito estreita a vinculação entre mundo ("subsistir na natureza"), idéia (que "subsista por si") e categoria gramatical. De modo que sua concepção destas duas categorias gramaticais é o reflexo da ordem do universo e da ordem das idéias. Pode-se pois afirmar que a filiação filosófica remete a Aristóteles, enquanto a redução das categorias filosóficas

para suas correspondentes gramaticais se faz segundo o modelo de Fort Royal.

Mais adiante, Soares Barboza explicita sua concepção de adjetivo, ao descrever sua função, nestes termos:

"Todo o nome, que se ajunta a hum substantivo para modificar, ou determinando-o, ou explicando-o, ou restringindo-o, he para mim hum nome Adjectivo (...) quer seja declinável, quer indeclinável. Esta he a idea, que leva consigo para o nome adjectivo, isto he, a de uma idea accessoria, que modifica outra" (Idem, p.109)

Ou seja, os nomes que servem para "a enunciação do pensamento" se distinguem em substantivo que "exprime qualquer couza como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração, sem dependência de outra" e em adjetivo que "he hum nome, que exprime huma couza como accessoria de outra para ser sempre o attributo de hum sujeito claro, ou occulto, sem o qual não pode subsistir" (Idem, p.115).

Nesse ponto da reflexão, faz-se necessário examinar mais detidamente sua concepção de determinação, pois esta é uma das funções do adjetivo, mas não a única. Pela citação anterior, percebe-se que a noção de *modificação*, que é mais abrangente, aponta para funções do adjetivo, dentre as quais encontra-se a determinação, conforme é possível perceber tanto na citação anterior, quanto na que se segue:

"o sujeito que o Adjectivo indica, necessariamente hade ser hum nome commum, e appellativo, que so he susceptivel de modificações e determinações, por ser de sua natureza vago e indeterminado". (Idem, p.139)

Essa vaguidade atribuída ao nome é modificada pela ação do adjetivo. Para Soares Barboza, há diferentes modos de modificar um nome, daí decorrendo três diferentes espécies de adjetivo.

A primeira é designada pelo autor de *adjetivos determinativos*. Vale dizer que estes são responsáveis pela *determinação dos substantivos*. Ele os considera como *adjetivos determinativos* por aplicarem "o nome da classe a mais ou a menos individuos, incluídos nella, ou a todos". (Idem, p.140). Como exemplo indica *todo, todos,*

alguns, o, os e salienta que esta espécie de adjetivo não altera a significação do nome, limitando-se apenas a "applicá-la aos individuos da sua classe, ou tomando-os todos junctos, quer collectivamente - *Todos os homens, nenhum homem*; quer distributivamente - *Todo homem, cada homem* ou em parte - *alguns homens*; ou singularmente - *o homem, este homem*". (Idem, p.141).

Ou seja, a operação de determinação para Soares Barboza aparece relacionada à problemática da extensão anteriormente examinada por Aristóteles, mas não se confunde com ela. Enquanto Aristóteles reflete sobre a maior ou menor quantidade de individuos do universo que são abrangidos, quando tratados como classe, gênero ou espécie, Soares Barboza reflete sobre a função lingüística da determinação que auxilia a enunciação do pensamento, determinando os substantivos envolvidos nas proposições para delimitar a maior ou menor extensão da classe que representam. O autor salienta igualmente que os adjetivos determinativos sempre precedem o nome que determinam, ao contrário das outras espécies de adjetivos. Também destaca que os adjetivos determinativos distinguem-se dos demais por existirem em pequeno número, enquanto os outros são muito numerosos, o que equivale a dizer que "as qualificações de hum nome commum podem ser infinitas; as determinações são poucas e as mesmas para todos os Appellativos." (Idem, p.142). Em suma, os determinativos "applicam os nomes communs, e os determinão a hum sentido individual" (Idem, p.142).

A segunda espécie de adjetivos distinguida por Soares Barboza é a dos *adjetivos explicativos* cuja função é a de *modificar o substantivo, qualificando-o*. Via de regra estes adjetivos pospõem-se aos substantivos que modificam e existem em número infinito. E Soares Barboza adverte que os explicativos nada acrescentam à significação do substantivo, limitando-se a desenvolver características que o nome já contém. Exemplifica com "*Deos justo*", onde o adjetivo justo é

explicativo à medida que apenas explicita uma qualidade que é inerte a Deus. Os explicativos apontam qualidades constantes e essenciais.

A terceira espécie de adjetivos é a dos *adjetivos restritivos* que modificam a significação do substantivo, acrescentando-lhe uma idéia nova, não compreendida em sua significação, ficando, portanto, restringida sua aplicação a um número menor de indivíduos. Por conseguinte, tal qualidade não é constante; ao contrário, é acessória e accidental. Estes costumam também posporem-se ao nome e existem em grande número. O autor aponta ainda como característica dessas duas últimas espécies de adjetivos o fato de se mostrarem capazes de receber aumento em sua significação, o que não ocorre com a primeira espécie, a dos determinativos. (Idem, p. 178-82).

Antes de mais nada, faz-se necessário salientar que a concepção de determinação de Soares Barboza é muito atual. Da mesma forma, são atuais seus critérios para opor determinativos e qualificativos. Comparando a reflexão de Du Marsais com a de Soares Barboza, o que as distingue é que, para o primeiro, os três tipos de adjetivos participam do processo de determinação, enquanto, para o segundo, apenas os determinativos estão qualificados para fazê-lo.

Daremos um salto no tempo, para examinar como gramáticas atuais analisam tais questões. Para tanto, examinaremos inicialmente a Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1946).

Nela lê-se que "o adjetivo é a palavra que tem por função *modificar o substantivo, indicando-lhe as qualidades ou determinando alguma circunstância externa de sua existência*". E o autor acrescenta que "os adjetivos não vêm sós na frase, porém sempre *agregados a substantivos cujas qualidades descrevem ou cuja extensão determinam, limitando-a*. Por isso alguns gramáticos dão aos *qualificativos o nome de descritivos e aos determinativos o nome de limitativos*". (PEREIRA, op. cit, p. 96) (o grifo nosso).

O autor define, mais adiante, o adjetivo qualificativo como "o que *modifica o substantivo, indicando alguma de suas qualidades*"

(Idem, p. 97) e o adjetivo determinativo como "o que se ajunta ao substantivo para determiná-lo" (Idem, p. 98)

Percebe-se que as noções de *modificação* e de *qualidade* relacionam-se à *compreensão*, enquanto as de *determinação* e *limitação* vinculam-se à noção de *extensão*. Esse relacionamento pode ser confirmado a partir da reflexão que o autor desenvolve sobre os substantivos. Afirma ele que "devemos distinguir no substantivo a *compreensão* e a *extensão*, *compreensão* são os caracteres distintivos do ser nomeado pelo substantivo; e *extensão* são todos os seres abrangidos nessa compreensão" (Idem, p. 75).

Ou seja, substantivos e adjetivos continuam sendo caracterizados através das categorias aristotêlicas nos mesmos termos de Port-Royal, Du Marsais e Soares Barboza.

Vejamos como Bechara examina esta questão em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (1976). Nela o autor define adjetivo como uma "expressão modificadora que denota qualidade, condição ou estado de um ser" (BECHARA, op. cit., p86). Mais adiante acrescenta que "um adjetivo pode ser *explicativo* ou *restritivo*". *Explicativo* é o que designa uma qualidade, condição ou estado essencial ao ser. *Restritivo* é o que "designa qualidade, condição ou estado *acidental* do ser". Reconhece-se em Bechara noções oriundas de Soares Barboza.

Tomemos, a seguir a *Gramática do português contemporâneo* de Cunha (1971, p. 111) para verificar sua noção de adjetivo. Para este autor, ele consiste em uma "espécie de palavra que serve para *caracterizar os seres ou os objetos nomeados pelos substantivos*, indicando-lhes uma qualidade ou um defeito; o modo de ser; o aspecto ou a aparência; o estado". Ou seja, essa descrição corresponde aos adjetivos qualificativos ou, simplesmente, adjetivos.

Percebe-se que a gramática tradicional, a exemplo da Gramática de Port-Royal e de Soares Barboza, define o adjetivo como palavra que se une ao substantivo para descrever a qualidade do objeto ou do ser designado pelo substantivo, ficando a função de determinar reservada

na gramática tradicional aos antigos adjetivos determinativos. Acrescente-se a isto o fato de não mais haver referência, em tais gramáticas, ao processo de determinação.

Essa repartição entre *adjetivos* e *determinantes* realizada pela gramática tradicional aproxima-se da classificação feita por Du Marsais no século XVIII e Soares Barboza, no século XIX. O que as distingue é que os adjetivos não determinam, apenas modificam o substantivo, ficando para os determinantes a operação de determinação dos nomes.

Para encerrar esta seção, examinaremos a Gramática da Língua Portuguesa (Mateus et alii, 1983). Trata-se de uma gramática moderna que toma como pressupostos certos conhecimentos produzidos pela lingüística e onde reconhecemos presente a reflexão sobre a significação e a referência.

As autoras, ao analisarem a estrutura interna do SN, estabelecem a categoria dos **especificadores** que são definidos como "todos os elementos que se encontram à esquerda do núcleo do SN e não funcionam como complemento" (Mateus, op. cit. p. 255-6). Entre os especificadores, apontam os determinantes, os quantificadores e as expressões qualitativas. Ou seja, os determinantes aparecem como categoria separada dos demais especificadores. Entendem por **determinante** uma classe limitada de elementos que precedem o nome e o determinam do ponto de vista semântico. Com este termo designam os artigos e os adjetivos determinativos, (demonstrativos, possessivos e indefinidos: **este país, nossa pátria; o Brasil é um país**). Reconhece-se aí a reflexão que nasce em Soares Barboza e estende-se até nossos dias, tanto na gramática, quanto na lingüística.

Segundo as autoras, "para que os nominais designem efetivamente [...] um determinado referente, é necessário que sobre eles atuem operações de determinação¹. Trata-se de processos de natureza

¹ Embora as autoras não citem, devemos apontar que Calboli trabalhou especificamente com as operações de determinação, classificando-as como operações de "flechagen", de extração e de percurso desenvolvidas no trabalho "Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage" em colaboração com Pécheux e Fuchs (1970).

semântico-pragmática que constroem o valor referencial de uma dada ocorrência nominal". (MATEUS et alii, op. cit, p. 80).

Dentre as diferentes operações de determinação analisadas nessa gramática (Idem, p. 80-103), salientamos (1) a operação individual - que faz corresponder a uma dada expressão lingüística um único objeto identificado tanto pelo locutor, quanto pelo interlocutor. Essa operação pode ser feita pelos nomes próprios e pelos pronomes pessoais. Da mesma forma são expressões de individuação os substantivos comuns antecidos de artigo definido (o país, o povo, a Nação, o Governo), determinante possessivo (nossa Revolução) ou demonstrativo (este país). Esta última modalidade de operação de individuação, salientam as autoras, remete às descrições definidas em uso referencial; (2) operação de extração de partes singulares não identificadas - neste tipo de determinação, a parte considerada, não é identificada pelo discurso, de modo que o interlocutor ignora qual de todas as partes singulares possíveis do conjunto considerado é aquela a que o discurso se refere; (3) operação de extração de partes plurais - nesta modalidade de determinação podem ser extraídas partes definidas ou indefinidas. Quando tais partes plurais são definidas, consideram-se como determinadas, isto é, a parte plural é tomada em sua universalidade. E tomar a parte pelo todo implica considerá-la em sua extensionalidade. Já as expressões plurais indefinidas exprimem partes plurais não-determinadas, seja qualitativa ou quantitativamente; (4) operações sobre conjuntos tomados na sua totalidade - tais operações têm como referente a totalidade do conjunto-base a que se referem, tomando-o extensionalmente. Nesta operação, cada propriedade, uma a uma, é atribuída a todos os elementos do conjunto considerado, de modo distributivo (cada brasileiro), ou não-distributivo (todos os brasileiros); (5) operações sobre conjuntos tomados coletivamente - esta operação de determinação constrói um valor referencial coletivo, tomando como

base *nomes próprios coletivos*, isto é, "o individual único designa um conjunto tomado como entidade indivisa, sem referência a cada elemento individualizado" (Idem, p.95) (os brasileiros).

Algumas das modalidades descritas pelas autoras são muito empregadas no corpus em análise, conforme pôde-se apreciar nos capítulos constantes da Segunda Parte, fortemente voltado para a extensão da referência do sujeito do discurso e a do outro, aí representado, bem como para o lugar enunciativo e o cenário discursivo.

Naqueles capítulos vimos igualmente que tais operações de determinação, ao serem examinadas em nosso corpus, não produzem o efeito previsto pelas autoras da gramática em exame. Senão, vejamos. A primeira modalidade de determinação é muito freqüente no discurso em análise, sobretudo através das *descrições definidas*. Contudo, o país, o povo, a Nação, o Governo, por exemplo, apresentam não uma única, mas várias individuações, apontando não o uso referencial particular, mas vários usos referenciais em um mesmo corpus.

O mesmo sucede com a última modalidade de determinação descrita pelas autoras. Em nosso corpus, o nome próprio coletivo os brasileiros, por exemplo, é muito empregado; no entanto, seu valor referencial não se limita ao coletivo. A cada vez, toma uma parcela diferente. De modo que é preciso examiná-lo com cuidado para procurar identificar de que brasileiros se trata. Serão os brasileiros que apoiaram/apoiam o governo militar? Serão aqueles que se submetem à ordem governamental? Estarão aí incluídos aqueles que não apoiam a ditadura ou que se opõem ao regime militar?

Como se vê, torna-se difícil tomá-los como uma entidade indivisa, conforme procuramos destacar nos capítulos da Segunda Parte, salientando que, em nosso corpus, não há brasileiros tomados extensionalmente, mas diferentes referências desenham-se sob o efeito construído de valor referencial coletivo.

O exame desta última gramática mostra-nos uma análise das operações de determinação fortemente apoiadas não só na lingüística da enunciação como também na pragmática e na semântica. Devemos ressaltar, entretanto, ser este um caso único e isolado entre as gramáticas disponíveis.

1.3- DA DETERMINAÇÃO GRAMATICAL À DETERMINAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Dubois (1978, p. 22) considera que o adjetivo qualifica e determina o substantivo, dele dependendo em gênero e número. Examinando o tratamento dispensado pela gramática gerativa aos determinantes (DET), o autor assinala que se trata de um constituinte obrigatório do sintagma nominal (SN) que pode ser representado como segue:

SN ---> DET + N

Sendo que DET pode ser formado por vários constituintes, a saber: (Pré-Art) + Art + (Pós-Art), ou seja, DET é reescrito obrigatoriamente pelo artigo, tornando-se facultativos os demais constituintes que o precedem ou que o seguem. Depreende-se daí a não obrigatoriedade do adjetivo entre os diferentes elementos que podem determinar o substantivo.

Entre os lingüistas brasileiros, há que citar inicialmente Pontes (1978, p. 145-152). A autora afirma serem os determinantes uma classe de palavras que, nas gramáticas tradicionais, são tratados como pronomes dotados de características próprias, por precederem o nome no SN. Por essa razão, o adjetivo não pode ser considerado determinante pois, em português, apresenta-se posposto ao nome, constituindo-se esta sua posição natural no SN. E a autora acrescenta a esta diferença de ordem distribucional, outra distinção: enquanto os determinantes, em número reduzido, pertencem à gramática, os adjetivos, elementos de inventário ilimitado, pertencem ao léxico. Desse modo, Pontes distingue *determinantes* de *adjetivos* com base em sua distribuição e natureza. E assim procedendo, trabalha com o mesmo

raciocínio desenvolvido anteriormente por Soares Barboza, nos idos de 1830.

Lemle (1984, p. 97) inicia o exame do *adjetivo* em termos semelhantes aos de Du Marsais, ao afirmar que eles se caracterizam por receberem as marcas de gênero e número dos nomes a que se adjungem, daí resultando as regras de concordância. Sintaticamente, acrescenta a autora, os adjetivos se justapõem aos nomes, expressando suas qualidades, nisso não diferindo de Port-Royal.

A seguir, a autora desloca o ponto de vista de sua descrição, observando que, desde os primeiros trabalhos gerativistas, *determinante* é o termo utilizado para designar as palavras que precedem o nome na seqüência que compõe o SN, não tendo essa classe ainda recebido uma formulação muito precisa. Destaca que, "*morfologicamente, os determinantes não se distinguem dos adjetivos, já que ambos recebem as marcas de gênero e número segundo as mesmas regras de concordância que selecionam uma forma apropriada de adjetivo*". Desse modo, os critérios morfológicos e sintáticos não oferecem nenhuma base para distinguir adequadamente as classes dos adjetivos e dos determinantes. Com base nisso, Lemle (1984, p. 150) propõe a seguinte regra sintagmática para gerar o sintagma nominal, em Português.

SN --->((Quant) Det) (Adj.) * N(Adj.)*(Sprep)*(Adj)* (S) *²

Examinando essa regra, é possível verificar que o único elemento obrigatório do SN é o nome. No entender da autora

"a classe dos determinantes inclui os artigos definidos, os demonstrativos, os adjetivos indefinidos (algum, nenhum, certo, cada), os quantificadores (todos, ambos). Adjetivos são os possessivos, os indefinidos (outro, mesmo), os numerais cardinais, os indefinidos indicadores de quantidade (muitos, poucos, diversos, numerosos), os numerais cardinais e os adjetivos qualificativos" (Idem, 1984, p. 150) (o grifo é nosso)

Constata-se, a partir dessa rápida revisão da literatura, que os linguistas divergem quanto à inclusão ou não do adjetivo no grupo dos

² com os asteriscos a autora indica que estes determinantes podem apresentar-se em série.

determinantes. E tais divergências podem ser melhor entendidas se observarmos que os determinantes sobre os quais há consenso são todos de natureza gramatical, enquanto o adjetivo, categoria geradora da divergência, é de natureza lexical. Se o adjetivo fosse admitido entre os determinantes, haveria uma entidade lexical determinando outra entidade lexical. E isso é um obstáculo.

Já para Milner (1978, p.27) é "determinante todo elemento do grupo nominal que precede o nome principal desde que não seja um adjetivo qualificativo" (grifo é nosso). Assim, aparece finalmente e de forma explícita na literatura lingüística a exclusão do adjetivo da classe dos determinantes.

Rouveret (1987), retoma a concepção de Frege de "sentido incompleto" e a conseqüente necessidade de "saturar a expressão" para completar-lhe o sentido, a fim de reexaminar a questão da determinação, no âmbito da teoria de Regência e Vinculação. Segundo ele,

"para que uma expressão possa funcionar como expressão saturada e qualificar-se como um conteúdo referencial ao qual pode ser atribuído um papel temático, ela precisa ser completada, seja por um quantificador, por um artigo definido ou qualquer outro determinante. Assim, estes determinantes possuem o estatuto de operadores que ligam a variável interna ao domínio N' ". (ROUVERET, p. 759)

Como é possível perceber, a determinação é tratada de modo estritamente lingüístico. No entanto, a essa operação de determinação subjaz uma outra que pertence ao plano semântico. Pode-se mesmo afirmar que a operação lingüística subordina-se à operação referencial. Somente após a operação de determinação a seqüência adquire uma referência atual³, sem a qual a expressão não pode designar um segmento da realidade.

³ Milner (1978, p.26) entende que uma unidade lexical fora do enunciado não mantém nenhuma relação com qualquer segmento da realidade que pudesse se constituir em seu referente. No entanto, esta unidade possui referência, mesmo quando tomada isoladamente, pois determina os segmentos de realidade que, através de um ato de enunciação, podem por ela serem designados: trata-se do sentido da unidade lexical que Milner denomina de referência virtual. Quando esta referência, mobilizada através de um ato de enunciação, passa a designar algo, o faz através de uma referência atual. O autor acrescenta que apenas a referência atual pode ser associada aos grupos nominais, os únicos capazes de designar. Devenos acrescentar que foi Bally (1944, p.77-83) que formulou estas noções, designando-as de "conceitos virtuais" e "conceitos atuais". Considerava Bally que os conceitos virtuais não evocam no espírito nenhuma representação propriamente dita. Somente tornam-se "atuais" quando são empregados "hic e nunc" em um discurso, podendo, então, "ser identificados com uma representação real do sujeito falante" (BALLY, 1944, p.78) (Os grifos são nossos)

Mais adiante, Rouveret acrescenta

"Em toda expressão nominal, há um termo que se qualifica como determinante lógico. A presença, em uma expressão nominal, de um determinante que satura a expressão é uma condição necessária para que ela funcione como uma unidade dotada de referência atual ou para que ela se qualifique como um elemento de conteúdo que possa ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial. Vários tipos de elementos podem funcionar como determinantes lógicos: os determinantes sintáticos marcados pelo traço [+def.], os determinantes quantificadores (todo, algum, um, ...), as expressões nominais, quantificadas ou definidas, ..."
(Rouveret, 1987, p. 791)

Ou seja, Rouveret pensa a determinação a partir de dois aspectos diversos, em que o segundo depende do primeiro: a determinação visa à saturação da expressão para que esta possa ser dotada de um conteúdo referencial e assim qualificar-se para exercer funções semânticas e sintáticas no interior do enunciado.

Resumindo para avançar: Nosso percurso conduziu-nos a examinar a questão da determinação sob diferentes ângulos, o que nos permitiu constatar que o processo de determinação de um substantivo envolve questões sintáticas e semânticas. Registramos, igualmente, que, para a maioria dos lingüistas, o adjetivo não pertence ao elenco dos determinantes. Tal fato aponta para diferenças lingüísticas e discursivas que serão examinadas a seguir.

1.4- DA DETERMINAÇÃO LINGÜÍSTICA À DETERMINAÇÃO DISCURSIVA

Como acabamos de verificar, os determinantes lingüísticos saturam o nome, dando-lhe uma referência atual que o qualifica a ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial e a exercer funções semânticas e sintáticas no enunciado. Esta é a operação de determinação lingüística.

A operação de determinação lingüística, entretanto, é insuficiente para saturar um nome, habilitando-o a ocupar um lugar em uma seqüência discursiva. As exigências, nesse caso, são diversas, pois a determinação discursiva de um nome consiste em saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar seqüências discursivas afetadas por determinadas FD.

Segundo Henry (1975, p. 88-9), o caráter referencial ou não-referencial de uma unidade não é característica desta unidade. Em seu entender, é preciso abandonar a concepção de determinação como uma operação de seleção definida no interior da classe dos seres designados por um substantivo, e considerá-la como o efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos e semânticos.

A isto acrescentaremos que a concepção de determinação discursiva consiste em um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente fatores sintáticos, semânticos e ideológicos. E daí decorre sua diferença com a concepção lingüística de determinação.

Em nosso entender, um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como modificador de sua extensão e compreensão, contribuindo para ampliar-lhe a compreensão, limitando-lhe a extensão, já que sua referência virtual pode ser por demais genérica. Desse modo, assumimos que o adjetivo pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um determinante discursivo, isto é, em uma das categorias que promovem a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da seqüência discursiva.

Até o presente momento, ocupamo-nos apenas do adjetivo porque esta categoria, de longa data, está envolvida na reflexão sobre o processo de determinação, conforme seções anteriores evidenciaram. Entretanto, faz-se necessário destacar que há outros determinantes discursivos. Em nosso corpus, além do adjetivo, destaca-se uma outra construção que também será objeto de análise. Trata-se do *sintagma preposicional* (SPREP) posposto ao nome. Desse modo, examinaremos o SN, seja ele constituído de N + ADJ, seja ele constituído de N + SPREP. Registramos também a ocorrência de orações adjetivas, mas delas não nos ocuparemos, por já terem sido objeto de vários trabalhos (HENRY, 1975; GRESILLON, 1975; PÉCHEUX, 1981). Em suma, nossa análise da determinação discursiva nos conduzirá, na presente seção, a examinar seqüências discursivas em cuja construção encontre-

se um SN cujo substantivo foi saturado discursivamente por um adjetivo ou por um sintagma preposicional (N+SPREP).

A concepção de determinação discursiva merece ainda alguma reflexão. Para tanto, examinaremos o posicionamento de Haroche (1984, p. 117). Para a autora, o procedimento de determinação criaria as condições necessárias para a emergência de "uma marca da expressão da *vontade* e da *liberdade* do sujeito".

Em nosso entender, acreditar que a determinação corresponda "à expressão de *vontade* e *liberdade* do sujeito" consiste em ser vítima da ilusão necessária de que o sujeito se reveste, já que ela é fundante da prática discursiva. No entanto, se ao sujeito do discurso faz-se necessário esquecer que não é a fonte de seu dizer, ao analista do discurso este esquecimento não é facultado. Cumpre-lhe ter sempre presente que o discurso exhibe construções constituídas em outro lugar - o interdiscurso.

Por essa razão, somos levados a discordar, em parte, de Haroche. Em nosso entender, a *determinação discursiva* não é indicativa da *vontade* nem da *liberdade* do sujeito. Ao contrário. O sujeito é compelido, pela formação discursiva que o afeta, a saturar o substantivo (em nosso corpus, através de um adjetivo, de um sintagma preposicional ou de orações relativas), pois os determinantes lingüísticos que precedem o nome não são suficientes para determinar o seu dizer. Trata-se de uma seleção, sem dúvida, porém de cunho ideológico que não deve ser confundida com uma escolha individual. Ou seja, a determinação discursiva é ideológica e não estilística. Através dela é construído um referente discursivo determinado pela FD que afeta o sujeito da referida construção e este sujeito, podemos afirmar juntamente com Haroche, goza de "uma *vontade* sem limites e uma *submissão* sem falha" (1984, p. 32).

Por outro lado, Haroche (1984, p. 133) reflete criticamente e com muita propriedade sobre a questão do *assujeitamento*. Em seu entender,

a *interpelação*, tal como analisada por Althusser⁴, é muito geral. Segundo esse autor, o funcionamento da ideologia é definido através da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. Haroche prefere deslocar a questão da interpelação, para examiná-la através dos fundamentos e das modalidades do funcionamento da "interpelação" na língua. Nesse sentido, afirma a autora, "a determinação permite-nos reencontrar a inscrição do sujeito na língua, através das posições subjetivas que este ocupa no discurso" (1984, p. 168). Assim a determinação constituiria "a forma visível (na gramática e na língua) sob a qual a interpelação é encontrada" (Idem, p. 221).

Acreditamos que este deslocamento proposto por Haroche é fundamental para examinar a interpelação do sujeito através da análise da materialidade lingüística de seu discurso. Permitimo-nos, contudo, uma retificação. Não acreditamos que a determinação revele "posições subjetivas". Para nós, através da determinação discursiva, manifestam-se *posições de sujeito afetadas por FD específicas*. Por outro lado, concordamos com Haroche (1984, p. 133) quando esta afirma que "*a determinação constitui um lugar privilegiado de articulação entre sentido, sintaxe e ideologia*" (o grifo é nosso). E isto equivale a dizer que este sujeito, interpelado ideologicamente, ao produzir seu discurso, já o faz a partir de uma posição de sujeito afetada por uma FD e a materialidade lingüística de seu discurso evidencia tal fato pelo viés da determinação discursiva que examinaremos a seguir.

1.5 - A DETERMINAÇÃO DISCURSIVA: UMA PRÁTICA EM TRÊS NIVEIS

O exame da determinação discursiva, tal como a propomos, evidencia uma fronteira entre sintaxe e discurso, por remeter a funcionamentos diversos que compararemos brevemente a seguir. Na determinação lingüística, o *determinante lingüístico* realiza uma

⁴ Althusser, (1983, p. 85-104) e no quadro referencial dessa tese.

operação de determinação que consiste em saturar uma expressão nominal para que ela, como uma unidade dotada de referência atual, qualifique-se para ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial. Na determinação discursiva, o determinante discursivo realiza uma operação de determinação que consiste em saturar uma expressão nominal para limitar sua extensão e dotá-la de referência atual para que se qualifique como elemento de dizer ideologicamente identificado à FD que afeta o discurso em que tal expressão ocorre. Ou seja, a determinação lingüística qualifica uma expressão a ocupar um lugar na estrutura frasal, enquanto a determinação discursiva qualifica a expressão a ocupar um lugar em um discurso específico. É evidente que funcionamentos tão diversos decorrem de determinantes diferentes, embora ambos mobilizem funcionamentos de uma expressão nominal. Por outro lado, veremos que o processo de determinação discursiva é bastante complexo e, para analisá-lo, faz-se necessário decompô-lo em três níveis, a saber: (1) nível intradiscursivo, quando o dito é plenamente determinado, estabelecendo o limite do dizer; (2) nível interseqüencial, quando as diferentes determinações intradiscursivas dispersas no corpus evidenciam a construção de um processo discursivo; (3) nível interdiscursivo, quando o intradiscorso é relacionado com o interdiscorso, e o dito passa a fazer contraponto com o não-dito.

Por conseguinte, a determinação discursiva, ao delimitar o que pode ser dito, contrói as fronteiras para recalcar o que *não pode*, *não deve ser dito*, *bem como o que pode*, *mas não convém ser dito*.

Para analisar o processo de determinação discursiva instaurado em nosso corpus, tomaremos como base o recorte discursivo abaixo.

CB105 - Espero também, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo, em eleições *livres*, uma Nação *coesa* e ainda *confiante* em seu futuro. (CB1-11.4.64 - TV- Saudação aos brasileiros, p. 11)

CB106 - (...) já é tempo de reivindicar para o *atual* governo haver tomado a *única* e *autêntica* revolução *nacionalista* - aquela que o povo reclama, e não a que os demagogos prometem, bem certos de não cumprir (CB1 - 14, 12, 64 - RJ- Assembléia Legislativa, p. 86)

- CB107 - (...) não poderei deixar de mencionar (...) os perigos que giram em torno da liberdade *de cátedra* (...) se nada deve cercear a expressão do professor, que necessita transmitir a verdade tal qual ela se lhe apresenta, nem por isso poder-se-á admitir a transformação da cátedra num instrumento de *proselitismo político*. (CB1- 4.9.64 - Universidade Paraná, p.150)
- CS97 - (...) restabelecendo uma democracia *decente* neste País, (...) as portas estão abertas para os brasileiros *de responsabilidade*. (CS3 - RJ- Vila Militar - 24.05.69 - p.562)
- CS98 - O presidente da República ficou transitoriamente munido de poderes *excepcionais* para praticar (...) a defesa da *segurança individual e coletiva dos cidadãos*, (...) o resguardo das *instituições basilares da democracia*. (CS3 - 31.12.68 - Mensagem ao povo brasileiro, p.479)
- CS99 - Repito que a Revolução tem um compromisso *democrático*, assumido consigo mesma, e é a ela que mais interessa a consolidação da democracia, contra a qual se batem os democratas *de indústria*. (CS3 - RJ- Entrevista coletiva com jornalistas brasileiros e estrangeiros, 31.03 a 31.04 de 1969, p.536)
- M90 - Logo ao entrar na cena política, tive oportunidade de dirigir-me a todos os brasileiros, chamando-os homens *de boa vontade*, para se unirem na tarefa de transformar este País numa grande Nação(...) (M2 - 5.3.70 - P.Alegre, Pal.Piratini, p.55)
- M91 - Não indago se o regime político em que esse programa de governo se cumpre(...) corresponde (...) à democracia *do tipo anglo-saxônico* ou *anglo-americano* (...) ou se se ajusta aos moldes da democracia *de tipo latino ou germânico* (...) nada mais natural que a democracia *brasileira* se afeioe às exigências de nossas condições sociais(...) (M3 - 20.10.70 - P.Alegre - Título Doutor Honoris Causa UFRGS, p.166)
- M92 - Haverá repressão, sim. É *dura*, e *implacável*. Mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos. Fiquem, pois, os criminosos *do terrorismo* advertidos(...) (M2- 31.3.70 - TV - 6o. Aniv. Revolução, p.91)
- G105 - A democracia *plena*, tipo apenas *ideal*(...) admite, na prática, graduações diversas(...) Entre o tipo *ideal* e *puro*, limite *intangível* - e *utópico*, portanto - e o autoritarismo *totalitário*, mais absoluto em seu arbítrio *despótico*, dispõem-se as nações sob variadas formas *de governo* (...) Não se compreende, assim, como haja ainda quem se admire e espante com expressão tão mezinha como "democracia *relativa*". (G4 - 26.10.77 - Simpósio "Democracia e Política Social", p.279)
- G106 - Por isso, também, nunca poderei dispensar a compreensão de todos os *bons* brasileiros (...) (G1- 15.01.74 - TV- Após decisão do Colégio Eleitoral, p.21)
- G107 - Ao ser eleito para o exercício da Presidência da República (...) pelo voto *de expressiva maioria dos representantes do povo brasileiro* que integram o colégio eleitoral (...) Segundo o *legítimo* processo *de eleição indireta*, que a Constituição Federal em sua alta sabedoria instituiu(...) (G1- 15.01.74 - TV- Após decisão do Colégio eleitoral, p.21)
- F118 - (...) uma democracia *cristã*, escudada contra aqueles elementos que, arautos de *pretensas* liberdades *democráticas*, querem nos impingir uma democracia *fantoche*, uma democracia que finge que o povo tem vontade. (F1- 21.08.78 - S.José do Rio Preto, SP, Concentração ARENA, p.89)

- F119 - Com o processo de abertura, cumprimos um compromisso *fundamental da Revolução*. Voltam agora as Forças Armadas ao desempenho *exclusivo* - e cada vez mais *fecundo* - do papel que lhes incumbe nos quartéis. (F3- 17.12.80 - Brasília - Almoço com Forças Armadas, p. 391)
- F120 - (...) cooperar com o Governo para reconstruirmos este país e por isso preciso do auxílio de todos os *bons* brasileiros(...) (F2 - 25.8.79 - Batatais, SP, Improvado ao Prefeito, p. 116)

1.5.1- A determinação intradiscursiva

Observando o conjunto de seqüências recortadas para contituírem o recorte dessa seção, pode-se verificar inicialmente que, se tais seqüências forem tomadas enquanto enunciados lingüísticos, a saturação dos nomes nelas envolvidos realiza-se plenamente com os determinantes lingüísticos que os precedem. Nesse sentido, *uma*, *a* e *todos* determinam respectivamente *Nação* (CB105), *revolução* (CB106) e *brasileiros* (M90). Constata-se da mesma forma que certos nomes empregados genericamente aparecem no enunciado desprovidos de um determinante que os introduza tal como ocorre com *eleições* (CB105) *poderes* (CS98), *homens* (M90), *repressão* (M92), *voto* (G107) e *arautos* (F118). Neste sentido, conforme afirma Milner (1978, p.27), o uso genérico do substantivo transforma a referência virtual em referência atual, qualificando, conseqüentemente, estes itens lexicais como elementos de conteúdo capazes de ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial no enunciado lingüístico.

A determinação lingüística é suficiente porque tais enunciados são considerados em si mesmos, sendo seu contexto instituído pelas relações que seus elementos constituintes estabelecem entre si, no interior do enunciado.

Quando as mesmas seqüências, entretanto, são consideradas em sua dimensão discursiva, a saturação dos nomes nelas empregados sofre coerções oriundas da FD pela qual é afetado o sujeito que as produz e das quais resulta a determinação discursiva que tem por efeito produzir um sentido coerente com o quadro ideológico a que tais seqüências estão vinculadas.

Veja-se, por exemplo, o que ocorre com os itens lexicais *democracia* (CS97), *criminosos* (M92) e *brasileiros* (G106). Esses itens, atualizados por determinantes lingüísticos, tiveram assegurada sua inserção lexical no enunciado. Mas, para que pudessem qualificar-se como constituintes de seqüências discursivas pertencentes a D1, a determinação lingüística não foi suficiente. Precisaram ser saturados através da justaposição de adjetivos e sintagmas preposicionais que funcionam como determinantes discursivos - *uma democracia decente* (CS97); *criminosos do terrorismo* (M92); *bons brasileiros* (G106) - habilitando tais construções a participarem dos processos semânticos de FD1.

A saturação discursiva faz-se obrigatória para que tais seqüências possam contrapor-se a um conjunto de enunciados preconstruídos que circulam no interdiscurso nos quais "*democracia*", por exemplo, está associada a *liberdade de imprensa, liberdade de expressão, direitos humanos, eleições diretas e livres*, etc. Por essa razão, o item lexical "*democracia*" foi determinado discursivamente por *decente* (CS97), *brasileira* (M14), *relativa* (G105) e *cristã* (F118), para que esses SN pudessem saturar com coerência seqüências discursivas pertencentes a D1. *Criminosos* também é um item lexical cuja referência virtual não pode ser transferida diretamente para as seqüências discursivas de D1. No entanto, sua determinação através do SPREP *do terrorismo* (M92) qualifica-o para produzir um efeito de sentido coerente em uma seqüência discursiva afetada por FD1. Nessa mesma linha de raciocínio, podemos examinar o item lexical "*brasileiros*". Sua referência virtual, demasiado ampla, exige um processo de saturação para que sua inserção em seqüências discursivas de D1 faça referência unicamente àqueles que podem por ele ser designados coerentemente no âmbito de FD1. Daí decorre a determinação discursiva através de *bons* (F120), *de responsabilidade* (CS97) (Cf. A construção do Outro, Parte II).

Examinando esses três exemplos, é lícito afirmar que a determinação discursiva, tal como a descrevemos, rompe semanticamente com um processo discursivo anterior, para instaurar um novo processo discursivo. Em suma, a saturação promovida pela determinação intradiscursiva assegura coerência ideológica ao dito. Este é o *primeiro nível de determinação discursiva*, que se resolve no interior da seqüência discursiva, ou seja, no fio do discurso.

1.5.2- A determinação intersequencial

Neste segundo nível de determinação discursiva, são relacionadas diferentes determinações intradiscursivas que se encontram em seqüências discursivas dispersas no corpus. Tomemos as seqüências discursivas em que o item lexical **democracia** foi submetido ao processo de saturação discursiva. Considerando essas sucessivas determinações intradiscursivas, estaremos trabalhando com a família parafrástica de **democracia** em D1, ou seja, estaremos considerando o processo discursivo que este item instaura em FD1.

Pêcheux & Fuchs (1975, p. 13-4) definiram família parafrástica como a "matriz do sentido" inerente a uma FD, pois, a partir das relações que os enunciados estabelecem entre si, no interior de um processo discursivo, um item lexical produz um efeito de sentido e constrói sua referência.

Com o propósito de examinar esse processo, reuniremos as diferentes determinações intradiscursivas de "Democracia" do corpus em análise na família parafrástica I.

DEMOCRACIA NO PROCESSO DISCURSIVO DE FDM

DET. DISC.	ITEM LEXICAL	DET. DISCURSIVO	DOMINIO
sã real	democracia	decente	(CS97)
		brasileira	(M91)
		relativa	(G105)
		cristã	(F116)
			(CS)
			(CS)
		de verdade	(CS)
		econômica	(H)
		social	(G)
		racial	(G)
		política	(G)
		do diálogo	(F)
		da moderação	(F)
		da tolerância	(F)
real	(F)		

FAMÍLIA PARAFRÁSTICA I

A família parafrástica I permite transformar a dispersão de diferentes determinações intradiscursivas em um todo observável, de modo que, para efeitos de análise, tais conjuntos serão considerados como o cotexto discursivo do item lexical em análise.

Percebe-se, pelo exame desse primeiro processo discursivo, que o item "democracia", pelo viés das sucessivas saturações discursivas, adquiriu seu contorno, sua extensão, ou seja, a especificidade de sua referência foi construída discursivamente, podendo, por conseguinte, participar com coerência de D1.

Por outro lado, chama igualmente a atenção um outro cotexto discursivo presente nas seqüências discursivas recortadas por contrastar com o processo semântico desenhado na família parafrástica I. Tais saturações atribuem à "democracia" um contorno diferente, como será possível depreender através da família parafrástica II. Nela é desenhado um processo discursivo atribuído a D2 por D1 ou, simplesmente, processo semântico (D2(D1)).

DEMOCRACIA NO PROCESSO SEMANTICO (D1(D2))

ITEM LEXICAL	DETERMINANTE DISCURSIVO	DOMINIO DE ORIGEM
democracia	do tipo anglo-saxônica	(M14)
	do tipo anglo-americano	(M14)
	do tipo latino	(M14)
	do tipo germânico	(M14)
	plena	(G25)
	ideal	(G25)
	fantoche	(G25)
	formal	(CB)
	liberal	(G)
	de certos dirigentes oposicionistas	(F)
	da agressão	(G)
	da incontinência	(F)

FAMILIA PARAFRÁSTICA II

Examinando a família parafrástica I, é possível verificar que as sucessivas determinações intradiscursivas aí reunidas constroem um processo semântico compatível com o que pode ser dito por um sujeito afetado por FD1. Já as sucessivas determinações intradiscursivas reunidas na família parafrástica II representam uma concepção de democracia atribuída pelo sujeito de D1 ao sujeito afetado por FD2. Estes dois processos discursivos são antagônicos porque representam posições de sujeito em relação de oposição. Essas posições divergentes podem ser ilustradas como segue: *democracia do diálogo, da tolerância* (FD1) x *democracia da agressão e da incontinência* (FD2); *democracia relativa* (FD1) x *democracia plena* (FD2); *democracia da verdade* (FD1) x *democracia fantoche* (FD2); *democracia brasileira* (FD1) x *democracia do tipo anglo-saxônico, ... latino ...* (FD2); *democracia real* (FD1) x *democracia ideal* (FD2).

Em suma, a determinação discursiva interseqüencial não se prende aos elementos presentes no fio do discurso. Ela trabalha com a dispersão discursiva. Esse segundo estágio do processo de determinação discursiva manifesta suas condições de produção. Dito em outras palavras: a conjuntura impõe a ruptura com um processo discursivo preconstruído, atribuído a FD2, e determina a construção de um novo estado do processo discursivo coerente com FD1. Nesse

segundo nível, pode-se examinar como isto ocorre: por um lado, através de um conjunto de sucessivas determinações intradiscursivas que, dispersas no discurso, constroem o processo discursivo interseqüencial, representando o que pode e deve ser dito em D1. Por outro lado, outro conjunto de sucessivas determinações intradiscursivas, igualmente dispersas em D1, constrói o simulacro do processo discursivo interseqüencial atribuído a D2. Sua função é desconstruir a imagem do sujeito de D2. Desse modo, a saturação discursiva do item lexical se faz positivamente para produzir o efeito semântico pretendido por D1 e negativamente para produzir o efeito semântico atribuído a D2, instaurando-se o que chamamos de efeito semântico (D2(D1)).

Através desse duplo jogo de determinações interseqüenciais, o sujeito de D1 trabalha com o imaginário social, visando a atingir duplamente a opinião pública: (1) construindo para si uma imagem positiva e (2) desconstruindo a imagem do sujeito de D2, tida como positiva.

Se, no primeiro nível, a determinação intradiscursiva realizada no fio do discurso, qualifica o item lexical a integrar coerentemente uma seqüência discursiva, no segundo nível, a determinação interseqüencial, dispersa no processo discursivo, constrói a extensão da referência do item lexical para que este possa participar coerentemente de um determinado domínio de saber. Pode-se, pois, afirmar que a saturação intradiscursiva corresponde à compreensão, enquanto a saturação interseqüencial remete à extensão.

1.5.3- A determinação interdiscursiva

Há um terceiro nível de determinação que decorre da relação que se estabelece entre o intradiscurso e o interdiscurso, ou seja, trata-se de relações que a seqüência discursiva estabelece com seu exterior constitutivo, ideologicamente identificado com a FD pela qual a seqüência discursiva em questão está afetada.

O exame da determinação discursiva em terceiro nível mostra que o mesmo gesto verbal que leva o sujeito do discurso a saturar adequadamente seu dizer para que este corresponda com coerência ao que pode ser dito no quadro no âmbito referencial da FD pela qual é afetado, também o leva a definir o não dito, que permanece recalçado no interdiscurso específico de sua FD.

Assim, a determinação interdiscursiva, em seu esforço de saturação, acaba por transformar-se, nesse nível de análise, em um vestígio dos discursos silenciados pelo sujeito do discurso. Isto vem demonstrar que a FD não apenas indica o que pode/deve ser dito (Pêcheux), mas também o que não deve ser dito, e ainda o que pode mas não deve ser dito nesse nível. Para tanto, observaremos o processo semântico construído através das sucessivas determinações discursivas do item lexical **brasileiros**. Já examinamos anteriormente a determinação intradiscursiva deste item lexical. Por essa razão, partiremos de sua determinação interseqüencial, desenhando seu cotexto discursivo através da família parafrástica III.

Orlandi, em seu artigo "*...Mais on le signifie quand même*" (mimeo, p. 11), que se insere em sua pesquisa sobre o silêncio, tematiza essa questão como segue:

"A relação dito/não dito pode ser contextualizada socio-historicamente, em particular no que tange ao que chamamos o "poder-dizer". Remetendo esta relação ao silêncio fundador, podemos compreender a história discursiva da construção do poder-dizer, atestado pelo discurso.

"Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato que ao dizer algo, apaga-se necessariamente utros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada" (ORLANDI, op. cit., p. 11) (o grifo é nosso).

Orlandi, ao mencionar o apagamento de sentidos possíveis mas indesejáveis, assinala o fenômeno que estamos analisando. No entanto, a autora examina esse funcionamento para definir as fronteiras entre duas formações discursivas pois, através da "política do silêncio", observa o apagamento de sentidos "que poderiam colocar em funcionamento o trabalho significativo de uma "outra" formação

discursiva, determinando por conseguinte os limites do dizer" (ORLANDI, op. cit, p. 11).

No terceiro nível da determinação discursiva, também examinaremos a relação *dito/não-dito*, mas num mesmo espaço discursivo, distinguindo-se nossa investigação das pesquisas de Orlandi pelo âmbito da análise. A autora examina, através da "política do silêncio", FDs em trabalho de delimitação recíproca. Nossa análise, ao contrário, localiza-se no interior de uma única FD. Ao examinarmos os apagamentos produzidos pelo dizer do sujeito de D1, procuramos o que *pode, mas não deve ser dito* no âmbito de FD1 *por este sujeito*. Para Orlandi, o não-dito é necessariamente excluído, para nós, o não-dito é necessariamente recalcado pelo viés da determinação interdiscursiva. Diríamos mais: para Orlandi, a política do silêncio é da ordem do funcionamento da negação polêmica (Cf. Parte III - Cap. II - A negação externa), por envolver duas FD em delimitação recíproca, enquanto o não-dito, na perspectiva em que o trabalhamos na determinação interdiscursiva, é da ordem do funcionamento da denegação⁵. Ou seja, o recalcado é autorizado pelo domínio de saber em que se inscreve o sujeito do discurso, mas não é atualizado por seu dizer, pois o efeito de sentido que produziria é indesejável. Exemplificando: dizer "*maus brasileiros*" implica assumir explicitamente que não há unanimidade na opinião pública e que o dissenso não é aceito pelo sujeito de D1. Isto afetaria a imagem desejada de presidente democrático. Assim, enquanto Orlandi procura identificar uma política do silêncio que determina da exterioridade os apagamentos, nós estamos examinando, através da determinação interdiscursiva, o silêncio que determina internamente o recalçamento de um dizer autorizado, mas não desejável: *o que pode mas não deve*

⁵ Distinguimos *negação polêmica* de *denegação* no artigo "Negação polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação" apresentado na 42ª Reunião da SBPC e publicado no no. 19 de Cadernos de Estudos Linguísticos. Nesse trabalho mostramos que a negação funciona de modo polêmico quando mobiliza posições de sujeito afetadas por FD antagônicas, enquanto a denegação incide sobre um dizer autorizado pela FD que afeta o ujeito do discurso. Ou seja, o sujeito nega o que pode dizer.

ser dito. Vejamos na Família Parafrástica III o contexto discursivo de brasileiros.

BRASILEIROS NO PROCESSO SEMANTICO DE D1

DET. DIS- CURSIVO	ITEM LEXICAL	DETERMINANTE DISCURSIVO	DOMINIO
bons	brasileiros		(G106, F120)
		de responsabilidade	(CS97)
		de boa vontade	(P)

FAMILIA PARAFRÁSTICA III

Como é possível verificar, a transferência direta da referência virtual se faz impossível, pois apenas são designados por "brasileiros" aqueles que, de acordo com a posição de sujeito afetada por FD1, são "dignos" de assim serem referidos (Cf. A construção do Outro, Parte III). Em virtude disso, o item lexical é saturado discursivamente, ficando limitada sua extensão aos bons, aos que são dotados de responsabilidade e de boa vontade. Esta é a especificidade discursiva de brasileiros em D1.

Chama a atenção, igualmente, que ao longo dos primeiros 15 anos da III República Brasileira, não há registro, nos discursos presidenciais, de nenhum caso de saturação desse item através do determinante discursivo mau. Esse fato conduziu ao exame do corpus em estudo para verificar se/como os "maus" brasileiros foram referenciados em D1. A partir dessas observações, foi-nos possível desenhar o processo semântico substitutivo de "maus brasileiros", o qual se encontra desenhado na família parafrástica IV.

ITEM LEXICAL; DET. DISCURSIVO	DOMINIO
elementos	contra-REVOLUCIONÁRIOS; (CB)
democratas	de INDÚSTRIA (CS99)
inimigos	da REVOLUÇÃO (H)
criminosos	do TERRORISMO (H)
maus	BRASILEIROS (F)

FAMÍLIA PARAFRÁSTICA IV

A partir desse contexto discursivo, percebe-se que em FD1 a representação de "brasileiros" é sempre positiva, decorrendo daí que "brasileiros" são "bons" ou não são "brasileiros". A saturação discursiva em D1, exclusivamente positiva, promove a ruptura semântica com enunciados preconstruídos em que brasileiros podiam ser descritos por suas qualidades positivas e negativas.

O mesmo processo discursivo presidiu a circulação do enunciado discursivo "Brasil: ame-o ou deixe-o", nos anos 70, durante a gestão de Médici: o Brasil pertencia aos "bons brasileiros"; os outros, não podendo ser representados como tal, por reunirem qualidades perversas, transformaram-se em "*inimigos da revolução*", "*contra-revolucionários*", "*criminosos do terrorismo*", muitos deles perdendo a cidadania por exilarem-se, por entrarem na clandestinidade ou, ainda, por serem detidos e eliminados.

Saliente-se que a saturação discursiva do item lexical "brasileiros" é concomitante à "operação limpeza" que ocorria no país. Essas eram as condições de produção do discurso presidencial. O apagamento dos "maus brasileiros" na prática governamental determinou a sua não-representatividade na prática discursiva de D1, permanecendo essa determinação recalcada em seu processo discursivo.

Observa-se, igualmente, que a única ocorrência de saturação de "brasileiros" por "maus" ocorre em uma seqüência discursiva produzida pelo Gen. Figueiredo, após sua indicação à Presidência feita pelo

Gen. Geisel. Esse fato indica as condições de produção de seu discurso: falar em "anistia" implica o reconhecimento da existência de "brasileiros" que não correspondem à representação que deles era feita até então em D1. Após sua posse e assinatura da lei de anistia, nenhuma outra ocorrência de saturação com este determinante discursivo foi registrada, nem mesmo em discursos feitos de improviso, o que demonstra o recalçamento que este determinante discursivo sofreu.

A partir das reflexões precedentes, parece lícito afirmar que a determinação interseqüencial de "brasileiros", (cf. família parafrásica III), bloqueia a entrada de "maus" no processo discursivo de D1. Sua saturação discursiva cria o efeito de completude, responsável pelo bloqueio do não-dito, do que *pode, mas não deve ser dito* pelo sujeito de D1 no interior de seu próprio processo discursivo. Ou seja, ao nível da determinação intradiscursiva, o sujeito tem a ilusão de ter dito tudo o que devia, ao nível da determinação interseqüencial, imagina ter dito apenas o que podia. Já ao nível da determinação interdiscursiva, o dito evoca um não-dito, que é da instância do interdiscurso. Essa evocação indica, entretanto, que as saturações anteriores não são suficientes, pois o não-dito representa um lugar vazio que permanece não preenchido, denunciando o recalque sofrido. Vale dizer, portanto, que a determinação intradiscursiva já comporta o vestígio de uma outra determinação não-realizada e recalçada no interdiscurso específico de FD1. Esse vestígio funciona como uma *elipse discursiva* que só pode ser saturada através de relações interdiscursivas que o enunciado em questão mantém com outros enunciados que se encontram no interdiscurso. Assim, "bons brasileiros" evoca "maus brasileiros", por exemplo. Vale dizer: a determinação intradiscursiva desencadeia efeitos de sentido admitidos e recalca outros, que podem, mas que, na conjuntura dada, não devem ser ditos. Nesse sentido, o dito funciona como o elemento visível do não-dito.

É de ressaltar que este espaço vazio ocorre lá onde ele parece impossível, proibido mesmo, pois o que entendemos por *elipse discursiva* consiste em uma inscrição lacunar justaposta ao dito, já saturado e incorporado ao intradiscurso. Exemplificando: após a saturação de "brasileiros" pelo determinante "de boa vontade", parece impossível supor a remanescência de um espaço ainda vazio, justaposto a "brasileiros", nesta mesma seqüência. Tudo ocorre como se as restrições produzidas pela determinação intradiscursiva saturassem definitivamente o item lexical, produzindo um sentido plenamente especificado. Esse é seu efeito ilusório. No entanto, uma lacuna remanescente perdura junto a esse grupo nominal saturado, constituindo-se em uma *elipse discursiva* que só pode ser preenchida por um determinante discursivo recalcado no interdiscurso específico de FD1. Ou seja, o que parece plenamente saturado no intradiscurso, contraditoriamente ainda pode ser objeto de nova saturação por elementos do interdiscurso. Em outras palavras, passa-se da completude produzida pela determinação intradiscursiva, à incompletude, ao passar de um nível de determinação para outro.

1.5.4-Da determinação discursiva à sobredeterminação discursiva

A determinação discursiva, resumidamente, se processa em três diferentes níveis e, a cada vez, instauram-se processos semânticos diversos:

(1) O *primeiro nível de determinação* se dá através da saturação de um nome na instância do intradiscurso, visando a demarcar uma posição de sujeito antagônica a um processo discursivo preconstruído;

(2) No *segundo nível*, as sucessivas determinações intradiscursivas dispersas no discurso inscrevem-se em uma família parafrástica, participando, a partir de relações interseqüenciais, da construção de um novo processo discursivo que se opõe ao processo discursivo preconstruído, ou dado como tal, produzindo-se uma ruptura semântica;

(3) No terceiro nível, as sucessivas determinações intradiscursivas evocam outros determinantes discursivos, aceitáveis mas recalcados, justapondo-se, sob a forma de elipse discursiva, ao grupo nominal já determinado e incorporado à seqüência discursiva. A saturação desta lacuna só é possível através de relações interdiscursivas.

Estes três diferentes níveis de determinação discursiva instauram o processo de sobredeterminação discursiva que consiste em um conjunto de saturações diversas de que o nome participa em diferentes níveis discursivos, considerados em seu todo. Trata-se de um processo semântico complexo que envolve as três instâncias organizadoras do discurso - onde o nome é saturado através de relações intraseqüenciais, interseqüenciais e interdiscursivas - instaurando uma multi-saturação. Não é possível falar em sobredeterminação quando apenas uma das instâncias está sendo considerada. Apenas quando os três níveis estão correlacionados pode-se alcançar o processo de sobredeterminação discursiva.

Vejamos mais uma análise que, em sua íntegra, ilustrará o processo de sobredeterminação discursiva. Para tanto, tomemos o item lexical *Revolução*, a partir da seguinte seqüência discursiva.

CB106 - *única e autêntica Revolução nacionalista*

Os determinantes discursivos aí mobilizados indicam a extensão de "*Revolução*" neste nível de determinação intradiscursiva. Ao mesmo tempo, funcionam como uma espécie de indício da ruptura semântica que está em curso em D1. Para examinar tal ruptura, é preciso passar para a determinação discursiva interseqüencial para, através do exame do cotexto discursivo desse item lexical, analisar a construção do processo discursivo de que "*Revolução*" participa em D1, o qual está representado na família parafrástica V.

REVOLUÇÃO NO PROCESSO DISCURSIVO DE D1

DETERMINANTE DISCURSIVO	ITEM LEXICAL	DET. DISCURSIVO	DOMÍNIO
única e autêntica	Revolução	nacionalista	(CB106)
		democrática	(CB)
autêntica		da democracia e do desenvolvimento	(CS)

FAMÍLIA PARAFRÁSTICA V

O exame da família parafrástica V permite verificar que ficam desqualificados movimentos passados que se representaram como "revolucionários" e "nacionalistas" como, por exemplo, "Revolução socialista", "Revolução Comunista", "Revolução de 1935", bem como estão excluídos quaisquer movimentos contemporâneos ao discurso em questão, ao serem determinados discursivamente como "contra-revolucionários" ou "terroristas", determinações inadequadas para a saturação positiva de "Revolução". "Revolução" no processo discursivo de D1 significa "ordem", "paz", "desenvolvimento", rompendo semanticamente com "mudança", "ruptura", "liberdade".

Essas duas posições antagônicas de sujeito afetadas por FD distintas, são bastante antigas. Vejamos o que diz Arendt (1988) a esse propósito. Sublinha a autora que "a primeira ocorrência de 'Revolução' como termo político ocorre no século XVII e seu conteúdo metafórico ainda estava mais próximo do significado original da palavra, [oriunda da astronomia], pois era usada em relação a um movimento de circulação e de retorno a algum ponto pré-estabelecido e, conseqüentemente, de retorno a uma ordem predeterminada" (ARENDR, 1966, p. 34) (o grifo é nosso). Isto ocorreu, em 1688, quando os Stuarts foram expulsos do trono inglês e o poder real, depois da Revolução Gloriosa, retornou aos legítimos herdeiros.

Assim "o acontecimento em que, muito paradoxalmente, o termo encontrou guarida definitiva na linguagem histórica e política (...)

não foi entendido, de forma alguma, como uma revolução, mas como *uma* reintegração do poder monárquico à sua antiga glória e honradez" (ARENDDT, op. cit., p. 34). E a autora salienta que "foi apenas no decorrer das revoluções do século XVIII que os homens começaram a tomar consciência de que um novo princípio podia ser um fenômeno político" (Idem). Este novo princípio foi explicitado por Robespierre, em 1793, ao definir seu governo como o "despotismo da liberdade". Coube a Condorcet ("Sur le sens du mot révolutionnaire", Oeuvres, 1847-9, v. 12) explicitá-lo ao afirmar que "a palavra revolucionário só pode ser aplicada a revoluções cujo objetivo seja a liberdade" (apud Arendt, op. cit., p. 23).

Segundo Arendt

"somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução" (ARENDDT, op. cit., p. 28) (os grifos são nossos).

Considerando esses dois sentidos de "revolução", percebe-se que a passagem do primeiro para o segundo representou uma ruptura semântica com enunciados preconstruídos que circulavam no interdiscurso. Esses dois sentidos implicam, individualmente, duas posições de sujeito afetadas por FD diferentes. Essas duas formações serão fundamentais para analisar o segundo nível do processo de determinação discursiva de "Revolução" em D1. Examinando a família parafrástica V, chama a atenção, em particular, os determinantes discursivos "democrática" e "da democracia", ou seja, o processo discursivo de que "Revolução" participa em D1 está inter-relacionado com o processo discursivo onde o item "democracia" está inserido e para entender a saturação de "revolução" é preciso retornar ao processo de determinação discursiva representado pela família parafrástica I, porque há uma intersecção entre esses dois processos discursivos.

Percebe-se na família parafrástica I, que "democracia" é *cristã*, *relativa* e representa *moderação*, por exemplo. Tais traços transferem-se a "Revolução", a partir do momento em que este item é saturado por determinantes discursivos oriundos dessa família parafrástica I.

De modo que "revolução" em D1 pode ser entendida como *decente*, *relativa*, *cristã*, *tolerante*, *moderada*. Ou seja, nesse processo discursivo o item "Revolução" é construído em seu sentido primeiro, aí significando retorno a uma ordem pré-determinada, onde os valores devem ser preservados de qualquer mudança. Assim sendo, é lícito afirmar que o sujeito de D1 identifica-se com a posição conservadora de FD1, em oposição a uma posição de sujeito afetada por FD2, onde "revolução" implica "ruptura", "mudança", "renovação", "busca da liberdade".

A partir daí, é possível perceber que a ruptura que o sujeito de D1 realiza com o processo discursivo do qual "revolução" participa não implica a produção de um novo processo discursivo, mas a volta ao processo discursivo inaugural, abandonado após os movimentos revolucionários do século XVIII.

Esta identificação da extensão semântica de "revolução" em D1 possibilita a passagem ao terceiro nível de determinação discursiva. Vamos examinar, nesse nível, a saturação da elipse discursiva. Essa saturação faz-se, vale lembrar, através de um determinante discursivo que se encontra recalcado no interdiscurso. Face ao processo discursivo examinado anteriormente, verifica-se que "revolução", tal como é concebida em FD1, só pode ser saturada por determinantes discursivos recalcados do tipo *conservadora*, por exemplo. Este é o sentido advindo de FD1 e recalcado no interdiscurso, pois não é desejável assumir tal posição na conjuntura em que tal discurso foi produzido, sob pena de mais facilmente assumir o efeito de sentido de "golpe militar" que é construído em FD2. No entanto, determinações intradiscursivas do tipo *decente*, *moderada*, *relativa* constituem o elemento visível da determinação recalcada.

Esses diferentes níveis de determinação discursiva sobredeterminam o discurso. Ou seja, o processo de sobredeterminação discursiva decorre das diferentes saturações pelas quais passa o item lexical para inserir-se ao domínio de saber de uma FD.

1.6-SOBREDETERMINAÇÃO: DA ORIGEM AO DESLOCAMENTO

A noção de sobredeterminação surge no âmbito da psicanálise. Freud (1974a, p. 344) emprega o termo em seus estudos sobre a etiologia das neuroses, sobretudo ao analisar os sintomas da histeria. Este autor afirma que não há uma única causa traumática, mas um grupo de causas desencadeantes, de modo que a gênese desta psicopatologia é sobredeterminada por vários sintomas. Estes apresentam-se, em parte, independentes uns dos outros e, em parte, ligados entre si. Mais tarde, Freud (1974b, p. 243) acrescenta que um sintoma histérico geralmente é formado por uma idéia que é "evocada pela combinação de vários fatores, procedentes de várias direções simultaneamente". Isto ocorre porque, segundo Lacan (1978, p. 133), um sintoma é "estruturado como uma linguagem", constituído de deslizes e sobreposições de sentido, não sendo, portanto, o sinal unívoco de um conteúdo inconsciente único.

Althusser, (1967, p. 98-9), por sua vez, parte deste conceito psicanalítico para examinar a contradição marxista, categoria essencial para o estudo da estrutura do corpo social. Segundo este autor, para que a contradição se torne ativa, isto é, para que ela se transforme em princípio de ruptura, faz-se necessário que haja uma acumulação de circunstâncias, de contradições. Somente assim elas podem fundir-se em uma unidade de ruptura. Algumas destas contradições são heterogêneas, pois nem todas possuem a mesma origem, sentido ou nível. Essa fusão indica que "a contradição é inseparável da estrutura do corpo social, considerado em seu todo, onde, aliás,

ela se exerce, mostrando-se inseparável de suas condições formais de existência e das próprias instâncias que governa, estando, conseqüentemente, por elas afetada em seu cerne. Ou seja, em um único e mesmo movimento, é determinante, mas também determinada: determinada pelos diferentes níveis e diversas instâncias da formação social que ela anima, de modo que poderíamos entendê-la como sobredeterminada em seu princípio" (Althusser, 1967, p. 99-100).

Como é possível observar, esta noção desenvolve-se em campos diferentes, mas seu funcionamento apresenta semelhanças: tanto em um como no outro, vários fatores de natureza diversa associam-se para produzir um efeito, seja de sentido, no inconsciente, seja de ruptura, na estrutura social. Desta simultaneidade na acumulação de diferentes fatores - sintomas, no primeiro campo, contradições, no segundo - decorre a sobredeterminação.

Nesta seção, tratamos de deslocar este funcionamento para o âmbito do discurso, por termos constatado que no processo de determinação discursiva também ocorre uma acumulação de determinações, produzidas em diferentes níveis discursivos. À medida que um nível é determinado, desencadeia-se, no nível seguinte, uma nova lacuna e sua conseqüente determinação. Assim, não é possível pensar em uma fusão de determinações, mas em determinações sucessivas e encadeadas que, em espiral, vão do primeiro ao terceiro nível de determinação, passando, ciclicamente do enunciado lingüístico à seqüência discursiva, da seqüência discursiva ao processo discursivo e do processo discursivo ao interdiscurso. A cada novo ciclo, este movimento vai da não-saturação à saturação. Pode-se, pois, dizer que cada nível, ao ser determinado, torna-se determinador de uma nova determinação, daí sobrevindo um processo semântico sobredeterminado.

Com base na descrição deste processo semântico pode-se dizer que a **sobredeterminação discursiva**⁶ decorre da pluralidade de níveis e modos de saturação discursiva.

Para finalizar, desejamos retomar uma afirmação inicial. Dizíamos, no início deste capítulo, que a determinação discursiva é o espaço privilegiado onde se articulam fatores sintáticos, semânticos e ideológicos. Presentemente, estamos em posição de afirmar que esta articulação só pode ser analisada em toda sua extensão e em todas suas implicações através do processo de **sobredeterminação discursiva**, pois é através dela que processos semânticos são recalçados, modificados, desqualificados ou impostos em uma prática discursiva **sobredeterminada**.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, examinamos o processo de determinação discursiva que se instaura no discurso em análise. Para finalizar, podemos descrevê-lo como o *trabalho de construção discursiva de delimitação sobre o que pode/deve ser dito, bem como o que pode, mas não deve ser dito em tal discurso.*

Tal determinação é decorrente, como vimos, da relação que o sujeito desse discurso estabelece com a FD que o afeta, ao mesmo tempo que é responsável pelos efeitos de sentido que aí se instauram. O principal deles consiste no "erguimento das fronteiras" desse espaço discurso. Vale dizer que estes processos semânticos produzem o efeito de sentido de um discurso fechado sobre si mesmo, "impermeabilizado" ao que lhe é estranho/exterior. Seu efeito vai além: simula sua existência singular. Ou seja: a determinação discursiva trabalha com a individualização imaginária do espaço discursivo, produzindo o efeito de discurso único, homogêneo.

⁶ Desejamos demarcar nossa concepção de **sobredeterminação**, da forma como Possenti (1988, p.208) entende este conceito. Para este autor, uma série de elementos extralingüísticos, tais como entonação, ritmo, intenções, registro lingüístico, etc, manifestam uma série de escolhas do locutor, **sobredeterminando** o discurso e dando-lhe um estilo. Ou seja, a **sobredeterminação**, em Possenti, é da ordem do individual filiando-se ao pensamento de Granger, enquanto para nós a **sobredeterminação** é decorrente de práticas discursivas sociais, mobilizadas por um sujeito de discurso interpelado ideologicamente. Por conseguinte, seu discurso coloca em jogo simultaneidades, exclusões e contradições que **sobredeterminam** seu dizer.

Esse trabalho de determinação discursiva, com tais efeitos de sentido, é essencial para o discurso em análise, pois sob tal determinação ancora-se, como veremos no capítulo seguinte, o processo de indeterminação desse mesmo discurso, o qual conduz à construção da heterogeneidade do discurso em análise.

2 - SOBRE A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO PRESIDENCIAL

Iniciando a reflexão

No capítulo anterior, examinamos o trabalho discursivo que resulta na determinação do que pode ser dito neste discurso. Aparentemente, o discurso do Outro faz parte do não-dizível. No entanto, sabemos que não é possível conceber um discurso de modo isolado. Um discurso sempre está em relação com outros discursos. Mas dito dessa forma, poderia parecer que esta relação é entendida como intertextualidade. Faz-se necessário explicitar que não é a este tipo de relacionamento externo a que nos referimos aqui. Entendemos que *um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos.*

Assim, partimos do pressuposto de que o sujeito, ao construir seu discurso, incorpora enunciados preconstruídos que, uma vez inseridos no intradiscurso, provocam o esquecimento de sua incorporação e produzem o efeito de ali se originarem. Para que este esquecimento seja possível, é preciso que outra ilusão se produza: o discurso deve apresentar-se dotado de homogeneidade, o que lhe conferirá coerência discursiva. Esse efeito de homogeneidade é resultado do trabalho discursivo da determinação que examinamos no capítulo anterior.

Isto posto, é possível afirmar que o sentido de uma seqüência discursiva não se instaura apenas a partir das relações que esta seqüência estabelece com as demais seqüências discursivas que se relacionam no interior de um mesmo discurso, mas também deriva da relação que estabelece com sua FD de origem e com o interdiscurso.

Ou seja, a produção de sentido faz intervir a memória discursiva que lhe está associada, permitindo relacionar seqüências formuladas no intradiscurso com seu exterior. Somente ao relacionar uma seqüência discursiva com a FD que afeta o sujeito do discurso, é possível verificar se esta relação é de identidade ou de antagonismo.

Assim, faz-se necessário romper, através da análise, a aparente homogeneidade discursiva para fazer vir à tona sua heterogeneidade fundante. Com este intuito, examinamos nosso corpus. Desejávamos verificar se os discursos presidenciais comportam seqüências discursivas heterogêneas e, neste caso, qual a relação que tais discursos estabelecem com este exterior específico e diferente. Verificamos que no intradiscurso estão intimamente entrelaçados interior e exterior. Dito de outra forma, certos preconstruídos, produzidos anterior e externamente ao discurso presidencial, aí encontram-se de forma mais ou menos visível. Essa heterogeneidade, por vezes, é marcada, mas frequentemente reduz-se apenas a alguma pista linguística. Por fim, há ocorrências em que o discurso-outro não deixa vestígios. Nesse caso, para que possa ser identificada, faz-se necessário fazer intervir a memória discursiva (COURTINE, 1981, p. 53).

Pêcheux & Fuchs observam que o encaixamento de um preconstruído consiste em uma seqüência Sy intercalada em uma seqüência Sx, de tal forma que

"este mecanismo dissimula a presença da seqüência Sy, como se já estivesse lá, como se fosse conhecida e já estivesse disponível no momento de enunciar Sx, dando-lhe o estatuto de uma realidade empírica. Assim, o preconstruído remete ao que cada um 'sabe', aos conteúdos de pensamento do 'sujeito universal' e ao que cada um, em uma situação dada, pode ver e ouvir, isto é, aos conteúdos do 'contexto situacional' pressuposto pela comunicação (...). O elemento constitutivo do mecanismo que descrevemos é a distância entre a seqüência x (que o discurso constrói) e a seqüência y (de onde deriva), via nominalização, que vem se encaixar em Sx, a título de preconstruído." (PECHEUX & FUCHS, s. d., p. 33-4)

A isto, desejamos acrescentar que Haroche, Fécheux e Henry (1971, p. 106) afirmam que o "preconstruído é linguisticamente analisável".

É ao estudo da heterogeneidade do corpus em análise e aos efeitos por ela produzidos que este capítulo se destina.

2.1- O DISCURSO RELATADO

Considerações Iniciais

Na literatura que trata da heterogeneidade, é comum a identificação entre discurso heterogêneo e discurso relatado. Faz-se necessário, entretanto, precisar que o discurso relatado é apenas o sintoma da natureza essencialmente heterogênea de qualquer discurso.

O discurso relatado, entendido como modo de apreensão da fala do outro, é, pois, uma das formas que permitem examinar a heterogeneidade do discurso. Bakhtin (1981) distingue três tipos de discurso relatado: (1) discurso direto (DD), discurso indireto (DI) e discurso indireto livre (DIL). Os dois primeiros opõem-se nitidamente não só por seus modos de apreensão do discurso do outro, mas, sobretudo, pela forma como este é representado. Enquanto o DD é considerado usualmente como a citação textual do discurso de um outro locutor (1), o DI é apresentado como um processo de parafraseagem, vale dizer, de "versão" que o locutor (L) faz do discurso do outro (1). Como afirma Authier (1978, p. 58; 1982, p. 114), o DD opera no campo da textualidade de (1), produzindo a reificação do enunciado do outro que, por este viés, é posto à distância, enquanto o DI apropria-se deste outro discurso de modo analítico e flexível que o desobriga abertamente de qualquer fidelidade à textualidade de (1).

Dito em outras palavras: o DD representa-se como um discurso que reproduz formalmente o discurso de outro locutor (1), enquanto (L) limita-se a mostrá-lo, mantendo-se afastado e independente. Este esforço em manter-se separado consiste em um simulacro de não-

intervenção adotado por (L). Nada garante, entretanto, que o DD seja transparente e que a palavra inicial seja preservada sem distorções. Para Authier "o DD é uma armadilha, uma ficção que remete ao conflito constitutivo do DD: (L) apaga-se diante de um enunciado textualmente reproduzido e, ao mesmo tempo, (...) corta todos os vestígios da situação de enunciação que está sendo relatada, na qual o enunciado se inscreve e é dotado de sentido" (AUTHIER, 1978, p. 52). Por oposição, o DI apresenta apenas o discurso de (L), que "diz o que significam as palavras de (l)" (AUTHIER, 1979, p. 65). Este procedimento, afirma a autora, permite a (L) escapar da armadilha da textualidade; no entanto, o mesmo movimento o conduz para a armadilha da univocidade do significado, esvaziando, desse modo, o problema do sentido. Em suma, "o DD cita as palavras de (l), enquanto o DI as traduz; nem o primeiro nem o segundo falam com as palavras de um outro" (AUTHIER, 1978, p. 68)

Já o DIL apresenta uma construção híbrida que pertence apenas a (L), mas em seu interior estão contidos dois enunciados confundidos, embricados, sem nenhuma fronteira formal a separá-los. (AUTHIER, 1982, pg. 115)

Após essa breve retomada da tipologia clássica do discurso relatado, passaremos a examinar como este se manifesta no discurso presidencial em análise. Nele distinguiremos três modalidades: (1) discurso relatado marcado (DRM), (2) discurso relatado indireto formal (DRIF) e (3) discurso relatado indireto informal (DRII).

Faz-se necessário, antes de mais nada, salientar que estas modalidades de discurso relatado não consistem em uma nova nomenclatura para os tipos de discurso relatado anteriormente descritos, embora apresentem alguma intersecção com os dois primeiros tipos acima mencionados. A primeira modalidade caracteriza-se por citar palavras, expressões, enunciados entre aspas. A segunda corresponde, com exatidão, ao discurso indireto, enquanto a terceira é uma variante da segunda, dela distinguindo-se por não apresentar

identidade com a sintaxe que caracteriza o DI. Não há nenhum traço de DIL nestas três modalidades de discurso relatado.

Deve-se registrar ainda que o discurso do presidente Médici não é afetado por nenhuma modalidade de discurso relatado.

2.1.1 - Discurso relatado marcado (DRM)

Segundo Authier (1978, p. 53), o DD é uma ficção, pois simula uma pretensa textualidade. Essa modalidade de discurso consiste em uma forma explícita de heterogeneidade, em que a presença do outro é mostrada através do uso formal de suas palavras, marcadas pelas aspas e pelos dois pontos introdutórios.

Essa modalidade só é registrada no discurso de Geisel. Vejamos, a seguir, as seqüências discursivas sobre as quais incidirão análises dessa seção.

- G108 - A "distensão" é aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, *pelo que se diz*, ao indispensável estabelecimento do chamado "Estado de Direito", mediante a pura e simples supressão do AI-5 e, complementarmente, a revogação do DL 477, a revisão da Lei de Segurança, a Concessão de Ampla Anistia (...) (G2 - 1.8.75, TV - Ação Governamental, p.152)
- G109 - Como se a ARENA fosse um partido batido, lê-se nos jornais (...), em manchete, o que normalmente dizem: "A ARENA perdeu". (G2 - 22.10.75 -Pal. Planalto -Improviso - Visita da Comissão Executiva Nacional da ARENA, p.228)
- G110 - Guardemo-nos (...) dos utopistas da "democracia plena" e de um liberalismo já ultrapassado. (G5 - 31.3.78 - Clube da Aeronáutica - 14o. Aniversário da Revolução, p.201)

Percebe-se que o uso das aspas nas seqüências discursivas em análise indicam que foi aberto um espaço no interior do discurso de Geisel para palavras, expressões ou enunciados oriundos do discurso do outro.

Com base em Authier (1981, p.127), pode-se afirmar que as aspas constituem um uso autonímico que apresenta um duplo movimento: ao mesmo tempo que mostram um corpo estranho, indicam que o sujeito do discurso dele discorda, razão pela qual deve mantê-lo à distância, mesmo que sintaticamente tenha sido integrado ao próprio discurso. Desse modo, as aspas funcionam para assinalar a recusa, a rejeição do

que está sendo incorporado. Por seu intermédio, o sujeito do discurso questiona a veracidade, a adequação ou a pertinência do discurso do outro.

No que tange às seqüências discursivas em análise, pode-se entender que o uso de aspas estabelece uma fronteira entre a FD do discurso presidencial (FD1) e a FD do discurso não revolucionário (FD2): as aspas indicam discordância entre posições de sujeito afetadas por FD antagônicas.

As aspas inscrevem a polêmica no interior do discurso de Geisel que procura, desse modo, desqualificar certos efeitos de sentido construídos no discurso da oposição, tais como "distensão", "Estado de Direito", "Democracia plena". Ao mesmo tempo, o uso autonímico protege seu usuário, para que não lhe seja imputada a posição ideológica veiculada por tais expressões, ficando resguardadas as diferenças ideológicas entre as duas posições de sujeito, construídas a partir de FD antagônicas. Esse uso autonímico das aspas funciona, na expressão de Authier (1981, p. 128), como um "anti-lapso".

A ocorrência do DRM no corpus em análise permite algumas considerações sobre os efeitos que essa forma de discurso aí instaura.

Se as aspas indicam o encontro entre discursos e estabelecem fronteiras entre suas FD, é preciso entender porque apenas no discurso de Geisel estas fronteiras estão assim demarcadas. Enquanto em Geisel os termos estranhos são assinalados, no discurso dos demais presidentes, renunciando à política do uso das aspas, é criada a ilusão de que os termos são adequados e pertencem ao próprio espaço discursivo. Entre mostrar o discurso do outro para, a seguir, desqualificá-lo e incorporar o discurso "naturalizado" do Outro, onde não há espaço para a diferença, predomina a segunda alternativa, o que contribui para a produção do efeito de homogeneidade.

Saliente-se que o DRM em Geisel reflete a conjuntura histórica desse período: oposição e sociedade civil começam a reorganizar-se,

passando a pressionar o governo e isto reflete-se no discurso presidencial: para melhor rejeitar o discurso do outro é preciso mostrá-lo de modo distorcido. A autonomia reflete, desse modo, a grande tensão existente entre as forças em confronto. Seu grau é tão intenso, que é preciso "mostrar" para rechaçar.

A partir dessa análise, não se deve depreender, entretanto, que nos demais discursos presidenciais a heterogeneidade não está representada. Mas deve-se salientar que apenas no discurso de Geisel o DRM é mobilizado, refletindo o embate ideológico entre as duas FD em confronto: o DRM manifesta a presença rejeitada do discurso-outro.

2.1.2 - Discurso relatado indireto formal (DRIF)

O discurso relatado indireto, conforme salientamos anteriormente, não tem compromisso com a textualidade. Daí lhe advém não só a possibilidade de relatar parcialmente o discurso do outro, como também de introduzir, em sua versão desse discurso, aspectos não-lingüísticos. Segundo Authier (1978, p.46) esta incursão do não-lingüístico no lingüístico dá margem ao questionamento dos limites do lingüístico.

Salienta-se inicialmente, que o DRIF não ocorre em todos os domínios discursivos de nosso corpus. São afetados por essa modalidade de discurso relatado os domínios de Castello Branco, de Geisel e de Figueiredo. Vejamos as seqüências discursivas que constituem o presente recorte.

CB108 - *Aqueles que lideraram e apoiaram a prorrogação parecem desejar que o governo com o acréscimo do mandato, tenha mais tempo para reajustar a administração, consolidar a fundo a ordem jurídica (...)* (CB1 - Fortaleza - Voz do Brasil, p.219-20)

CB109 - (...) vimos reações as mais disparatadas, as mais inconsistentes, vindas de (...) elementos reacionários, *dizendo que era ainda muito cedo para o Brasil empreender uma reforma agrária, que a propriedade não estava completamente definida e que não poderia sofrer nenhum impacto no Brasil.* (CB4 - 19.2.67 - Natal - Entrega dos títulos de posse pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola, p.11)

CB110 - Houve quem *dissesse*, imaginando tisonar com uma suspeita a autenticidade democrática dessa solenidade, *que haveria aqui, não uma passagem de governo, mas uma rendição de guarda* (CB4-15.3.67 - Transmissão da Faixa Presidencial, p.30)

- G111 - Mas afirmar daí que tudo o que se disse do progresso do Brasil nos últimos anos é uma mentira, uma inverdade, é ter muita coragem(...) (G2 - 22.10.75 - Pal. Planalto - Improviso - Visita da Comissão Executiva Nacional da ARENA, p.228)
- G112 - Depois de se lançarem numa campanha e se basearem numa possível traição da ARENA, foram dizer que a eleição não era legítima (G5 - 31.10.78 - Improviso - Vitória, ES, Lideranças políticas, p.487)
- G113 - No meu Governo, três vezes o povo foi chamado a votar. E dizem que o Governo não é democrático (G5 - 4.11.78 - Manaus, Líderes Políticos - Improviso, p.506)
- F121 - Sei bem que, até hoje, (...) a mão estendida não foi compreendida. Alguns até disseram que as minhas mãos estavam vazias, como se eu precisasse enchê-las para que os brasileiros viessem cooperar comigo(...) (F1 - 23.08.79 - Batatais, SP, Prefeitura, Improviso, p.116)
- F122 - (...) quando falo no entendimento, quando falo na conciliação, quando falo em conversar com todos, inclusive com os homens da oposição, não de dizer que estou fazendo demagogia e que a nossa democracia deve ser uma democracia sem adjetivos (F1-18.9.79- Improviso - Recepção a Maluf e bancada PDS/SP, p.153)
- F123 - A oposição procura fazer crer que somente a eleição direta seria instrumento eficaz de mudança. E, contrariamente, que a eleição indireta seria obstáculo para as mesmas mudanças que a sociedade exige. Alega mesmo que o Colégio Eleitoral não seria legítimo. (F8- 16.04.84 - TV, p.81)

Assim, se o DRM, que se pretende uma transcrição fiel da fala do outro, só aparece no discurso do Presidente Geisel, o DRIF, que representa uma paráfrase do discurso do outro, se faz presente no primeiro e nos dois últimos domínio discursivos. O DRIF, ao fundar-se sobre a reformulação das palavras do outro, produz o efeito de homogeneidade. No entanto, é bom lembrar que, mesmo quando o discurso do outro é relatado em DRM, esta modalidade não assegura fidelidade textual. Razão pela qual Authier chamou-a de ficção.

No caso do DRIF, essa ficção desfaz-se pois o discurso aí se representa sob a modalidade da reformulação, desde logo distanciando-se da suposta textualidade do discurso relatado. Daí Authier (1982_b, p.36) afirmar que essa modalidade de discurso não reproduz a enunciação do outro, limitando-se a referir o que nela foi dito.

É justamente essa possibilidade de mencionar o conteúdo do discurso de outro sujeito que abre espaço para a interpretação e a distorção, discursivizando igualmente alguns aspectos não-lingüísticos. Examinando CB108, vê-se que essa seqüência discursiva

não é introduzida pelo habitual dizer que. Em seu lugar encontra-se uma expressão verbal de cunho eminentemente interpretativo - **parecem desejar** - através da qual o sujeito de D1 procura sondar as intenções do sujeito do discurso relatado. Assim procedendo, não há identificação entre estes dois sujeitos. D1, antes mesmo de mencionar o discurso do outro, recua e estabelece o distanciamento necessário para com ele não ser confundido. O mesmo ocorre com CB109. Observando essa seqüência, percebe-se que o discurso relatado é precedido de um comentário que parece por em dúvida o bom senso daqueles a quem é atribuído o discurso, desconstruindo o próprio lugar onde D2 foi produzido.

Ainda na mesma linha de raciocínio, pode-se observar F123. O discurso relatado aí é precedido de um comentário a partir do qual a pretensão veiculada pelo discurso do outro fica desacreditada.

Observando o recorte precedente, pode-se estabelecer uma diferença entre as seqüências que o compõem, o que autoriza sua subdivisão, colocando, de um lado, as seqüências discursivas referentes ao discurso de Castello Branco e, de outro, as seqüências discursivas referentes a Geisel e Figueiredo. E, se a não-ocorrência desse tipo de modalidade em Costa e Silva e Médici não é decisiva para estabelecer esta divisão, acreditamos que essa distribuição não lhe está totalmente alheia.

No discurso de Castello Branco, o DRIF menciona tanto discursos oriundos de não-revolucionários, quanto discursos de certos segmentos "revolucionários" que apresentam posições de sujeito divergentes da sua. Tal fato mostra a conjuntura histórica em que este presidente governou, enfrentando não só o descontentamento dos "não-revolucionários", como também a crescente desaprovação de vários segmentos do grupo "revolucionário", cada vez mais descontentes com os rumos da "revolução". Os dois presidentes que se lhe seguiram não empregaram essa modalidade de discurso relatado e isto, mais uma vez, mostra a conjuntura histórica da época. Aparentemente, até mesmo o

espaço restrito aberto pelo DRIF foi considerado excessivo. Já nos discursos de Geisel e Figueiredo, o DRIF volta a ser empregado, apresentando-se, porém, diverso daquele registrado em Castello Branco. Nas seqüências discursivas deste dois últimos presidentes, são mencionados apenas os discursos oriundos da oposição, fato este indicativo da conjuntura histórica em que governaram. Essa modalidade permite verificar, discursivamente, uma transformação nas relações de força estabelecidas, entre Governo e oposição. Face ao conflito, o discurso presidencial menciona ao mesmo tempo que distorce o discurso da oposição que é apresentado como pouco digno de crédito e freqüentemente acusado de praticar as distorções que naquele momento o DRIF está produzindo. O discurso do outro desse modo é traído pelo viés da tradução praticada pelo DRIF.

É possível depreender daí que, não sendo mais possível ocultar o discurso do outro, este passa a ser representado pelo DRIF, dando margem a interpretações e paráfrases que o mencionam, não sem distorções mais ou menos graves, chegando mesmo ao ponto de disfigurá-lo.

2.1.3 - Discurso relatado indireto informal (DRII)

O DRII, da mesma forma que o DRIF, não tem compromisso com a materialidade do texto-origem, podendo relatar parcialmente o discurso do outro, traduzindo e traído as idéias nele veiculadas. O que os distingue é a sintaxe. Enquanto o DRIF tem uma sintaxe passível de formalização - SN dizer que X - onde dizer pode ser substituído por afirmar, fazer crer, alegar, desejar, pretender, espalhar, propagar, etc que funcionam como verbos introdutórios do discurso relatado do outro no discurso presidencial, o DRII não pode ser formalizado, por não apresentar uma sintaxe previsível. Podemos, no entanto, adiantar que, apesar dessa falta de previsibilidade formal, ou até graças a ela, o DRII desempenha a mesma função de tradutor - traidor do discurso do outro. E acreditamos que esta seja

a explicação para a sua ocorrência quase-generalizada no discurso em análise, pois, com exceção do domínio do presidente Médici, os demais estão afetados por essa modalidade de discurso relatado. Vejamos, a seguir, o recorte que as representa.

- CB111 - Tenho conhecimento de observações que anoto atentamente. Primeiro, o atual governo, fugindo a compromissos da Revolução, empreende reformas, ora tachadas de inoportunas, ora acusadas de serem uma repetição da demagogia do Governo passado. Segundo, deixa de lado problemas cruciantes para se entregar à neurose reformista. Terceiro, claudica em relação ao expurgo. Finalmente, entrega-se a cambalachos e a conluíus com politiquieiros contumazes. (CB1 - 4.7.64 - RJ, Vila Militar - Diplomação dos alunos do curso de aperfeiçoamento de oficiais, p.61)
- CB112 - (...) insofreáveis adeptos do antigo e conhecido continuísmo alardeiam sobressaltos diante da propalada dilacão do mandato presidencial (...) (CB2 - 18.1.66 - RJ, Clube Militar, Turma de 1921, p.264)
- CB113 - (...) nunca se calaram as cassandras nacionais, anunciando entre outras desgraças, a não realização das eleições (CB3 - 3.10.66 - Campinas, Instituto Agronômico, p.64)
- CB114 - O Congresso Nacional e a liberdade de imprensa são (...) o desmentido cotidiano daqueles que, aqui ou no estrangeiro, vivem a proclamar a existência de uma ditadura (CB3- 28.6.66 - BH, Assembléia Legislativa Estadual, Título de Cidadão Mineiro, p.3)
- CS100 - (...) escutastes vozes a levantar-se no púlpito, na tribuna, na cátedra, no Congresso, na Imprensa. Falaram em corrupção generalizada. Alertaram o País contra um militarismo inexistente e culparam os militares pelas dificuldades da Nação. (CS3 - 16.12.66 - RJ, Formatura Oficiais Escola de Comando - Estado Maior do Exército, p.466)
- CS101 - Eu não admito, repilo até violentamente, quando querem levantar a hipótese de interferência ou prepotência junto ao legislativo. (CS₂- 30.11.67 - Improviso - Resposta ao Deputado Ernani Sátiro - Líder do Governo - Câmara dos Deputados - Término Ano Legislativo, p.276)
- CS102 - Sou, por vezes, acusado de desestimar a atividade política. (CS₂- 24.10.67 - Instalação do Governo Federal em MG, p.265)
- G114 - Preconiza-se também reforma da Constituição, com redução dos poderes do executivo, considerados excessivos, e a ampliação das atribuições do legislativo. (G2- 1.8.75 - TV - Programa de Ação Governamental, p.152)
- G115 - (...) E, em particular, quando se chega a entrever o absurdo confinamento ideal das forças armadas ao âmbito restrito da segurança nacional (...) (G₁- 15.03.73 - Convenção Nacional ARENA, p.10)
- G116 - Voltam ao velho chavão de corrupção. Eu sou ladrão, meus auxiliares são ladrões, todos nós somos corrompidos. (G5- 31.10.78 - Improviso - Vitória - Lideranças Políticas, p.487)
- G117 - Estou certo de que sabereis dar, nas urnas, cabal e irretorquível resposta às meias verdades negativistas que se propalam sobre crise que o partido atravessaria (...) (G2- 21.09.75 - Encerramento VI Convenção Nacional da ARENA, p.180)

- F124 - Dizem ser capazes de *modificando o atual sistema econômico, em prazo curto, melhorar as condições de vida do Povo brasileiro* (F3- 19.6.80 - Cuiabá - Improviso - Encontro com Políticos do Estado, p.146)
- F125 - (...) Alguns apontam *não ser possível a normalização política do País, porque o povo não está satisfeito e sofre as agruras da inflação.* (F4- 29.04.81 - BH - Improviso - Classe política e empresarial, p.157)
- F126 - Perguntaram-me *se determinado candidato ganhar essas eleições, ele levaria ?* (...) Essa pergunta demonstra receio de quem tem medo da democracia. (F6- 7.10.82 - Natal - Improviso, p. 498)
- F127 - (...) abomino o entendimento de que *a abertura é um fato novo, sem ligações com o processo revolucionário de 64 .* Existem até mesmo aqueles que, por conveniência ou desinformação, *vêem na abertura a anti-revolução*, como se nos confessássemos, em tardia mea culpa, por decisões impensadas do passado. (F7- 07.12.83, Brasília, Forças Armadas, p.203)

Conforme salientamos no início dessa seção e como é possível constatar pelo recorte precedente, a modalidade de discurso relatado indireto informal caracteriza-se por ser sintaticamente imprevisível. No corpus em análise, o discurso do outro é relatado através de narrativas sucintas, cuja sintaxe, bastante variada, examinaremos a seguir.

Inicialmente, deve-se ressaltar que a informalidade do DRII pode ocorrer a partir da elipse do sintagma verbal que introduz o discurso do outro. É o que ocorre em G116, onde a elisão da expressão verbal introdutória - dizem que - possibilita a aparente justaposição dos dois discursos. No entanto, o discurso do outro, ao ser formulado em primeira pessoa singular, indica que passou por um processo de paráfrase.

A sintaxe do discurso indireto, por vezes, é substituída pela sintaxe da *interrogação indireta*, tal como ocorre em F126. Mas esta forma é pouco freqüente e não produz nenhum efeito de sentido diverso daquele já descrito em DRIF, razão pela qual dela não nos ocuparemos, limitando-nos a registrar que, por vezes, ocorre.

O DRII também pode ser representado, na seqüência discursiva presidencial, através de uma construção relativa. Esta possibilidade foi constatada nos domínios discursivos de Castello Branco, Geisel e Figueiredo. Observando tais construções, percebe-se que, na maior

Parte dos casos, são introduzidas por os que, aqueles que, de que, de quem, etc. Ou seja, a posição [S] é preenchida por um constituinte referencialmente indeterminado. (Cf. A representação indefinida do Outro, Parte II). Examinemos CB114 e F127. A relativa aí é introduzida respectivamente por **daqueles que** e **aqueles que**, dando margem à indeterminação referencial dos agentes que **vivem a proclamar a existência de uma ditadura** (CB114) e dos que **vêm na abertura a anti-revolução** (F127). Assim, o DRII permite que o enunciado do outro seja relatado ao mesmo tempo que esse outro permanece lingüisticamente indeterminado. Com freqüência, o discurso do outro é introduzido por um sintagma verbal cuja posição [S] não é preenchida, dando lugar à indeterminação deste constituinte (Cf. A representação elíptica do Outro, Parte II). É o que ocorre, por exemplo, em **querem levantar** (CS101), **Voltam** (G116), **Dizem** (F124), **Perguntaram** (F126), ou por verbos construídos na forma passiva sintética, tal como ocorre em **preconiza-se** (G114) (Cf. A representação indeterminada do Outro, Parte II). Tais verbos introdutórios do discurso relatado substituem a forma "standard" do DRIF - **dizer que** - possibilitando o não-preenchimento da posição [S], e o conseqüente efeito de indeterminação discursiva do outro.

Em muitos casos, o outro é designado por SN mais ou menos extensos, o que tampouco garante sua determinação referencial, pois estes apresentam-se suficientemente vagos, daí decorrendo a indeterminação do seu referente. Por exemplo: **Insofreáveis adeptos do antigo e conhecido continuísmo** (CB112), **as cassandras nacionais** (CB113), **meias verdades negativistas** (G117) ilustram esse tipo de indeterminação referencial que só pode ser interpretada à luz da memória discursiva, categoria que atua ao nível do interdiscurso das FD em confronto no discurso em análise. Desse modo, acreditamos ser possível remeter o primeiro SN dessa série, (CB112), à extrema direita, civil e militar; o segundo SN (CB113) pode ser identificado com os analistas políticos e formadores de opinião que

se opunham à Revolução, enquanto o terceiro SN (G117) pode ser entendido como uma referência velada à oposição. Ou seja, é o saber das FD em exame que pode, talvez, iluminar essa indeterminação referencial, construída pelo dizer do discurso em análise.

Essas diferentes formas de indeterminação da posição [S] podem ser interpretadas de diferentes maneiras: (1) a abertura de espaço para o discurso do outro precisa ser compensada pela não-explicitação deste outro, que permanece indeterminado; (2) essa indeterminação favorece construções deformadoras do discurso do outro; (3) o discurso relatado vem pontuado por comentários críticos que o tornam diferente do discurso que o relata. Assim, o mesmo movimento que o incorpora ao intradiscurso, aí instaurando a heterogeneidade, o rejeita, demarcando-o como estranho. Parece que esses comentários que sublinham sua diferença funcionam como se fossem aspas, ou seja, ao mesmo tempo que promovem o encontro entre estes discursos estabelecem fronteiras entre as FD de que provêm; (4) tal indeterminação põe o sujeito do discurso presidencial ilusoriamente ao abrigo de cobranças pela responsabilidade do que está sendo relatado; (5) e, sobretudo, "camuflam" o fato de que o discurso relatado retoma, por vezes, fragmentos discursivos igualmente identificados com a Revolução, como ocorre em CB111, CS101 e F125, por exemplo. Nesse caso, os comentários que pontuam o enunciado relatado não estabelecem fronteiras entre FD, mas distinguem fortemente posições de sujeito bastante diversas, no interior de uma mesma FD.

A seqüência discursiva atribuível ao outro freqüentemente apresenta-se sob a forma de frases verbais, tal como ocorre em CB111 e F127, por exemplo. Contudo, há seqüências que representam o discurso do outro através de frases nominais absolutamente destituídas de formas verbais portadoras de marcas de pessoa, número, tempo e modo, como ocorre em CB112, CB113, CS101, G115. Essas nominalizações representam preconstruídos (a) e podem ser submetidas a uma transformação (b) cujo resultado permite reconhecer um

"possível" discurso do outro, com base na memória discursiva, tal como veremos, a seguir.

- CB112a - *dilação do mandato presidencial (...)*
- CB112b - o mandato presidencial do Mal. Castello Branco certamente será dilatado.
- CB113a - *a não realização das eleições*
- CB113b - As eleições não se realizarão
- CB114a - *a existência de uma ditadura*
- CB114b - Existe uma ditadura no país

- CS101a - *interferência ou prepotência junto ao legislativo*
- CS101b - Os militares estão interferindo de modo prepotente no funcionamento do legislativo, que deve ser soberano.
- CS101c - Precisamos interferir junto ao legislativo

- G115a - *Confinamento ideal das forças armadas ao âmbito restrito da segurança nacional (...)*
- G115b - As forças armadas devem confinar-se ao âmbito da segurança nacional

Como é possível constatar, a partir das transformações precedentes, a seqüência discursiva que representa o DR11, ao apresentar-se sob forma de frase nominal, evidencia melhor do que o DR1F, que o discurso relatado não reproduz a palavra original do outro. Ao contrário. A palavra do outro é de tal forma modificada, que a versão que dela é apresentada a torna quase irreconhecível. Esse desfiguramento será examinado, a seguir, a partir de G115a e sua transformação em G115b.

Pareceu-nos pouco aceitável, lingüisticamente, **confinar** as Forças Armadas **à segurança nacional**, cabendo melhor, nesse caso, **limitar-se** ou **restringir-se à segurança nacional**. Explicitando melhor: *segurança nacional* é um SN que representa uma *noção* e não um *lugar*, tornando-se, por conseguinte, impossível confinar fisicamente as *Forças Armadas*, genérico representante de *militares*, dotado do traço [+hum], **à segurança nacional**. Desse modo, nos processos semânticos de D1, *Segurança Nacional* aí está por *quartel*, *lugar* onde é possível confiná-las. No entanto, na FD que determina o discurso em análise, *quartel* produz um efeito de sentido redutor indesejável que não é assumido por seu sujeito e que é próprio do discurso do Outro. Por esta razão, julgamos que a seqüência nominal em análise provavelmente é a versão de uma seqüência verbal um pouco diversa em

circulação no discurso da oposição: as forças armadas devem confinar-se ao âmbito do quartel. A seqüência assim obtida, ao ser cotejada à memória discursiva, parece bastante aceitável.

Esta distorção mostra o antagonismo que separa as posições de sujeito sustentadas pelas FD em confronto. Para FD1, é natural que as Forças Armadas ocupem-se da segurança nacional, devendo esta ser entendida em sentido amplo, ou seja, devem atuar onde quer que se encontre o inimigo, mesmo que este se represente na figura de brasileiros. Para FD2, as Forças Armadas devem confinar-se ao quartel e zelarem pela segurança nacional, contra inimigos externos. Dessa diferença radical no significado de segurança nacional é que surge a distorção do discurso do outro, ao ser relatado. Aparentemente esta distorção funciona como um sintoma do antagonismo ideológico. Ou seja, parece impossível relatar com fidelidade o discurso do outro, pois seu enunciado representa o que não pode ser dito no interior de FD1. Por essa razão, seu relato introduz uma seleção lexical inadequada que denuncia o que deveria ficar recalcado.

Examinaremos, a seguir, a seqüência CS101 que nos permitirá melhor avaliar o efeito que a nominalização produz. CS101b remete a um provável enunciado que circulava no discurso da oposição, enquanto CS101c remete para um provável enunciado pertencente ao domínio discursivo da chamada "linha dura" dos militares. Enunciados estes evidentemente antagônicos que se encontram reunidos em uma única seqüência do discurso de Costa e Silva. A nominalização, como se vê, produz não só o desfiguramento do discurso do outro, mas também e talvez sobretudo o seu achatamento, pois interferência, preconstruído que remete aos "revolucionários", e prepotência, preconstruído que remete aos "não-revolucionários", passam a representar duas seqüências discursivas antagônicas e estranhas, reunidas em um mesmo enunciado.

Na mesma linha de raciocínio, veja-se, por exemplo, CB111 e CS100. Nestas seqüências, encontram-se apenas fragmentos discursivos

que aludem ao discurso do outro. De tal modo essas seqüências foram achatadas que, freqüentemente, reduzem-se a um nome, a um adjetivo ou, no máximo, a ambos: inoportunas, em CB111, por as reformas empreendidas pelo governo são inoportunas; corrupção generalizada, em CS100, por a corrupção no governo militar está generalizada; um militarismo, em CS100, por o atual regime que se pretende revolucionário nada mais é do que um militarismo exacerbado, por exemplo. Não se trata, nesse caso, sequer de uma paráfrase do discurso do outro, mas da desconstrução do referido discurso, cuja conseqüência é seu achatamento que reduz, juntamente com o enunciado, o seu dizer. Os papéis temáticos atribuídos pelo verbo, tais como agente, paciente, alvo, tema, etc, encontram-se detematizados, sobrando, conseqüentemente, apenas vestígios discursivos da seqüência do outro, os quais salpicam de heterogeneidade um discurso pretendidamente homogêneo.

Por vezes, no entanto, a nominalização do discurso do outro faz mais do que introduzir vestígios discursivos no discurso presidencial. É o que ocorre em G114, por exemplo. O discurso do outro, após ser introduzido por preconiza-se, apresenta-se como uma seqüência discursiva inteiramente constituída por uma série de enunciados nominalizados. Pode-se dizer que houve desconstrução, achatamento e desfiguramento nessa seqüência, mas não é possível entendê-la como simples vestígio discursivo. Ou seja, a justaposição de vários fragmentos discursivos acaba por construir uma seqüência discursiva de extensão razoável em que o discurso do outro é incorporado ao discurso presidencial, perdendo seu caráter de vestígio e assumindo, novamente, a natureza de paráfrase de um discurso alheio. Nesse sentido, vale lembrar Seriot (1986, p.24), para quem as nominalizações são enunciados preconstruídos, não assumidos pelo sujeito enunciador. É como se eles se encontrassem "já-lá", como objetos do mundo, pré-existentes ao discurso, produzindo no intradiscurso um efeito de evidência do qual o

enunciador se apropriar. Mas nessa incorporação, apagam-se as condições em que tais preconstituídos foram produzidos. Acreditamos poder acrescentar que esse apagamento das condições de produção fazem parte do achatamento reducionista que mencionamos anteriormente.

Finalmente, em todas as modalidades de discurso relatado, dá-se o apagamento das condições de produção iniciais e não apenas no processo de nominalização. No entanto, é neste último que melhor aparece o funcionamento do discurso relatado, por reunir em si todos os tipos de perdas que aí podem ocorrer: nominalização do verbo, detematização das funções temáticas, apagamento das condições iniciais de produção. Tais perdas produzem, como efeito, o achatamento do enunciado que fica reduzido a vestígios discursivos que pontuam o discurso presidencial aí instaurando a heterogeneidade. Entretanto, é justamente na articulação entre intradiscurso e interdiscurso que tais elementos desnivelados nivelam-se entre si, produzindo o efeito de homogeneidade do discurso em análise. Ou seja: os diferentes apagamentos a que nos referimos fazem parte do trabalho discursivo de construção da indeterminação do discurso-outro.

Considerações finais em torno do discurso relatado

Apresentamos, a seguir, um quadro-síntese que permite ter uma visão de conjunto do discurso relatado.

DISCURSO RELATADO⁷

	DRM	DRIF	DRII
G	+	+	+
CB	-	+	+
F	-	+	+
CS	-		+
X	-	-	-

QUADRO-SÍNTESE 6

⁷ Este quadro-síntese, organizado sob a forma de escala implicacional, pretende apenas dar maior visibilidade aos dados.

Essa visão de conjunto do discurso relatado nos possibilita algumas reflexões. Assim, observa-se que o discurso de Médici representa uma espécie de marco divisor entre os domínios discursivos de nosso corpus: antes e depois dele registra-se o uso de discurso relatado. Vale dizer que esse marco assinala a existência de transformação no discurso presidencial em análise. Detalhando um pouco mais tais diferenças, verifica-se que Castello Branco dispensa o DRM que, aparentemente, reproduz o discurso do outro. Assim, mesmo que isso não passe de ficção, o discurso é relatado através de paráfrases que facultam o distanciamento do que é relatado.

Comparando o discurso de Castello Branco ao de Costa e Silva, percebe-se que no domínio desse último apenas o DRII é utilizado. Como as análises precedentes indicaram, essa modalidade de discurso relatado é a que permite maior desfiguramento do discurso do outro, pelo achatamento que as nominalizações nele provocam. Assim, o discurso de Costa e Silva, ao abrir espaço para o discurso do outro, o faz pelo viés mais desformador. O discurso de Médici, por sua vez, não facultando aparentemente a penetração do discurso do outro, elimina a menção, mesmo que vaga, desse outro, simulando a homogeneidade de seu discurso e produzindo um efeito de monologismo. Tais características correspondem discursivamente à conjuntura em que governou. Após Médici, o discurso do outro volta a ser relatado no discurso presidencial, rompendo a construção de "fachada" monolítica, de espaço discursivo fechado sobre si mesmo. Saliente-se que o discurso de Geisel é o único onde o discurso do outro é representado através de todas as modalidades de discurso relatado, fazendo um contraponto absoluto com o discurso de seu antecessor. Essa passagem da pretendida inexistência do outro para a sua presença admitida assinala uma transformação nas condições de produção deste discurso. Finalmente, chama sobretudo a atenção o paralelismo existente entre as modalidades de discurso relatado registradas em Castello Branco e Figueiredo.

Tais transformações, no entanto, não devem ser interpretadas como traços estilísticos que individualizam o discurso de cada presidente, nem devem ser tomadas como indicação de que os presidentes deste período são afetados por FD diferentes. Trata-se da mesma FD1 que, em contato com o interdiscurso específico que a determina, sofre transformações. Conforme Courtine

"O domínio de saber de uma FD funciona como um *princípio de aceitabilidade discursiva* para um conjunto de formulações (determina o que pode e deve ser dito) e como um *princípio de exclusão* (determina o que não pode/deve ser dito). Ele realiza o *fechamento de uma FD, delimitando seu interior...* *Esse fechamento é fundamentalmente instável.* Inscreve-se entre diversas FD como uma *fronteira que se desloca*. O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um *processo de reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é conduzido em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, *incorporando elementos preconstruídos em seu próprio exterior*, os quais produzem *redefinição ou redirecionamento*; suscita igualmente o chamamento de seus próprios elementos, organiza a repetição, mas também provoca eventualmente o apagamento, o esquecimento ou a denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação / repetição / transformação dos elementos de saber desta FD, pode ser entendido como o que regra o *deslocamento de suas fronteiras*." (COURTINE, 1981, p. 49) (Os destaques são nossos)

Na realidade, estas transformações refletem as condições de produção do discurso destes presidentes Castello Branco iniciou seu governo sob a égide do Ato Institucional inaugural, que limitava a duração da Revolução e de seu mandato que devia terminar a 31 de janeiro de 1966, com a posse de um presidente eleito por voto direto e universal. Desse modo, sua relação com o outro não era de denegação. Criticava-o, mas o admitia. O mesmo ocorre com Figueiredo, pois seu governo é marcado pelo discurso da distensão, que encerra o ciclo militar. Desse modo, o outro, embora criticado e transformado em alvo fácil, está sempre visível. Já o discurso de Costa e Silva representa a implicitação do outro - consequência da conjuntura histórica em que governou, culminando com a proclamação do AI-5. Esse processo de ocultamento do outro chega ao cúmulo em Médici, em cujo intradiscurso restringe-se o espaço para o discurso-outro. Ou seja: maior a repressão, menor o espaço de emergência do outro. Vale dizer

que a repressão política representa-se no discurso desse presidente pelo recalçamento do discurso-outro, dando margem à construção ilusória de um espaço discursivo fechado, onde não há espaço para o diferente, o estranho, o externo, o oposto. Não é de surpreender, pois, que no discurso de Geisel estejam representadas todas as modalidades de discurso relatado, pois isto mostra, mais uma vez, a conjuntura histórica em que este presidente governou: a sociedade civil estava, então, em plena organização, os partidos políticos refletiam essa mesma vitalidade e não era mais possível ignorar discursivamente tal fato. Assim, o outro, firmemente recalçado no discurso do presidente Médici, irrompe, no discurso de Geisel, aí manifestando a tensão e o confronto como parte das condições de produção de seu discurso.

Por conseguinte, tais transformações não são marcas estilísticas individualizadoras de cada presidente, nem constituem o indício de que os presidentes militares são afetados por diferentes FD. Ao contrário. O discurso presidencial militar é vazado em uma única FD, mas esta não é estática. As diferenças registradas atestam que a FD que afeta o discurso em análise sofreu transformações, quer dizer, suas fronteiras deslocaram-se ao recalçar a presença do outro em seu interior e deslocaram-se, novamente, quando o outro emergiu outra vez em seu intradiscurso.

É preciso ressaltar um último aspecto. Authier⁶ sublinha que as marcas de heterogeneidade mostrada apresentam um duplo efeito, pois ao mesmo tempo que delimitam o discurso do outro, mascaram sua presença constitutiva. Dito em outras palavras: o gesto verbal de indicar a presença do outro em um ponto específico do discurso equivale a assumir que a parte não delimitada pertence exclusivamente ao enunciador, incorrendo o locutor na ilusão de que o sujeito do discurso está na origem de seu dizer. Demarcar o que advém do

⁶ Essas idéias foram desenvolvidas na conferência - "Heterogeneidades enunciativas: as não coincidências do dizer" - proferida por Authier em 28.08.89, no IEL, UNICAMP, Campinas.

discurso alheio equivale a mascarar o fato que todo discurso é essencialmente heterogêneo.

Por outro lado, desejamos salientar que só é possível perceber materialmente a heterogeneidade de um discurso quando seu sujeito delimita seu interior de seu exterior. Se a ausência de menção ao discurso do outro representasse de modo visível um discurso pleno de seu exterior, o discurso de Médici, que não apresenta vestígios do discurso-outro, seria um discurso aberto, polêmico, habitado por outras vozes. No entanto, vimos que ele prima pela ausência de marcas do discurso do outro e o efeito dessa ausência só torna-se claro pelo estudo comparativo do discurso relatado nos diferentes domínios do corpus em análise. Ou seja, em um discurso autoritário, como este que ora analisamos, a ausência de menção ao discurso-outro mascara de modo ainda mais intenso sua heterogeneidade constitutiva, produzindo a ilusão de um discurso homogêneo, monolítico, fechado sobre si mesmo.

Essa ilusão constrói-se discursivamente pela redução dos lugares enunciativos de onde o outro produziu seu discurso a um lugar único, fictício, de onde Médici, enquanto locutor e sujeito de D1, enuncia como se fosse um sujeito universal.

Assim, o estudo contrastivo da materialidade discursiva dos diferentes domínios de nosso corpus evidencia efeitos de sujeito diversos, indo da heterogeneidade mostrada ao efeito de monologismo.

2.2 - O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA NEGAÇÃO

Considerações iniciais

Ao contrário do que pode fazer pensar uma interpretação do autoritarismo, que os pensaria ligados ao homogêneo, trata-se de realizar uma análise que possibilite evidenciar o caráter constitutivamente heterogêneo dos discursos em análise.

Para tanto, o estudo da negação é fundamental, pois o corpus de que é objeto esta tese encontra-se profundamente marcado por esse

funcionamento discursivo. Seu exame permitirá investigar a presença do preconstruído como vestígio mais ou menos evidente do interdiscurso no discurso presidencial. Dito em outras palavras, a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise. Em suma, essa construção evidencia a presença do discurso-outro, no interior do discurso presidencial.

Antes, porém, de iniciar a análise do funcionamento discursivo da negação, faremos uma breve digressão sobre a operação de negação.

Culioli, em seu artigo "*La négation: marqueurs et opérations*", ao iniciar suas reflexões sobre a negação faz uma afirmação à qual desejamos nos associar. Diz ele que

"falar da negação é expor-se a malentendidos (...) porque somos conduzidos, sem mesmo nos darmos conta, a propor uma negação ideal, aquela da lógica, e a raciocinar a partir daquela posição privilegiada onde reina a transparência, a rigidez, a estabilidade unívoca de uma disjunção perfeita." (CULIOLI, *op. cit*, p. 91)

Nesta tese não é nosso propósito realizar o estudo exaustivo da literatura já produzida sobre a negação. Limitar-nos-emos a examiná-la a partir do seu estudo discursivo em nosso corpus.

Ainda segundo Culioli, "para que haja negação, é preciso que exista a construção prévia do domínio nocional". (Idem, p.100) Para melhor compreender essa noção, recorreremos a Milner:

"supõe-se inicialmente um x identificável, após em um segundo tempo, liga-se este x a uma propriedade P, dizendo "x é P". Ao mesmo tempo, liga-se x a todos os termos que possuem a propriedade - é o momento da síntese - e opõe-se a todo termo que não possua a propriedade - é o momento da antítese - de tal forma que o julgamento afirmativo delimite-se do julgamento negativo "y não é P". O julgamento não deve ser circular, ou seja, x deve poder ser indentificado independentemente de P e, reciprocamente, P deve ser posto independentemente de sua atribuição a x." (MILNER, 1983, p. 105-6)

Ou seja, a operação de identificação, operação primitiva que precede a operação de negação, significa que "toda noção (lexical, gramatical ou relação predicativa) é apreendida através de

ocorrências (acontecimentos) desta noção, isto é, através das representações ligadas a situações enunciativas reais ou imaginárias. Constrói-se assim um conjunto de ocorrências, identificáveis a um tipo, centro organizador do domínio nocional ...” (CULIOLI, 1990, p. 95).

Esse é o caminho metodológico a ser empreendido pelo lingüista que se propõe identificar o funcionamento lingüístico da negação, o qual não poderá ser adotado em sua plenitude nesse trabalho, pois nosso corpus constitui-se de recortes discursivos, o que pressupõe não só o estabelecimento prévio dos domínios nocionais, como também que tais domínios são ideologicamente constituídos, como formações discursivas. Ou seja, não procuramos examinar como a negação trabalha na lógica ou na língua, mas como trabalha no discurso. Para tanto, através dos recortes, examinaremos sua ocorrência em nosso corpus para estabelecer o “centro organizador” de seu funcionamento discursivo.

Para especificar nosso trabalho, valemo-nos uma vez mais de Culioli (Idem, p. 101), quando, para melhor explicar a *operação de negação*, este autor examina a *operação de representação*, através dos três tipos de relação elementares que esta envolve: (1) *relação de identificação* que situa uma representação em relação a um centro organizador (tipo definitório) ou centro atrator (grau de excelência ou de exemplificação); (2) *relação de alteridade ou de gradação* que coloca a representação em um domínio estruturado em zonas (interior, fronteira, exterior) bem como na passagem de zona a zona; (3) *relação com um ponto enunciativo* que permite calcular valores de referência e regulação em relação a um enunciador que constrói sua posição a partir da representação considerada, bem como constrói a posição atribuída a um co-enunciador. Assim sendo, para Culioli (op. cit., p. 102) a representação remete tanto para um estado estável (ou estabilizado), quanto para um estado diferente. O primeiro caso

pode ser relacionado com a operação de identificação; o segundo induz a uma ruptura, com a conseqüente construção de uma alteridade.

Ora, em nosso trabalho, ao buscarmos identificar o discurso do Outro no discurso presidencial, estamos pressupondo todas estas relações. Vale dizer: (1) examinar o discurso presidencial implica situá-lo de imediato como já identificado e, portanto, relacionado a um "centro organizador" que, como dissemos anteriormente, o relaciona à FD que afeta seu sujeito. Examiná-lo sob esta ótica, consiste em buscar em seu intradiscurso os elementos que o identifiquem à FD que o determina, ou seja, identificar em seu interior o mesmo, o repetível, o dizível nesta FD; (2) por outro lado, analisá-lo em relação a sua alteridade consiste em buscar em seu interior o diferente. Isto equivale, de fato, a dois tipos diversos de relação. A primeira examina o *diferente dizível* na FD, ou seja, embora diferente pertence ao seu interior; a segunda localiza o *diferente não dizível* no domínio nocional considerado, porque essa diferença aí é entendida como uma exterioridade interdita ideologicamente. Assim, o que pode ou não pode ser dito, e o que deve ou não deve ser dito no interior desse domínio de saber regula a relação interioridade/exterioridade, vista por Culioli como alteridade; (3) por fim, a relação com o lugar de onde o sujeito do discurso fala, para Culioli, é uma terceira relação e, para nós, está pressuposta pelas duas primeiras. Ou seja: a identidade pressupõe a relação com o lugar enunciativo do sujeito do discurso da mesma forma que a alteridade pressupõe o Outro e seu lugar de enunciação.

Assim, quando o sujeito do discurso pode e deve dizer o que diz do seu lugar social, ele o faz por uma predicação afirmativa, identificando seu dizer com o saber da FD que o afeta. Já quando sua predicação é negativa, esta pode caracterizar três operações de negação discursiva diversas - a *negação externa*, que incide sobre o que *não pode* ser dito no interior de FD1, a *negação interna*, que incide sobre o que pode mas não deve ser dito neste domínio de saber

e a negação mista, que mobiliza as duas modalidades anteriores numa única operação de negação.

Entendemos por **negação externa** a negação que incide sobre um discurso que provém de uma formação discursiva adversa (FD). Assim, essa modalidade estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos. Na presente tese, a **negação externa** opõe o discurso presidencial "revolucionário" (D1) ao discurso "não-revolucionário" (D2).

A **negação interna** incide sobre outro tipo de exterioridade. Não estabelece fronteiras ideológicas, mas faz aparecer diferenças no interior da mesma formação discursiva. No presente trabalho, revela divergências no interior do discurso "revolucionário".

Já a **negação mista** incide a um só tempo sobre enunciados incritos em diferentes domínios de saber.

A duas primeiras modalidades do funcionamento da negação representam uma especificidade do discurso dos cinco presidentes da Terceira República Brasileira: o corpus em análise apresenta uma grande regularidade no que tange ao funcionamento destas modalidades de negação. Já a terceira modalidade incide apenas sobre o primeiro e o último domínios de nosso corpus.

O funcionamento discursivo da negação mostra como o sujeito desse discurso relaciona-se com os demais lugares sociais. Como afirma Fiorin:

"O discurso "revolucionário" está em relação dialógica com o discurso de seus oponentes. Essa relação dialógica é de natureza polêmica. À medida que o sistema semântico sobre o qual repousam os discursos "revolucionários" está fundado sobre uma oposição generalizada ao sistema dos discursos "não-revolucionários", nenhum elemento do conteúdo escapa à relação polêmica. Mostramos já que todo enunciado e todo tema do discurso "revolucionário" negam o enunciado e o tema correspondentes, atestado ou não, do discurso contrário. Em sua totalidade, o discurso constrói-se sobre o princípio da antítese e é, portanto, atravessado pela exclusão do seu "Outro". (Fiorin, 1988, p. 129).

Juntamente com Fiorin, entendemos que se trata de um discurso que se constrói na base de uma relação polêmica e de antítese em relação com o outro. No entanto, dele discordamos no que tange ao processo de exclusão do outro. Como um discurso autoritário, todo seu funcionamento vai no sentido da exclusão do Outro, o que caracteriza a pouca reversibilidade desse discurso. No entanto, nenhum discurso existe sem o Outro, já que é da natureza do discurso ser constitutivamente heterogêneo. Dessa forma, permitimo-nos redirecionar a afirmação de Fiorin, propondo nessa interlocução teórica que o discurso "revolucionário" é atravessado pelo efeito de exclusão de seu "Outro".

Por fim, um último esclarecimento. Para trabalhar com a negação, faz-se necessário distinguir entre a *operação de negação*, tal como a descrevemos anteriormente, e os *marcadores de negação*. Em nosso corpus vários marcadores de negação estão representados, tais como: advérbio de negação *não*; prefixos de negação *in*, *des*; itens lexicais do tipo *recusar*, *impedir*; pronomes indefinidos como *jamais*, *ninguém*. Enfim, os marcadores de negação assumem variada forma. No entanto, esta variedade não será considerada em nosso trabalho. Todas as formas de negação serão reunidas sob a designação única de NEGAÇÃO e a forma NÃO será o marcador genérico que a representa. Referir-nos-emos eventualmente a algum outro marcador específico de negação, apenas quando este acarretar algum efeito diverso no discurso em análise.

2.2.1 - A Negação Externa

Essa modalidade incide sobre um enunciado proveniente de FD2 e apresenta dois tipos diversos, a saber a negação do discurso do outro e a negação do preconstruído do discurso do outro que serão a seguir examinados.

A negação do discurso do outro

Este primeiro funcionamento da negação apresenta duas características essenciais, a saber: (a) a marca da negação é explícita e (b) o discurso do outro é implícito. Ou seja, o marcador da modalidade negativa está explicitado no discurso e esta negação estabelece uma fronteira entre o discurso presidencial (D1) e o discurso do outro (D2). No entanto, o discurso-outro não podendo ser dito pelo sujeito de D1, passa a constituir o indizível desse discurso que permanece, para sempre, recalçado em seu interdiscurso específico. É o discurso da implicitação. Ou seja, D1 constitui-se na modalidade negativa, negando D2, que está implicitado, ou seja, transforma o discurso do outro em seu contrário e como tal o incorpora.

Vejamos, na análise, como funciona este tipo de negação.

No presente recorte, as seqüências discursivas serão seguidas por a para melhor opô-las às transformações metodológicas que se seguirão como constitutivas do mesmo recorte, quando terão a mesma identificação alfanumerica, seguida por b.

- CB115a - *Não se trata de um golpe de estado, mas de uma Revolução* (CB1 - 15.04.64 - Saudação ao Congresso, p.13)
- CB116a - *A Revolução não foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores* (CB1 - 01.05.64-Dia do Trabalho, p.22)
- CB117a - *A Revolução se distingue de outros novimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação.* (CB2- 27.10.65 - Promulgação do AIZ, p.34)
- CS103a - *Revolução, em verdade, e não Golpe de Estado (...)*
Revolução, e não motim militar (...)
(CS1 - 3.10.66 - Congresso, após eleição, p.168)
- CS104a - *Nós não pretendíamos empolgar o Poder, muito menos fazer-nos ditadores*
(CS1 - 31.03.69 - Aniversário da Revolução, p.512)
- CS105a - *O Congresso não foi suprimido, mas encontra-se em recesso no termos do Ato Complementar no.38 (...)*
(CS2 - 31/3/68 - Coletiva para Jornalistas brasileiros e estrangeiros - RJ, p.524)
- M93a - *As instituições não foram assaltadas pelos militares, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos(...)*
(M1 - 21.2.70 - Vila Militar, RJ. Aniversário da Tomada de Monte Castello, p.28)
- M94a - *O MOBRAL não é um simples ato de governo. NÃO é mais uma das muitas campanhas, nem mais um órgão burocrático, (...) Não se trata de um gesto paternalista, nem um golpe de magia(...)*

- (M1 - 8.9.70 - Pal. do Planalto, Lançamento do MOBREAL, p. 113-14)
- M95a - *Os poderes por ele [AI5] outorgados ao Presidente da República não perturbam e nem perturbarão o clima democrático existente no país(...)*
(M1-26.2.70 - Pal. da Alvorada, Entrevista Coletiva, p.9)
- G118a - Continuidade, todavia, não significa imobilismo.
(G1- 19.03.74 - 1a. Reunião Ministerial, p.36)
- G1192a - *Não sou contra a prática da política pelos estudantes. O que não está certo é fazer política dentro da Universidade(...)* (G1- 23.5.75 - Pal. Planalto, Improvado para Formandos de Economia, RS, Univ. de Santa Maria, 81)
- G120a - (...) *Mas a distensão não deve ser apenas política, nem predominantemente política*
(G1- 1.8.75 - TV, Ação Governamental, p.153)
- F128a - Nenhum de nós, militares, foge à característica básica da personalidade do brasileiro médio: *não procedemos de castas, não cultuamos preconceitos, não nos entregamos a sonhos de hegemonia*
(F6 -7.12.63 - Brasília, Frente às Forças Armadas, p.207)
- F129a - *A legitimidade da eleição indireta é incontestável. Injustificável, pois, a tentativa de abolir o Colégio eleitoral já escolhido em pleito direto para a eleição de meu sucessor.* (F7 -16.04.84 - Pal. Planalto, TV, p.81)
- F130a - *Tenho a consciência tranqüila de haver elaborado o melhor projeto [de anistia] para a época atual. Por ele, podem os brasileiros ver que a minha mão, sempre estendida, em conciliação, não está vazia. Nunca esteve.*
(F1 - 27.06.79 Pal. Planalto, Assinatura Anistia, p.61)
- Como é possível observar, o discurso do outro não é explicitado. Para isolá-lo, é preciso transformar metodologicamente a negação em afirmação. Somente assim D2, que está implicitado em D1, pode ser tangenciado, conforme é possível observar nas transformações que se seguem.
- CB115b - Trata-se de um golpe de estado, não de uma revolução.
CB116b - A revolução foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores.
CB117b - A revolução não se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz o interesse e a vontade de um grupo, não o interesse e a vontade da nação.
- CS103b - Golpe de Estado, em verdade, e não Revolução; (...) motim militar, e não Revolução(...)
CS104b - Empolgaram o Poder e tornaram-se ditadores (...)
CS105b - O Congresso foi suprimido(...)
- M93b - As instituições foram assaltadas pelos militares, sob pretexto de sustentá-las(...)
M94b - O MOBREAL é um simples ato do governo. Mais uma de suas muitas campanhas, um simples órgão burocrático, (...) Trata-se de um gesto paternalista, um mero golpe de magia (...)
M95b - Os poderes outorgados ao Presidente da República pelo AI5 perturbam o clima no país(...)
- G118b - Continuidade significa imobilismo.

- G119b - O presidente é contra a prática da política pelos estudantes.
- G120b - Distensão significa distensão política.
- F128b - (...) Os militares procedem de castas, cultuam preconceitos, entregam-se a sonhos de hegemonia.
- F129b - As eleições indiretas não são legítimas. É necessário tentar abolir o Colégio Eleitoral destinado a eleger o próximo presidente.
- F130b - (...) a mão do presidente Figueiredo, sempre estendida pretensamente em conciliação, está vazia. Sempre esteve.

Observando as seqüências discursivas acima, percebe-se que o discurso-outro nelas não está explicitado. O marcador da negação aí funciona como uma pista (NÃO, NUNCA, IN-). Através das transformações efetuadas, produzimos metodologicamente enunciados "similares" aos que circulavam no discurso da oposição.

Não pretendemos atestar tais enunciados, contrastando-os com seqüências discursivas efetivamente realizadas em D2 para identificarmos enunciados de referência oriundos do exterior e presentes nos discursos presidenciais. Para o nosso propósito, tais enunciados serão atestados por intermédio da memória discursiva, categoria descrita por Courtine (1981, p.53), visando a identificá-los como enunciados preconstruídos para então examinar seu funcionamento no corpus em análise.

Constatamos que o dito de D2 transforma-se em não-dito de D1, sendo pois, ao mesmo tempo, constitutivo do discurso presidencial (D1) e, paradoxalmente, intangível em sua materialidade discursiva. Esse jogo de "não-ser-sendo" instaura-se em D1 através da operação de negação. Poder-se-ia dizer que o escopo da negação é o discurso do outro. Mas a operação de negação só incide sobre esse discurso após sua incorporação enquanto não-dito de D1. Tal funcionamento provoca um efeito de complementaridade entre D1 e D2: o dito de D2 é o não-dito negado em D1. Esse não-dito aí comparece como componente do interdiscurso específico que determina D1.

Para instaurar-se, D1 necessita refutar D2, cujo dizer permanece não-dito, oculto, não podendo ser objeto de enunciação em D1. A negação estabelece, desse modo, uma fronteira entre as formações

discursivas de D1 (FD1) e de D2 (FD2), uma fronteira entre o que deve ser dito e o que deve ser refutado. Uma fronteira entre contrários que se excluem, é o princípio da antítese formulado por Fiorin (Fiorin, op. cit., p. 129)

A negação acima descrita indica que enunciados preconstruídos são articulados ao discurso presidencial sob a modalidade do discurso transverso. Para Pêcheux (1975, p. 152), o discurso transverso atravessa e conecta entre si elementos discursivos provenientes do interdiscurso, enquanto preconstruído, fornecendo a matéria a partir da qual o sujeito do discurso se constitui e identifica-se com a FD a que está assujeitado.

Examinando as transformações anteriormente realizadas, percebe-se que o discurso-outro passa a participar do discurso presidencial na qualidade de discurso transverso. Ou seja, a internalização transversa desse discurso externo possibilita ao sujeito de D1 com ele estabelecer uma relação de confronto e de refutação. Courtine (1981, p. 105) afirma que o discurso transverso é um "modo de figuração do interdiscurso na formulação", pois articula entre si "elementos de identificação contrastiva". E isto se dá em nosso corpus pelo viés da modalidade negativa.

Observando as duas séries de enunciados constitutivas do recorte em análise, percebe-se com clareza esse jogo de contrários excludentes. Vejamos, por exemplo, CB115a e sua seqüência correlata CB115b: em FD1, a tomada do poder pelos militares representou um movimento de libertação, resultando em uma revolução; já em FD2, a tomada de poder pelos militares significou um golpe de estado que desviou o país de seus rumos democráticos. Da mesma forma, se examinarmos CS105a e CS105b, perceberemos que, em FD1, o fato de o Governo ter fechado o congresso não significa que o mesmo foi suprimido. Em FD2, a autoridade de que se reveste o executivo para determinar o recesso do Congresso implica, na prática, na extinção arbitrária dessa instituição. Esse jogo de contrários é instaurado

através da construção negativa, a qual revela a presença transversa do discurso do outro no discurso presidencial, pois D2 é conectado como um contrário ao qual é preciso contrapor-se, estabelecendo um confronto direto entre dois discursos antagônicos: D1 veicula uma posição que, para instituir-se e subsistir, precisa falsear a posição de sujeito instaurada em D2. Sua existência e legitimidade daí decorrem. Mas para refutar D2 é preciso incorporá-lo transversalmente, tornando-se esta radical diferença parte constitutiva de D1.

Assim, as seqüências discursivas examinadas acima, apresentam-se constituídas, em sua maior parte, por dois enunciados heterogêneos um em relação ao outro: o enunciado preconstruído, proveniente de D2, oculto, funcionando sob a forma da refutação, articula-se ao enunciado de D1, através da negação. Dessa articulação resulta a seqüência discursiva que se instaura no intradiscurso de D1, aí produzindo um efeito de verdade. E, se D1 é dado como verdadeiro, do confronto resulta a falsidade de D2. Estranho desígnio discursivo esse: para constituir-se e subsistir precisa manter-se sempre na função de falsificador do discurso-outro.

Até o presente momento, observamos a negação unicamente do ponto de vista da dissimulação do discurso outro no interior do discurso presidencial, ficando oculto sob o efeito do nivelamento oriundo da articulação entre D1 e D2. Mas é preciso igualmente destacar que esta construção também produz um efeito contrário. Ou seja, a presença da negação também funciona no intradiscurso como vestígio do desnivelamento do enunciado em relação ao interdiscurso de onde retira seu efeito de origem, funcionando a negação como índice de seu estatuto de preconstruído, apontando para o enunciado e revelando sua proveniência do exterior.

Em síntese, essa modalidade de negação produz um duplo efeito de sentido: mascara a presença do discurso-outro, ao ponto de transformá-lo em reflexo de si mesmo e sinaliza esse discurso,

mostrando, através da negação, que a homogeneidade desse discurso é aparente: o monologismo é apenas um efeito que tal funcionamento produz.

Tais reflexões conduzem-nos novamente a Courtine (1982, p. 254-62) e sua concepção de enunciado dividido. Vejamos como o enunciado de D1 apresenta-se sob a modalidade da negação do discurso do outro. Para tanto, examinaremos inicialmente a seqüência discursiva M93a, que pode ser assim decomposta:

D2 - As instituições foram assaltadas pelos militares \ / R \ /	\ /	\ /	NÃO...MAS
D1 - as instituições, de fato, foram sustentadas pelos militares			

Ou seja, sob sua aparente unidade, trata-se de um enunciado dividido, dado que veicula em seu interior dois enunciados contrários afetados por FD antagônicas e indicadoras de posições de sujeito inconciliáveis. Esse enunciado divide-se entre estas posições e essa divisão é revelada pela presença de NÃO cuja função é fazer a reversão de FD2 para FD1, revelando essa divisão conflito e tensão no interior do enunciado.

Nem sempre o enunciado apresenta-se assim dividido. Vejamos, a seguir, a seqüência M94a que pode ser assim analisada:

D2 - O MOBRAL é um simples ato do Governo. É mais uma das muitas campanhas, um simples órgão burocrático \ / R \ /	\ /	\ /	NÃO
D1 - O MOBRAL não é um simples ato do Governo...			

Ou seja, o sujeito de D1 limita-se a negar aquilo que é afirmado em D2. Assim procedendo, interioriza, pelo viés do discurso transversal, o discurso do outro, para refutá-lo, sem, contudo, redirecioná-lo no sentido de sua própria FD. Tais seqüências discursivas são heterogêneas, mas em seu interior não se encontra configurado um

enunciado dividido entre duas posições discursivas antagônicas, tal como vimos na primeira análise.

Constrastando as análises de M93a e M94a, é possível concluir que em ambas a operação de negação incide sobre o discurso do Outro. Mas tal operação produz efeitos diversos no que tange à construção dos lugares enunciativos. M93a contém em sua superfície lingüística o duplo marcador *NÃO...MAS* aí introduzindo o efeito do sujeito universal dividido entre duas posições de sujeito antagônicas: a primeira remete à posição de sujeito de D2, que é refutada pelo viés de *NÃO*, enquanto a segunda redireciona a argumentação para FD1, formulando a posição do sujeito de D1. Enquanto M94a apresenta em sua superfície lingüística várias ocorrências dos marcadores *NÃO* e *NEM*, os quais sempre incidem sobre enunciados preconstruídos afetados por FD2, não introduzindo, em nenhum momento, o redirecionamento para FD1, de modo que M94a não se representa como um enunciado dividido, já que nele está inscrita, pelo viés do discurso transversal, apenas a posição de sujeito de D2 que é refutada pelo sujeito de D1.

Essas duas seqüências que analisamos são igualmente representativas do discurso em análise. Procuramos, através delas, mostrar que o enunciado, no funcionamento da negação do discurso do Outro, apresenta tanto o Sujeito Universal dividido, quanto não-dividido. Tal traço não altera o funcionamento da negação externa. Dito de outra forma: a diferença reside no modo como o sujeito do discurso lida com a heterogeneidade, mas esta é comum aos dois recortes.

A Negação do preconstruído do outro

O segundo tipo de negação externa tem como escopo não o discurso do outro, mas o que lhe subjaz, o que lhe dá sustentação. Trata-se de negar, não enunciados preconstruídos provenientes do discurso de D2, mas enunciados preconstruídos provenientes do interdiscurso específico de D2.

Esta negação ocorre de modo desigual nos cinco domínios discursivos do corpus: menos marcada em Castello Branco, intensifica-se em Costa e Silva, e faz-se predominante em Médici, Geisel e Figueiredo, sendo mais freqüente nestes três últimos do que o primeiro funcionamento da negação externa já analisado.

Segue-se o recorte que embasará as análises desse funcionamento da negação externa.

- CB118a - *O comunismo não quer dar de comer a ninguém, nem pretende dar terra a pessoa alguma.*
(CB1- 5.5.64 - Homenagem do Gov. de Pernambuco, p.27)
- CB119a - *Reformas, que aliás não são apanágio de um grupo político(...)* (CB1- 4.7.64 - Esc. de Aperfeiçoamento de Oficiais, p.62)
- CB120a - *Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação.*
(CB2- 27.10.65 - Pal. Planalto, Assinatura do AI-2, p.35)
- CS106a - *Numa ditadura, o ditador não se deixa substituir* (CS2- 3.10.66 - Congresso Nacional, após ter sido eleito, p.169)
- CS107a - *Estamos com 8 meses de Governo, depois de uma Campanha, de uma peregrinação pelo país, não para pedir que me elessem Presidente da República, mas para dizer o que iria realizar se fosse Presidente da República (...)* (CS2 - 15.11.67 - Inauguração da duplicação Rio-SP, p.272)
- CS108a - *Não são as leis que fazem os déspotas e os tiranos, mas a tendência ou a vocação para a tirania e para o depotismo que os cria e nutre.* (CS3-26.12.68 - Confraternização com as Forças Armadas, p.478)
- M96a - *Tudo farei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isto não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer e pode ter(...)*
(M1 - 30.10.69 - Discurso de posse, p.35)
- M97a - *Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma de outros povos viverem.*
(M1 - 30.10.69 - Discurso de posse, p.35)
- M98a - *Não relego a plano secundário o social nem o político(...)* Na ordem da intenção, pelo contrário, o social e o político é que se revestem de precedência.
(M2 - 5.3.70 - RS, Pal. Piratini, p.49)
- G121a - *Não vos trago, desde logo, um novo programa de governo, inteirico e acabado, nem sequer simple esboço.*
(G1 - 15.09.73, Convenção Nacional da Arena, p.9)
- G122a - *Somos uma classe única. Aqui não há patrão inimigo do empregado, empregado inimigo do Patrão. Isso é um jargão que vem da Europa, no Brasil não há isso.* (G3 - 17.02.76 - BH, Pal. Liberdade, Improviso - Prefeito de MG, p.14)
- G123a - *O Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou de grupos de interesse visando (...) a queimar*

etapas no processo de desenvolvimento político (...) (G2-1.8.75-TV- Ação Governamental, p.155)

- F131a - Mas, quem descreve não é brasileiro (...) (F1 - 15.10.78 - TV, Após ter sido eleito, p.155)
- F132a - O terrorista não se volta contra o Governo ou o regime. Seu crime é contra a humanidade. (F1 - 27.06.79 - Pal. Planalto, Assinatura da Anistia, p.60)
- F133a - O mundo político, portanto, não ignora - antes estava certo disso - que nas eleições de 82, estava em jogo a escolha, pelo voto, do Colégio Eleitoral a quem competia eleger o novo Presidente da República. Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. (F8, 31.3.84 - 20o. Aniv. Revol., p.45-6)

Observando as seqüências discursivas acima transcritas, percebe-se que, não só o discurso do outro não é explicitado, mas que a negação incide sobre o não-dito do outro discurso. Retomando as análises referentes ao primeiro tipo de negação considerada, percebe-se que lá a negação incide sobre o dito do discurso do outro que não é explicitado em D1 e que, ao ser-lhe incorporado de modo transversal, se transforma em seu não-dito.

No presente caso, a negação incide sobre o não-dito de D2 através da negação de que D1 é portador. Isto pode ser melhor apreciado através das transformações que se seguem: pouco formais, apenas aproximativas e não-exclusivas, como é possível observar, a seguir.

- CB118b - O comunismo pretende uma repartição mais justa da terra, visando uma maior produção de alimentos para o povo.
- CB119b - As reformas são bandeiras do Governo Goulart das quais a Ditadura Militar está se apropriando.
- CB120b - Uma democracia implica direitos inalienáveis de liberdade, de organização e de decisões sobre o futuro da Nação.
- CS106b - Trata-se de uma ditadura militar.
- CS107b - Uma campanha política destina-se a concorrer com outros candidatos para obter os votos do povo e não é isto o que ocorre no Governo militar (...)
- CS108b - As leis de exceção são o produto do despotismo e da tirania e só podem gerar governantes déspotas e tiranos.
- M96b - Reforma Agrária consiste em uma redistribuição justa da terra àqueles que a cultivam.
- M97b - Há uma fronteira ideológica entre países ricos e pobres, entre homens ricos e pobres. E isto gera a luta de classes.
- M98b - O social e o político são relegados a segundo plano no regime militar, em favor do econômico.

- G121b - É inerente à condição de candidato a apresentação de um programa de governo.
- G122b - As classes produtora opõem-se às classes trabalhadoras. As primeiras visam ao lucro máximo que escorçam as segundas.
- G123b - A Sociedade Civil exige que os poderes excepcionais com que o regime militar governa tenham um fim.
- F131b - O candidato Figueiredo é mais um militar que se apresenta na sucessão dos demais ditadores militares. Assim como os outros fizeram falsas promessas, as suas também devem ser. Não é possível confiar em um representante da ditadura.
- F132b - As ações terroristas visavam à desestabilização do Regime Militar, constituindo-se, pois, em autênticos atos políticos.
- F133b - O colégio eleitoral não tem legitimidade para decidir em nome do povo, pois este não estava consciente de que, juntamente com seu voto, estava delegando poderes para que outros, em seu nome, elegessem o presidente da república.

Como é possível perceber, a partir dessa série b de enunciados, a negação do preconstruído não incide sobre um segmento discursivo específico da seqüência correlata a, mas sobre um discurso mais espesso, porque fundante, pois atesta a ideologia que está na base de D2. O escopo dessa negação visa desqualificar princípios que embasam e legitimam o discurso do outro, sendo, conseqüentemente, incompatíveis com os princípios de base de D1. Essa negação é essencial aos seus propósitos, por ser ela a responsável pela falsificação de D2, examinada na seção anterior. Ou seja, para falsear um discurso, é preciso desautorizar os princípios que a fundamentam.

No entanto, para realizar essa desqualificação, não é suficiente aplicar uma transformação à seqüência discursiva de D1, como ocorre no primeiro tipo de negação externa. Se assim procedermos, o enunciado resultará estranho, contraditório até, quando confrontado, através da memória discursiva, à rede de formulações de enunciados de D2, mostrando-se dificilmente atribuível à oposição, à opinião pública ou à sociedade civil.

A partir da seqüência discursiva de D1, no entanto, é possível propor *transformações aproximativas* que poderiam corresponder a prováveis enunciados presentes na rede de formulações de D2. Ou seja, mais de um enunciado preconstruído pode estar sendo visado pela

negação de D1. E isto ocorre porque esta rede de formulações pertence ao interdiscurso específico de D2. Pode igualmente suceder que enunciados não-datados, já em circulação, no interdiscurso, e anteriores ao Movimento de 64, encontrem-se incorporados ao interdiscurso de D2 ou a ele imputados por D1. É sobre enunciados dessa natureza que esse tipo de negação incide. Conseqüentemente, a operação de negação não internaliza, neste caso, o discurso do outro, sob a modalidade de discurso transverso. Trata-se, agora, de uma operação de negação do preconstruído do outro que não interioriza o discurso sobre o qual incide, por não se tratar de uma formulação de D2. O escopo, aqui, é algo mais abstrato que subjaz, não formulado, a D2 não estando, pois, acessível para uma operação de internalização através da modalidade do discurso transverso.

Veja-se, como exemplo, CB118a e a seqüência discursiva correlata CB118b: este não é o único enunciado passível de ser atribuído ao interdiscurso específico de D2. Poder-se-ia, igualmente, obter enunciados discursivos do tipo:

- CB118c - As ligas camponesas provaram que são capazes de produzir alimento para o povo.
- CB118d - A reforma agrária é absolutamente necessária para solucionar o problema do homem do campo.
- CB118e - A reforma agrária é a solução para um país com tanta terra improdutiva e uma população tão carente.
- CB118f - O comunismo preocupa-se com o homem e seu bem-estar.

Estes, entre outros enunciados discursivos, fazem parte da rede de formulações sobre a reforma agrária e encontram-se no interdiscurso relacionado com a FD2, dando-lhe sustentação, autoridade e credibilidade. De modo que, para negar D2, é preciso, primeiramente, negar seu discurso fundante que colide com o discurso embasador de D1. Trata-se, pois, de um confronto ideológico instaurado no interdiscurso e apenas refletido no intradiscurso pelo viés da negação que incide sobre o implícito do discurso do outro.

Esse tipo de negação acarreta conseqüências, pois negar o não-dito do outro faculta ao sujeito de D1 sugerir um preconstruído que,

de fato, não pertence à rede de formulação de FD2, ou distorcer outros que, de fato, aí se encontram.

Veja-se, como exemplo de distorção, a seqüência discursiva F132a e sua correlata F132b. As duas seqüências foram produzidas no interior de uma ampla discussão que se desenvolveu entre a sociedade civil e o regime militar a propósito da anistia. Por um lado, a sociedade civil pressionava no sentido de que fosse elaborado um projeto de anistia ampla. Por outro lado, o regime não estava disposto a anistiar todos os cassados. Sua proposta abrangia apenas aqueles que haviam tido seus direitos políticos cassados, mas dela excluía os chamados crimes de terrorismo. No âmbito de FD2, terrorismo era uma forma, embora extrema, de ação política, enquanto em FD1, entendia-se o terrorismo como uma ação criminosa, conseqüentemente, os terroristas estavam excluídos do benefício da Anistia. Ou seja, trata-se de efeitos de sentido conflitantes decorrentes de sua vinculação a FDs antagônicas.

Da mesma forma, podemos examinar CS106a e CS106b. No interior de FD1, a substituição regular do presidente descaracteriza a ditadura. No contexto de FD2, tal fato não é suficiente e esta substituição representa apenas a mudança da guarda, quando um general de plantão rende o anterior, caracterizando a perpetuação do regime militar no poder.

Como se vê, a passagem de D2 para D1 não se faz sem perdas, nem distorções. Tampouco tais mudanças de sentido são gratuitas ou casuais. Originam-se do confronto ideológico, determinando um sentido diametralmente oposto por basearem-se em concepções divergentes e intransponíveis.

Um funcionamento dessa natureza deixa suas marcas sobre o enunciado. Vejamos como isto se dá, a partir do exame das seqüências discursivas CB120a e CB120b, a seguir analisadas.

D2 - Democracia implica direitos inalienáveis
: de liberdade, de voto, de organização
\ / civil e de decisão sobre o futuro da nação

¶
:
\ /

\
MAS. . NÃO
/

D1 - Democracia supõe liberdade, mas não
exclui responsabilidade, nem importa em
licença para contrariar a própria vocação
política da nação.

Constata-se, primeiramente, que esse tipo de negação diverge consideravelmente da anterior, porque aquela apresenta muita proximidade formal entre D1 e D2. Ou seja, aquilo que é afirmado em D2, encontra-se negado em D1. Já no presente caso, a proximidade formal fica prejudicada porque as divergências são conceptuais. Assim CB120a veicula as duas posições de sujeito afetadas pelas FD antagônicas que são fundantes dos dois discursos. Contudo, por serem contrárias, FD2 é desqualificada por obra de NÃO que, ao mesmo tempo redireciona a argumentação para FD1, através de Mas, onde democracia reveste-se do efeito de sentido que aí circula. Dessa forma, CB120a, ao veicular duas concepções antagônicas de democracia, apresenta-se como um enunciado dividido, portador de duas posições conflitantes de sujeito.

Novamente, nem sempre o enunciado é partilhado entre duas FD antagônicas, nessa modalidade de negação. É o que ocorre, por exemplo, em CB118a e sua correlata, que analisaremos a seguir.

D2 - O comunismo pretende uma repartição
: mais justa da terra, visando maior
\ / produção de alimentos para o povo.

¶
:
\ /

\
NÃO
/

D1 - O comunismo não quer dar de comer
a ninguém, nem pretende dar terra a
pessoa alguma.

No presente caso, o enunciado limita-se a falsear a base conceptual na qual repousa D2, sem redirecioná-la para sua própria concepção de

democracia. Por conseguinte, o enunciado não se apresenta dividido entre duas posições antagônicas de sujeito, embora seja sempre heterogêneo, já que o reflexo, mesmo que distorcido do não-dito de D2, faz-se sempre presente pelo viés da negação.

Encerrando a análise da negação externa

Para encerrar esta seção, compararemos os dois funcionamentos da negação externa. No primeiro caso - a negação do discurso do outro - o discurso do outro transforma-se em não-dito do discurso presidencial, nele aparecendo sob a modalidade de discurso transverso.

O segundo tipo - a negação do preconstruído do outro - incide sobre o não-dito de D2, não podendo, por conseguinte, ser internalizado por D1. A negação, neste caso, apenas introjeta em D1 um reflexo distorcido do não-dito de D2.

Esses dois tipos de negação externa podem ser entendidos na concepção de Maingueneau (1987, p.88), como um processo de interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca. Trata-se de um processo de "tradução" generalizada, ligada a uma "interincompreensão", de uma FD para outra. De modo que um enunciado pode "ser lido pelo seu 'direito' e pelo seu 'avesso': em uma das faces significa o pertencimento a seu próprio discurso; e sobre a outra demarca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos" (MAINGUENEAU, 1991, p. 163). E o autor acrescenta que a interdiscursividade é constitutiva, o que significa que "*um discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos*". (Ogrifo é nosso).

É justamente esse trabalho de D1 sobre D2 que estamos examinando sob a modalidade da negação externa. Os dois tipos de trabalho discursivo que essa modalidade desencadeia podem ser assim resumidos: a negação do discurso do outro produz um efeito de complementariedade contrastiva entre D1 e D2, enquanto a negação do preconstruído do outro instaura um efeito de flexibilidade distorcida entre ambos.

Esses são os efeitos discursivos que o trabalho de D1 sobre D2 instaura através do funcionamento da negação externa.

2.2.2 - A negação interna

A negação interna incide sobre seqüências discursivas igualmente provenientes do exterior, ou seja, seu escopo ainda são enunciados preconstruídos, ou dados como tal em D1, que revelam a presença do outro. Porém, ao contrário da negação externa, ela incide sobre um discurso afetado pela mesma FD do discurso que as internaliza. Ou seja, não opõe FD antagônicas, como ocorre com a negação externa, mas diferentes posicionamentos no interior de um mesmo quadro ideológico. Assim, a interioridade a que se refere essa modalidade indica que as oposições se dão no interior do discurso "revolucionário", opondo o discurso presidencial (D1) a outros discursos igualmente "revolucionários" (D3), também afetados por FD1. D1 e D3 distinguem-se apenas pelas diferentes posições subjetivas que assumem em relação ao saber de FD1.

Assim como a negação externa não incide sobre enunciados oriundos de um grupo homogêneo, a negação interna também incide sobre seqüências discursivas, produzidas por militares, parlamentares, oligarquias, classes produtoras, etc. O fator que as agrega decorre de sua identificação com a mesma FD. No entanto, também são objeto de negação em D1, por apresentarem posições divergentes àquelas defendidas pelo discurso presidencial. Ou seja: a negação interna trabalha sobre as diferenças subjetivas de um mesmo domínio de saber.

Analisaremos, a seguir, a modalidade de negação interna.

CB121a - *Não descuidaremos de levar a termo as proposições de reformas, tão bem determinadas pelo Ato Institucional no.1, pois não compreendemos, a esta altura da vida brasileira, o espírito revolucionário deixar de associar o econômico ao político e ao social. (CB1 - 24.07.64 - Fortaleza - Voz do Brasil - Prorrogação do Mandato presidencial, p.220)*

CB122a - *Temos segura confiança de que os fatos não justificarão os receios dos temerosos das conseqüências da democracia e muito menos as veleidades dos que acreditam serem as eleições porta aberta para união dos piores em volta de um desesperado revanchismo. (CB2 - 30.09.65 - RJ, Pal.Laranjeiras - Sobre eleições de 3.10.65, p.286)*

- CB123a - Para combater o perigo comunista, não se pode vestir a nação com a camisa de força do nazismo(...) (CB2 - Bagé, RS - Quartel General da "Divisão de Cavalaria, p. 272)
- CS109a - Mas a democracia não é apenas uma ordem jurídica ou a forma de um processo político: é, por igual, o sistema econômico em que as relações entre a economia e a natureza mesma, isto é, as necessidades do Homem têm de ser consideradas e obedecidas(...) (CS3 - 12.08.68 Gov. Fed. na Amazônia, Encontro com as Classes Produtoras, p. 396)
- CS110a - As relações entre o trabalho e o empregador não podem deixar de ser melhoradas na exata medida das necessidades do primeiro e das possibilidades do segundo(...) (CS3 - 12.08.68 - Gov. Fed. na Amazônia, Encontro com Classes, p. 396)
- CS111a - O governante não se arrogará o direito de calar pela violência o órgão que lhe parecer estar fugindo à nobreza de seu papel (CS3 - 07.04.68 - 60o. aniversário da ABI, p. 380)
- M99a - O governo acelerará a reforma agrária(...) Não serão atingidas, no entanto, e disso todos podem ficar tranqüilos, pela execução do programa governamental, as propriedades que, independentemente de sua extensão, venham cumprindo, pela maneira como são utilizadas, a função social que a constituição nos preserva. (M4 - 26.02.70 - Pal. da Alvorada, Entrevista Coletiva, pg, 93)
- M100a - Estimulando as iniciativas que possam gerar riqueza, não quer o poder público proteger este ou aquele grupo financeiro ou econômico em detrimento do interesse geral. Pretende, isso sim, incrementar o crescimento da economia. (M3-5.3.70 - P. Alegre, RS, Pal. Piratini, p. 48)
- M101a - Repudiamos a pregação dos extremistas que exigem, e de forma primária, a destruição das instituições(...) E também o apelo das oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. (M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p. 12)
- G124a - Os órgãos de segurança continuarão atuantes, portanto, no combate perseverante, rigoroso, mas sem excessos condenáveis, duros, porém sem violências inúteis, pois lhes compete agir para a salvaguarda das instituições e da ordem pública. (G1 - 29.08.74 - Pal. Alvorada - Dirigentes ARENA, p. 286)
- G125a - Acresce mencionar (...) que a ARENA aparentemente se beneficiou - e talvez mais correto seria dizer que se desgastou - com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As conseqüências estão agora à vista. Sirva isto de alerta, sobretudo, aos poucos que sonham com a estrutura antidemocrática(...) do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente, a não ser por coação(...) (G1 - 30.12-74 - TV - Mensagem ao povo, p. 191)
- G126a - (...) Nessa dinâmica não há lugar para retardos ou hiatos excessivos. De pouco valerá concentrar-se o máximo de esforços num setor único, desprezando os demais, porquanto a inércia destes se acrescerá, com o tempo, além de toda medida, impondo as restrições da conhecida lei geral dos rendimentos decrescentes. (G2 - 1.3.75 - Mensagem ao Congresso, Abertura do Ano Legislativo, p. 18)
- F134a - Entretanto, nem por sermos maioria, devemos descansar ou dormir sobre os resultados das eleições passadas(...) (F3 - 30.09.80 - Inauguração da sede do PDS, p. 258)
- F135a - Creiam (...) mas não permitirei que qualquer decisão política possa transformar-se em uma simples ação entre amigos. (F6 - 7.12.82 - Brasília, Forças Armadas, Sobre a sucessão presidencial, p. 732)

F136a - A ARENA deve considerar-se *não como um Partido do Governo, mas Partido no Governo* (F1 - 19.03.79 - Pal. Planalto - 1ª. Reunião Ministerial, p. 20)

Se transformarmos essas seqüências negativas em afirmações, obteremos enunciados verossímeis e similares aos que circulavam naquele período, os quais eram todos afetados pela mesma FD1, conforme pode ser atestado pela mobilização da memória discursiva, tal como evidenciam as transformações que se seguem.

CB121b - A revolução deve limitar-se ao combate à subversão e à corrupção. As reformas extrapolam seus objetivos.

CB122b - A democracia e suas instituições representam a volta à desordem. Assim, as eleições, por serem perigosas, devem ser eliminadas.

CB123b - É preciso fechar o Congresso e governar com leis que eliminem implacavelmente os subversivos.

CS109a - A democracia é um ordenamento jurídico cujo processo político coube à Revolução resguardar.

CS110b - As classes produtivas não têm condições de dar os aumentos que as classes trabalhadoras solicitam.

CS111b - Cabe ao Governante calar os órgãos que se pronunciarem contra a Revolução, contra o Governo, contra as Forças Armadas.

M99b - O governo insiste em realizar a Reforma Agrária, ameaçando propriedades produtivas.

M100b - A política econômica adotada pelo poder público favorece alguns grupos financeiros, em detrimento de outros.

M101b' - As instituições democráticas representam um perigo para a continuidade da Revolução; por isso precisam ser eliminadas, concentrando-se o poder no executivo, que possui os instrumentos necessários para governar.

M101b" - As instituições não precisam ser aperfeiçoadas.

G125b - É preciso combater a subversão sem trêguas, sem limites, implacavelmente. Todos os meios são justificáveis para salvaguardar as instituições e a ordem.

G126b - É preciso buscar a união nacional através de um partido único, forte, capaz de fazer face à oposição que está crescendo e se organizando.

G127b - Ainda é cedo para pensar especificamente em desenvolvimento político e social. Fortalecendo o lado econômico, os outros dois também serão favorecidos.

F134b - Os resultados da eleição passada tranquilizam o Governo e o PDS.

F135b - O presidente Figueiredo está conduzindo o processo de escolha de seu sucessor como uma ação entre amigos.

F136b - A ARENA é o partido do Governo, que lhe dá sustentação, força política e maioria nas câmaras para defender seus projetos.

Examinando os enunciados acima, obtidos por transformação, percebe-se que o efeito de sentido que produzem identifica-os com a Revolução, ou seja, também vinculam-se à FD1.

Formalmente, esta negação apresenta características semelhantes às da *negação do discurso do outro*: (a) a marca da negação é explícita; (b) o discurso do outro permanece implícito. Ou seja, o marcador da modalidade negativa estabelece uma oposição entre o discurso presidencial (D1) e o discurso do outro (D3). Esta oposição, no entanto, não separa FD antagônicas. Ela opõe posições de sujeito divergentes no interior da mesma FD. Assim, esse funcionamento discursivo não aponta identidades ideológicas antagônicas. Pelo contrário. Fica claro que identidade ideológica não garante posicionamentos idênticos. Examinemos, por exemplo, CB122a e sua correlata CB122b: todos concordavam em combater o comunismo e isto os identificava ideologicamente no interior de uma mesma FD. Havia discordância, no entanto, quanto aos métodos que deveriam ser empregados para tal fim: prender, cassar, expulsar, matar... O mesmo raciocínio pode ser desenvolvido em relação às seqüências CS111a e CS111b. Enquanto alguns admitiam a censura, outros entendiam que os periódicos hostis deveriam ser calados, quebrados, eliminados... Vale dizer que tais enunciados, ao divergirem no entendimento de certas questões, vinculam lingüisticamente a conjuntura histórica que os determina.

É interessante observar que tais enunciados circulavam entre lugares sociais diferentes, tais como parlamento (G125b), Forças Armadas (CB123b), classes produtoras (CS110b), revelando muitas discordâncias no interior do grupo "revolucionário".

Note-se que algumas dessas seqüências, produzidas em determinadas circunstâncias, não poderiam ter sido enunciadas indiferentemente por todos os presidentes militares. Veja-se, por exemplo, G125a. Acreditamos que sua correlata, G125b, em certas circunstâncias, seria perfeitamente produzida por algum desses

presidentes que desejasse governar com partido único, já que o Congresso foi posto em recesso toda vez que a oposição ameaçou obstaculizar seus projetos. Se determinados posicionamentos face a certas questões podem mudar de presidente para presidente, não surpreende que haja divergência entre os diferentes segmentos "revolucionários". Da mesma forma, certos enunciados presidenciais podem ser produzidos em uma conjuntura e não em outra. Assim, o enunciado CB122a, produzido em 65, não poderia ser mantido por Castello Branco após instituir as eleições indiretas para presidente. Isso, no domínio de um mesmo presidente. Na mesma linha de raciocínio, inscreve-se CB123a. Tal enunciado possivelmente pudesse ser produzido por um presidente antes da instauração do AI-5, mas não pelos presidentes que governaram sob sua égide.

Esses fatos indicam que a conjuntura política sofreu certas transformações que determinaram mudanças no dizível de FD1, modificando os limites do que pode ser dito, bem como do que (ainda) é interdito àqueles que são por ela afetados. Fatos de tal natureza conduziram Courtine (1981, p.49) a considerar as fronteiras de uma FD essencialmente instáveis e móveis, sendo essa instabilidade responsável pela transformação que se opera no interior de uma FD, a qual está certamente relacionada à conjuntura histórica. Ou seja, mudanças nas condições de produção, determinam transformações na FD, as quais se evidenciam na prática discursiva.

Mas faz-se necessário aqui observar com mais vagar um aspecto específico do funcionamento de uma FD: ela determina o que pode/deve ser dito, bem como o que não pode/não deve ser dito ou ainda o que deve ser refutado pelos sujeitos por ela afetados. Ou seja, o domínio de saber de uma FD é dotado de coerência interna que regula as diferentes formulações dos sujeitos por ela afetados, advindo daí diferentes modos de com ela se relacionar. Isso permite afirmar que a FD abriga uma variação bastante significativa. Acreditamos, no entanto, que essa diversidade não afeta sua coerência interna. Para

examinar esse funcionamento da FD, analisaremos a seqüência discursiva M101a e suas correlatas M101b' e M101b".

- D3 - As instituições democráticas representam um
: perigo para a continuidade da Revolução. Por
: isso precisam ser **eliminadas**, concentrando-se
: o poder no executivo que possui os instrumentos
\/ necessários para governar (M101b')
- Æ
:
\/
- D3 - As instituições **não** precisam ser
: aperfeiçoadas (M9b")
- Æ
:
\/
- D1 - **Repudiamos** a pregação dos extremistas que
exigem e de forma primária, a destruição
das instituições. E também o apelo das
oligarquias que recomendam a sua **inalterável
manutenção** (M101a)
- \ NÃO
/
\ NÃO
/

Comparando essas seqüências discursivas, percebe-se que elas encerram posições de sujeito bastante diversas. Tal fato merece algumas observações. Em uma leitura desavisada, M101a poderia passar por um enunciado pertencente a D2 e não a D1, como de fato é. A posição de sujeito aí veiculada marca claramente sua discordância com as posições sustentadas em M101b' e M101b". Considerando M101b', percebe-se que se trata de uma posição de sujeito defendida pela ~~extrema~~ direita radical do exército, a assim chamada "linha dura" militar. Já M101b" identifica-se com a posição defendida pelas oligarquias.

A partir de M101b', percebe-se que a posição aí defendida é favorável ao fechamento do Congresso e do Judiciário, para que o executivo governe sozinho, assumindo abertamente a ditadura. O sujeito de D1, a ela opondo-se, mostra-se favorável à manutenção da fachada democrática construída pela Revolução. Já a divergência entre M101b" e M101a é mais sutil. Trata-se de aperfeiçoar as instituições ou, mais especificamente, aperfeiçoar certos textos legais. O que está de fato em discussão aqui é a reforma agrária. O Presidente Médici retomou o Estatuto da Terra, proposto por Castello Branco -

que desagradou profundamente às oligarquias - , "aperfeiçoou-o" e o fez publicar como o Projeto Proterra, incorrendo igualmente no desagrado dos latifundiários. A posição do sujeito de D1, defende a distribuição de alguma terra para que a fachada democrática do governo seja preservada. Já a posição do sujeito de D3 é contrária à reforma agrária que, em sua opinião, deve ser arquivada.

Da comparação de M101a e suas correlatas, é possível verificar que pontos de vista muito diferentes encontram-se reunidos em um mesmo quadro ideológico com ele mantendo modos muito diversos de se relacionar, chegando a por em risco a coerência interna da FD.

Para refletir sobre esses fatos, é possível examiná-los à luz de Pêcheux (1975, p.83), quando este autor afirma que a comunicação "autoriza a divisão sob a aparência da unidade". Pêcheux refere-se desse modo criticamente à concepção de língua como "instrumento de comunicação". Neste ponto de nossa reflexão, propomos um deslocamento similar para o âmbito da FD, pois em seu interior coexistem diferenças consideráveis, no que tange aos diferentes posicionamentos que um sujeito pode assumir face a determinadas questões. Ou seja, plagiando Pêcheux, uma FD autoriza a divisão sob a aparência da unidade. *A unidade é garantida pela identificação ideológica e a divisão é decorrente das diferentes posições de sujeito possíveis no interior uma mesma FD.* Decorre daí que a coerência de uma FD é relativa, já que contém em si espaço para a diferença e a contradição, que se instauram a partir do contraste existente entre os diversos posicionamentos possíveis no interior de um mesmo quadro ideológico. Tais posições, às vezes contraditórias entre si, devem ser entendidas como efeitos de sujeito decorrentes da conjuntura histórica.

A negação interna atua sobre o funcionamento do processo discursivo: segundo Pêcheux (1975, p.146), este é indicativo das substituições, paráfrases e sinônimos que podem ocorrer em uma FD. Como já afirmamos anteriormente, tanto o sujeito de D1 quanto o

sujeito de D3 estão afetados por FD1. Isto significa que tanto o enunciado que nega quanto aquele sobre o qual incide a negação representam diferentes formulações de um mesmo processo discursivo, daí decorrendo não mais a repetição e/ou a reprodução, mas a diferença e a contradição. De modo que a operação de negação que designamos por *negação interna* também funciona como um especificador da FD1, permitindo expor "os pontos de confronto polêmicos nas fronteiras internas da FD, tematizados como efeito de *ambigüidade ideológica, de divisão (...)*, espécie de *vacilação discursiva* que afeta dentro de uma FD as seqüências situadas em suas fronteiras..." (PÉCHEUX, 1990, p. 314).

Em suma, o funcionamento discursivo da negação sinaliza três processos semânticos diversos e complementares. O primeiro, ao determinar o que pode ou não ser dito em uma FD, define a um só tempo sua coerência interna com seu efeito de aceitabilidade e seu caráter de formação e reprodução. O segundo, ao determinar diferentes modos de relacionamento do sujeito com a ideologia a que está assujeitado, define o espaço da reformulação e da diferença e, conseqüentemente, da ambigüidade e contradição de uma FD. Por fim, o terceiro, ao determinar a instabilidade das fronteiras de uma FD, aí instaura a possibilidade de sua transformação. Resumindo, é possível pensar o funcionamento de uma FD como o processo responsável pela *reprodução-contradição-transformação* do domínio de saber de uma FD.

O deslocamento que sugerimos, permite revisar a noção de enunciado dividido proposto por Courtine (1982, p. 254-62). Na concepção do autor, ao dividir-se, o enunciado veicula diferentes posições de sujeito, oriundas de FD antagônicas. Pelo que nos foi dado analisar nessa seção, um enunciado também pode veicular diferentes posições de sujeito, oriundas da mesma FD. Isso é o que ocorre em M101a, que contém, em seu interior, as posições de M101b' e M101b", ambas igualmente refutadas pelo sujeito de D1, instaurando a contradição em seu domínio interno de saber.

Encerrando a análise da negação interna

Da comparação das duas modalidades de negação, percebe-se que a negação externa atua sobre o interdiscurso e o enunciado dividido representa, em seu interior, diferentes posições de sujeitos afetados por FD antagônicas. A negação interna atua sobre o processo discursivo de uma FD e o enunciado dividido representa duas ou mais posições diferentes de sujeitos afetados pela mesma FD. No primeiro caso, a negação externa salienta o antagonismo ideológico; no segundo, a negação interna indica diferentes efeitos-sujeito. A primeira opõe contrários que se excluem, estabelecendo fronteiras entre FD; a segunda assinala a coexistência da diferença e o primado da contradição no interior de uma mesma FD. Em ambos os casos, no entanto, o enunciado, resultante do encontro seja entre posições antagônicas, seja entre posições contraditórias, ao representar-se dividido, carrega a marca do outro, evidenciando que a unidade do sujeito, mesmo sendo imaginária (Pêcheux, 1975, p.148), é uma ilusão fundamental para que este possa constituir-se como sujeito de seu discurso. Tudo isso autoriza afirmar que um mesmo enunciado pode produzir diferentes efeitos de sentido, decorrentes das diferentes posições de sujeito nele inscritas, sejam elas de uma mesma FD ou de FD diferentes, funcionando tais diferenças como um sintoma da heterogeneidade constitutiva do discurso.

2.2.3- A negação mista

Esta terceira modalidade de negação não se constitui em uma regularidade do corpus em análise. Ela se faz presente apenas em Castello Branco e em Figueiredo. Por conseguinte, também não pode ser considerada como um indicio de transformação. Representa um sintoma, ou seja, produz efeitos discursivos específicos da conjuntura histórica de tais práticas discursivas pois curiosamente ocorre no

primeiro e no último domínio de nosso corpus, caracterizando o processo discursivo inicial e final desse espaço discursivo.

Entendemos por *negação mista* a *mobilização das duas modalidades de negação anteriormente examinadas através de uma única operação de negação*. Isto é, na seqüência discursiva de D1 dá-se a confluência entre uma *relação de antagonismo* e uma *relação de contradição*. Assim, em um mesmo enunciado discursivo, o sujeito de D1 refuta D2 e contrapõe-se a D3. Vejamos, na análise, como funciona a dupla modalidade de negação.

CB124a - Nenhuma demagogia ou sensacionalismo nos seduz. Esforçar-nos-emos para marcharmos com o espírito do tempo, *nada retardatários, nem reacionários e, muito menos, adeptos de processos subversivos*. (CB1 - 24.07.64 - Fortaleza - Voz do Brasil - Prorrogação do Mandato, p.220)

CB125a - Uma revolução sem donos(...) pois *eu próprio jamais me considereí como tal*. Até porque *não tenho vocação para ditador*, do mesmo modo que *não possuo o de me submeter à tutela (...)* preciso de assessoria, necessito de conselhos (...) *Mas não mais do que isso (...)* (CB1 - 07.08.64 - Homenagem do Gov. da Bahia, p.40)

CB126a - *Não se inquietem*, pois, os velhos continuistas, *nem os antigos e novos ditatoriais, pois continuismo e ditadura não contam comigo (...)* *não permitirei a minha reeleição, nem outra prorrogação de meu mandato*. (CB2 - 18.01.66 -RJ. Clube Militar - Turma de 21, p.264-5)

F137a - *Não considero os institutos políticos obras imutáveis*. Seu aperfeiçoamento constante dependerá naturalmente do consenso nacional. *Mas consenso não é a voz das minorias, por mais ruidosas e agressivas que sejam*. (F1 - 21.12.79 Brasília, Forças Armadas, p.276).

F138a - *Mas não quero dizer que não vou lutar pela democracia em que acredito*. A reconciliação que desejo é uma reconciliação para a construção deste País e *não para a sua destruição*. (F1 - 23.08.79 - Batatais, SP, Improviso, p.115)

F139a - *Não trago promessas, trago intenções, e a primeira delas é Fazer com que os dinheiros públicos do País sejam menos empregados em obras suntuosas e mais em obras sociais que resultem em maior benefício para o povo(...)* (F1 - 11.9.78 - Goiana, Lançamento do Programa "Ação dos bairros", p.117)

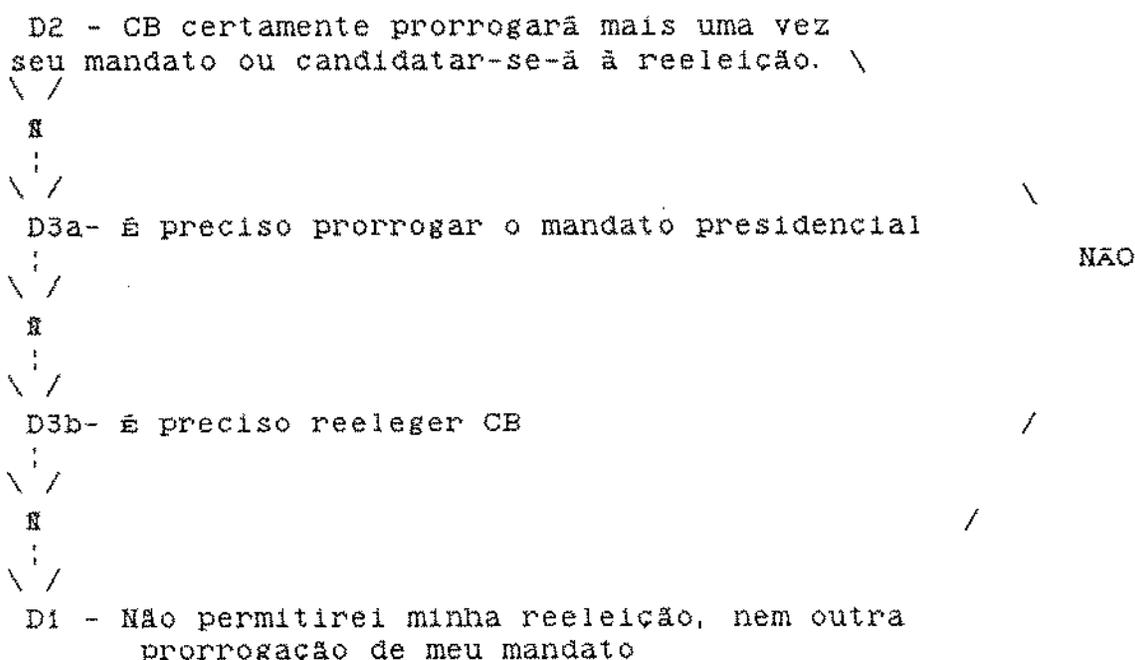
Inicialmente, destacamos que estas seqüências caracterizam-se por apresentar mais de um marcador de negação. Em CB124a, por exemplo, registram-se *nenhuma, nada, nem, muito menos*. Essa profusão de marcadores, entretanto, são implica automaticamente uma operação mista de negação. Para melhor investigá-la, as seqüências discursivas que as contêm foram submetidas à transformação positiva para delas serem extraídos possíveis enunciados discursivos de D2(asinalados por b),

bem como enunciados discursivos de D3 (indicados por c), que examinaremos a seguir.

- CB124b - O governo de CB que se pretendia democrático revelou sua verdadeira face reacionária, prorrogando seu mandato.
 - CB124c - O Governo de CB está esquecendo seus propósitos revolucionários e, desse modo, dando abrigo aos processos subversivos.
 - CB125b - Castello Branco considera-se o dono da revolução e está agindo como o ditador que, de fato, é.
 - CB125cc - A Revolução ao atacar a subversão e a corrupção já cumpriu seu dever. Deve esquecer seus projetos de reforma e ouvir mais a vontade dos demais revolucionários.
 - CB126b - Castello Branco, como ditador que é, já mostrou-se adepto do continuísmo e certamente prorrogará mais uma vez seu mandato ou providenciará sua reeleição.
 - CB126c - É preciso prorrogar o mandato presidencial para consolidar a Revolução
-
- F137b - Os institutos estão bem como estão. Seu aperfeiçoamento representa riscos muito grandes de retrocesso.
 - F137c - Para Figueiredo, os institutos políticos são imutáveis. Afirma que os está aperfeiçoando, mas não ouve o que a opinião pública, a sociedade civil e a oposição esperam.
 - F138b - A reconciliação proposta por Figueiredo implica em redemocratização do país e isto é perigoso.
 - F138c - Só há um único modo de propor reconciliação: é a instauração da democracia plena.
 - F139b - Figueiredo só faz promessas vazias.
 - F139c - É preciso dar continuidade ao desenvolvimento iniciado pelo presidente Médici.

A partir da comparação dessas três séries de seqüências discursivas, percebe-se que cada recorte da série a apresenta duas seqüências correlatas (Séries b e c). Observando-as, percebe-se que nem sempre remetem ao mesmo quadro ideológico. Assim, a série b vincula-se à FD2, enquanto a série c é afetada por FD1. Veja-se, por exemplo, as seqüências CB126b e CB126c. Enquanto a primeira (pertencente a série b) antecipa e condena mais uma prorrogação do mandato presidencial, a segunda (pertencente à série c) proclama a necessidade dessa prorrogação. Assim procedendo, D2 e D3 estabelecem, a partir de suas respectivas FDs, relação de antagonismo. Mas se considerarmos a seqüência discursiva CB126a, que é proveniente de D1 e igualmente afetada por FD1, vê-se que esta contém em si duas negações (não...nem) que dão margem às seqüências discursivas anteriormente comentadas. Ou seja, ao contrapor-se a D2 e D3, o sujeito de D1 assume uma posição de sujeito que confronta a posição

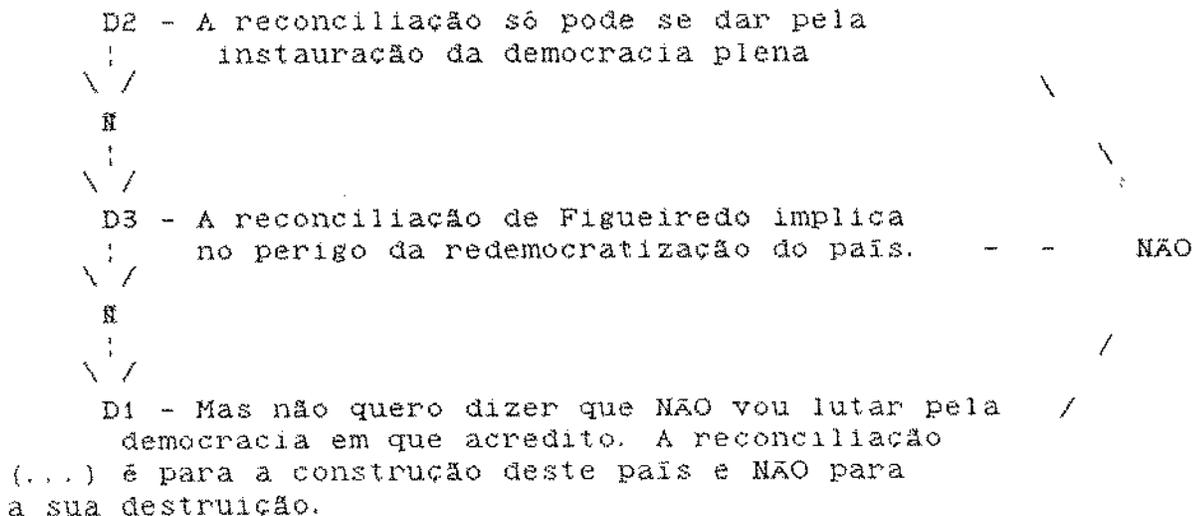
defendida pelo sujeito de D2 e contrapõe-se ao sujeito de D3: a dupla operação de negação contida nessa seqüência discursiva vai de encontro a duas correntes de opinião que circulavam na época. Opõe-se à posição antagônica oriunda do interdiscurso de FD2 e, assim procedendo, introduz de modo transversal o discurso do outro, com o qual estabelece uma relação polêmica. Ao mesmo tempo, contrapõe-se a uma das posições de sujeito que estavam sendo formuladas no interior do processo discursivo de FD1. Assim procedendo, instaura uma relação de contradição. Vejamos a análise do enunciado discursivo CB126a, e seus correlatos.



Se, nas modalidades anteriormente analisadas, o enunciado apresentava-se dividido entre duas FD antagônicas, ou dividido entre duas posições de sujeito contratitórias, no presente caso, o enunciado veicula três posições divergentes. No interior de FD1, há divergências entre a posição de D1 e D3, ambos afetados por FD1, que instauram a contradição e a ambigüidade no interior de seu processo discursivo. Com relação a D3, o sujeito de D1 refuta sua posição, com ele estabelecendo uma relação de antagonismo, aproximando-se da posição de D2. Desse modo, a negação mista faculta a tripartição do enunciado - efeito discursivo específico da

conjuntura histórica em que tal enunciado foi produzido. Essa modalidade salienta que as divergências existem não apenas entre discurso presidencial e discurso "não-revolucionário", mas também, entre discurso presidencial e discurso "revolucionário", a tal ponto que, por vezes torna-se difícil determinar por qual FD a seqüência discursiva é afetada. Senão, relembremos CB126a: "não se inquietem pois os velhos (?) continuistas, nem os antigos (?) e novos ditatoriais...". Apenas a desconstrução analítica apoiada na memória discursiva permite compreender o processo discursivo em ação nesta seqüência discursiva, iluminando, por conseguinte, o processo de interlocução discursiva aí instaurado. De modo que, pelo viés da negação mista, o sujeito de D1 relaciona-se polemicamente tanto com a FD antagônica, quanto com a FD que o sustenta.

Reflexão similar pode ser desenvolvida a partir de F138a e suas correlatas F138b e F138c. Vejamos a análise desse enunciados discursivos.



Percebe-se que, nem todos que são afetados por FD1 desejam a democracia: D1 a deseja, enquanto D3 nela vê perigos eminentes. Mas o fato de D1 pretender a democracia não o aproxima de D2, que também a almeja, pois suas concepções de democracia divergem. Assim, este enunciado discursivo também apresenta-se tripartido, veiculando três posições diversas que estabelecem diferentes tipos de relação entre si. Enquanto D2 e D3 representam discursos antagônicos, por estarem

afetados por FD diversas, D1 e D3 representam posições contraditórias no interior do processo discursivo da mesma FD. Já D1 e D2, aparentemente próximos, divergem ideologicamente em suas concepções. Desse modo, F138a mostra a complexa conjuntura histórica vivida sob o governo de Figueiredo.

Encerrando a negação mista

É de lembrar que a modalidade de negação mista afeta apenas o discurso de Castello Branco e de Figueiredo. Ou seja, o primeiro e o último presidentes do ciclo militar: ambos enfrentaram problemas semelhantes, pois divergiam bastante dos demais revolucionários, no que tange aos destinos do regime. O primeiro acreditou ser possível cumprir o AI-1 e passar o governo ao próximo presidente, eleito pelo voto direto, em 1967. Descumpriu tal compromisso em função de pressões internas, prorrogando seu mandato e transformando as eleições presidenciais em eleições indiretas. Esse ato justificou, daí em diante, a desconfiança que se instalou entre os não-"revolucionários". O último preparou a abertura, retomando o discurso castelista inaugural, que prometia a democratização do país. A "abertura" de Figueiredo também desagradou aos setores da direita radical.

As seqüências CB127 e F140, a seguir, exemplificam tal retomada.

CB127 - Não vos falo assim por mera inspiração intelectual, envolvido em um ultrapassado espírito liberal ou colocado no vazio das formas democráticas. Não. Eu me coloco face aos destinos do Brasil, um grande país que *não merece um outro Estado Novo, nem o arremedo de uma República Popular.* (CB2 - 10.10.65 - Bagé, Rs, Quartel General - III Divisão de Cavalaria, p.272)

F140 - A democracia que preguei ... *Não uma figura de retórica, eivada de demagogia. Não o palavreado perfuntório: ágil no apoio verbal, lerdo nos corações e imobilista na ação. A democracia que jurei implantar é a encarnação de nossas responsabilidades sociais. A obrigação de não calar diante do sofrimento e da iniquidade.* (F3 - 7.3.80 - Brasília, Paraninfo Formandos Direito, p.25)

Ou seja, a busca da "verdadeira democracia", objetivo de Castello Branco, deixou de ser por ele tematizada após a prorrogação

de seu mandato, bem como pelos demais presidentes militares que se lhe seguiram. Volta novamente a ser tematizada nesse discurso no domínio de Figueiredo. No entanto, tal "democracia" diverge radicalmente do sentido que democracia produz em FD2, do mesmo modo que desencadeia efeitos de sentido contraditórios no processo discursivo de FD1, tal como podemos ver pela análise feita a partir da comparação contrastiva entre F125a e suas correlatas F125b e F125c, anteriormente apresentadas.

Vale dizer que, cada vez que as dissensões internas são muito fortes, o enunciado, afetado pela modalidade de negação mista, apresenta-se tripartido, representando um discurso duplamente tenso, precisando resistir a posições internas e externas. Essa modalidade reflete momentos específicos do período em estudo, sendo indicativa da interlocução discursiva tensa que o sujeito de D1 instaura quando retoma e/ou antecipa o discurso tanto de D2, quanto de D3. Através desta modalidade de negação, estabelece-se uma interlocução discursiva profundamente polêmica com a exterioridade e marcadamente tensa com a interioridade, a qual caracteriza o processo discursivo inicial e final do ciclo presidencial "revolucionário".

Considerações finais sobre o funcionamento discursivo da negação

Iniciaremos esta seção conclusiva com um quadro-síntese onde está registrada a distribuição das diferentes modalidades de negação no discurso dos presidentes que constituem o objeto deste estudo.

A DISTRIBUIÇÃO DA NEGAÇÃO

DOMÍNIOS	MODALIDADES		
	NEG. EXT. DESC. PREC.	NEG. INT.	NEG. MISTA
CB	+	+	+
F	+	+	+
H	+	+	-
G	+	+	-
CS	+	+	-

(+) indica ocorrência de modalidade negativa
 (-) indica a não-ocorrência da modalidade negativa

QUADRO-SÍNTESE 7

Não pretendemos descrever esse quadro-síntese; apenas deixá-lo disponível para melhor acompanhar as considerações que se seguem.

Tanto a negação interna quanto a negação mista foram importantes para examinar uma das hipóteses desta tese. Pensávamos que o sujeito do discurso de D1 remetesse à figura enunciativa dos presidentes militares do período estudado, funcionando, conseqüentemente, como um porta-voz dos "revolucionários". Esse porta-voz seria uma espécie de voz geral, indeterminada que Orlandi (1989, p.43) considera "a voz do consenso". Tais vozes, afirma Orlandi, representam-se em lugares sociais de legitimação. Assim, as vozes dos presidentes, ao representarem-se do lugar institucional da presidência, assumiriam a legitimidade de verdadeiros porta-vozes, falando ao país em nome da "Revolução".

No que tange à modalidade de negação externa, nossa hipótese inicial também confirma-se. Ou seja, quando a negação incide sobre o discurso do outro ou sobre o preconstruído do discurso do outro, afetado por FD2, o sujeito das seqüências discursivas negativas parece ser, de fato, o porta-voz de todos aqueles que são afetados por FD1, estabelecendo-se o consenso entre todos os indivíduos que se

identificam com a "revolução" e que se opõem àqueles que dela se excluem. Nesse sentido, afirmamos juntamente com Fiorin (1988, p.19), que "a presença de um único enunciador garante uma certa homogeneidade do discurso" (FIORIN, 1988, p.19). A figura do porta-voz corresponderia, nesse caso, a de um enunciador único, dotado das características acima referidas. Esse consenso é explicado facilmente: trata-se, para negar um discurso antagônico, de neutralizar as possíveis diferenças face à concentração de esforços que o obstáculo externo exige.

No entanto, a modalidade de **negação interna**, ao incidir sobre o processo discursivo interno a FD1, desestabiliza a hipótese do porta-voz, revelando a inexistência de unicidade semântica nesse processo, já que diferença e contradição aí se fazem presentes e trazem, como consequência, a eliminação do consenso.

Tudo indica que, ao assumir o lugar de sujeito de D1, os presidentes militares representam-se como porta-vozes do discurso revolucionário, mas, de fato, veiculam a opinião de um único segmento que, por estar no poder, acaba por impor-se aos demais segmentos componentes do grupo "revolucionário". E essa voz, que se representa como homogênea, de fato não o é. Através da **negação interna**, um conjunto de lugares enunciativos diferentes, produzidos em outros discursos igualmente afetados por FD1, são achatados e reduzidos a um único, fictício, que é dado como consensual para simular uma homogeneidade e uma unicidade que inexistem, surgindo daí o efeito de **monologismo**. Dito em outras palavras: o efeito de monologismo, tal como o descrevemos acima, proporciona a construção de um lugar enunciativo único, fictício, no qual os presidentes militares se representam como porta-vozes de todos os "revolucionários".

Essa pretendida homogeneidade, entretanto, é ilusória, já que oculta vozes que, apesar de achatadas e dissimuladas, coexistem com a voz do sujeito do discurso presidencial e dela destoam, constituindo-

se tal fato como uma das evidências da heterogeneidade constitutiva desse discurso.

Contudo, a modalidade de negação interna não instaure, por si só, tal heterogeneidade, em toda sua abrangência. A ela associa-se a modalidade de negação externa, acrescentando, ao conjunto de lugares enunciativos anteriormente mencionados, outros lugares enunciativos não só divergentes, mas agora antagônicos, produzidos em outros discursos afetados por FD2, os quais são igualmente achatados no discurso presidencial e reduzidos quase sempre a um único lugar, igualmente fictício, que é representado como homogêneo. Esse lugar do sujeito de Di imaginariamente homogêneo, representa a ilusão imprescindível do sujeito do discurso autoritário que, para constituir-se, necessita ocultar a heterogeneidade de seu discurso. Parece-nos que aí está um paradoxo que caracteriza o discurso autoritário: quanto mais representa-se homogêneo, maior é a heterogeneidade que nele se inscreve.

Não é possível pretender, entretanto, que essa heterogeneidade, contrapondo-se ao efeito de monologismo, conduza a uma verdadeira polifonia, tal como foi formulada por Bakhtin (1981;1987) ou Ducrot (1980;1984), pois tais vozes são essencialmente desiguais. O discurso presidencial, por ser heterogêneo, comporta, constitutivamente, a presença do outro em seu interior, seja um outro oriundo da mesma formação discursiva, seja um outro proveniente de FD antagônica. Mas essas vozes, pelo viés da negação, ficam recalcadas no âmbito do interdiscurso ou do processo discursivo, enquanto a voz do sujeito do discurso presidencial apresenta-se explicitada no intradiscurso. É aí que reside a desigualdade que entre elas existe e que garante a heterogeneidade do discurso presidencial: vozes discordantes e por essa razão desqualificadas, aparentemente caladas, por força da negação, estão, de fato, incorporadas ao discurso, cabendo-lhes a função essencial de organizá-lo. Dito em outras palavras: um discurso que se relaciona com o outro através da negação, recalcando-o

constantemente, acaba por ser dominado pelo outro, que o determina, é o outro que determina a escolha de temas, que determina o que deve/pode ser dito, o que deve ser antecipado, bem como o que deve ser refutado, cabendo-lhe, por fim, um papel muito importante: embora recalcado, é ao outro que cabe a função de organizar o discurso presidencial e seus argumentos. São essas vozes que, apesar de achatadas, impõem a negação como modalidade discursiva. Assim, a dominação de FD1 decorre da confrontação, da refutação, da tensão, da resistência impostas por vozes que permanecem à sombra do discurso e, por isso, se constroem profundamente desiguais da voz que diz eu no discurso presidencial.

Pêcheux (1975, p.144-8) afirma que a FD que veicula a forma-sujeito é a FD dominante e que as demais formações discursivas que constituem seu interdiscurso - constituído de um todo complexo com dominante - determinam a dominação da formação discursiva dominante.

Acredito necessário rever esta forma de conceber a FD dominante, pois, a partir do que acabamos de expor, a FD dominante, é, por sua vez, dominada pela FD antagônica, já que é ela que, de fato, determina a direção a ser tomada pelo sujeito do discurso. Desse modo, entendemos que um discurso é duplamente determinado: (1) pela FD que o engendra e determina o que deve ser dito e (2) pela FD antagônica que determina o que deve ser refutado. É essa dupla determinação (o que deve e o que não deve ser dito) que administra as funções semânticas de um discurso que se inscreve na modalidade negativa, estabelecendo-se uma FD dominante explícita (FD1) e uma FD antagônica (FD2) que implicitamente passa a determinar a FD dominante, fazendo parte, do "todo complexo com dominante das FD".

Ao encerrar o exame do funcionamento discursivo da negação, esperamos ter sido capazes de fazê-lo sem cair no que Culioli designa de *ilusão*. Em seu artigo "La frontière", o autor assim refere-se às ilusões de que o analista, mesmo o mais avisado, pode ser vítima:

"Outra ilusão é que a negação (...) se resume essencialmente à negação de tipo lógico, isto é, caracteriza-se pelo contrário, quando, de fato, a negação é, a um só tempo, a rejeição, a ausência, a alteridade, o vazio, o absurdo, o impossível ..." (CULIOLI, 1990, p.84) (O destaque é nosso).

Acreditamos que a operação de negação, tal como a examinamos, constitui-se na categoria discursiva que permite acessar o discurso-outro ao mesmo tempo que determina o discurso do sujeito. Pretendemos tê-la examinado a partir do seu funcionamento discursivo, escapando, por conseguinte, à ilusão de seu funcionamento lógico.

2.3 - INCISAS DISCURSIVAS

Nessa seção examinaremos a última forma de heterogeneidade que identificamos nos discursos presidenciais. É preciso, inicialmente, distingui-la de forma global das demais formas analisadas anteriormente. Pode-se dizer que as incisas discursivas caracterizam-se por: (1) serem introduzidas nas seqüências discursivas presidenciais sem nenhum elemento introdutor, ao contrário do que ocorre no discurso relatado; (2) não apresentarem previsibilidade sintática ou formal como ocorre com DRIF e com DRM respectivamente, nem mesmo uma pista lingüística, como ocorre com a negação, por exemplo. Assim, *consistem em seqüências discursivas, mais ou menos completas, mais ou menos fragmentadas, oriundas de outros discursos que, ao serem interiorizadas, não deixam pistas de sua procedência externa, nem do processo de apropriação por que passaram*, tal como nas modalidades anteriormente examinadas.

Para analisar esse tipo de heterogeneidade é preciso mobilizar fortemente a categoria de memória discursiva, pois trata-se de um enunciado formulado no intradiscurso de D1 mas que se relaciona com o saber de FD2. Esse exame das incisas discursivas conduz à análise da heterogeneidade não-marcada, própria da ordem do discurso.

Foi-nos possível identificar incisivas discursivas nos discursos dos presidentes Médici, Geisel e Figueiredo. Delas trata o recorte discursivo que segue.

- M102 - Será um diálogo travado sobre o nosso País (...) Esse entendimento requer *universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre*. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que (...), ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva, cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas (...) nos seus próprios países de origem (...)
- M1 - 7.10.69 - TV - Indicação à Presidência, p.13)
- M103 - Se não me canso de dizer o meu propósito de tudo fazer no sentido da *melhor distribuição da renda nacional, porque uma parcela significativa da população não dispõe de recursos(...)* advirto que não devemos pretender ampliar, prematuramente, a distribuição, sacrificando o desenvolvimento(...) (M5 - 31.3.71 - TV - 7o. Aniv. Revol. ,p.78)
- M104 - *A pluralidade de partidos é um dos elementos em que se baseia o regime democrático, vigente no Brasil(...)* O que não se tolerará, porém, de maneira alguma, em qualquer hipótese, é que a luta partidária se arme com o propósito de subverter o regime democrático(...) (M4 - 26.02.70 - Pal.Alvorada - Entrevista Coletiva, p.87)
- G127 - (...) Que o partido único é uma contrafação, creio estar evidenciado, com clareza meridiana. E, pois, nem vejo porque levantar bandeiras de união nacional, se é certo que *unicamente através do jogo democrático leal entre os partidos pode a própria democracia brotar(...)* (G1 - 30.12.74 - TV - Mensagem ao Povo, p.192)
- G128 - *As eleições devem ser compromisso sagrado dos partidos que somente através da consulta direta ao povo, em alguns estágios do processo eleitoral, adquirem legitimidade a autêntica expressão, banidas as fórmulas acomodáticas, como quer se chamem - continuísmo ou prorrogação de mandato.* (G4 - 1.12.77 - Pal.Alvorada - Dirigentes Nacionais da ARENA, p.347)
- G129 - A partir de janeiro, o país voltará a um regime mais normal, sem atos de exceção, mas dispondo de meios e processos para garantir a tranquilidade interna(...) (G5 - 4.11.79 - Manaus - Encontro com Líderes Políticos - Improviso, p.505)
- F141 - (...) O primeiro [pressuposto] é a consolidação de um sistema democrático de gestão do Estado, expresso nas *liberdades cívicas, na maior responsabilidade dos cidadãos e na participação de todos na vida nacional*. O segundo pressuposto (...) é a diminuição da tutela do poder público sobre a sociedade e a vida econômica. (F1 - 15.6.79 - Encerramento Congresso OEA, p.156)
- F142 - Tenho a consciência tranqüila de haver elaborado o melhor projeto para a época atual (...) Chegou o dia de encaminhar ao Congresso o Projeto de Lei de Anistia aos que hajam cometido crimes políticos ou conexos(...) (F1 - 27.6.79 - Palácio do Planalto - Assinatura da Anistia, p.60-1)
- F143 - Com o processo da abertura, cumprimos um compromisso fundamental da Revolução. *Voltam agora as Forças Armadas ao desempenho exclusivo e cada vez mais fecundo - do papel que lhes incumbe nos quartéis* (F3 - 17.12.80 - Brasília, Almoço com Forças Armadas - p.391)

Como é possível observar, não há formas linguísticas estabelecendo fronteira entre D1 e as incisivas discursivas. Estas, ao serem apropriadas, se confundem de tal modo com o discurso presidencial que com ele constituem um único enunciado linguístico, onde a sintaxe nivela o discurso exterior e interior, fazendo com que estes se apresentem como se fossem um único discurso, dotado de coesão e coerência e de onde conseqüentemente os vestígios da exterioridade são apagados.

Examinando as incisivas discursivas, observa-se que estas não apresentam uma sintaxe fixa, podendo assumir formas variadas: sintagmas nominais (M102), frases nominais (G129), frases verbais (G128); associação de frases nominais e verbais (M103). Apresentam-se, por vezes, em fragmentos frasais (F143) ou em grandes blocos (M102, G128). Qualquer que seja a forma assumida, esta "costura-se" tão intimamente ao discurso presidencial que não deixa "vestígios" de sua diferença, tal como ocorre com as diversas modalidades de discurso relatado, anteriormente examinados. Ao contrário. Aquelas modalidades sempre se demarcam, tecendo uma espécie de "costura" espessa entre os dois discursos. No que concerne às incisivas discursivas, a "costura" é "invisível". Contribui para essa "invisibilidade" o fato de, freqüentemente, a incisa apresentar-se de forma descontínua por ser interrompida por D1 e retomada mais adiante, como ocorre em G128 e F143. Esse processo de entrelaçamento dos dois discursos produz alguns efeitos de sentido: (1) ao serem descontextualizadas de D2, as condições em que as incisivas discursivas foram produzidas apagam-se; (2) o sujeito do discurso que as produziu bem como o lugar enunciativo onde foram produzidas também se apagam. Estes dois apagamentos associados ao fato de estarem inseridas em um discurso cujas condições de produção são diversas como diversa é a FD que o afeta, trazem como conseqüência a produção de um efeito de sentido diverso. Veja-se, como exemplo dessas mudanças, M102, M104 e G128. A justaposição entre as incisivas discursivas e o discurso

presidencial produz um efeito de sentido bastante diverso daquele produzido em sua formulação de origem.

Assim, se, por um lado, uma FD, ao incorporar enunciados provenientes do exterior, sofre transformação, a recíproca é igualmente verdadeira: o enunciado proveniente do exterior em seu novo ambiente também produz efeito de sentido diverso. Ou seja, o externo, quando apropriado, se entrelaça com o discurso interno, como ocorre em M104, por exemplo, produzindo modificações que o desfiguram, tornando-o quase irreconhecível. Dito em outras palavras: se o discurso relatado não é uma reprodução fiel do discurso do outro, com muito mais razão não o é a incisa discursiva que, por ser desprovida de marcadores lingüísticos, está sujeita, em grau ainda mais intenso, a alteração, distorção, fragmentação.

Algumas comparações entre o funcionamento das incisivas discursivas e o discurso relatado fazem-se necessárias. O discurso relatado, em qualquer de suas modalidades, refere o discurso-outro para refutá-lo ou criticá-lo, daí resultando um discurso tenso, como já vimos. Essa modalidade é empregada pelo discurso presidencial para apresentar os pontos negativos de um outro que, embora indeterminado lingüisticamente, é representado no discurso. Já as incisivas discursivas constituem o modo de apropriação de aspectos positivos do discurso antagônico. Ora, em um discurso autoritário, onde a relação com o outro está construída de modo maniqueísta, não é coerente apresentar o outro de modo positivo, razão pela qual as incisivas discursivas são mobilizadas. Através delas, aspectos positivos do discurso da oposição, por exemplo, são incorporados a D1, ao mesmo tempo em que o outro é apagado, num verdadeiro processo de elipse da qual decorre a indeterminação discursiva. Este procedimento instaura um duplo efeito de sentido: (1) o apagamento do outro produz um efeito de monologismo (2) esse efeito de monologismo provoca a ilusão de que o sujeito está na origem de seu dizer.

Resumindo o funcionamento da heterogeneidade não-marcada, pode-se dizer que ele decorre de dois processos distintos e correlatos: a **incisa discursiva** justapõe-se uma **elipse discursiva**. A **elipse discursiva**, por ser uma falta que não pode ser preenchida nem pelo enunciado, nem pelo contexto, gera uma **indeterminação discursiva**. Já a **incisa discursiva** consiste no processo de internalização de elementos oriundos do interdiscurso específico de FD2, os quais, sem mostrarem vestígios de sua origem externa e diversa, provocam transformações na FD, deslocando suas fronteiras.

Trata-se, segundo Courtine, de uma "repetição vertical", que está ao mesmo tempo presente/ausente:

"Ausente porque funciona sob o modo do desconhecimento e presente porque remete para uma memória lacunar. A repetição vertical se dá pela repetição de fragmentos que estão ligados a uma lacuna, cuja função é ser uma causa ausente. A descontinuidade provocada pela conjugação do fragmento e da lacuna gera uma memória lacunar". (COURTINE, 1983, p. 13)

Desse modo, o funcionamento das incisivas discursivas mobiliza uma verdadeira **apropriação lacunar** e, em nosso entender, *antropofágica*: o discurso apropriado não é mais relacionado a sua origem, gerando uma elipse, uma lacuna (o apagamento do outro) no interior da incisa (o discurso apropriado do outro). Desse modo, a **incisa discursiva** instaura o discurso da oposição no interior do discurso presidencial. Esse procedimento faculta a manutenção do efeito de homogeneidade em um discurso que é eminentemente heterogêneo. Vale dizer que a *incorporação antropofágica da alteridade, ao apagar a fonte do dizer, recalçando o outro, apropria-se do dizer no mesmo movimento que apaga a memória e instaura o esquecimento.*

A **incisa discursiva** produz o efeito de um ato assertivo realizado pelo sujeito do discurso. Desse modo, seu efeito contrapõe-se ao efeito de **preconstruído**. Enquanto o **preconstruído**, ao ser incorporado, produz um efeito de **sempre-já-lá**, a **incisa discursiva** produz o efeito de uma asserção "aqui-agora", no momento mesmo de sua enunciação.

Considerações finais em torno das incisivas discursivas

Com base no funcionamento das incisivas discursivas e do discurso relatado, vale destacar o discurso do presidente Médici, em particular. Examinando o quadro-síntese 8, verifica-se que unicamente no discurso deste presidente não foi mobilizado o discurso relatado, enquanto nele se fazem presentes as incisivas discursivas. O que equivale a dizer que, no discurso desse presidente, foi eliminada toda a representação explícita do outro e de seu dizer, que aí só comparece através das incisivas discursivas. O discurso de Médici repetidas vezes apresentou-se como o discurso da verdade, forma bastante conveniente para a história daquele período. É evidente que suas condições de produção não autorizam a referência explícita ao outro, sempre associado à falsidade, nem mesmo para ser criticado, como ocorre no discurso relatado dos demais presidentes. Em compensação, a **incisiva discursiva** por suas características, convém ao discurso de Médici, pois, por seu intermédio, dá-se a apropriação do discurso-outro, enquanto o outro permanece recalcado. Esse é o funcionamento discursivo da heterogeneidade não-marcada no discurso em análise.

Segundo Authier (1982, p. 146), a ausência radical do outro no discurso assemelha-se à denegação da realidade: denegação que proíbe, apaga, dissimula no discurso toda manifestação explícita de sua real heterogeneidade. Tais discursos se representam como monológicos, homogêneos. Esse é o efeito que a heterogeneidade não-marcada produz no discurso presidencial da IIIa. República Brasileira.

Essa modalidade, inaugurada com Médici, estende-se até Figueiredo. Deve-se salientar, no entanto, que no discurso desse último as **incisivas discursivas** são muito freqüentes até 1980, quando começam a desaparecer, abrindo espaço cada vez maior para o discurso-outro marcado, já que o discurso relatado aí se faz presente do início ao fim. Ou seja, a apropriação lacunar do discurso do outro

praticamente desaparece e o outro passa a ser explicitamente mencionado e, com frequência, sua referência também é determinada quando a posição [S] é preenchida com o item lexical a oposição. Parece lícito dizer que as condições de produção do último presidente do ciclo militar alteraram-se significativamente, refletindo-se esta modificação no modo como o outro foi representado no seu discurso.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Iniciaremos essa seção, tecendo algumas considerações sobre os três modos de heterogeneidade que foram examinadas ao longo desse capítulo.

Estas modalidades permitem examinar um discurso para verificar como este comporta elementos provenientes do exterior, bem como é possível analisar qual a relação que o discurso estabelece com este exterior específico.

No corpus em análise, *discurso relatado*, *negação* e *incisas discursivas* foram os funcionamentos examinados para remontar ao exterior - aos enunciados do outro que não se encontram, como tal, no discurso em análise. Estas modalidades fornecem pistas mais ou menos explícitas que orientam, com base na memória discursiva, uma provável reconstituição do enunciado exterior. Ou seja, as seqüências discursivas em análise contêm vestígios discursivos, constituintes do espaço de memória da seqüência proveniente do exterior, que funcionam como memória lacunar no interior de D1. Isto ocorre, sobretudo, com a nominalização, a negação e as incisas discursivas.

Orlandi, em seu artigo "...*Mais on le signifie quand même*" (s. d., p. 22) afirma que o interdiscurso é trabalhado pelo silêncio fundador que faz com que o *não-dito* apareça como *já-dito*, produzindo a ilusão de que o sentido originariamente é único.

A isto desejaríamos acrescentar que, em nosso corpus, o *já-dito do Outro* aparece em D1 frequentemente como o *dito do Um*; ou como o *dito aqui/agora do Sujeito*. Trata-se do mecanismo de "apropriação

lacunar" do discurso do Outro que trabalha discursivamente no sentido de "neutralizar" o discurso-outro para dar-lhe a feição de "mesmo". Essa "naturalização" do diferente labora para construir o efeito de homogeneidade.

Apresentaremos, a seguir, o quadro-síntese que permite ter uma visão de conjunto da heterogeneidade no discurso em análise.

HETEROGENEIDADE

DOMÍNIO	TOPOLOGIA DA HETEROGENEIDADE							
	DISCURSO RELATADO			NEGAÇÃO			INCISAS DISCURSIVAS	
	DRM	DRIF	DRII	NEG. EXT. DISC. PREC	NEG. INT	NEG. MISTA		
CB	-	+	+	+	+	+	+	-
CS	-	-	+	+	+	+	-	-
R	-	-	-	+	+	+	-	+
G	+	+	+	+	+	+	-	+
F	-	+	+	+	+	+	+	+

QUADRO-SÍNTESE 8

Examinando esse quadro, percebe-se que os cinco domínios discursivos de nosso corpus são afetados pela heterogeneidade. Alguns apresentam praticamente todas as modalidades, como ocorre em Geisel e Figueiredo. Outros apresentam apenas algumas modalidades, ou mesmo, algum funcionamento de uma modalidade, como ocorre em Costa e Silva. Neste domínio, o outro, embora receba um espaço restrito e seja indeterminado lingüisticamente, está representado de modo explícito no discurso. Nesse quadro, destaca-se, por diferenciado, o discurso do presidente Médici. Nele não ocorre a representação do outro através do discurso relatado. O que permite entender que o outro não é explicitado em seu discurso, mas não autoriza inferir que seu discurso é homogêneo. Ao contrário. **Negação e incisas discursivas** se fazem presentes, recalçando o outro e aí produzindo uma homogeneidade imaginária cujo efeito de sentido é o monologismo. Já no caso dos

demais presidentes, o discurso relatado neutraliza o efeito de monologismo que a negação e as incisivas discursivas aí poderiam instaurar, se fossem as únicas modalidades constatadas. Assim, é lícito afirmar que estas modalidades revelam que o discurso presidencial da IIIa. República Brasileira não é um espaço discursivo homogêneo, fechado sobre si mesmo. Dito em outras palavras: ele não constitui um discurso impenetrável, onde apenas a voz do sujeito que o enuncia faz-se ouvir.

Tais modalidades demonstram também que o discurso "revolucionário" possui sua forma própria de heterogeneidade, já que, em seu interior, vestígios discursivos podem ser relacionados, através da memória discursiva, a outros lugares enunciativos e a outros espaços subjetivos anteriores e exteriores ao do discurso presidencial em exame. Assim, é pelo viés da heterogeneidade, seja ela marcada ou não-marcada, que o outro penetra nesse espaço discursivo, aí instaurando uma possível reversibilidade entre o sujeito do discurso e o outro.

Finalmente, vale lembrar que todo discurso é constitutivamente heterogêneo, mas certas modalidades, ao se mostrarem mais salientes, funcionam como sintoma da heterogeneidade fundante, sinalizando sua presença e permitindo desenhar os diferentes modos de entrelaçamento de um discurso com sua exterioridade.

Por fim, é preciso ressaltar que nosso ponto de partida para trabalhar com a heterogeneidade foi a reflexão teórica produzida por J. Authier. No entanto, faz-se necessário salientar que esta autora trabalha a heterogeneidade ao nível da enunciação, enquanto nós buscamos deslocar se exame para o discurso. Para produzir este deslocamento, nossa análise toma a enunciação como o lugar privilegiado para examinar a materialidade discursiva, buscando os marcadores lingüísticos que possam servir de pista para (1) acessar os processos discursivos de uma FD; (2) analisar a relação do

discurso com a FD que o determina; (3) relacionar o discurso com outros discursos e com as FD que os determinam.

A análise da heterogeneidade, em nosso corpus, proporcionou o deslocamento do trabalho analítico para o âmbito da FD e do interdiscurso. Não negamos nossa filiação ao trabalho fecundo desenvolvido por Authier, mas não nos limitamos a aplicá-lo. Esperamos, ao final desse capítulo, poder postular um deslocamento teórico que conduz os estudos sobre a heterogeneidade do fio do discurso para a ordem do discurso, nele examinando (1) as relações internas ao processo discursivo; (2) as relações entre intradiscurso e interdiscurso; (3) as relações entre formações discursivas em delimitação recíproca.

Acreditamos que o exame da heterogeneidade assim concebido possibilitou-nos desconstruir a determinação que produz a homogeneidade imaginária, necessária para que D1 se constitua como um discurso autoritário, sem esquecermos, entretanto, que tal "ilusão só é dizível pela teoria" (ORLANDI, 1990, p.40). Ou seja, o efeito de homogeneidade do discurso em análise não desaparece. Contudo, pelo viés da análise contrastiva entre FD1 e FD2, alguns de seus especificadores foram identificados, o que possibilita, teoricamente distingui-las, permitindo "dizer" os processos de indeterminação que promovem sua heterogeneidade.

CONCLUSÕES

P R I M E I R A S P A L A V R A S

No decorrer desta tese, acreditamos ter trabalhado diversas questões relevantes tanto para o campo particular da AD, como para os estudos da linguagem em geral.

Nossa contribuição para os estudos lingüísticos está em propor o exame de fatos lingüísticos em seu duplo funcionamento, visando a compreender a diferença entre o funcionamento lingüístico e o funcionamento discursivo, tendo em mente que existem fronteiras entre a sintaxe frasal e a sintaxe discursiva.

Da mesma forma, procuramos analisar como a língua em seu funcionamento concorre para que o sujeito do discurso possa representar a si, ao outro e ao mundo, examinando as relações que este sujeito estabelece com o que enuncia e com aqueles a quem enuncia.

Considerando o conjunto de nossas análises, entretanto, gostaríamos de centrar nossas últimas considerações sobre os dois trabalhos discursivos que atravessam todo o corpus e que apontam para as modalidades de representação determinada e indeterminada.

1- D A S D E F I N I Ç Õ E S

Iniciaremos esta seção conclusiva lembrando Pêcheux e Fuchs para quem "os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas, através das quais o enunciado pouco a pouco se constitui, caracterizando-se, pois, em produzir o dito e rejeitar o não-dito. A enunciação consiste, por conseguinte, em estabelecer fronteiras entre o que é 'selecionado' e especificado pouco a pouco (constituindo o 'universo de discurso') e o que é rejeitado" (PÉCHEUX & FUCHS, 1975, p.20).

Os processos de enunciação constroem, por conseguinte, uma fronteira entre o dito e o não-dito, mas este dito, como vimos ao longo desta tese, não apenas sofre sucessivas determinações, mas tais determinações estão na base da construção discursiva da

indeterminação. Na presente seção, retomaremos estes dois trabalhos discursivos.

A **determinação discursiva** consiste no trabalho discursivo de *determinação do que pode/deve ser dito*, bem como *do que pode, mas não convém ser dito* e ainda *do que não pode ser dito*, devendo ser refutado pelo sujeito do discurso. Ou seja, a **determinação discursiva** decorre de sucessivas determinações que vão desde o mecanismo discursivo, passam pelo fio do discurso, projetam-se no processo discursivo e afetam as propriedades de um discurso. Por conseguinte, a **determinação discursiva** constrói as fronteiras discursivas que fecham imaginariamente o espaço discursivo, promovendo sua ilusória individuação, responsável pelo efeito de homogeneidade de um discurso.

Já a **indeterminação discursiva**, contraponto da determinação, é responsável pelo trabalho de construção da *indeterminação do que não pode/não deve ser dito pelo sujeito do discurso*. Dito de outra forma: a **indeterminação discursiva** *promove o trabalho discursivo de opacificação do indizível*. Desse modo, a **indeterminação discursiva** é resultado de sucessivas operações de **indeterminação** que vão, igualmente, do mecanismo discursivo, passam pelo fio do discurso, projetam-se no processo discursivo e afetam as propriedades de um discurso. Por conseguinte, a **indeterminação discursiva** constrói a **opacificação do que não pode/não deve ser dito pelo sujeito**, tornando-se a modalidade discursiva que promove a travessia do indizível pelas fronteiras imaginariamente fechadas de seu espaço discursivo, instaurando o heterogêneo em seu interior.

Nesse passo, vale lembrar o estudo "Enunciação e formas de indeterminação" de E. Guimarães. Nele, o autor define o uso indeterminador como um modo de "representar a relação do sujeito da enunciação com o que enuncia, e com aqueles para quem enuncia o que enuncia" (ORLANDI et alii, 1989, p. 54).

Deslocando a reflexão de Guimarães para a AD, desejamos ampliá-la para que a determinação também seja por ela contemplada. Em nosso entender, tanto a construção discursiva da determinação como a da indeterminação representam diferentes relações que o sujeito do discurso político estabelece com o que enuncia e com aqueles para quem enuncia aquilo que enuncia.

Acreditamos que os diferentes capítulos dedicados à análise de nosso corpus ao longo da presente tese ilustram ampla e fortemente tais afirmações.

2- O ENTRELAÇAMENTO DISCURSIVO DA DETERMINAÇÃO E DA INDETERMINAÇÃO

A partir das colocações anteriores e das análises que embasam esta tese, entendemos que determinação e indeterminação discursivas são duas construções discursivas que se supõem mutuamente. Ou seja, determinação e indeterminação são as duas faces do mesmo trabalho de elaboração do discurso. De tal modo que quanto mais fortemente é rejeitado do discurso o indizível, mais ele reflui nas dobras da construção discursiva da indeterminação. De sorte que estas construções, aparentemente excludentes, de fato, são necessariamente complementares.

Relembraremos, a seguir, alguns pontos de nossas análises que evidenciam esse entrelaçamento promovido pelo trabalho discursivo.

2.1- DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

O funcionamento do discurso presidencial (Parte II) apresenta-se claramente determinado no primeiro nível do processo de interlocução discursiva - a interlocução enunciativa. Nela sabe-se quem enuncia, para quem enuncia e o que enuncia. Este é o nível em que labora a determinação discursiva, tal como a definimos anteriormente. No entanto, sobre esta construção ancora-se um outro nível de interlocução - a interlocução discursiva - em que a determinação cede lugar à indeterminação. Para examiná-la, iniciaremos pela fragmentação e dispersão do sujeito do discurso que, ao representar-

se como **NÓS**, simula o efeito de palavra comum, socializada que, por sua vez, é estancada quando este mesmo sujeito representa-se como se fosse o outro, através da **quarta-pessoa discursiva**. Este procedimento que, aparentemente, apenas impessoaliza o sujeito, de fato, labora no apagamento da estrutura dialógica: *onde não há sujeito, não há interlocutor*. É o domínio do monologismo, obtido pelo trabalho de indeterminação discursiva do sujeito e da interlocução.

O outro da interlocução discursiva é, igualmente, indeterminado. Para a construção de sua indeterminação concorrem vários procedimentos: referência genérica, indefinição, elipse e indeterminação. O outro, assim representado, apresenta-se ambíguo, difuso e disperso. O grau máximo que sua indeterminação alcança é quando o outro da interlocução discursiva é representado pela terceira pessoa discursiva: simulando referir-se ao outro, a ele, de fato, dirige-se. A terceira pessoa discursiva também estanca a estrutura dialógica: *onde não há interlocutor, não há diálogo*. Mais uma vez instaura-se o domínio do monologismo, obtido pela indeterminação discursiva do interlocutor e da interlocução.

Desse modo, à quarta-pessoa discursiva corresponde, nesse processo de indeterminação da dialogia, a terceira-pessoa discursiva, cada uma delas responsável pelo trabalho de opacificação dos pólos responsáveis pela intersubjetividade no discurso em análise.

Na interlocução discursiva, marcada pela indeterminação, o destinatário não é explicitado, nem é único. Vários destinatários podem ser interpelados sucessiva/concomitantemente, instaurando um alto grau de revezamento da figura do destinatário discursivo. Por conseguinte, esse nível interlocutivo é fortemente indeterminado.

Como é possível perceber, a construção discursiva trama indissociavelmente determinação e indeterminação no funcionamento do discurso presidencial da IIIa. República Brasileira.

2.2- A INDETERMINAÇÃO NO PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DISCURSIVA

Retomaremos brevemente o processo de determinação discursiva (Parte III, cap. I). Este processo consiste em uma prática em três níveis, na qual o item lexical é sucessivamente saturado para poder participar de uma formulação (determinação intradiscursiva que define a compreensão discursiva), de um processo discursivo (determinação interseqüencial que define a extensão discursiva) e de uma FD (determinação interdiscursiva que recalca parte de sua extensão discursiva). Desta tríplice determinação decorre a sobredeterminação discursiva.

Num procedimento sobredeterminado como este, aparentemente não há espaço para a indeterminação. Entretanto, ocorre justamente o contrário. Ou seja: o processo de determinação discursiva, ao construir os sucessivos processos semânticos afinados com o que pode/deve ser dito em um discurso, acaba, no último nível de determinação que propusemos, por recalcar no interdiscurso específico da FD o que pode, mas não convém que seja dito pelo sujeito do discurso por ela afetado. Vale dizer: o processo de determinação discursiva, que labora para construir os limites e a extensão do dizível, acaba por instaurar uma zona de opacidade no interior do formulável: "os **bons** brasileiros", "os **brasileiros de responsabilidade**" correspondem ao que pode ser dito. Já "os **maus** brasileiros" pode, mas não convém ser formulado.

Assim, um processo que aparentemente só constrói a especificidade do dizível, acaba por instaurar, pelo recalçamento do que poderia ser dito, uma zona de indeterminação no interior do próprio processo discursivo. Ou seja, a indeterminação é fruto do processo de determinação.

2.3- DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NA NEGAÇÃO DISCURSIVA

Conforme constatamos ao analisar o funcionamento discursivo da negação (Parte III, Cap. 2), esta operação produz discursos em

processo de delimitação recíproca. Ou seja: se a determinação discursiva aponta para o que pode/deve ser dito, construindo o formulável de um discurso, o funcionamento discursivo da negação assinala o que não pode/ não deve ser dito, decorrendo daí o que deve ser refutado. É, pois, pelo viés da refutação que se estabelece o limite entre o formulável e o informulável em um processo discursivo. Ou seja: a negação instaura um processo de delimitação entre dois espaços discursivos diversos. De modo que, mesmo que indiretamente, por seu viés, acaba-se, igualmente, por determinar o dizível de um discurso.

Por outro lado, a negação do discurso do outro constrói o não-dito do discurso presidencial pelo viés do discurso tranverso, o que equivale a dizer que o discurso-outro penetra no discurso presidencial como um "implícito", estando assim caracterizada sua natureza indeterminada.

As construções negativas permitem que se leia um enunciado, diz Maingueneau (1991, p.163), pelo seu "direito" e pelo seu "avesso". O "direito" aponta para seu pertencimento ao discurso, enquanto o "avesso" indica a distância que separa do discurso-outro. Ou seja: as construções negativas constroem uma fronteira entre espaços discursivos. Tal fronteira pode ser observada pelo lado interno ou externo. Internamente, constrói a determinação do dizível, ao refutar o indizível. Externamente, indetermina o discurso-outro, por ser ele da ordem do não-formulável. É pelo viés do funcionamento discursivo da negação que estes dois trabalhos discursivos encontram-se intimamente tramados no discurso em análise, constituindo frente e verso de um mesmo trabalho de elaboração discursiva.

2.4- DETERMINAÇÃO E INDETERMINAÇÃO NAS INCISAS DISCURSIVAS

No âmbito da heterogeneidade não-marcada, torna-se impossível evidenciar especificadores da determinação e da indeterminação. Ou seja: a ausência de delimitadores entre formulações pertencentes a

espaços discursivos diversos pode ser lida tanto como determinação quanto indeterminação. É índice de determinação o trabalho de nivelamento que se estabelece entre interior e exterior, de tal modo que não é mais possível apontar onde um discurso termina e o outro inicia. Vale dizer: a coexistência sem fronteiras acaba por estabelecer tanto a determinação do dizer do sujeito do discurso, como a indeterminação do discurso-outro incorporado. Dito de outra forma: para que o discurso do outro possa instalar-se na formulação do sujeito do discurso, é preciso laborar discursivamente para que essa presença seja invisível. Esse trabalho de apagamento dos vestígios pode ser visto como a determinação do discurso do sujeito ou como a indeterminação do discurso do outro.

À medida que vestígios desaparecem, que condições de produção das formulações-origem são apagadas, o discurso-outro é reduzido ao ponto de confundir-se com o discurso do sujeito. Esse trabalho discursivo de naturalização do discurso-outro subentende sua determinação e posterior incorporação. Ao mesmo tempo, pode-se entender o apagamento de vestígios e das condições de produção do discurso-outro como um trabalho discursivo de indeterminação do discurso do outro. Ou seja - a apropriação lacunar só é possível mediante a coocorrência dos dois trabalhos discursivos. Quanto maior a dissimulação do discurso do outro, maior a aproximação com o discurso do sujeito, maior o trabalho de determinação em direção ao nivelamento e maior o trabalho de indeterminação em direção ao desnivelamento das formulações em contato.

3- EM BUSCA DE UMA SÍNTESE FINAL

Nossas conclusões permitem avançar que determinação e indeterminação não possuem limites excludentes, embora produzam efeitos opostos. Na verdade, são duas qualidades decorrentes do mesmo trabalho de construção discursiva e apontam para dois processos em inter-relação.

Não há, pois, separação entre determinação e indeterminação em um discurso. Uma está na outra. Pode haver a dominância de uma delas, embora isto não seja necessário. Mas é sobretudo sua embricação que nos permite dizer que não há discursos fechados e incomunicáveis. Ao contrário. Os discursos interpenetram-se constantemente, instaurando espaços privilegiadamente heterogêneos. O que ocorre são efeitos de homogeneidade ou de heterogeneidade, produzidos em função do modo como a linguagem é mobilizada pelo sujeito do discurso em seu trabalho de construção de sua representação, da representação que faz do outro e da relação que estabelece com o discurso-outro. Tais representações são determinadas e/ou indeterminadas em função do imaginário do sujeito do discurso.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Com a presente tese, acreditamos ter abordado diversas questões relevantes, não apenas para a Análise do Discurso, mas também para outros campos do conhecimento que tomam o discurso como objeto de estudo, tais como Ciências Políticas, Sociologia, História, entre outros. De modo que esperamos ter contribuído não apenas para a AD, mas também para áreas afins.

No campo específico da Análise do Discurso, esperamos ter produzido conhecimento tanto para a Teoria do Discurso, quanto para a metodologia de sua análise.

No que tange à Teoria do Discurso, destacamos como contribuições teóricas significativas o deslocamento da heterogeneidade para o âmbito da FD, o que possibilita não só o exame da heterogeneidade marcada, mas também nos dá procedimentos para a observação da heterogeneidade não-marcada. Esse deslocamento possibilitou-nos apurar analiticamente como um discurso, fechado pelo trabalho de construção da determinação discursiva, é atravessado pelo discurso-outro. Igualmente importante é a análise do trabalho de construção da indeterminação discursiva que proporcionou a identificação de figuras

discursivas que participam da interlocução discursiva, tais como a não-pessoa, a quarta-pessoa e a terceira-pessoa discursivas, que promovem a indeterminação interlocutiva no discurso. Acrescente-se ainda o estabelecimento do processo de determinação discursiva que conduz à sobredeterminação.

No campo da metodologia, construímos um procedimento analítico que permite trabalhar com um campo de referência vasto e produzido por vários interlocutores, de tal sorte que seja possível examiná-lo em diferentes domínios, bem como em diferentes séries temporais. Nosso procedimento permite realizar uma "varredura" no corpus discursivo, para estabelecer comparações, constatar regularidades, bem como verificar transformações que, por extensão, se aplicam ao campo discursivo de referência.

Pensamos que, provavelmente, nossos achados, baseados na análise do discurso presidencial da IIIa. República Brasileira, podem ser generalizados para o discurso autoritário. Por outro lado, as propriedades discursivas aqui identificadas merecem um estudo apurado para verificar, caso ocorram em outros tipos de discurso, como funcionam e que efeitos de sentido instauram.

Em suma, acreditamos poder afirmar que esta tese não representou apenas um trabalho de aplicação. Entendemos que ela ensejou, como ocorre em trabalhos que operam com princípios de AD, um processo analítico que conduziu à teorização. Esse constante fluxo-refluxo da análise para a teoria autoriza-nos a fazer eco às palavras de Courtine, ao afirmar que este trabalho propiciou "um processo de demarcação do pensamento no interior do pensamento, o esforço - freqüentemente incerto, sempre difícil - de uma filiação que não seja uma pura e simples repetição" (COURTINE, 1981, p. 13).

B I B L I O G R A F I A

I- DISCURSOS PRESIDENCIAIS

CASTELLO BRANCO (CB)

- CB1- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Brasília, Secretaria da Imprensa, 1964.
- CB2- _____. _____ Brasília, Secretaria da Imprensa, 1965.
- CB3- _____. _____ Brasília, Secretaria da Imprensa, 1967.

COSTA E SILVA (CS)

- CS1- COSTA E SILVA, Arthur da. *Pronunciamentos do Presidente*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1983.
- CS2- _____. _____, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, s. d. v. 1.
- CS3- _____. _____, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, s. d. v. 2.

Médici (M)

- M1- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.
- M2- _____. *Nova consciência de Brasil*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.
- M3- _____. *A verdadeira paz*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971.
- M4- _____. *Uma tarefa global*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971.
- M5- _____. *Tarefa de todos nós*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971.
- M6- _____. *Os vínculos da fraternidade*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.
- M7- _____. *Os anônimos construtores*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.

GEISEL (G)

- G1- GEISEL, Ernesto. *Discurso: 1974*. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1975. v. 1.
- G2- _____. *Discursos: 1975*. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1976. v. 2.
- G3- _____. *Discursos: 1976*. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1977. v. 3.
- G4- _____. *Discursos: 1977*. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1978. v. 4.
- G5- _____. *Discursos: 1978*. Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 1979. v. 5.

FIGUEIREDO (F)

- F1- FIGUEIREDO, João. *Do Aracoara ao Planalto*. Brasília, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, s. d.
- F2- _____. *Discursos: 1979*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981. v. 1.
- F3- _____. *Discursos: 1980*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1981. v. 2.
- F4- _____. *Discursos: 1981*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1982. v. 3.
- F5- _____. *Discursos: 1982*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1982. v. 4. T. 1.
- F6- _____. *Discursos: 1982*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1982. v. 4, T. 2.
- F7- _____. *Discursos: 1983*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1983. v. 5.
- F8- _____. *Discursos: 1984*. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1984. v. 6.

II- OBRAS CITADAS

- ACHARD, Pierre. *Mémoire et production du sens. Histoire et linguistique*; actes de la Table Ronde, 28-30 avril. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1983.
- ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- _____. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- ARENDT, Hanna. *Da revolução*. São Paulo, Ática, 1988.
- ARISTOTE. *Organon*. Paris, Librairie philosophique J. Urin, 1946.
- AUTHIER, Jacqueline. *Les formes du discours rapporté; remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés*. *DRLAV* (17): 1-87, sept. 1978.
- _____. *Parler avec des signes de ponctuation ou de la typographie à l'énonciation*. *DRLAV* (21): 76-87; 1979.
- _____. *Paroles tenues à distance. Matérialités discursives*. Actes du Colloque, 24-26 avril 1980. Paris X-Nanterre. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981.
- _____. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. *DRLAV* (26): 91-151, 1982 (a).
- _____. *La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique*. *Langue Française* (53): 34-47, 1982 (b).

- AUTHIER, Jacqueline. Hétérogénéité (s) énonciative(s). *Langages* (73):98-111, mars, 1984. Trad. bras. Cadernos de Estudos Linguísticos (19):25-42, Campinas, IEL, UNICAMP, jul-dez. 1990.
- BAKHTIN, Michail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981 (a).
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem; problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981 (b).
- BAKHTIN, Michail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento; o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- BALLY, Charles (1944). *Linguistique générale et linguistique française*. Berne, Francke, 1965.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1966. v.1.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and binding*. Dordrecht, Foris, 1981.
- CLARK, Herbert & CARLSON, Thomas. Hearers and speech acts. *Language*, 58(2):332-73, June, 1982.
- COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* (62): 9-127, juin, 1981.
- _____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, 9 (2): 239-64, oct. 1982.
- _____. La toque de Clementis. *Le discours psychanalytique*, 1983.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation; opérations et représentations*. Paris, Ophrys, 1990.
- CULIOLI, A; FUCHS, C; PÈCHEUX, M. Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage. *Documents de linguistique quantitative* 7. Centre de Linguistique Quantitative. Faculté des Sciences de l'Université de Paris, 1970.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- DUBOIS, Jean. Lexicologie et analyse d'énoncés. *Cahiers de lexicologie* (15), 1969.
- _____. Présentation. *Langages* (52), 1978.
- DUCROT, Oswald et alii. *Le dire et le dit*. Paris, Ed de Minuit, 1980.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris. Ed de Minuit, 1984. Trad. bras: O dizer e o dito. Campinas, Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 64; discurso e ideologia*. São Paulo, Atual, 1988.
- FOUCAULT, Michel (1969). *Arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.

- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, Edusp, 1978.
- FREUD, Sigmund. *Edição Standard brasileira das obras de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1974. v.2 e 3.
- GADET, Françoise & HAK, Tony (org). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- GEFFROY, Annie. Les nous indistincts. *Mots* (10), mars, 1985.
- GRESILLON, Almuth. Les relatives dans l'analyse linguistique de la surface textuelle: un cas de région-frontière. *Langages* (37): 99-121, mars, 1975.
- GRICE, Paul. Lógica e conversação IN: DASCAL, Marcelo (org). *Fundamentos metodológicos da lingüística; Pragmática*. Campinas, 1982. v.4.
- GUESPIN, Louis. Nous, la langue et l'intéraktion. *Mots* (10), mars, 1975.
- GUIMARAES, Eduardo. *Texto e argumentação*. Campinas, Pontes, 1987.
- _____. Enunciação e formas de indeterminação IN: ORLANDI, E; GUIMARAES, E; TARALLO, F. *Vozes e contrastes; discurso na cidade e no campo*. São Paulo, Cortez, 1989.
- HAROCHE, Claudine. Grammaire, implicite et ambiguïté; à propos des fondements de l'ambiguïté inhérente au discours. *Foundations of language*, 13 (2): 215-36, jul. 1975.
- HAROCHE, Claudine. *Faire dire, vouloir dire; la détermination et la désambiguïssation dans la grammaire*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1984. Trad. bras: *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- HARRIS, Z. S. Discourse analysis. Trad. francesa *Langages* (13), 1969.
- HENRY, Paul. Constructions relatives et articulations discursives. *Langages* (37): 81-98, mars, 1975. Trad. bras.: *Cadernos de Estudos lingüísticos* (19): 81-89, Campinas, UNICAMP, IEL, jul-dez. 1990.
- _____. *Le mauvais outil*. Paris. Klincksieck, 1977.
- INDURSKY, Freda. A quantificação na análise do discurso: quantidade equivale a qualidade? *DELTA* 6(1): 19-40, fev. 1990.
- _____. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos lingüísticos* (19): 177-122, Campinas, UNICAMP, IEL, jul-dez. 1990.
- IRIGARAY, Luci. Communication linguistique et spéculaire; modèles génétiques et modèles pathologiques. IN _____. *Parler n'est jamais neutre*. Paris, Ed. Minuit, 1973.
- JACQUES, François. *Dialogiques*. Paris, PUF, 1979.
- JAEGGLI, O. Passive. *Linguistic Inquiry*, 17 (4), 1986.

- JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique générale*. Paris, Ed. Minuit, 1963.
- LACAN, Jacques. A função e o campo da fala e da linguagem em psicanálise. IN _____. *Escritos*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- LEMLE, Miriam. *Análise sintática; teoria geral e descrição do Português*. São Paulo. Ática, 1984.
- LIMA, Maria Emília. *A construção discursiva do povo brasileiro; os discurso de io. de maio de Getúlio Vargas*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa, Presença, 1980.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Sémantique de la polémique*. Lausanne, L'Âge de l'Homme, 1983.
- _____. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris, Hachette, 1987. Trad. Bras. Campinas, Pontes, 1989.
- _____. *L'analyse du discours; introduction aux lectures de l'archive*. Paris, Hachette, 1991.
- MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche. *Langue Française* (15): 116-142, 1972.
- MALTEZ, José Adelino. *Ensaio sobre o problema do Estado; a procura da República Maior*. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991. v. 1.
- MARTINS, Eleni. A complexidade referencial do pronome ELE. *Série Estudos* (9): 15-29, Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.
- _____. *Enunciação & diálogo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã; teses sobre Feuerbach*. São Paulo, Moraes, 1984.
- MILNER, Jean Claude. *De la syntaxe à l'interprétation*. Paris, Seuil, 1983.
- _____. *Les noms indistincts*. Paris, Seuil, 1983.
- NUNES, Jairo. O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE apassivador. Campinas, Unicamp, 1990 (Dissertação de mestrado).
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. Segmentar ou recortar? *Série Estudos* (10): 9-26, Faculdade Integrada de Uberaba, 1984.
- _____. A análise do discurso: algumas observações. *DELTA* 2 (1): 105-126, set - fev. 1986.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, Ed. Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni P. Silêncio e implícito (produzindo a monofonia). IN: GUIMARÃES, E. (org). *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989.

- ORLANDI, Eni F. *Terra à vista; discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez, Ed. Unicamp, 1990.
- _____. ... Mais on le signifie quand même. IN DECROSSE. Anne (org) *Esprit de société*. Bruxelles, Mardaga. (No prelo)
- ORLANDI, Eni & GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. *Série Cadernos PUC/SP*, (31): 17-36, 1988.
- ORLANDI, Eni; GUIMARAES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes; discurso na cidade e no campo*. São Paulo, Cortez, 1989.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairôs, 1979.
- PARRET, Herman. Pragmática. *Cadernos de Estudos lingüísticos* (7):39-51, Unicamp, IEL, 1984.
- PÊCHEUX, Michel. *L'analyse automatique du discours*. Paris, Dunot, 1969. Trad. Bras. GADET & HAK (org). Por uma análise automática do discurso Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- _____. *Les vérités de la Palice*. Paris, Maspero, 1975. Trad. bras. Semântica e discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- _____. L'étrange miroir de l'analyse de discours. *Langages* (62):5-8; juin, 1981.
- _____. (1983). A análise de discurso: três épocas. IN GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. (1988). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, Pontes, 1990 (a).
- PÊCHEUX, Michel. Lecture et mémoire: projet de recherche IN MALDIDIÉ, Denise (org). *L'inquiétude du discours*. Paris. Ed. des Cendres, 1990 (b).
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propos de l'Analyse automatique du discours. *Langages* (37): 7-80, mars, 1975. Trad. bras.: GADET & HAK (org). Por uma análise automática do Discurso. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. *Les deux types de relatives*. s. d. xerox. Inédito.
- PLATAO. *Sofista*. São Paulo, Abril Cultural, 1972.
- PONTES, Eunice. Os determinantes em português. *Tempo Brasileiro* (53-54), abril-set. 1978.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. Campinas, UNICAMP, 1986 (Tese de Doutorado).
- ROUVERET, Alain. *Syntaxe des dépendances lexicales; identité et identification dans la théorie syntaxique*. Paris, Université de Paris VII, 1987. (Tese de Doutorado de Estado)
- RUSSEL, Bertrand. *Introdução à filosofia matemática*. São Paulo, Zahar, 1981.
- SEARLE, John R. *Les actes de langage*. Paris, Hermann, 1972.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Linguistische Pragmatik*. Stuttgart, Urban-Taschenbücher-Kohlhammer, 1975.

SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations. *Langages* (8), mars, 1986.

SERRANI, Silvana. As construções indeterminadoras enquanto recortes macrossintáticos do discurso. *Série Estudos* (12): 98-125, Faculdade Integradas de Uberaba, 1986.

III- DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Granfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1986.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

DEPLÁCIDO e SILVA. *Vocabulário Jurídico* 3. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1973.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar latino-português*. Rio de Janeiro, MEC, 1956.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

SILLS, David L. (org). *International encyclopedia of the social sciences*. The Macmillan Company & the Free Press, 1968.

IV- GRAMÁTICAS

ARNAULD & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*; gramática geral e razoada. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 20. ed. São Paulo, Nacional, 1976.

CUNHA, Celso. *Gramática do Português contemporâneo*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*; elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra, Almedina, 1983.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. São Paulo, Nacional, 1940.

SOARES BARBOZA, Jerônimo. *Grammatica philosophica da Língua Portuguesa*; princípios da grammatica geral applicados a nossa linguagem. 2. ed. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1830.